



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA**

Relatório de Gestão do exercício de 2012

Brasília, 28 de março de 2012.



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA**

Relatório de Gestão do exercício de 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 119/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno - Portaria CGU nº 133, de 18 de janeiro de 2013.

Conselho Nacional de Saúde
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa

Brasília, 28 de março de 2012.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. IDENTIFICAÇÃO	6
1.1. Identificação	6
1.1.1. Relatório de Gestão Consolidado	6
1.2. Finalidade e Competências Institucionais	7
1.3. Organograma Funcional	9
1.4. Macroprocessos Finalísticos	12
1.5. Macroprocessos de Apoio	13
1.6. Principais Parceiros	17
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES.	19
2.1. Planejamento das Ações	19
2.2. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos	27
2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações	29
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	85
3.1. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	85
3.2. Sistema de Correição	86
3.3. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	86
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	87
4.1. Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ	87
4.1.1. Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	87
4.1.2. Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	88
4.1.3. Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	90
4.1.4. Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	92
4.2. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa	95
4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	95
4.2.2. Programação de Despesas	95
4.2.2.1. Programação de Despesas Correntes	95
4.2.2.2. Programação de Despesas de Capital	98
4.2.2.3. Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	100
4.2.2.4. Análise Crítica	103
4.2.3. Execução Orçamentária da Despesa	105
4.2.3.1. Execução da Despesa Com Créditos Originários	105
4.2.3.1.1. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	105
5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	108
5.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	108
5.1.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	108
5.2. Transferências de Recursos	109
5.2.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	109
5.2.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	110
5.2.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes	110
5.2.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	110
5.2.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	110
5.2.6. Análise Crítica	110

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.	112
6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos	112
6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	112
6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	113
6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho	114
6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	115
6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	115
6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	116
6.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários	117
6.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	117
6.2.2. Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público	118
6.2.3. Composição do Quadro de Estagiários	119
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	120
7.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	120
7.2. Análise Crítica	121
8. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	122
8.1. Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício	122
8.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	122
8.1.2. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	130
8.2. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	135
8.2.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	135
8.3. Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	136
8.3.1. Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	136
9. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	137
9.1. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	137
9.1.1. Declaração Plena	137
10. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”	138

LISTA DE QUADROS

QUADRO A.1.2 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	06
QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS	85
QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO	87
QUADRO A.4.2 (A) – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	88
QUADRO A.4.2 (B) – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	89
QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	90
QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	92
QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ	95
QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	95
QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL	98
QUADRO A.4.10 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100
QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS	105
QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	108
QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	109
QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	110
QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	112
QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12/2012 31/12/2012	113
QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)	114
QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	115
QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	115
QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES	116
QUADRO A.6.14 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA	117
QUADRO A.6.15 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS	118
QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS	119
QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	120
QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	122
QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI	130
QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	135
QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	136
QUADRO A.11.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA	137
QUADRO B.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	138

APRESENTAÇÃO

Este Relatório foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa - TCU nº 119/2012, Portaria CGU nº 121/2012, Portaria TCU nº 150/2012 e a Decisão Normativa - TCU nº 124/2012 e Portaria CGU nº 133/2013.

É um documento que representa o cumprimento do dever de prestar contas previsto na Constituição Federal. Expressa, portanto, as ações realizadas pela Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa - SGEP, no exercício de 2012, consolidando as informações das unidades que compõe a sua estrutura e do Conselho Nacional de Saúde, conferindo maior transparência dos processos e resultados da aplicação dos recursos públicos federais.

O Decreto nº 7.797, de 30 de agosto de 2012, aprovou a estrutura da SGEP definindo seus cinco departamentos, quais sejam: Departamento de Apoio à Gestão Participativa (DAGEP), Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS), Departamento Nacional de Ouvidoria (DOGES), Departamento de Informática do SUS (DATASUS) e o Departamento de Articulação Interfederativa (DAI), demonstrando uma correlação entre os seus cinco componentes na busca de não só uma integração, mas principalmente na sinergia da estruturação dos seus processos tendo em vista a missão a cumprir e os resultados a alcançar.

É importante destacar que, por determinação Decisão Normativa TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012 - ANEXO I, as informações de responsabilidade do Departamento de Informática do SUS (DATASUS) constarão de Relatório de Gestão Consolidado próprio.

As informações apresentadas neste documento versam sobre os resultados provenientes da implementação das ações relativas ao PPA 2012/2015 e do Planejamento Estratégico 2012 do Ministério da Saúde, que definiu Objetivos, Estratégias, Resultados, Produtos e Ações sob a responsabilidade da SGEP. Todas as ações executadas estão sob a responsabilidade dos Departamentos e incluem demonstrativos quantitativos e qualitativos, físicos e valores financeiros.

O Relatório está dividido em dez partes, a saber:

1. Identificação
2. Planejamento estratégico
3. Estrutura de governança
4. Programação e execução das despesas orçamentárias e financeiras
5. Tópicos especiais da execução orçamentária e financeira
6. Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionais
7. Gestão de tecnologia da informação e gestão do conhecimento
8. Conformidade no tratamento de disposições legais e normativas
9. Informações contábeis
10. Contratação de consultores na modalidade “produto”

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Identificação

1.1.1. Relatório de Gestão Consolidado

QUADRO A.1.2 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Saúde			Código SIORG: 000304	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
Denominação Completa: Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa				
Denominação Abreviada: SGEp				
Código SIORG: 074932		Código LOA: -		Código SIAFI: 250009
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: -	
Principal Atividade: Serviço público				Código CNAE: -
Telefones/Fax de contato:		(61) 3315 3616	(61) 3315 3326	(099) 3325 2067 (FAX)
Endereço Eletrônico: gستاoparticipativa@saude.gov.br ; cgplan.sgep@saude.gov.br				
Página na Internet: www.saude.gov.br/sgep				
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco G – 2º Andar – Sala 207 – CEP 70058-900 – Brasília - DF				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Conselho Nacional de Saúde – CNS	-	250918	Ativa	000306
Departamento de Apoio à Gestão Participativa – DAGEP	-	250926	Ativa	-
Departamento de Articulação Interfederativa - DAI	-	250928	Ativa	-
Departamento de Auditoria do SUS – DENASUS	-	250913	Ativa	-
Departamento de Ouvidoria Geral do SUS - DOGES	-	250927	Ativa	-
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Lei 8.080/1990; Lei 8.142/1990; Lei Complementar nº 141/2012; Decreto nº 1.651/1995; Decreto nº 7.508/2011, Decreto nº 7.797/2012; Decreto nº 5.839/2006 dispõe sobre a organização, as atribuições e o processo eleitoral do Conselho Nacional de Saúde - CNS e dá outras providências.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas				
Portarias GM/MS nº: 399/06 divulga o Pacto pela Saúde 2006 e aprova as diretrizes operacionais; 8/07, regulamenta o Sistema OuvidorSUS; 3.027/07, aprova a Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa – ParticipaSUS; 992/09, institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra; 940/11, regulamenta o Sistema Cartão Nacional de Saúde; 2.836/11, institui a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT; 2.866/11, institui a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta; 575/12, institui e regulamenta o uso do SARGSUS; 1.580/12, que afasta a exigência de adesão ao Pacto pela Saúde ou assinatura do TCG; 1.583/12, dispõe, no âmbito do MS e entidades vinculadas, sobre a execução da Lei e Decreto de acesso à informação; Resoluções CNS nº: 407/2008; 453/2012;				
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas				
2010 - Guia de orientações básicas para implantação de Ouvidorias do SUS; Ouvidoria-Geral do SUS: um espaço de cidadania; Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS; 2011 - Auditoria do SUS: orientações básicas; Carta dos direitos dos usuários da Saúde; Conversando sobre Auditoria do SUS; Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011 (livreto); O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios;				
2012 - 14ª Conferência Nacional de Saúde: relatório final; Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta; Política Nacional de Saúde Integral de LGBT; Políticas de Promoção da Equidade em Saúde; DVD - Políticas de Saúde no Brasil: um século de luta pelo direito à saúde e Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011;				
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI	Nome			
250009	Secretaria De Gestão Estratégica e Participativa			
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI	Nome			
Não se aplica	Não se aplica			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unidade Gestora			Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica			Não se aplica	

1.2. Finalidade e Competências Institucionais

Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa

A Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) tem como missão fortalecer a gestão e o controle social do Sistema Único de Saúde (SUS). Cabe à SGEP propor, apoiar e acompanhar os mecanismos constituídos de participação popular e de controle social, especialmente os Conselhos e as Conferências de Saúde e a responsabilidade de ouvir, analisar e encaminhar as demandas dos usuários, por meio da Ouvidoria Geral do SUS e por meio das ações de auditoria, contribuir para a alocação e a utilização adequada dos recursos públicos, visando à garantia do acesso e qualidade da atenção à saúde oferecida aos cidadãos.

A informatização das atividades do Sistema, essencial para ações descentralizadas, é outra importante atribuição da SGEP, assim como a organização das relações interfederativas, fundamental para uma construção consensual das regras de gestão compartilhada.

Assim, de acordo com o Artigo 32 do Decreto nº 7.797, de 30 de agosto de 2012, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Saúde, é competência da SGEP:

- I. Formular e implementar a política de gestão democrática e participativa do SUS e fortalecer a participação social.
- II. Articular as ações do Ministério da Saúde, referentes à gestão estratégica e participativa, com os diversos setores, governamentais e não governamentais, relacionados com os condicionantes e determinantes da saúde.
- III. Apoiar o processo de controle social do SUS, para o fortalecimento da ação dos conselhos de saúde.
- IV. Promover, em parceria com o Conselho Nacional de Saúde, a realização das Conferências de Saúde e das Plenárias dos Conselhos de Saúde, com o apoio dos demais órgãos do Ministério da Saúde.
- V. Incentivar e apoiar, inclusive nos aspectos financeiros e técnicos, as instâncias estaduais, municipais e distritais, no processo de elaboração e execução da política de educação permanente para o controle social no SUS.
- VI. Apoiar estratégias para mobilização social, pelo direito à saúde e em defesa do SUS, promovendo a participação popular na formulação e avaliação das políticas públicas de saúde.
- VII. Contribuir para a equidade, apoiando e articulando grupos sociais que demandam políticas específicas de saúde.
- VIII. Promover a participação efetiva dos gestores, trabalhadores e usuários na eleição de prioridades e no processo de tomada de decisões na gestão do SUS.
- IX. Formular e coordenar a Política de Ouvidoria para o SUS, implementando sua descentralização e cooperação com entidades de defesa de direitos do cidadão.
- X. Coordenar as ações do componente federal do Sistema Nacional de Auditoria do SUS.
- XI. Fomentar o fortalecimento do Sistema Nacional de Auditoria do SUS nas três esferas de gestão.
- XII. Promover, em parceria com a Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde, a articulação dos órgãos do Ministério da Saúde com o Conselho Nacional de Saúde.
- XIII. Apoiar administrativa e financeiramente a Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde.

- XIV. Fomentar a realização de estudos e pesquisas, por meio de acordos de cooperação com entidades governamentais e não governamentais, que contribuam para o desenvolvimento do SUS e da reforma sanitária brasileira.
- XV. Estabelecer mecanismos para a gestão da ética, com enfoque na conformidade de conduta como instrumento de sustentabilidade e melhoria da gestão pública do SUS, bem como acompanhar sua implementação no âmbito do Ministério da Saúde.
- XVI. Coordenar e apoiar as atividades relacionadas aos sistemas internos de gestão e aos sistemas de informações relativos às atividades finalísticas do SUS.
- XVII. Coordenar e apoiar a definição de diretrizes do sistema nacional de informações em saúde, integrado em todo o território nacional, abrangendo questões epidemiológicas e de prestação de serviços.
- XVIII. Coordenar e apoiar as atividades relacionadas com o sistema federal de administração dos recursos de informação e informática no âmbito do Ministério da Saúde.
- XIX. Coordenar as ações de descentralização no SUS.

De acordo com o referido Decreto, exerce, ainda, o papel de órgão setorial do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, por intermédio do Departamento de Informática do SUS.

Conselho Nacional de Saúde

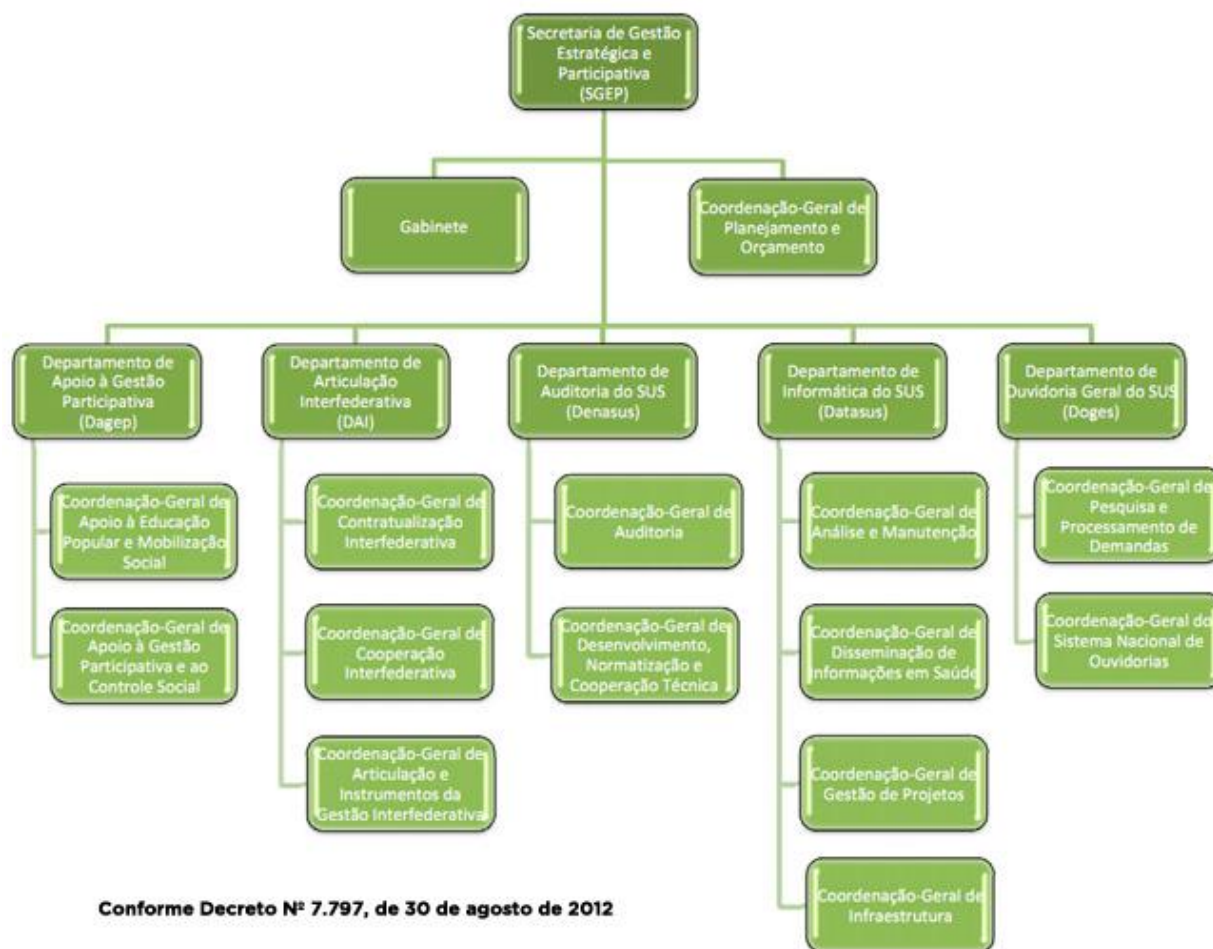
O Conselho Nacional de Saúde - CNS, órgão colegiado de caráter permanente e deliberativo, integrante da estrutura regimental do Ministério da Saúde, é composto por representantes do governo, dos prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, cujas decisões, consubstanciadas em resoluções, são homologadas pelo Ministro de Estado da Saúde.

Ao CNS compete:

- I. atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da Política Nacional de Saúde, na esfera do Governo Federal, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros;
- II. estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, em função das características epidemiológicas e da organização dos serviços;
- III. elaborar cronograma de transferência de recursos financeiros aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, consignados ao Sistema Único de Saúde - SUS;
- IV. aprovar os critérios e os valores para remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura de assistência;
- V. propor critérios para a definição de padrões e parâmetros assistenciais;
- VI. acompanhar e controlar a atuação do setor privado da área da saúde, credenciado mediante contrato ou convênio;
- VII. acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica na área de saúde, visando à observação de padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País; e
- VIII. articular-se com o Ministério da Educação quanto à criação de novos cursos de ensino superior na área de saúde, no que concerne à caracterização das necessidades sociais.

O CNS é composto por quarenta e oito membros titulares, sendo: i) cinquenta por cento de representantes de entidades e dos movimentos sociais de usuários do SUS; e ii) cinquenta por cento de representantes de entidades de profissionais de saúde, incluída a comunidade científica da área de saúde, de representantes do governo, de entidades de prestadores de serviços de saúde, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS, do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - CONASEMS e de entidades empresariais com atividade na área de saúde.

1.3. Organograma Funcional



A SGEP foi criada em 2003 pelo Decreto 4.726, e se denominava Secretaria de Gestão Participativa. Após reformulação, em 2007, passou a englobar ações de auditoria do SUS, bem como de monitoramento e avaliação da gestão do Sistema. Em 2011, por meio do Decreto 7.530, a atual direção do Ministério da Saúde decidiu adequar o escopo do seu funcionamento para harmonizá-la ao modelo constitucional do SUS, incorporando à sua estrutura o Departamento de Informática do SUS – DATASUS e o Departamento de Apoio à Gestão Descentralizada, que passou a ser denominado Departamento de Articulação Interfederativa - DAI, além de três dos quatro Departamentos que já possuía (o Departamento de Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS – DEMAGS passou para a estrutura da Secretaria Executiva).

Com esse novo escopo, a SGEP passou a ser composta por cinco departamentos que se complementam e possibilitam a construção de uma gestão estratégica e sistêmica, com impacto e continuidade nas três esferas de governo. Atualmente, integram a estrutura da SGEP: i) Departamento de Apoio à Gestão Participativa (DAGEP), ii) Departamento de Articulação Interfederativa (DAI), iii) Departamento de Informática do SUS (DATASUS), iv) Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS) e v) Departamento Nacional de Ouvidoria Geral do SUS (DOGES).

São competências dos Departamentos que compõem a estrutura da SGEF, de acordo com o já referenciado Decreto nº 7.797/2012:

Ao Departamento de Apoio à Gestão Participativa (DAGEP) compete:

- I. propor, coordenar e apoiar a implementação da Política Nacional de Gestão Participativa em Saúde;
- II. criar e implementar mecanismos de apoio ao processo de organização e funcionamento do Controle Social do SUS;
- III. fomentar a participação de trabalhadores e usuários na tomada de decisões na gestão do SUS;
- IV. apoiar processos de qualificação e efetivação do controle social do SUS;
- V. contribuir para a promoção da equidade em saúde, acolhendo e articulando as demandas de grupos e populações socialmente excluídas;
- VI. apoiar iniciativas dos movimentos sociais para o processo de formulação de políticas de gestão do SUS;
- VII. fomentar e ampliar a mobilização social pelo direito à saúde e em defesa do SUS;
- VIII. mobilizar e instrumentalizar gestores e trabalhadores de saúde para as práticas de gestão participativa;
- IX. estabelecer mecanismos de educação e comunicação em saúde com a rede escolar, com as organizações não governamentais e com os movimentos sociais; e
- X. viabilizar e coordenar a realização de estudos e pesquisas, visando à produção do conhecimento no campo da gestão participativa e do controle social.

Ao Departamento de Articulação Interfederativa (DAI) compete:

- I. subsidiar os processos de elaboração de diretrizes e implementação de instrumentos e métodos necessários ao fortalecimento das relações interfederativas e da gestão estratégica e participativa, nas três esferas de governo;
- II. promover, articular e integrar as atividades e ações de cooperação entre os entes federados;
- III. planejar, coordenar e articular o processo de negociação e de contratualização entre os entes federados, visando a fortalecer a gestão compartilhada;
- IV. participar do processo de negociação e da definição de critérios para o financiamento do sistema de saúde e respectiva alocação de recursos físicos e financeiros, nas três esferas de gestão do SUS;
- V. desenvolver instrumentos e iniciativas que qualifiquem o processo de gestão estratégica e participativa, visando ao fortalecimento das relações interfederativas no âmbito do SUS;
- VI. sistematizar e fornecer informações sobre a gestão do SUS para Estados, Municípios e Distrito Federal; e
- VII. acompanhar e contribuir para a efetivação das diretrizes da regionalização do SUS.

Ao Departamento de Informática do SUS (DATASUS) compete:

- I. fomentar, regulamentar e avaliar as ações de informatização do SUS, direcionadas à manutenção e ao desenvolvimento do sistema de informações em saúde e dos sistemas internos de gestão do Ministério da Saúde;
- II. desenvolver, pesquisar e incorporar produtos e serviços de tecnologia da informação que possibilitem a implementação de sistemas e a disseminação de informações para ações de saúde, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Saúde;
- III. desenvolver, pesquisar e incorporar produtos e serviços de tecnologia da informação para atender aos sistemas internos de gestão do Ministério da Saúde;

- IV. manter o acervo das bases de dados necessários ao sistema de informações em saúde e aos sistemas internos de gestão institucional;
- V. assegurar aos gestores do SUS e aos órgãos congêneres o acesso aos serviços de tecnologia da informação e bases de dados mantidos pelo Ministério da Saúde;
- VI. definir programas de cooperação tecnológica com entidades de pesquisa e ensino para prospecção e transferência de tecnologia e metodologia no segmento de tecnologia da informação em saúde;
- VII. apoiar os Estados, os Municípios e o Distrito Federal na informatização das atividades do SUS;
- VIII. prospectar e gerenciar a Rede Lógica do Ministério da Saúde; e
- IX. promover o atendimento ao usuário de informática do Ministério da Saúde.

Ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS) compete:

- I. promover o fortalecimento do Sistema Nacional de Auditoria do SUS no território nacional;
- II. auditar por amostragem a adequação, a qualidade e a efetividade das ações e serviços públicos de saúde, e a regularidade técnico-financeira da aplicação dos recursos do SUS, em todo o território nacional;
- III. estabelecer diretrizes e propor normas e procedimentos para a sistematização e a padronização das ações de auditoria, inclusive informatizadas, no âmbito do SUS;
- IV. promover a interação e a integração das ações e procedimentos de auditoria entre os componentes do Sistema Nacional de Auditoria do SUS;
- V. apoiar iniciativas de interlocução entre os componentes do Sistema Nacional de Auditoria do SUS, os órgãos de controle interno e externo e os Conselhos de Saúde;
- VI. informar à Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde sobre resultados de auditoria que indiquem a adoção de procedimentos visando a devolução de recursos ao Ministério da Saúde;
- VII. informar os resultados e as recomendações das atividades de auditoria aos interessados, aos órgãos e às áreas técnicas do MS correlatos ao objeto da apuração, para fins de adoção de providências cabíveis;
- VIII. orientar, coordenar e supervisionar, técnica e administrativamente, a execução das atividades de auditoria realizadas pelas unidades integrantes do componente federal do Sistema Nacional de Auditoria do SUS; e
- IX. promover a gestão da informação e a produção do conhecimento no campo da auditoria do SUS.

Ao Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS (DOGES) compete:

- I. propor, coordenar e implementar a Política Nacional de Ouvidoria em Saúde, no âmbito do SUS;
- II. estimular e apoiar a criação de estruturas descentralizadas de ouvidoria em saúde;
- III. implementar políticas de estímulo à participação de usuários e entidades da sociedade no processo de avaliação dos serviços prestados pelo SUS;
- IV. promover ações para assegurar a preservação dos aspectos éticos, de privacidade e confidencialidade em todas as etapas do processamento das informações decorrentes;
- V. assegurar aos cidadãos o acesso às informações sobre o direito à saúde e às relativas ao exercício desse direito;
- VI. acionar os órgãos competentes para a correção de problemas identificados, mediante reclamações enviadas diretamente ao Ministério da Saúde, contra atos ilegais ou indevidos e omissões, no âmbito da saúde; e

VII. viabilizar e coordenar a realização de estudos e pesquisas visando à produção do conhecimento, no campo da ouvidoria em saúde, para subsidiar a formulação de políticas de gestão do SUS.

Os espaços de pactuação, articulação e integração entre gestores do SUS - União, estados e municípios - tiveram sua ação fortalecida com a publicação do Decreto 7.508/2011. No mesmo ano a Lei nº 12.466, de 24/08/2011, conferiu maior legitimidade às representações dos entes estaduais e municipais de saúde: Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e as Comissões Intergestores (Bipartites e Tripartite).

A Comissão Intergestores Tripartite (CIT), vinculada ao Ministério da Saúde para fins operacionais e administrativos, é instância colegiada de articulação, negociação e pactuação entre gestores de saúde dos entes federativos, para a operacionalização das políticas públicas de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Secretaria Técnica da Comissão Intergestores Triparte – ST/CIT, órgão de apoio ao funcionamento da CIT, tem suas atividades vinculadas ao apoio técnico e financeiro da Secretaria, conforme determina a Portaria GM/MS nº 2.686, de 16/11/2011, que redefine o Regimento Interno da Comissão Intergestores Tripartite (CIT).

Art. 13. A ST-CIT tem por finalidade prestar o apoio técnico e administrativo necessário ao pleno funcionamento do Plenário e da CT- CIT, além de ter as seguintes funções específicas:

- I. assessorar a Coordenação da CIT;*
- II. providenciar a convocação das reuniões do Plenário e da CT- CIT;*
- III. organizar e secretariar as reuniões do Plenário, da CTCIT e dos Grupos de Trabalho;*
- IV. elaborar e providenciar a divulgação das decisões do Plenário;*
- V. propiciar o apoio administrativo necessário ao funcionamento do Plenário, da CT-CIT e seus Grupos de Trabalho; e*
- VI. receber, analisar e dar encaminhamento às correspondências dirigidas à Coordenação da CIT.*

Parágrafo único. O Ministério da Saúde garantirá os meios necessários ao adequado funcionamento da ST-CIT.

1.4. Macroprocessos Finalísticos

A Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) no cumprimento de sua missão de fortalecer a gestão e o controle social do Sistema Único de Saúde (SUS) executa os seguintes macroprocessos:

- Propor, apoiar e acompanhar os mecanismos constituídos de participação popular e de controle social, especialmente os Conselhos e as Conferências de Saúde.
- Ouvir, analisar e encaminhar as demandas dos usuários, por meio da Ouvidoria Geral do SUS;
- Contribuir para a alocação e a utilização adequada dos recursos públicos, visando a garantia do acesso e a qualidade da atenção à saúde oferecidos aos cidadãos, por meio das ações de auditoria.
- Desenvolver ações de informatização do SUS, direcionadas à manutenção e ao desenvolvimento do sistema de informações em saúde e dos sistemas internos de gestão do Ministério da Saúde;
- Apoiar o processo de aprimoramento e fortalecimento das relações interfederativas e da gestão compartilhada do SUS, mediante cooperação e contratualização.

1.5. Macroprocessos de Apoio

Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa Gabinete Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa

Divisão de Apoio Administrativo:

- Apoiar o Secretário e Chefe de Gabinete na emissão, recebimento e controle de documentos.
- Atuar no desenvolvimento e melhoria dos fluxos dos processos administrativos.
- Propor medidas e tomar ações para redução de despesas.
- Realizar avaliação de estágio probatório e/ou avaliação de desempenhos aos servidores sob sua chefia.
- Providenciar a escala anual de férias dos servidores sob sua chefia.
- Desenvolver outras atividades relacionadas à área administrativa, a critério da chefia imediata ou institucional.
- Guardar, inventariar e controlar o material de consumo do Gabinete.
- Controlar entrada e saída de bens patrimoniais sob a posse do Gabinete e da Coordenação de Planejamento e Orçamento.

Núcleo de Passagens:

- Solicitar demandas nacionais e internacionais de viagens de servidores e colaboradores eventuais demandadas pelo Gabinete da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa e Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento.
- Pagamento de diárias para as demandas originadas no gabinete da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa e nos cinco departamentos.
- Conferir documentação de solicitações encaminhadas pelos cinco departamentos dessa Secretaria de forma a subsidiar o Secretário com informações acerca da demanda para aprovação ou devolução do pleito.
- Emissão de Guias de Recolhimento da União para reembolso de diárias de viagens não realizadas.
- Realizar a gestão do contrato da empresa emissora dos bilhetes realizando conferência dessas emissões cobradas, emitindo parecer e atestando notas fiscais para envio ao setor responsável pelo pagamento.
- Lançar no sistema a prestação de contas de passagens e diárias demandadas do gabinete.
- Acompanhar a conclusão das demandas abertas nos cinco departamentos da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, cobrando a conclusão das pendências na prestação de contas.

Núcleo de Assuntos Internacionais:

- Prestar apoio técnico em relações internacionais ao Gabinete da Secretaria e aos seus Departamentos na realização de projetos de cooperação com países, instituições de ensino estrangeiras, instituições intergovernamentais e não-governamentais internacionais.
- Acompanhar os processos feitos em interface com a Assessoria Internacional da Saúde (AISA/GM) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS).
- A principal iniciativa de cunho internacional na parceria com a OPAS/OMS foi o Laboratório de Inovação em Sistemas e Serviços de Saúde, para a qualificação e aperfeiçoamento da gestão estratégica e participativa em saúde nos âmbitos da Ouvidoria,

Gestão Participativa, Governança e Tecnologia da Informação. A metodologia de estudos prévios, ciclos de debates e disseminação de conhecimentos proposta no Laboratório se fez presente na aproximação com instituições do Canadá, Reino Unido, Portugal e Itália.

- A Secretaria também é representante na União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em seu Grupo de Técnico sobre Promoção da Saúde e Ação sobre os Determinantes Sociais da Saúde, que integra o Conselho de Ministros da Saúde da UNASUL.
- Mediante convite da AISA/GM e do Ministério das Relações Exteriores, a SGE/MS apoiou projetos de cooperação técnica com o Uruguai, no âmbito da governança em Saúde, e com os Estados Unidos, referente à promoção da saúde da população negra.

Núcleo de Comunicação Social:

- As atividades deste Núcleo têm por objetivo garantir ampla visibilidade aos projetos e ações executados pela Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.
- Assessoria direta ao secretário, aos diretores e coordenadores em eventos, viagens e no dia a dia da instituição.
- A equipe é responsável por estabelecer a comunicação entre as áreas técnicas da Secretaria e a Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Saúde.
- Acompanha e monitora as demandas de comunicação interna e externa dos cinco departamentos, suas publicações e demais produções de divulgação institucional.
- Produção de notícias referentes às atividades da Secretaria e departamentos, entre matérias e notas, divulgadas na página da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Portal da Saúde, Intranet e Ministério da Saúde Informa.
- Realização de entrevistas com o secretário e diretores nos veículos de comunicação, divulgando as atividades da Secretaria/Departamentos.
- Divulgação da Secretaria nas redes sociais (*Twitter, Facebook e Flickr*) e, a partir disto, monitoramento e atualização permanente dos perfis.
- Cobertura on-line (em tempo real) das reuniões da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) – texto e fotografias.
- Produção do Informe Comissão Intergestores Tripartite (CIT), boletim eletrônico divulgado sempre uma semana após a reunião ordinária da Comissão.
- Suporte à Assessoria de Comunicação do Ministério da Saúde no atendimento às demandas de veículos de comunicação diversos (TV, Rádio, Impresso, Internet e Redes Sociais).
- Mapeamento constante das páginas dos cinco departamentos da Secretaria, para verificar conteúdos desatualizados e com equívocos de informação.
- Acompanhamento das publicações da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, com suporte integral às equipes dos cinco departamentos, segundo as normas do Conselho Editorial do Ministério da Saúde (Coned).
- Apoio à realização de eventos da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa e de seus departamentos.
- Sugestão de pautas para o Blog da Saúde, Portal do MS, Web Rádio Saúde, Comunicação Interna e ComunicaSUS.

Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento:

- Coordenar o planejamento das áreas finalística da Secretaria.
- Monitorar e controlar a execução do orçamento.
- Monitorar a execução das metas físicas.
- Coordenar os processos de celebração de Termo de Convênios e de Termos de Cooperação, inclusive com organismos internacionais.

- Monitorar a ferramenta e-car.
- Executar, monitorar e controlar a concessão de diárias e passagens no SCDP no âmbito da Secretaria.
- Coordenar, no âmbito da Secretaria, a revisão PPA, do Plano Nacional de Saúde (PNS), da Programação Anual de Saúde (PAS).
- Elaborar, em conjunto com as áreas finalísticas, relatórios destinados ao TCU e ao Conselho Nacional de Saúde.
- Propor sugestões à LDO.
- Coordenar a elaboração da PLOA.

Conselho Nacional de Saúde

Setor de Comunicação:

- **Publicações:** Atualizar a publicação - **Para Entender o Controle Social** - após finalizar a revisão da Resolução CNS n.º 333/03. A publicação já está diagramada, é preciso iniciar o processo de revisão e normalização junto à Editora do MS. O recurso para impressão está empenhado. Providenciar a produção de uma cartilha com a nova versão da Resolução n.º 333/03 após o final da atualização da mesma. Acompanhar a finalização da edição n.º 4 da CNS em Revista.

Secretaria Executiva Adjunta: é o setor que faz a assessoria direta da Secretaria Executiva principalmente no apoio ao Pleno do Conselho, à Presidência e à Mesa Diretora. É Coordenadora de todos os servidores de nível superior.

Assessoria Técnica: tem como função principal subsidiar diretamente comissões e grupos de trabalhos, bem como eventos indicados ou realizados pelo Conselho. A eles também cabe a tarefa de comunicar, para manter as informações atualizadas, alterações de membros nas comissões e nos grupos de trabalho.

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP - subordinada ao Pleno do Conselho Nacional de Saúde, portanto qualquer proposta de realização de eventos, representação em Congresso/ Seminários, alteração de resoluções, aprovação de recomendações/moções, criação de grupos de trabalho, indicação de coordenações e coordenações Adjuntas, processo eleitoral, substituição de membros do pleno, dentre outros, devem ser aprovados no Pleno do CNS. A autonomia da CONEP é relativa somente a emissão de Notas Técnicas acerca dos projetos de pesquisa, bem como, a autorização de abertura/fechamento de CEPs. As Notas Técnicas da CONEP são sigilosas. A Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Saúde deve acompanhar o andamento da comissão, bem como, suas deliberações mensalmente. **Obs.: Resoluções CNS/CONEP:** N.ºs 196/96, 240/97, 340/04, 346/05, 347/05, 370/07, 404/08, 421/09, 441/11 e 446/11 – anexas.

Comissão Intersetorial de Recursos Humanos – CIRH: além de tratar de todas as questões que envolve a Política de Recursos Humanos, quando solicitadas pelo CNS, a CIRH é a responsável por elaborar as Notas Técnicas sobre Abertura, Reconhecimento e Renovação dos cursos de medicina, odontologia e psicologia. Os processos são enviados para o CNS via sistema do MEC. O CNS não pode aceitar nenhum documento que não seja via sistema. Após aprovação pela CIRH a Nota Técnica é pautada no pleno do CNS para apreciação e a deliberação e é inserida no Sistema do MEC. Até a aprovação pelo Pleno do CNS as Notas Técnicas são sigilosas, ou seja, somente os conselheiros têm acesso às mesmas. Apenas a Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Saúde pode receber qualquer autoridade para tratar dos processos da CIRH, os membros da Comissão não podem passar nenhuma informação externa do CNS. **Obs.: Resolução CNS/CIRH:** N.ºs 225/97, 332/03, 350/05, 388/07, 429/09, 430/09, 431/09, 435/10 e 450/11.

Comunicação Social/Informática: responsável por promover a comunicação institucional direcionada ao público externo, para conhecimento e publicidade de todas as ações e deliberações

do Conselho. Organiza as atividades relacionadas com a imprensa, além de acompanhar o Cadastro Nacional de Conselhos de Saúde e o Sistema de Assinatura de Conselheiros de Saúde.

Assessoria Parlamentar: responsável pelo agendamento de audiências com os parlamentares, acompanhamento dos Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional de interesse do Conselho e participação em audiências públicas de interesse do Conselho.

Setor Financeiro: responsável por acompanhar o orçamento do Conselho, inclusive a sua aplicação. Além disso, cabe ao setor elaborar: a Prestação de Contas Trimestral, a Proposta Orçamentária Anual e o Relatório de Gestão.

Setor de Atas: responsável pelo acompanhamento e registro das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Conselho, bem como da Mesa Diretora. Os prazos para entrega da ata e encaminhamentos da Mesa Diretora são: i) Reuniões Ordinárias e Extraordinárias: Resumo Executivo um dia após a reunião e Ata dez dias antes da próxima reunião; ii) Mesa Diretora: após a reunião.

Coordenação do Apoio Administrativo: responsável por coordenar todo o apoio administrativo do CNS, na estrutura física, compras e recursos humanos de nível médio.

Setor de Denúncias: responsável pelo encaminhamento e acompanhamento das denúncias recebidas pelo Conselho.

Setor de Indicações/Correio Eletrônico do CNS: responsável por encaminhar as indicações de Conselheiros pelo Pleno do CNS e SE/CNS para participar de eventos, bem como pela distribuição dos documentos recebidos pelo e-mail do CNS.

Protocolo - Apoio Administrativo: responsável pelo registro de entrada e saída de todos os documentos. Nenhum documento deve entrar ou sair sem que tenha passado pelo setor de protocolo.

Expedição - Apoio Administrativo: encarregado de enviar, separar, conferir, distribuir e liberar documentos e materiais de interesse do Conselho.

Arquivo: responsável por desempenhar algumas funções fundamentais, como, por exemplo, guardar em arquivo documentos produzidos e recebidos, conservar a memória do Conselho ao longo de sua existência.

Setor de Passagem: tem como função principal preparar a viagem do Conselheiro sempre levando em conta o menor e melhor valor para a administração. Lembramos, ainda, que todas as ações dos técnicos que trabalham nesta área devem ser respaldadas em ato legal. No Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, há duas Portarias que regulam a atividade; uma do Ministério da Saúde nº 2.615/2008 e outra do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) nº 505/2009. É importante que o Conselho pesquise a regulamentação do estado ou município. É também responsável por receber a prestação de contas do conselheiro, após a realização da viagem, no prazo previsto pela legislação, original ou segunda via dos canhotos dos cartões de embarque, ou recibo do passageiro obtido quando da realização do *check-in*, via internet, ou bilhetes, ou a declaração fornecida pela empresa e o relatório de viagem, devidamente preenchido e assinado pelo conselheiro, em formulário próprio. A não prestação de contas por parte do conselheiro impossibilita a realização de uma nova viagem.

Setor de Digitação: responsável pela digitação de toda a documentação expedida pelo Conselho e arquivo eletrônico de toda documentação do CNS.

Setor de Telefonia: atendimento das ligações internas e externas, prestando informações, direcionado atendimento aos ramais/setores do CNS, bem como do MS ou para onde devam ser encaminhadas as devidas solicitações.

Secretárias: assessorar a Secretaria Executiva e Secretária Executiva Adjunta do Conselho Nacional de Saúde.

1.6. Principais Parceiros

A Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, tem como competências, dentre outras, subsidiar os processos de elaboração, implantação e implementação de normas, instrumentos e métodos necessários ao fortalecimento da gestão estratégica e participativa, nas três esferas de governo, bem como desenvolver instrumentos e iniciativas que qualifiquem o processo de avaliação da gestão estratégica e participativa no âmbito do SUS e viabilizar e coordenar a realização de estudos e pesquisas visando à produção do conhecimento.

Atualmente, o Decreto 7.508/2011, que regulamenta dispositivos da Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/90), vem aprimorar o Pacto Federativo de gestão do SUS no contexto do Pacto pela Saúde, se apresenta como uma forma de compartilhar a gestão entre as três esferas de governos, introduzindo a negociação consensual, como arranjo interfederativo na definição de responsabilidades, conformando o SUS como um modelo de regionalização e de integração de serviços.

A Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa, presente nos processos cotidianos da gestão do SUS, transversal aos seus princípios e diretrizes, constitui-se num conjunto de atividades voltadas ao aprimoramento da gestão do Sistema, visando maior eficácia, eficiência e efetividade, por meio de ações que buscam alcançar um sistema mais efetivo e que melhor possa atender às necessidades de saúde da população.

A necessidade de se avançar no processo de qualificação e pactuação de mecanismos de gestão do Sistema torna-se cada vez mais relevante e a parceria com instituições de ensino e pesquisa, reconhecidas nacionalmente, imprescindível, de modo a fortalecer o processo de cooperação federal, a estados e municípios.

Nessa perspectiva, foram estabelecidas, no ano de 2012, diversas parcerias, entre as quais destacamos:

- Laboratório de Inovação em Sistemas e Serviços de Saúde, para a qualificação e aperfeiçoamento da gestão estratégica e participativa em saúde nos âmbitos da Ouvidoria, Gestão Participativa, Governança e Tecnologia da Informação. A metodologia de estudos prévios, ciclos de debates e disseminação de conhecimentos proposta no Laboratório se fez presente na aproximação com instituições do Canadá, Reino Unido, Portugal e Itália.
- Fundação Getúlio Vargas,
- *Consorci Hospitalari da Catalunya* – CHC, para o acompanhamento operativo do nível central do MS na instrumentalização dos elementos de macro gestão e na direção estratégica do COAP necessários para a implantação do contrato em todas as regiões de saúde do país. Ampliar as capacidades dos gestores da SGEF para que possam apoiar os estados, regiões e municípios nos processos relacionados com a implantação, desenvolvimento e gestão do COAP.
- Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco, produzir subsídios sob a forma de análise de políticas, sistematização de tendências, formulação e interpretação de indicadores de acesso, uso de serviços e qualidade da atenção à saúde para a tomada de decisões governamentais baseadas em evidências e para a avaliação dos Planos de Saúde (nacional, estaduais e municipais).
- Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz: i) realizar o monitoramento e a análise do processo e dos resultados da implementação do Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP) em todas as regiões e estados do país; ii) implementação de ações para realização de qualificação dos conselhos municipais; iii) estudo e pesquisa - o acesso à saúde pela via judicial e seu impacto na política pública de saúde; iv) curso sobre qualificação para profissionais agentes comunitários de saúde e agentes de vigilância em saúde; v) formação de lideranças do campo e da floresta com foco na Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta e a Participação Social; vi)

sistematização e análise científica de dados para aferição da qualidade do atendimento na perspectiva dos usuários do SUS; vii) desenvolver atividades Pós-Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde- CMDSS; ix) fortalecimento da agenda estratégica da saúde no âmbito da unasul: consolidação e institucionalização do *Instituto Suramericano de Gobierno en Salud – ISAGHS*.

- Fundação Getúlio Vargas – FGV, acompanhar a implementação do Contrato Organizativo da Ação Pública – COAP nas Regiões de Saúde visando ao desenvolvimento de processos que permitam a criação de uma estrutura regional permanente de acompanhamento do contrato, com destaque para a organização de processos que fortaleçam a governança regional de execução e acompanhamento do contrato.
- Conselho de Secretarias Estaduais (CONASS) e Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), no intuito de disseminar um conjunto de informações e agendas estratégicas na perspectiva do fortalecimento da agenda de implantação dos dispositivos do Decreto 7508.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES.

2.1. Planejamento das Ações

Objetivo Estratégico 9: Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

Estratégia 1: Aprimoramento das relações interfederativas, mediante cooperação, gestão compartilhada e contratualização							Responsável: Departamento de Articulação Interfederativa					
RESULTADO 2012		CRONOGRAMA / PRAZO										
PRODUTOS / MARCOS INTERMEDIÁRIOS		Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
AÇÕES												
Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP) assinado em 88 regiões de saúde no território nacional (Resultado prioritário)												
Processo de planejamento do SUS estruturado												
Apoiar a elaboração dos instrumentos de planejamento do SUS (Planos, RAG e PAS), com vistas ao planejamento regional integrado.												
Apoiar a elaboração da Programação Geral das Ações e Serviços de Saúde, regionalmente.												
Disponibilizar a ferramenta de apoio à elaboração do Mapa da Saúde.												
Apoio Integrado como estratégia de cooperação interfederativa estruturado,												
Instrumentalizar as equipes de apoiadores para implantação do COAP.												
Elaborar manual de orientação para implantação do COAP.												
Construção de agendas estaduais à cooperação.												
Processo de apoio à avaliação da regionalização do SUS estruturado.												
Definir metodologia de avaliação nas regiões.												
Monitorar o processo de constituição de regiões de acordo com o Decreto.												
Definir regiões prioritárias (Qualisus, Redes Temáticas, Consórcios)												
Processo de contratualização estruturado												
Elaborar plano de comunicação e divulgação do COAP.												
Definir financiamento (Incentivo e blocos - Lei 141/12)												
Fechar estrutura de M&A												
Fazer mobilização no MS.												
Implantar fluxos: administrativos, financeiros e jurídicos												
Comissões Intergestores apoiadas.												
Qualificar espaços de negociação e pactuação (CIR, CIB, CIT).												
Mobilizar os atores políticos (MS, prefeitos, governadores, conselhos de saúde, secretários de saúde, Procuradores, movimentos sociais).												

Estratégia 2 : Ampliação da Participação Social para o fortalecimento do SUS							Responsável: Departamento de Apoio à Gestão Participativa					
RESULTADO 2012		CRONOGRAMA / PRAZO										
PRODUTOS / MARCOS INTERMEDIÁRIOS		Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro

AÇÕES														
Conhecimento em Gestão Participativa e Controle Social produzidos														
Projeto de Educação Permanente para o Controle Social em Saúde implantado nos estados														
Estabelecer convênios regionais com Universidades Federais (GESCON) e instituições formadoras para pesquisas /produção do conhecimento.														
Realizar Oficinas Regionais para pactuar o Projeto de Educação Permanente para o Controle Social em Saúde - PID e Conectividade														
Realizar Seminário Nacional de Inclusão Digital.														
Materiais sobre Gestão Participativa e Controle Social produzidos														
Elaborar, produzir e publicar cartilha para conselheiros de saúde.														
Revisar e publicar documento sobre Educação Permanente para o Controle Social com foco nas Políticas de Promoção da Equidade														
Conselhos de Saúde fortalecidos no processo de implementação do COAP. (Resultado prioritário)														
COAP discutido e acompanhado pelos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde da Região.														
Realizar Curso de Formação de Conselheiros em parceria com FIOCRUZ e CNS														
Articular com DAI para apropriação das estratégias de execução do COAP e o Controle Social para apoio na implementação do COAP nos estados e municípios.														
Articular com CNS - Espaço de diálogo permanente com conselhos estaduais e municipais de saúde.														
Realizar cursos presenciais regionais para estados e municípios menores formando formadores														

Estratégia 3: Consolidação das Políticas de Promoção da Equidade em Saúde										Responsável: Departamento de Apoio à Gestão Participativa				
RESULTADO 2012	CRONOGRAMA / PRAZO													
PRODUTOS / MARCOS INTERMEDIÁRIOS	AÇÕES	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
60 Comitês Técnicos de Políticas de Promoção da Equidade e Educação Popular em Saúde implantados e funcionando, com a participação de secretarias de saúde, movimentos sociais e de trabalhadores em saúde.														
Comitês Técnicos de Saúde da População Negra implantados e apoiados em 15 estados (MA, RS, PR, SC, MG, RJ, BA, SE, AP, MT, SP, AM, CE, PB e GO).														
Realizar 06 seminários regionais Gestão Participativa e Promoção da Equidade.														
Apoiar estados para implementação dos Comitês e organização dos seminários estaduais.														
Apoiar os movimentos sociais para implementação dos comitês e da política da população negra.														
Comitês Técnicos de Saúde da População LGBT implantados e apoiados em 15 estados (DF, GO, RS, PR, AM, BA, PE, PB, AL, SE, CE, PI, SP, RJ e ES).														
Realizar 06 seminários regionais Gestão Participativa e Promoção da Equidade.														
Apoiar estados para a implementação dos comitês e organização dos seminários estaduais.														
Realizar reunião com Fórum de Gestores LGBT e CONASS.														
Apoiar os movimentos sociais para implementação dos comitês e da Política Nacional de Saúde LGBT.														
Comitês Técnicos de Saúde da População Campo e Floresta implantados e apoiados em 14 estados (RS, SC, ES, SP, GO, MT, PE, BA, CE, MA, PI, RR, PA, AM).														
Realizar 06 seminários regionais Gestão Participativa e Promoção da Equidade														
Apoiar estados para a implementação dos comitês e organização dos seminários estaduais.														

Apoiar os movimentos sociais para implementação dos comitês e da política nacional do campo e da floresta.														
Comitês Técnicos de Saúde da População em Situação de Rua implantados e apoiados em 8 estados (SP, RS, PR, MG, RJ, DF, BA e PE).														
Realizar 06 seminários regionais Gestão Participativa e Promoção da Equidade.														
Apoiar estados para a implementação dos comitês e organização dos seminários estaduais.														
Apoiar os movimentos sociais para implementação dos comitês e da política de Saúde em Situação de Rua.														
Comitês de Educação Popular em saúde implantados e apoiados em 9 estados (SC, RJ, GO, CE, BA, MG, MT, DF, RS).														
Realizar 06 seminários regionais Gestão Participativa e Promoção da Equidade.														
Apoiar estados para a implementação dos comitês e organização dos seminários estaduais.														
Apoiar os movimentos sociais para implementação dos comitês e das políticas de promoção de equidade e EPS.														
Planos Operativos das Políticas de Saúde da População Negra, LGBT e Campo e Floresta implementados.														
Plano Operativo da PNSILGBT 2012-2014 implementado														
Realizar três reuniões do Comitê Técnico Assessor LGBT.														
Realizar Seminário sobre Processo Transexualizador (visitas aos quatro serviços de referência do Processo Transexualizador SP, RJ, POA e GO, e Revisão da Portaria SAS 457 de 2008).														
Realizar Oficina de elaboração de conteúdo para Módulo EaD LGBT para UNASUS.														
Realizar Oficina de Pesquisas sobre Saúde LGBT.														
Realizar Seminário Nacional LGBT (ações do Plano Operativo 2012 e planejamento 2013), com movimentos sociais, CONASEMS, CONASS e MS.														
Plano Operativo da PNSIPCF 2012-2014 implementado.														
Realizar três reuniões do Grupo da Terra.														
Realizar Seminário sobre Impactos dos Agrotóxicos na Saúde e Ambiente, com movimentos sociais do campo e da floresta, gestores federais do MS, MDA, MMA, MTE, MPS, MJ, SDH, SPM, SEPPIR.														
Realizar reuniões intra e intersetorial para implementação e monitoramento do Plano Operativo.														
Ampliar e fortalecer as parcerias com os movimentos sociais do campo e da floresta e o MS incluindo a formação de lideranças desses movimentos sociais.														
Realizar II Encontro Nacional dos Movimentos Sociais do Campo e da Floresta.														
Plano Operativo da PNSIPN 2012-2014 implementado.														
Implantar Campanha de Enfrentamento do Racismo Institucional.														
Executar o plano de ação de enfrentamento da violência a jovens negros.														
Pactuar o plano operativo na comissão de saúde da população negra no Conselho Nacional de Saúde.														
Pactuar o plano operativo (2012-2015) na CIT.														
Políticas de Saúde da População em Situação de Rua e Política Nacional de Educação Popular em Saúde aprovadas no CNS e pactuadas na CIT.														
Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEP) Aprovada e Pactuada.														
Pactuar PNEPS na CIT e CNS.														
Elaborar Plano Operativo.														
Realizar Seminário Nacional de Educação Popular em Saúde do Ministério da Saúde e encontros regionais de sensibilização da PNEPS.														
Política Nacional de Saúde da População em Situação de Rua.														
Elaborar e Pactuar Plano Operativo da Saúde da População em Situação de Rua.														

Realizar II Oficina de Capacitação e Fortalecimento de Lideranças da População em Situação de Rua.																				
Realizar 02 oficinas de capacitação de profissionais da Atenção Básica que atuam no atendimento a PSR (POA e PR ou SSA).																				

Estratégia 4: Universalização do Cartão Nacional de Saúde na perspectiva da qualificação da gestão interfederativa.													Responsável: Departamento de Informática do SUS										
RESULTADO 2012													CRONOGRAMA / PRAZO										
PRODUTOS / MARCOS INTERMEDIÁRIOS													Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
AÇÕES																							
Cartão Nacional de Saúde implantado para 102 milhões de pessoas, em 1313 municípios com cadastro e acesso ao Cartão. (Resultado prioritário)																							
102 milhões de cartões de saúde impressos e entregues com os registros higienizados.																							
Distribuir 102 milhões de mídias para os 1.313 municípios.																							
Definir o projeto de comunicação social acerca do Cartão Nacional.																							
Viabilizar a importação das bases locais da ANS, SESAI e Gestores Locais para a Base Nacional.																							
Higienizar as bases.																							
Disponibilizar o sistema de cadastro e impressão das etiquetas do cartão, monitorando as entregas.																							
Monitorar a entrega e avaliar o uso do cartão por meio de parcerias institucionais																							
Projetos de barramento e infraestrutura concluídos..																							
Contratação de equipe especializada.																							
Análise e dimensionamento das necessidades do barramento e infraestrutura.																							
Interação com áreas técnicas governamentais, de ensino e privadas.																							
Elaboração do projeto orientado a serviço.																							
Discussão e formalização do modelo adotado pelo SUS.																							
Interoperabilidade, por meio do barramento, do CADWEB, CNES e SISRCA.																							
Contratação de equipe especializada.																							
Análise e dimensionamento das necessidades do barramento.																							
Definição dos protocolos de interoperabilidade.																							
Viabilizar infraestrutura.																							
Desenvolvimento dos conectores de interoperabilidade.																							
Realização de 5 Oficinas Regionais para implantação do Cartão Nacional de Saúde.																							
Construir a agenda.																							
Viabilizar logística.																							
Articulação com os atores.																							
Realizar oficina com definição de ações a serem desenvolvidas.																							
Consolidar relatórios.																							
Ambiente de disseminação da informação em saúde reestruturado por meio de ferramentas (BI) e EAD.																							
Integrar as equipes de trabalho.																							

Padronizar a ferramenta.												
Viabilizar a infraestrutura.												
Capacitar as equipes.												

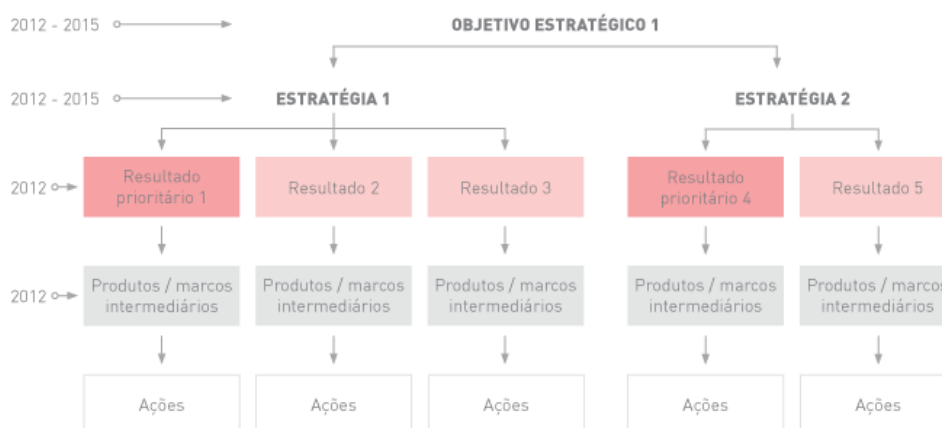
Fonte: Sistema e-Car / DEMAS/SE/MS

Objetivo Estratégico 10: Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

Estratégia 4: Implementação interfederativa da Ouvidoria Ativa como instrumento de gestão, com ampliação e fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidoria.										Responsável: Departamento de Ouvidoria Geral do SUS		
RESULTADO 2012		CRONOGRAMA / PRAZO										
PRODUTOS / MARCOS INTERMEDIÁRIOS		Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
AÇÕES												
Ouvidoria Ativa no âmbito do Sistema Nacional de Ouvidoria nas 07 marcas de governo estruturada. (Resultado prioritário)												
Totens Implantados em 123 UPAS.												
Contratar empresa para fornecimento do serviço												
Firmar Termo de Cooperação com as Secretarias nos locais de implantação das UPAs												
Fazer a manutenção dos conteúdos dos totens.												
Analisar os dados dos conteúdos oriundos dos totens.												
Pesquisas realizadas nas marcas de governo: Rede Cegonha, Mama, Colo de Útero, Crack, UBS, SOS Urgência e Emergência, Melhor em Casa e Viver Sem Limites.												
Realizar Termo de Cooperação Técnica com instituição de pesquisa												
Construir os instrumentos e a amostra junto às áreas afins.												
Sistematizar, analisar e divulgar os resultados oriundos das pesquisas.												
Contratar empresa para a operacionalização das pesquisas de grande porte relacionadas às marcas de governo.												
7.000.000 (sete milhões) de CARTASUS enviadas aos cidadãos												
Contratar empresa para tabulação dos dados oriundos dos cartões respostas.												
Produzir os relatórios com dados oriundos das cartas.												
Estruturar a área de tratamento de demandas para atender as necessidades da ação CartaSUS.												
Definir os fluxos com as áreas afins.												
Ações de Ouvidoria Itinerante realizadas juntamente com o Sistema Nacional de Ouvidoria do SUS.												
Aprovar Projetos.												
Estabelecer parcerias.												
Produzir e divulgar Relatórios sistematizados com a interpretação dos dados resultantes das ações												
17.000.000 (dezessete milhões) de informações disseminadas												
Atualizar e ampliar os bancos de Informação da Ouvidoria-Geral												
Dinamizar e atualizar árvore da Unidade de Resposta Auditável – URA.												
Disseminar informações por meio de mala direta.												
Ampliar a disseminação de informação por meio das pesquisas.												

2.2. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

A atual gestão do Ministério da Saúde é orientada por uma agenda estratégica para o período de 2011 a 2015. Esta agenda conta com um ciclo anual de planejamento com início em cada ano e conta com a participação de dirigentes, gestores e toda equipe técnica. Durante a etapa de elaboração do planejamento são definidas as estratégias para a realização dos objetivos elencados, os resultados a serem alcançados e os planos operacionais para a consecução dos resultados. A agenda estratégica do Ministério da Saúde (MS) tem a seguinte estrutura:



Objetivos Estratégicos: Estão vinculados ao Plano Plurianual e ao Plano Nacional de Saúde.

E descrevem os grandes objetivos que o MS busca atingir em 2015.

Estratégias: São os principais caminhos, trajetórias que serão percorridas para atingir os Objetivos Estratégicos e se constituem como estratégias da gestão até 2015.

Resultados: Expressam a transformação na realidade desejada ao final de determinado prazo, ou seja, descrevem aquilo que os gestores esperam atingir em dezembro do ano corrente, fruto da sua ação direta ou indireta. Devem ser claros e verificáveis por qualquer pessoa. Alguns desses resultados são definidos como “Prioritários”, os quais serão acompanhados “mais de perto” pelo Ministro e pelo Colegiado de Gestão do MS, seu andamento é apreciado por essa instância de gestão do Ministério com mais frequência que os demais resultados.

Marcos Intermediários/Produtos: Os produtos, ou marcos intermediários, são entregas intermediárias que precisam ser realizadas para que o resultado seja atingido. Nesse sentido, configuram-se como meios para que o resultado se concretize.

Ações: São as atividades, ações necessárias para a realização do produto/marco intermediário.

Os resultados, marcos intermediários/produtos e ações têm periodicidade anual, podendo ser confirmados nos outros anos, no momento da etapa de planejamento.

O primeiro ciclo do processo do Planejamento Estratégico iniciou-se em janeiro de 2011 e teve como resultados principais a elaboração dos Objetivos Estratégicos (OE) que deverão guiar a gestão até 2015, e a partir daí as estratégias para a consecução dos OE, os resultados e produtos a serem alcançados nesse ano. Esse processo aconteceu simultaneamente com a discussão do Plano Nacional de Saúde - PNS e do Plano Plurianual – PPA, ambos referentes ao período 2012-2015, dando, assim, maior conformidade e integração aos instrumentos de planejamento no MS.

O acompanhamento do Plano Estratégico ocorre durante todo o ano, conta com o envolvimento de vários atores da instituição que são definidos como responsáveis pelo seu monitoramento e se baseia em um sistema informatizado de atualização constante.

O ano de 2012 foi o segundo ciclo do Planejamento Estratégico do MS, iniciado em fevereiro, quando foram realizadas diversas oficinas, uma para cada OE, que contaram com a participação dos gestores e dirigentes do MS. O Plano Estratégico 2012 conta com estratégias, resultados, sendo parte destes definidos como prioritários, produtos e um plano de ação.

Os dezesseis Objetivos Estratégicos definidos:

- 1 – Garantir acesso da população a serviços de qualidade.
- 2 – Reduzir os riscos e agravos à saúde da população.
- 3 – Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança.
- 4 – Aprimorar a rede de urgência e emergência.
- 5 – Fortalecer a rede de saúde mental.
- 6 – Garantir a atenção integral à saúde de idosos e doentes crônicos.
- 7 – Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.
- 8 – Melhorar as relações do trabalho na saúde.
- 9 – Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia de acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.
- 10 – Qualificar instrumentos de execução direta.
- 11 – Garantir assistência farmacêutica.
- 12 – Fortalecer o complexo industrial e de ciência e tecnologia.
- 13 – Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar.
- 14 – Promover internacionalmente os interesses brasileiros da saúde.
- 15 – Implementar ações de saneamento básico e saúde ambiental.
- 16 – Contribuir para erradicar a extrema pobreza no país.

No ano de 2012, do mesmo modo que em 2011, coube à Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa – SGEPP, junto com a Secretaria Executiva – SE, a responsabilidade pelos *Objetivos Estratégicos 09: Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável* e *10 – Qualificar instrumentos de execução direta*, com a seguinte definição de seis estratégias para os cinco Departamentos que compõem a sua estrutura, conforme segue:

Estratégia: Aprimoramento das relações interfederativas, mediante cooperação, gestão compartilhada e contratualização.

Estratégia: Ampliação da Participação Social para o Fortalecimento do SUS.

Estratégia: Consolidação das Políticas de Promoção da Equidade em Saúde.

Estratégia: Universalização do Cartão Nacional de Saúde na perspectiva da qualificação da gestão interfederativa.

Estratégia: Implementação interfederativa da Ouvidoria Ativa como instrumento de gestão, com ampliação e fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidoria.

Estratégia: Realização de ações de controle interno na gestão do SUS, com foco em resultados, tendo como referência o COAP e a Garantia de Acesso.

É importante destacar que das seis estratégias acima apresentadas, as quatro primeiras fazem parte do OE 9 e são de responsabilidades do Departamento de Articulação Interfederativa – DAI (Estratégia 1), do Departamento de Apoio à Gestão Participativa – DAGEP (Estratégias 2 e 3) e do Departamento de Informática do SUS – DATASUS (Estratégia 4), as duas últimas fazem parte do OE 10 e são de responsabilidade, nesta ordem, do Departamento de Ouvidoria Geral do SUS – DOGES e do Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS, sendo que estas se apresentam, dentro do OE 10, como estratégias 4 e 5.

2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações

Objetivo Estratégico 9: Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável

Estratégia 1: Aprimoramento das relações interfederativas, mediante cooperação, gestão compartilhada e contratualização.

A estratégia *Aprimoramento das Relações Interfederativas, Mediante Cooperação, Gestão Compartilhada e Contratualização* foi operacionalizada focando os princípios da gestão interfederativa que impõem uma permanente articulação entre os entes federativos para cumprir a determinação constitucional de integrar todas as ações e serviços públicos de saúde em rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um Único Sistema de Saúde. A articulação das áreas técnicas do Ministério da Saúde foi fundamental para o processo de construção de uma agenda estratégica voltada para o fortalecimento da articulação interfederativa, ao aprimoramento do processo de monitoramento e avaliação da gestão estratégica e participativa, ao subsídio para a elaboração, implantação e implementação de instrumentos e diretrizes para o fortalecimento da gestão do SUS, nas três esferas de governo.

Vale destacar a publicação do Decreto 7.508/11, que regulamenta a Lei 8080/90 nos aspectos da organização do Sistema Único de Saúde, com ênfase no planejamento da saúde, na atenção à saúde e na articulação interfederativa, possibilitando a organização do sistema de saúde a partir da definição das responsabilidades sanitárias dos entes da federação, com foco na ampliação e qualidade do acesso da população a ações e aos serviços de saúde.

Resultado 1: Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP) assinado em 88 regiões de saúde no território nacional (Resultado prioritário)

Cenário: O ano de 2012 configurou-se como um ano de transição para as gestões municipais. Sendo assim o Ministério da Saúde, por meio da SGEF trabalho no aprimoramento da agenda estratégica para assinatura do COAP. Foram realizadas, reuniões e atividades técnicas com as equipes dirigentes dos Estados e Municípios, por meio dos COSEMS. Das agendas federativas, destacaram-se os Estados de Sergipe, São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Mato Grosso do Sul. Cabe destacar que o Estado de Sergipe, que já possuía um processo de contratualização próprio - Contrato de Ação Pública – CAP, decidiu prorrogar o seu Termo Aditivo até o término da vigência do contrato atual, porém com o compromisso de dar início, no primeiro semestre de 2013, ao processo de assinatura do COAP. Dos Estados acima citados, dois deles assumiram de forma mais direta a construção da assinatura do COAP, foram eles o Ceará e Mato Grosso do Sul. Estes Estados constituíram núcleos gestores de condução do processo, realizaram agendas com os procuradores municipais, realizaram uma série de oficinas internas como também em conjunto com as equipes do MS; trabalharam junto aos gestores municipais na feitura de ações para a qualificação do planejamento regional e por terem sido os Estados que primeiro aderiram ao processo do Pacto pela Saúde em 2006/2007, aproveitando a experiência vivenciada tiveram a condição de assinar o COAP. Foi assim que no decorrer do ano de 2012 foram assinados 24 (vinte e quatro) contratos em todo o território nacional, o que significou 48% da meta estipulada. Vinte no Estado do Ceará, nas regiões de saúde de **Acarauá, Aracati, Baturité, Brejo Santo, Camocim, Canindé, Cascavel, Caucaia, Crateús, Crato, Icó, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Limoeiro, Maracanaú, Quixadá, Russas, Sobral, Tauá e Tianguá** e quatro no Estado do Mato Grosso do Sul, nas regiões de saúde de **Campo Grande, Três Lagoas, Dourados e Corumbá**. As assinaturas foram precedidas por um conjunto de reuniões e oficinas, que envolveram as representações estaduais – Secretarias Estaduais de Saúde e Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (SES e COSEMS) e equipes do Ministério da Saúde, realizadas tanto nos respectivos estados como em Brasília. Vale destacar que

os extratos dos Contratos foram publicados no Diário Oficial da União e estão disponíveis com os respectivos contratos no endereço eletrônico: www.saude.gov.br/dai. Quanto aos demais Estados, a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa - SGEPE, por intermédio do Departamento de Articulação Interfederativa/DAI, realizou agendas com as equipes técnicas das Secretarias Estaduais de Saúde desses Estados e com os COSEMS, contando com a equipe de apoiadores do DAI (centralizados e descentralizados), no sentido de fechar agendas para o ano de 2013, com base no disposto na Portaria GM 2.979/2011, que define recursos para a Política ParticipaSUS, e que tem como ênfase a implementação dos dispositivos do Decreto 7.508/2011 e que descentralizou um volume de R\$ 47.971.095,00 para os 26 Estados e o Distrito Federal. Todos os Estados enviaram suas agendas enfatizando a proposta de implantação dos dispositivos do Decreto. Do mesmo modo, avaliaram e reviram suas regiões de saúde à luz do referido Decreto, havendo constituídas, até o final do ano, 435 regiões de saúde.

Outro aspecto a ser destacado diz respeito à revisão da Portaria GM/MS nº 204/2007 e a definição dos critérios de rateio de recursos. A revisão da portaria foi concluída em dezembro, com publicação prevista para o início de 2013. Quanto à metodologia dos critérios de rateio, a discussão ficou programada para ser desenvolvida durante o ano de 2013, por meio de um grupo tripartite.

Por fim, cabe destacar o processo de cadastramento das Secretarias Estaduais e Municipais, bem como dos Conselhos de Saúde para utilização do Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão (SARGSUS), como instrumento de apoio à construção do Relatório de Gestão. O ano foi concluído com: 76,5% dos municípios com informação de planos de saúde e 96,7% com relatório de gestão informado. Todas as Secretarias Estaduais cadastradas e com senha para uso do Mapa da Saúde, além das secretarias municipais de saúde das capitais e dos COSEMS, importante instrumento de planejamento, imprescindível na construção/qualificação do COAP.

Pontos críticos: O processo de transição eleitoral ocorrido nos municípios no ano de 2012 foi considerado como dificultador para a celebração dos contratos. O Decreto 7.508/2011 e a Lei Complementar nº 141/2011 introduzem mudanças de cultura organizacional, no planejamento e na gestão do SUS, com ênfase na regionalização da saúde de forma mais contundente que normatizações anteriores, além da integração de instrumentos e da articulação interfederativa, culminando na contratualização. Essa complexidade, por si só, é um grande desafio para concretização da nova proposta. Em que pese a constituição do Comitê Gestor do Decreto 7.508/2011 e de seus Grupos Executivos no âmbito do MS, as ações por ele desenvolvidas ainda sofrem com o processo de fragmentação interna, o que dificulta a operacionalização e a organização de suas ações à luz das novas regras para o sistema, sendo este aspecto também considerado como desafio para a concretização do resultado esperado.

Quanto aos instrumentos de gestão, em particular o Plano de Saúde e o Relatório de Gestão, embora avanços tenham sido obtidos, houve um certo descompasso entre os percentuais de informação dos mesmos, respectivamente 76,5% e 96,7%, o que indica uma situação a ser modificada, principalmente por estar se iniciando um novo ciclo de gestão e planejamento. Como o acesso ao SARGSUS é feito pelas secretarias, ou seja, não está na governabilidade do Ministério, há que se ter um esforço tripartite para não se perder a condição de alimentação adequada da ferramenta no primeiro trimestre de 2013, período mais crítico do ano. Com relação ao Mapa da Saúde, a internalização da ferramenta por parte do DATASUS e seu aprimoramento para ampliação do acesso aos gestores municipais em âmbito local/regional é outro ponto a ser aprimorado tendo em vista a chegada dos novos gestores e a pouca familiaridade com as funcionalidades da ferramenta.

No que se refere ao financiamento do SUS, mesmo tendo sido pactuada a revisão da Portaria GM/MS 204/2006, na última reunião da Comissão Intergestores Tripartite - CIT do ano, ainda resta a definição da metodologia dos critérios de rateio em conformidade com a Lei Complementar 141, com a possibilidade de ser instituído um incentivo para o desempenho do COAP.

Recomendações: Fortalecer o espaço do Comitê Gestor do Decreto, com a participação dos dirigentes das Secretarias do MS, como espaço de articulação institucional contínua, necessário e

estratégico no sentido de aprimorar os processos que envolvem à construção e assinatura dos COAP, como também os respectivos Grupos Executivos, que têm a finalidade de desdobrar e detalhar as atividades propostas pelo Comitê. Para tanto, propõe-se a realização de uma oficina de trabalho envolvendo todas as secretarias do MS com representação no Comitê Gestor para definir a linha de atuação para o ano de 2013 e apontar a meta a ser alcançada para assinatura do COAP com os Estados. Bem como publicar portaria de revisão da Portaria 204/2007 e constituir o grupo tripartite, com agenda vinculada ao Comitê Gestor do Decreto para definir a metodologia dos critérios de rateio, apontando os caminhos para construção de um incentivo de desempenho para o COAP. Ainda, incluir na ferramenta de monitoramento do Planejamento Estratégico (e-Car) as agendas enviadas pelos Estados, no intuito de construir um processo sistêmico de monitoramento da implantação dos dispositivos do Decreto 7.508/11 nos Estados. Intensificar as agendas de acolhimento aos novos gestores municipais iniciada com o Encontro Nacional dos Prefeitos e Prefeitas e acolhimentos aos novos gestores municipais prevista para o final do mês de janeiro de 2013. Trabalhar junto às SES e COSEMS para a atualização do cadastro dos técnicos que são responsáveis pela alimentação do SARGSUS, como também construir uma agenda de apoio para o desenvolvimento dos instrumentos de planejamento e produzir material que oriente a construção do COAP, em forma de guia para ser divulgado aos novos gestores municipais, Secretarias Estaduais e Conselhos de Saúde, assim como a disponibilização do SISCOAP é prioridade para 2013. Implantar o Programa de Inclusão Digital das CIB e CIR, propiciando acesso a um conjunto de informações estratégicas, em tempo real, auxiliando na tomada de decisão dos gestores no âmbito local e regional. Realizar o V Encontro Nacional das Comissões Intergestores Bipartite no ano de 2013. Por fim, concluir o quadro de apoiadores institucionais descentralizados fortalecendo o processo de cooperação com as SES e os COSEMS.

Produto 01 - Processo de planejamento do SUS estruturado.

Cenário: As atividades relacionadas à estruturação do processo de planejamento do SUS compreenderam a formulação de agendas referentes à: atualização do Documento de Diretrizes para o processo de Planejamento do SUS à luz da LC 141/2012; definição dos conteúdos do relatório detalhado do quadrimestre, contido no artigo 36 da Lei Complementar nº 141/2012, pactuado na CIT, o qual foi discutido e aprovado no âmbito do Conselho Nacional de Saúde (aguardando publicação da resolução); realização, em novembro de 2012, da Oficina Nacional Tripartite sobre Planejamento Regional Integrado, que possibilitou a discussão e alinhamento do processo de planejamento regional do SUS.

Em dezembro foi concluído o processo de pactuação 2012 dos indicadores que compõem as regras de transição, atingindo um total de 99,9% dos municípios que finalizaram a pactuação.

O SARGSUS registrou 100% de municípios cadastrados, com um percentual de 96,7% de relatórios enviados. Com relação às SES, todas foram cadastradas e 100% dos relatórios de 2012 foram enviados pelo sistema. Cabe destacar que o ano foi finalizado com 28 Conselhos Municipais de Saúde - CMS com pendência no cadastramento, sendo 1 do Pará, 2 de Pernambuco, 18 do Piauí, 5 do Rio de Janeiro e 2 do Rio Grande do Norte. No tocante ao processo de transição da pactuação de indicadores por meio do SIS PACTO, obteve-se 99,9% dos municípios com a pactuação concluída, restando um número sem registro no sistema, após o prazo final que foi de 4 de dezembro de 2012.

Com relação ao processo de absorção da ferramenta Mapa da Saúde pelo DATASUS, o desenvolvimento e correção de funcionalidades foram o foco das atividades das equipes envolvidas no projeto, sendo que a finalização do projeto se deu no mês de dezembro. As atividades de absorção da ferramenta e desenvolvimento de funcionalidades estão em desenvolvimento. O lançamento da ferramenta Mapa da Saúde ocorreu em 12 de junho, durante o XVIII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, realizado em Maceió/AL, contando hoje cadastradas todas as SES e Capitais.

Pontos críticos: necessidade de publicação da Resolução CIT do Documento de Diretrizes para o

processo de planejamento do SUS, que foi atualizada à luz da LC 141/2012, permitindo a revisão e a publicação de portarias que orientem o processo de construção dos instrumentos de planejamento a saber: Plano de saúde, Programação Anual de Saúde e Relatório Anual de Gestão. Situação quanto a continuidade de alimentação do SARGUSUS, tendo em vista o processo de transição a ser vivenciado pelos novos gestores, com destaque para o primeiro trimestre de 2013.

Com relação à pactuação dos indicadores, o processo de transição precisa ser qualificado, pois só conseguiu-se concluir a pactuação de 2012 no final do ano, restando municípios que não fecharam o processo.

No projeto Mapa da Saúde é destacado como pontos críticos: a) a absorção da ferramenta pelo DATASUS, pois o projeto tem como prazo final pelo PROADI em dezembro de 2012, onde, apesar do andamento de algumas atividades importantes, ainda há necessidade de alinhamento de cronogramas entre o DATASUS e o HAOC (Hospital Alemão). A definição da contratação pelo DATASUS de profissional responsável pela absorção constitui-se em fator importante, principalmente porque tal profissional terá pouco tempo de interação com a empresa desenvolvedora; b) a conclusão das análises das prestações de contas; c) as entregas de novas funcionalidades; e d) as correções na ferramenta Mapa da Saúde já enviadas ao HAOC.

Recomendações: Finalizar com a Consultoria Jurídica – CONJUR/MS os entendimentos referentes aos ajustes do Documento de Diretrizes para o processo de planejamento do SUS, com vistas à publicação da resolução.

O Departamento de Articulação Interfederativa - DAI deverá dar continuidade ao trabalho de harmonização das discussões sobre Planejamento Regional Integrado, trabalhando para uma melhor integração entre as discussões e processos realizados.

Relativo ao Mapa da Saúde, se faz necessário o fortalecimento da equipe de desenvolvimento do DATASUS que irá assumir a internalizar por completo a ferramenta, propiciando a continuidade do projeto que prevê melhorias e expansão de funcionalidades.

Também é importante avaliar a continuidade do Comitê Temático Interdisciplinar do Mapa da Saúde (CTI-Mapa da Saúde), parceria com a RIPSA, para viabilização dos produtos pensados.

Com relação ao processo de institucionalização do SARGUSUS e demais instrumentos, é importante envolver Estados e COSEMS na atualização dos cadastros da SMS e CMS, não permitindo a descontinuidade dos trabalhos. Aproveitar as agendas de acolhimento dos novos gestores para proceder à divulgação das informações referentes ao SARGUSUS e orientar os gestores para os compromissos relativos ao primeiro trimestre de 2013.

Ação 01 - Apoiar a elaboração dos instrumentos de planejamento do SUS (PS, RAG e PAS), com vistas ao planejamento regional integrado.

Cenário: No primeiro e segundo trimestres de 2012 foi retomado o GT Mapa e Planejamento para discussão e alinhamento interno do MS no que se refere ao processo de planejamento, com destaque para: i) definição da arquitetura de integração do processo de planejamento à luz da contratualização; e ii) planejamento e avaliação do Pacto pela Saúde referente ao período de 2007 a 2011. Foram realizadas pactuações em reunião da CIT relacionadas aos instrumentos de planejamento: a) em 16 de fevereiro de 2012 a pactuação do cronograma de conclusão das informações dos Relatórios Anuais de Gestão (RAG), anos base 2007, 2008, 2009 e 2010, tendo como prazo final a data de 31 de maio de 2012; b) em 22 de março de 2012, a pactuação das diretrizes para a revisão da Portaria GM/MS nº 399/2006 e; c) em 26 de abril de 2012, a pactuação da minuta de resolução que dispõe sobre as regras de transição para os processos operacionais decorrentes da implantação, no âmbito do SUS, dos dispositivos do Decreto nº 7.508/11. A partir da pactuação das regras de transição foram realizadas videoconferências com todos os estados com o objetivo de facilitar a apropriação e dirimir as dúvidas em relação a esse processo. No terceiro e quarto trimestres de 2012 as atividades relacionadas à estruturação do processo de planejamento do

SUS compreenderam: a atualização do Documento de Diretrizes para o processo de planejamento do SUS à luz da LC 141/2012; o relatório detalhado do quadrimestre, contido no artigo 36 da Lei Complementar nº 141/2012, já pactuado na CIT e também discutido e aprovado no âmbito do Conselho Nacional de Saúde; realização, em novembro, da Oficina Nacional Tripartite sobre Planejamento Regional Integrado que possibilitou a discussão e alinhamento do processo de planejamento regional do SUS. Em 26 de abril de 2012, foi pactuada a abertura do SISPACTO para o registro do processo de pactuação 2012. Assim, conforme a pactuação mencionada, foram publicadas a Resolução CIT nº 04, de 19 de julho de 2012, e a Portaria nº 1.580/GM, de 19 de julho de 2012, abrindo o SISPACTO para o processo de pactuação das metas 2012 que compõe as regras de transição. Na reunião da CIT de outubro de 2012 foi pactuado o prazo final para fechamento do aplicativo SISPACTO para registro do processo de pactuação das Diretrizes, Objetivos e Metas e Indicadores de Transição para o ano de 2012. Na reunião da CIT de 22 de novembro, com os resultados da pactuação apresentados e quando não havia ainda o fechamento do processo por parte de todas as SES e SMS observou-se a necessidade de um maior empenho na finalização desse processo, onde foi elaborada pelo DAI/SGEP/MS a Nota Técnica nº 59, de 22 de novembro de 2012, informando sobre a situação da Pactuação de Prioridades, Objetivos, Metas e Indicadores da regra de Transição 2012 e concedendo novo prazo de prorrogação para finalização do processo de pactuação. No relatório extraído do sistema em 21 de dezembro de 2012 aponta que um município não iniciou a pactuação e três estão com pactuação em preenchimento, assim temos um resultado de 99,9% de pactuação finalizada.

Pontos críticos: necessidade de publicação do Documento de Diretrizes para o processo de planejamento do SUS, atualizado à luz da LC 141/2012. A dinâmica do processo de construção dos indicadores da regra de transição precisa ser repactuada internamente no MS, para podermos fechar a metodologia do ano de 2013 em tempo hábil. Outro ponto crítico diz respeito à continuidade da alimentação do SARGSUS por parte das novas equipes gestores municipais.

Recomendações: que seja harmonizado com a CONJUR os entendimentos referentes aos ajustes do Documento de Diretrizes para o processo de Planejamento do SUS, com vistas à publicação a ser feita antes da CIT de fevereiro de 2013. Realização de agendas com Estados e COSEMS para o processo de qualificação do uso do SARGSUS particularmente no primeiro trimestre de 2013 onde os gestores terão que construir o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, o último quadrimestral de 2012 e o RG de 2013. Desenvolver os aplicativos para adaptar o SARGSUS, permitindo a construção do Relatório Quadrimestral via sistema.

Ação 02 - Apoiar a elaboração da Programação Geral das Ações e Serviços de Saúde, regionalmente (PGASS)

Cenário: ação de responsabilidade direta do Departamento de Regulação e Avaliação e Controle, da Secretaria de Atenção à Saúde (DRAC/SAS) para a qual o DAI/SGEP apoia e coopera com as discussões referentes ao processo de planejamento do SUS e ao Mapa da Saúde. Nesse sentido houve participação em reuniões envolvendo as secretarias do MS para a definição da metodologia a ser aplicada. Na Reunião da CIT de 26 de julho de 2012, as Diretrizes e Proposições Metodológicas para a Elaboração da Programação Geral das Ações e Serviços de Saúde (PGASS) foram aprovadas sob a coordenação do DRAC/SAS. Nessa atividade, a discussão pautada pelo DAI/SGEP buscou integrar a formulação do tema às questões afetas ao Mapa da Saúde e aos instrumentos e fluxos do planejamento do SUS: Plano de Saúde, Programação Anual de Saúde, Relatório de Gestão, planejamento regional e contratualização. Foi realizada em outubro de 2012 a Oficina de Trabalho da Programação Geral de Ações e Serviços de Saúde – PGASS, organizada pelo DRAC/SAS/MS e que contou com a participação de técnicos do DAI/SGEP. A oficina reforçou, dentre outros pontos, a necessidade de priorização das discussões afetas ao Planejamento Regional Integrado, para

facilitar o processo de construção da PGASS.

No processo de definição das diretrizes da PGASS, coube ao DAI/SGEP a formulação dos aspectos afetos à programação das ações de gestão. No apoio à gestão Interfederativa, junto ao Estado do Ceará, para a construção dos Contratos Organizativos de Ação Pública nas 22 regiões de saúde do estado, houve participação do DAI em oficinas para discussão da metodologia do processo de integração da Programação Pactuada Integrada - PPI existente e a pactuação de metas do COAP.

Pontos críticos: O processo de construção da PGASS ainda demandará algum tempo. Tendo em vista que a PGASS insere-se no processo do planejamento regional integrado torna-se necessária melhor integração dos processos das áreas responsáveis, DAI/SGEP e DRAC/SAS, com compatibilização das agendas e construções.

Recomendações: o DAI/SGEP deverá continuar o trabalho de reforço das discussões sobre o Planejamento Regional Integrado no grupo. Também deverá trabalhar para uma melhor integração entre as discussões e processos realizados pelo DAI/SGEP e DRAC/SAS.

Ação 03 - Disponibilizar a ferramenta de apoio à elaboração do Mapa da Saúde

Cenário Atual: no primeiro semestre os trabalhos foram concentrados na finalização dos quesitos pendentes do ano de 2011, com atualização das informações do Índice de Desempenho do SUS (IDSUS), de acordo com as informações enviadas pelo Departamento de Monitoramento e Avaliação da Saúde, da Secretaria Executiva - DEMAS/SE, no mês de maio/2012, inclusão de novos dados como informações da Saúde Indígena e criação da ferramenta de geração de usuários. Nesse período também foram criados os ambientes de produção (mapadasaude.saude.gov.br) e homologação (mapadasaude.homologacao.saude.gov.br). A ferramenta foi lançada na reunião da CIT do dia 12 de junho de 2012, ocorrida durante o XVIII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde realizado em Maceió/AL. Durante todo o ano foram realizadas reuniões gerenciais do projeto envolvendo o Departamento de Informática do SUS – DATASUS/SGEP e DAI/SGEP/MS o HAOC com o objetivo de: i) definir a programação de atividades para 2012; ii) definir o conjunto de prioridades para inserção de conteúdo na ferramenta e iii) internalização da ferramenta pelo DATASUS, tendo como referencial o Plano de Trabalho do Projeto Mapa da Saúde, previsto no 1º Termo Aditivo ao Termo de Ajuste nº 02, celebrado entre o MS e a empresa HAOC. No início do segundo semestre foi homologada a entrega do módulo de cadastro de usuários, possibilitando a ampliação de cadastro na ferramenta. Assim, a atividade de cadastramento de usuários das Secretarias Estaduais de Saúde, das regiões de saúde, das Secretarias Municipais de Saúde das capitais e dos Cosems segue em fase final. A segunda fase de cadastros possibilitou aos interlocutores estaduais cadastrar as regiões de saúde e, desta forma, essas realizarem os cadastros dos municípios, ou os próprios interlocutores estaduais realizarem cadastros dos municípios de seu estado. A utilização da ferramenta Mapa da Saúde pelos Estados e Municípios foi dividida em duas fases. Na primeira foram cadastrados dois interlocutores nas Secretarias Estaduais de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde das capitais e nos Conselhos Municipais de Saúde (COSEMS). No entanto o processo de automatização dos dados não está concluído, impossibilitando a sequencia destas atividades.

Com relação ao processo de automatização de dados, no mês de outubro foram definidos os módulos prioritários. A equipe do DATASUS retomou o gerenciamento das atividades das quais possuem responsabilidade para dentro do projeto. Atualmente, o ambiente de desenvolvimento foi construído e ocorreu o envio do código fonte da ferramenta pelo Hospital Alemão Oswaldo Cruz (HAOC). O DATASUS anunciou a contratação de profissional especializado para sequência das atividades de absorção da ferramenta. Este profissional tem os conhecimentos necessários para retomada das atividades. Entretanto, o tempo para conclusão das atividades de absorção terá que ser avaliado devido ao prazo final para desenvolvimento do Projeto Mapa da Saúde utilizando a

parceria do Hospital Alemão Oswaldo Cruz (HAOC).

Pontos críticos: a absorção da ferramenta pelo DATASUS, onde, apesar do andamento de algumas atividades importantes, ainda há necessidade de alinhamento de cronogramas entre o DATASUS e o HAOC. A contratação do profissional responsável constitui-se em fator importante, principalmente porque tal profissional terá que organizar o processo de interação com a empresa desenvolvedora. A análise das prestações de contas deverá ser feita tendo como base as análises dos DATASUS e as informações prestadas pelo HAOC.

Recomendações: fortalecimento das agendas entre DAI/DATASUS no sentido da internalização do desenvolvimento da ferramenta com uma equipe permanente, propiciando a continuidade do projeto que prevê melhorias e expansão de funcionalidades. Nesse sentido, estão programadas reuniões no decorrer dos últimos dias de dezembro e no mês de janeiro, entre o Ministério e HAOC para apresentação de documentação necessária. Com base nestas atividades será necessária a construção de uma nova agenda para o Projeto em 2013, contemplando as atividades previstas e ainda não realizadas e novos escopos de atividades. Também é importante avaliar a continuidade do Comitê Temático Interdisciplinar do Mapa da Saúde (CTI-Mapa da Saúde), parceria com a RIPSA. Proceder com a segunda fase dos cadastros que consistirá na possibilidade dos interlocutores estaduais poderem cadastrar as regiões de saúde e, desta forma, essas realizarem os cadastros dos municípios, ou os próprios interlocutores estaduais realizarem cadastros dos municípios de seu estado.

Produto 02 - Apoio Integrado como estratégia de cooperação interfederativa estruturado

Cenário: O Apoio Integrado como estratégia eleita pelo MS para a cooperação interfederativa constitui-se numa forma de fortalecer a horizontalidade das relações entre os entes da federação e promover um processo de cooperação interfederativo mais integrado e efetivo, na construção das Redes de Atenção à Saúde nas Regiões de Saúde, contratualizando o desenvolvimento das práticas de atenção e gestão, que produzam acolhimento, com ampliação do acesso e qualidade no SUS. Está organizada em três eixos interligados: a condução/operacionalização da própria estratégia, a formação dos apoiadores e o monitoramento e avaliação das atividades do apoio interfederativo. Seguem abaixo, as ações desenvolvidas para organização do Apoio Integrado no DAI.

Elaboração das Diretrizes do Apoio Integrado no DAI/SGEP para subsidiar as atividades dos apoiadores no processo de cooperação interfederativa.

27 Estados com apoiadores centralizados e 17 Estados da Federação (**Norte:** PA, TO; **Nordeste:** AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, SE, RN; **Centro-oeste:** GO, MS; **Sudeste:** ES, MG, SP; **Sul:** PR) com apoiadores descentralizados. Temos 25 interlocutores estaduais definidos (faltando PB e RS) e 19 interlocutores do Cosems (faltando RR, TO, MA, PB, SE, MS e RS), referências para a implementação dos dispositivos do Decreto 7508/11.

Dado início ao I Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Estratégica e Participativa como estratégia do Projeto de Educação Permanente para os técnicos do departamento, através de convênio firmado com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com 2 encontros realizados, sendo o primeiro no dia 31 de outubro e o segundo nos dias 12, 13 e 14 de dezembro, abordando os temas da Função Apoio; Saúde, Estado e Políticas Públicas.

Realização de encontros/oficinas com a equipe de apoiadores centralizados e descentralizados para discussão das agendas estratégicas no processo de cooperação interfederativa.

Elaboração de proposta de cronograma das agendas do Projeto de Educação permanente do DAI/SGEP para o ano de 2013, incluindo Café com Ideias, Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Estratégica e Participativa, ampliado DAI, rodas de conversa do Apoio Integrado DAI.

Realização de quatro reuniões do colegiado ampliado DAI, com toda a equipe do departamento, sendo uma para discussão do processo de contratualização em duas regiões de saúde do Ceará

(Itapipoca e Acaraú); duas para tratar da contextualização/avaliação do processo de contratualização nos estados do Ceará e do Mato Grosso do Sul e uma reunião sobre o apoio à utilização da ferramenta Mapa da Saúde na construção da análise de situação de saúde.

Realização do I Seminário de Apoio Integrado à Gestão Interfederativa do SUS da SGEF nos dias 29 e 30 de outubro, com a participação de todos os departamentos da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa: Departamento de Articulação Interfederativa (DAI), Departamento de Apoio à Gestão Participativa (DAGEP), Departamento de Ouvidoria Geral do SUS (DOGES) e Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS).

Participação nas reuniões do Núcleo Gestor do Apoio Integrado - NGAI/MS e nas três Oficinas Nacionais do Apoio Integrado com a participação dos apoiadores de todas as áreas do MS.

Realização de seis eventos Café com Ideias (O Indicador de Desempenho do SUS - IDSUS e a mobilização da sociedade na defesa do SUS; Aspectos do Decreto 7.508/2011 e as interfaces com a Lei Complementar 141/2012; O Monitoramento da Qualidade na Atenção Básica; A gestão da Informação em Saúde na qualificação da tomada de decisão; Políticas de Promoção da Equidade Social: o respeito às diferenças; Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527, 18 de novembro de 2011).

Participação nas reuniões quinzenais da UGP/Qualisus com o objetivo de acompanhar, apoiar a execução dos 15 subprojetos do Projeto QualiSUS-Rede, contribuindo para a organização de redes regionalizadas de atenção à saúde no Brasil.

Elaboração do documento *Caderno de Apoio à Gestão Interfederativa* contendo o Decreto 7.508/2011 e demais resoluções da tripartite, dentre outras informações relevantes para a gestão do SUS, disponibilizado na página do DAI (www.saude.gov.br/dai). Participação em seis Seminários Regionais de Gestão Estratégica e Participativa com o tema as Políticas de Promoção da Equidade e o Decreto 7.508/2011: um desafio para a gestão do SUS, em todas as regiões do País, com a consequente construção de agendas estaduais.

Participação em eventos (I Encontro Distrital de Vigilância em Saúde, Oficina de multiplicadores para o controle social da Saúde Indígena, Semana Nacional de Ouvidoria Ativa do SUS), para divulgação dos processos inerentes ao Decreto 7508, a partir da regionalização, do planejamento regional integrado para a organização das redes de atenção à saúde e aos compromissos assumidos pelos entes federativos em cada região de saúde, no Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde. Consolidação das agendas enviadas por todos os Estados para a implantação do planejamento regional integrado, o mapa da saúde e o COAP, de acordo com a PT 2.979/2011 e consequente transferência de incentivos financeiros. Consolidação das respostas dos Estados (AC, AM, PA, RR; AL, CE; DF, GO; PR, RS, SC) à solicitação enviada para levantamento do montante de saldo de recursos de portarias anteriores (ParticipaSUS, PlanejaSUS e CGR) ainda nos Fundos de Saúde e respectiva programação de execução.

Participação em reuniões do MS para a organização de material e divulgação de informações na Feira de Boas Práticas para prefeitos eleitos e reeleitos, agendada para 28, 29 e 30 de janeiro de 2013. Acompanhamento da parceria estabelecida com o Hospital do Coração (HCor)/SP, por meio do PROADI (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS), na elaboração de um projeto de Apoio ao Processo de Disseminação internacional da experiência do SUS.

Pontos críticos: Necessidade de aperfeiçoamento da gestão do processo de trabalho dos profissionais que trabalham de forma descentralizada nos estados como apoiadores do processo de contratualização; entrada de apoiadores em tempos distintos, dificultando o empoderamento dos processos por parte de todos os apoiadores; baixa integração entre apoiadores centralizados e descentralizados para a construção de agendas integradas. Acúmulo de processos que impossibilitam algumas ações do apoio integrado; insuficiência de espaços para troca de experiências entre aqueles com maior vivência desses processos. Fragilidade na programação. Necessidade de aprimorar o processo orçamentário para as atividades de cooperação interfederativa.

Fragilidade na composição e frequência das reuniões do Núcleo Gestor do Apoio Integrado – NGAIMS -, no estabelecimento do projeto de educação permanente para os apoiadores MS, bem como no alinhamento de processos de monitoramento e avaliação da estratégia.

O tempo resposta dos Estados/COSEMS às demandas é grande, impactando nos processos de cooperação/qualificação da gestão a exemplo da definição de interlocutor para a implantação dos dispositivos do Decreto bem como construção de agendas Inter federativas.

Recomendações: concluir a composição dos apoiadores descentralizados para os estados do AC, AM, AP, RO, RR, MT, RJ, RS e SC para apoiar a implementação do COAP. Estabelecer parceria com instituição de ensino superior para apoiar processos de monitoramento e avaliação das atividades apoio institucional; aprimorar o desenho do processo de apoio interfederativo; implementar e priorizar espaços voltados para o aprimoramento da atuação dos apoiadores. Definir estratégias para o fortalecimento do vínculo com os interlocutores das SES/COSEMS.

Ação 01 - Instrumentalizar as equipes de apoiadores para implantação do COAP

Cenário: Atualização da página da Coordenação Geral de Cooperação Interfederativa, disponibilizando informações relevantes para a gestão do SUS.

Apoio à realização do II Fórum Nacional de Auditores do Sistema Único de Saúde, com a discussão da importância da ação integrada entre o DENASUS e DAI com vistas ao fortalecimento da regionalização da saúde e da fiscalização dos compromissos pactuados no COAP.

Participação da Oficina tripartite de planejamento regional integrado.

Participação em reuniões do Comitê Gestor para implantação do Decreto 7508.

Participação em treinamento para uso da ferramenta Mapa da Saúde e SARGSUS.

Sistematização das informações relativas aos critérios de repasse dos recursos da Portaria 2.979/2011, com o respectivo envio de memorando ao FNS para liberação dos recursos.

Início do projeto de formação dos apoiadores do DAI, com a realização de reuniões mais regulares.

02 - Elaborar manual de orientação para implantação do COAP

Cenário: Encontra-se em discussão no Comitê Gestor do Decreto nº 7508/2011 e no Grupo Executivo do COAP a elaboração do manual de orientação para a implementação do COAP nas regiões de saúde (escopo, conteúdo, estrutura, etc.). Produzido documento orientador para a análise e parecer das áreas do Ministério da Saúde acerca dos contratos, o qual foi pactuado no âmbito do Comitê Gestor do Decreto.

Pontos críticos: Por ocasião da discussão/assinatura dos COAP dos estados do Ceará e Mato Grosso do Sul a minuta do COAP, pactuada na CIT em dezembro de 2011, sofreu alterações com vistas ao seu aprimoramento. A elaboração desses contratos introduz processo complexo e dinâmico, possibilitando que alguns posicionamentos e conceitos anteriores sejam revistos com vistas ao processo de contratualização e com base no novo regimento. A não conclusão do sistema para a implementação dos COAP (SIS COAP), como também a não elaboração do manual no tempo previsto são pontos que precisam ser trabalhados no primeiro trimestre de 2013.

Recomendações: Destaca-se que a minuta do COAP pactuada na CIT de dezembro de 2011 é um documento orientador para a elaboração do referido manual. A perspectiva é que esse documento seja concluído até o final do primeiro trimestre de 2013 propiciando a sua utilização nos processos de acolhimento dos novos gestores municipais. Outra estratégia a ser trabalhada diz respeito ao aprimoramento das ações do Comitê Gestor do Decreto e em particular o GE-COAP para que o processo de construção e uso do Manual seja internalizada pelas Secretarias e Departamentos do MS.

Ação 03 – Construção de agendas estaduais para cooperação

Cenário: Sistematização das agendas do apoio em cada estado a partir dos eixos da agenda: governança regional, planejamento do SUS, COAP e implementação das regras de transição. Construção de agenda com o Estado do Ceará, para a contratualização das 22 regiões de saúde; e com o Estado do Mato Grosso do Sul, para a contratualização das suas 4 regiões de saúde, com a finalização dos processos e assinatura desses COAP. Consolidação das 27 agendas enviadas pelos Estados para o planejamento regional, o Mapa da Saúde e o processo de contratualização interfederativo.

Produto 03 - Processo de apoio à avaliação da regionalização do SUS estruturado

Cenário: a Regionalização da Saúde é apontada como um dos mecanismos de cooperação entre entes federados, necessário à estrutura federalista vigente, devendo nortear o princípio constitucional da descentralização, na perspectiva do fortalecimento das relações interfederativas, no espaço regional. A construção de redes interfederativas, que se inicia na região de saúde, torna-se, assim, imprescindível, em razão da interdependência que os entes federados sabem existir e é crucial que as correlações de forças na rede interfederativa sejam centradas na partilha do poder decisório, para que todos colaborem e atuem ao mesmo tempo e para o mesmo fim. É nesse contexto que foram realizadas as atividades.

Elaboração de matriz avaliativa das regiões de saúde com a participação das áreas do MS, representadas no Grupo Executivo de regionalização e articulação interfederativa do comitê Gestor do Decreto 7508/11. Identificados sete estados pilotos (RS, SC, PR, BA, MS, CE e TO) para a aplicação da matriz avaliativa das regiões de saúde, através da disponibilização de *link* no FormSUS, sendo consolidados os resultados dos questionários-pilotos respondidos pelos estados – TO, SC, PR, CE e RS. Apresentação e discussão no GT de Gestão Tripartite, tendo sido acordado o redirecionamento desta, mais para um processo de monitoramento, na perspectiva da cooperação interfederativa.

Acordada com pesquisadores da Fiocruz e USP a atualização da Tipologia das Regiões de Saúde desenvolvida em 2009/2010 e elaboração de proposta para incorporação tecnológica no DATASUS (migração do BICGR para BICIR).

Atualização do banco de dados sobre a configuração das regiões de saúde, totalizando 435 regiões de saúde no país; encaminhamento para os gestores dos sistemas nacionais de informação em saúde (DATASUS (tabnet do Pacto pela Saúde), DAI (Mapa da Saúde), DASIS/SVS (Painel de Monitoramento da Mortalidade Materna e Infantil), Sala de Apoio à Gestão Estratégica (SAGE), IDSUS, DRAC/SAS (PPI e Regulação) e SESAI) e divulgação das informações atualizadas e respectivos mapas na página do Departamento;

Identificação de treze regiões de saúde com descontinuidade territorial (AC(1), AM (1), PA (1), RO (1), BA (2), MT (1), MG (4), PR (1), SC (1)) e uma região atípica formada por um município (SP), tendo sido solicitadas informações aos respectivos Estados por meio de ofício. Os Estados do AC, PA e SC enviaram resposta, sendo que o Estado de SC resolveu esta situação, a partir da nova configuração de suas regiões de saúde; os Estados do AC e PA responderam, justificando a permanência de tal situação (01 região descontínua em cada um destes Estados).

Organização de um Painel de Indicadores do SUS - temático Regionalização da Saúde, no GE de Regionalização e Articulação Interfederativa do CG Decreto 7508/11, com publicação prevista para início de 2013.

Acompanhamento da discussão do plano de ação para compor o PAC do Entorno/DF.

Participação na 1ª reunião da CT de apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Regional do MS.

Organização de Oficina “O Decreto 7.508/2011 e a governança regional do SUS” na VI Jornada de Economia da Saúde e co-organização de Seminário sobre “Regionalização da Saúde: desafios e novas perspectivas para os arranjos dos sistemas e redes de atenção à saúde” no X Congresso Brasileiro da ABRASCO.

Parceria estabelecida com o Hospital do Coração (HCor)/SP, por meio do PROADI (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS), na elaboração de um projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas Regionais de Atenção Integrada à Saúde, a ser implementado em 2013.

Pontos críticos: Persistem dificuldades de interpretação conceitual de divisão do território na saúde, ainda utilizando o estabelecido em normativas anteriores. Dificuldade na instituição de processos de monitoramento/avaliação. Limitação de ferramentas/sistemas para inserção de informações relativas à gestão do sistema e demora dos Estados em responder a solicitações.

Recomendações: Elaborar manual técnico que possa orientar as equipes gestoras, de modo a potencializar a constituição da região de saúde para o planejamento regional integrado e o processo de contratualização.

Estabelecer parceria com instituição de ensino superior para apoiar a institucionalização de processos avaliativos. Participar de eventos que possam difundir e aprofundar a instituição das regiões de saúde com vistas ao seu desenvolvimento socioeconômico cultural, bem como incentivar a participação dos gestores nas respectivas instâncias colegiadas regionais (CIR), para o seu efetivo desempenho no processo de planejamento regional, de acordo com as necessidades de saúde da população.

Constituir um GT interfederativo, amplamente representativo e construir agenda com as equipes técnicas dos Estados, para aprofundamento das questões inerentes ao processo de regionalização.

Ação 01 - Definir metodologia de avaliação nas regiões

Cenário: Adaptação de metodologia desenvolvida por pesquisadores da Fiocruz e USP em 2009/2010, que possibilite conhecer as regiões de saúde instituídas, a partir de dados socioeconômicos e de complexidade do sistema de saúde. Discussão da implementação do monitoramento de processos vinculados às regiões de saúde, conforme metodologia elaborada.

Ação 02 - Definir regiões prioritárias (Qualisus, Redes temáticas, Consórcios)

Cenário: As regiões de saúde prioritárias para o processo de contratualização no ano de 2012 foram previstas de acordo com manifestação política dos gestores para firmar o COAP, quais sejam 22 regiões de saúde do estado do Ceará, 4 do estado do Mato Grosso do Sul, 7 do estado de Sergipe, 1 do estado do Rio de Janeiro e 1 do estado de São Paulo. Da mesma forma, as regiões de saúde contempladas pelo Projeto do QualiSUS-Rede também foram consideradas prioritárias para o processo de contratualização, pois implementando o projeto e adquirindo grande potencial para o processo de regionalização na saúde. Para os Estados do Ceará, Mato Grosso do Sul e Sergipe, foram realizadas oficinas para a definição de aspectos inerentes a territorialização/regionalização, desenho do Mapa da Saúde, discussão de aspectos da programação em saúde e discussão do processo de pactuação dos indicadores, além de agenda com os procuradores municipais e estaduais. O Estado de Sergipe está incorporando ao CAP responsabilidades organizativas com vistas à implantação dos COAP por região de saúde para o ano de 2013. Para os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro a discussão foi realizada, respectivamente nas regiões do ABC e do Médio Paraíba, porém não houve uma sinalização de data para a assinatura formal dos contratos dessas regiões. Do mesmo modo, referente às regiões QualiSUS-Rede ainda não há indicativo para

assinatura dos COAP, não se efetivando no decorrer do ano de 2012 tendo em vista a falta de governabilidade do MS. A perspectiva é que no início do ano de 2013 os estados já estejam mais maduros nas discussões dos Grupos Condutores para implementação do Decreto 7.508/2011, estabelecendo agendas para formalização dos contratos, o que possivelmente trará a necessidade de revisão dos critérios estabelecidos para as regiões de saúde prioritárias para implementação do COAP.

Recomendações: Investir no diálogo com os demais entes federados, seja em ambiente tripartite, seja por intermédio dos grupos condutores instituídos nos estados (na sua grande maioria com composição SES/COSEMS) para implementação do Decreto 7.508/2011, visando à construção de plano de ação para implementação a partir do início do ano de 2013. Do mesmo modo, incentivar as 15 regiões escolhidas para o QualiSUS-Rede, pois contemplam a participação de todas as regiões do país, possibilitando a presença da diversidade nacional e incorporando as singularidades das regiões de saúde e suas bases territoriais.

Produto 04 - Processo de contratualização estruturado

Cenário: O processo de implementação do Decreto 7.508/2011 está sendo discutido, desde sua publicação, no âmbito do Comitê Gestor do Decreto nº 7.508/2011 e no Grupo Executivo do COAP. Esta agenda sistemática de discussões criou uma ampla mobilização em torno do tema, que resultou na apropriação, por parte de dirigentes e do corpo técnico do MS, do novo modelo de gestão e dos instrumentos de relação federativa que estão pautados para o país. Reuniões semanais do Comitê Gestor para discussão dos dispositivos do Decreto 7.508/11. Reuniões Semanais do Grupo Executivo do COAP para apresentação, discussão e construção dos componentes do COAP, em especial da sua estrutura e de seu caderno de indicadores. Reuniões sistemáticas com todas as áreas técnicas do MS para discussão e aprimoramento dos seus respectivos indicadores. A partir de setembro de 2012, esse processo de discussão e aprimoramento dos indicadores para o COAP passou a ser conduzido em conjunto pelos Grupos Executivos do COAP e do Planejamento. Mobilização de todas as áreas técnicas do MS para participação das reuniões do Grupo de Trabalho de Gestão da Câmara Técnica da Comissão Intergestores Tripartite - CIT e das suas plenárias nas quais foi pautado o COAP. Pactuações tripartite acerca dos dispositivos do Decreto 7508/2011, com vistas ao processo de contratualização (Resoluções CIT: Regiões de Saúde, Planejamento e Mapa da Saúde, Renases, Rename, Normas e Fluxos e Minuta COAP, Indicadores, Regras de transição Pacto pela Saúde - COAP). Agenda técnico-política com Estados e Municípios buscando estratégias para a estruturação do processo de contratualização das regiões de saúde. Processo de contratualização no estado do Ceará em andamento, onde 20 já assinaram o contrato e demais regiões finalizando processo para assinatura. Assinatura das quatro regiões de saúde do estado do Mato Grosso do Sul.

Pontos críticos: Momento político de transição eleitoral dos municípios dificultou agenda de implementação dos dispositivos do Decreto 7508/2011 na maioria dos estados. A definição dos aspectos pertinentes à revisão da Portaria 204/2007 e a constituição da PGASS são fundamentais para a estruturação do processo de contratualização.

Recomendações: O fato de o momento político não favorecer a agenda de implementação dos dispositivos do Decreto 7508/2011 para o ano de 2012 não impediu o desenvolvimento de agendas nos estados para facilitar processos a partir do início de 2013 (constituição de Grupos Condutores e pactuações tripartite). A integração sistêmica do Ministério da Saúde é importante para a discussão no âmbito dos estados. Estabelecimento de agenda de acolhimento dos novos gestores municipais, com a devida contextualização às novas regras dadas para o SUS serão de grande importância para efetivação do processo de contratualização no ano de 2013. Em que pese a constituição e o

funcionamento do Comitê Gestor do Decreto 7.508/2011 e de seus Grupos Executivos no âmbito do MS, ainda existe a necessidade de uma maior integração interna para a operacionalização e organização à luz das novas regras para o sistema, sendo este aspecto também considerado como desafio para a concretização do resultado esperado. A agenda para implementação do processo de contratualização e definição da meta de assinatura dos COAP's para 2013, deverá constar do planejamento do MS e não somente da SGEP, pois mesmo com os avanços trazidos pelas discussões internas faz-se necessário a incorporação da agenda por todas as secretarias.

Ação 01 – Elaborar plano de comunicação e divulgação do COAP

Cenário: Trata-se de ação contínua, considerando a transição da adesão ao Pacto pela Saúde para assinatura do COAP. Produção e distribuição de material informativo (folders e vídeo) sobre o Decreto 7508/2011 para as assessorias técnicas do CONASS e CONASEMS, gestores e técnicos da saúde. Está prevista a produção de quatro novos vídeos para o ano de 2013. Inclusão de textos nos espaços de divulgação da SGEP, com ênfase para os informes da CIT. Em cumprimento a agenda proposta para 2012 houve participação de dirigentes e técnicos da SGEP em eventos e encontros com gestores e técnicos para a divulgação do Decreto Presidencial, com destaque para a inclusão do tema no espaço do Café com Ideias e em Congressos e Seminários apoiados pela SGEP.

Pontos críticos: Processo de transição eleitoral e dificuldades em articular agendas nos Estados, tendo em vista o fechamento do ano de 2012. Produção dos conteúdos em tempo oportuno, considerando a necessidade de transformar conteúdo normativo pactuados, em linguagem de fácil entendimento por parte dos gestores e conselheiros.

Recomendações: Qualificar a página da SGEP, com ênfase no espaço do DAI para o acesso a conteúdos referente a implementação do Decreto 7.508/2011, além de divulgar o *link* de acesso aos COAP publicados http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=41189. Aproximação e estabelecimento de parceria com a Assessoria de Comunicação/MS para produzir e ampliar a divulgação dos conteúdos do Decreto 7508/2011 e do COAP.

Ação 02 – Definir financiamento (Incentivo e blocos – Lei 141/12)

Cenário: Foi instituído na CIT de Agosto, no âmbito do GT de Gestão um grupo tripartite para discutir os aspectos da revisão da Portaria GM/MS 204/07, bem como os aspectos pertinentes a definição dos critérios de rateio estabelecidos pela Lei Complementar 141/12 (LC-141). Esse grupo, que vem se reunindo desde então, realizou as seguintes tarefas para o trabalho: levantamento dos atos normativos que modificaram a portaria 204/07; sistematização da portaria 204/07, com base nesses atos normativos; análise dos critérios de repasse de recursos estabelecidos nessas portarias em comparação com os critérios estabelecidos pela LC 141 e pelo Decreto 7.508/11; levantamento das portarias vinculadas a Portaria 204/07, por Bloco e Componente. Com relação a esse item, foram levantadas e compiladas um total de 222 portarias diretamente relacionadas. Assim, definiram-se os conteúdos para a nova portaria, cuja minuta foi redigida e apresentada ao GT de gestão da CIT em 29/11/2012. Há a necessidade de realização de levantamento dos atos normativos que poderão ser revogados e os que terão de ser alterados com base nas definições da LC 141. Ao ser publicada nova portaria, deverá ser realizado o alinhamento metodológico para os critérios de rateio à luz da LC 141 e do Decreto 7.508/11.

Na reunião da CIT de 05 de dezembro de 2012, a referida minuta de portaria foi apresentada ao plenário para pactuação. O texto foi pactuado, entretanto, foram sugeridas algumas alterações. A minuta seguirá para parecer da CONJUR. Deverá, ainda, ser constituído um grupo de trabalho para a no início de 2013, de proposta dos critérios de rateio dos recursos federais, bem para análise das portarias a serem revogadas, por ocasião da minuta pactuada.

Outro aspecto pertinente ao financiamento refere-se ao incentivo de desempenho do COAP. O DAI/SGEP, por meio do apoio do CONASS e CONASS desenvolveu, ainda preliminarmente, uma proposta de criação desse incentivo, com ênfase nos indicadores que compõem o desenho do IDSUS. A proposta de metodologia foi apresentada em novembro na reunião do Comitê Gestor do Decreto 7508.

Pontos críticos: Processo complexo a ser desenvolvido pelas áreas do MS, no sentido de levantar os atos normativos vinculados ao processo de definição do financiamento, em particular no que tange à Portaria GM 204. Ainda existe fragmentação na forma de construir as regras para a definição do financiamento das políticas, com inúmeras divisões por dentro dos blocos. Dúvidas das áreas em vincular as regras de transferência de recursos aos critérios de rateio da LC 141. Mudança na condução das secretarias municipais com o início do novo ciclo de gestão a partir de janeiro de 2013.

Recomendações: Fortalecer o espaço de discussão do grupo de trabalho interno do MS, propiciando a qualificação dos trabalhos junto aos representantes dos Estados e Municípios, no GT Tripartite a ser formalizado para a implementação da metodologia da Portaria revisada a ser publicada em 2013, como também proceder a realização do levantamento dos atos normativos que poderão ser revogados e os que terão de ser alterados com base nas definições da LC 141. Iniciar as discussões pertinentes aos critérios de rateio referidos na LC 141. Realizar discussão sobre os aspectos referentes à transferência de recursos e à utilização de saldos financeiros, bem como promover agendas com Estados e Municípios para discutir as mudanças que ocorrerão no processo de planejamento e programação em 2013.

Ação 03 – Desenvolver a proposta de estrutura de M&A

Situação atual: A abertura do projeto para desenvolvimento do sistema de informações do COAP pelo DATASUS ocorreu no mês de agosto de 2012. Nesse primeiro momento foram repassadas as informações relativas ao objetivo, abrangência e escopo do sistema. Atualmente o projeto encontra-se na fase de levantamento de requisitos do primeiro módulo do sistema, a saber: elaboração e assinatura dos contratos. Fase essa que tem sido desenvolvida pelos técnicos do DAI e do DATASUS, com previsão de entrega para janeiro de 2013.

Pontos críticos: Tempo exíguo para o cumprimento das entregas mediante cronograma do projeto. A expectativa de entrega do sistema para homologação por este Departamento seria em dezembro de 2012.

Recomendações: Apresentação do Plano de Projeto pelo DATASUS com a devida explicitação dos prazos necessários para o desenvolvimento do sistema, pois isso ainda continua pendente. O SISCOAP precisa ser finalizado no menor prazo possível, pois a experiência vivenciada pelos estados do Ceará e Mato Grosso do Sul demonstraram que não será possível estabelecer processo de contratualização em grande escala com a ausência de sistema. Realizar Oficina de Trabalho, envolvendo as áreas técnicas do MS que compõem o Comitê Gestor do Decreto e as representações dos Estados do CE e MS, bem como representantes dos escritórios do CONASS e CONASEMS para procederem a validação do conceito do sistema a ser desenvolvido.

Ação 04 – Fazer mobilização no MS

Cenário: Esta é uma ação contínua considerando sua complexidade. Foram promovidos encontros, debates e reuniões com dirigentes do CONASS e CONASEMS, Secretário da SGEP, Diretores, Coordenadores e técnicos do MS. O DAI participou de Congressos de Secretários Municipais de

Saúde com destaque para o Congresso Nacional de Secretarias Municipais realizado em Alagoas. Destaca-se que a assinatura dos COAP do CE e MS propiciou um amplo processo de mobilização interna no MS durante o ano de 2012, conduzido pelo Comitê Gestor do Decreto e pelo Grupo Executivo do COAP, ambos com representação técnico-política de todas as Secretarias do MS, com vista ao alinhamento de ações e estratégias para a implantação dos dispositivos do Decreto e articulações com demais entes federados e ratificados nas reuniões do Colegiado do Ministro.

Pontos críticos: Embora o grau de envolvimento das áreas e o processo de mobilização interna sejam bons, ainda é necessário reforçar o espaço de participação das áreas do MS no Comitê Gestor do Decreto e nos seus Grupos Executivos.

Recomendações: Fortalecer o espaço do Comitê Gestor do Decreto, com a requalificação de sua agenda, aprimoramento da metodologia de trabalho, propiciando a participação dos Dirigentes das Secretarias do MS, no sentido de melhorar o processo que envolve a construção e assinatura do COAP, como também os respectivos Grupos Executivos. Produzir material instrucional que oriente a construção do COAP em forma de guia a ser divulgado aos novos Gestores Municipais, Secretarias Estaduais e Conselhos de Saúde. Discutir estratégias no âmbito do Comitê Gestor do Decreto das agendas de acolhimento aos novos gestores a ser levada ao Colegiado do Ministro, para validação. Participar da agenda referente ao encontro de Prefeitos e Prefeitas e dos novos gestores na última semana de Janeiro de 2013, no sentido de desencadear ações envolvendo o fortalecimento da agenda federativa no âmbito do SUS.

Ação 05 – Implementar fluxos: administrativos e jurídicos

Situação atual: Por deliberação ocorrida em reunião ordinária da Comissão Intergestores Tripartite - CIT foram instituídos os fluxos administrativos e jurídicos do COAP (Resolução CIT nº 3, de 30 de janeiro de 2012, que dispõe sobre normas gerais e fluxos do COAP). Do mesmo modo, internamente no âmbito do MS (Comitê Gestor Decreto 7508/2001 e Grupo Executivo do COAP) está em desenvolvimento a estruturação desses fluxos. Os COAP passam pela avaliação jurídica das três esferas de governo anteriormente a sua assinatura.

Pontos críticos: O cumprimento desta ação, no tocante a implantar fluxos financeiros tem correlação com a Parte III do COAP que trata das responsabilidades orçamentárias e financeiras, pois os fluxos estão intrinsecamente relacionados à política de financiamento. O desenvolvimento do sistema de monitoramento do COAP também está diretamente relacionado à otimização dos fluxos administrativos.

Recomendações: Intensificar a agenda de discussões sobre o financiamento do COAP, assim como de seu incentivo. A Implantação do sistema de monitoramento do COAP é de vital importância para facilitar os fluxos de contratualização no âmbito das regiões de saúde. A experiência com os contratos do Ceará e do Mato Grosso do Sul contribuiu e vem contribuindo muito para o estabelecimento desses fluxos, contudo demonstrou a necessidade de sua revisão e evolução para o sistema informatizado. Por fim, serão incluídas no sistema de monitoramento do Planejamento Estratégico as agendas de implantação dos dispositivos do Decreto, com ênfase na assinatura do COAP, no sentido de ampliar o processo de internalização deste processo no âmbito do Comitê Gestor do Decreto 7508 e conseqüentemente no âmbito do MS.

Produto 05 - Comissões Intergestores apoiadas

Cenário: o Decreto nº 7.508/2011 institui mecanismos de controle mais eficazes e instrumentos para que a pactuação ocorra de forma mais efetiva, organizando as relações que se estabelecem entre os gestores, onde as decisões são consensuais em função do compartilhamento da gestão, é o

que dispõe na seção I, Capítulo 5, artigo 30, 31 e 32 sobre as responsabilidades das Comissões Intergestores. Com a publicação da Lei nº 12.466/2011 se dá a institucionalização da articulação federativa, as comissões passam ao caráter de instâncias de decisão do SUS, fortalecendo a governança da relação intergestores, propiciando discussões e qualificação dos gestores, técnicos das secretarias estaduais e municipais, representantes de Conass e Conasems e do Ministério da Saúde.

Caracteriza-se de relevância o potente nível de abordagens e aprofundamentos nos debates que tem ocorrido nas reuniões e oficinas tripartites, buscando-se o maior esforço dos entes na construção das propostas para atingir os consensos.

Tendo como respaldo legal o Decreto nº 7.508/2011 e a Lei nº 12.466/2011, a Secretaria Técnica (ST) da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) desenvolve atividades para cumprir o que a legislação define como seu papel de articulação e mobilização de gestores no âmbito do SUS, por meio do apoio técnico e administrativo ao pleno funcionamento dos grupos de trabalho (GT), Câmara Técnica (CT) e o plenário da CIT.

As atividades da Secretaria Técnica envolvem a organização e o envio de documentos, de apresentações e pautas que vão subsidiar as reuniões dos Grupos de trabalhos, das câmaras técnicas e do plenário da CIT. Como também a elaboração e divulgação dos resumos executivos dessas reuniões. Implementando o processo de trabalho da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), observou-se a necessidade de realizar uma reunião pós CIT para dar agilidade aos encaminhamentos do plenário da CIT.

Buscando aprimorar o alinhamento da agenda estratégica do MS, a ST CIT participa do Colegiado do Ministro que antecede a reunião do plenário da CIT, com vista a apreciação da pauta que será discutida. Participa também das reuniões do Comitê Gestor para implementação do decreto nº 7.508/2011 e seus desdobramentos nos Grupos de Trabalho da CIT.

Para a construção de consensos que se refletiram em pactuações nas reuniões do plenário durante o ano, foram realizadas 17 reuniões da Câmara técnica (pré e pós CIT) e 91 reuniões dos Grupos de trabalhos, assim distribuídas:

- ✓ GT de Atenção à Saúde – 30 reuniões;
- ✓ GT de Vigilância em Saúde - 07 reuniões, Subgrupo de Vigilância Sanitária- 14 reuniões;
- ✓ GT de Ciência e Tecnologia - 12 reuniões;
- ✓ GT de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde – 07 reuniões;
- ✓ GT de Gestão – 12 reuniões, Subgrupo de Informação e Informática - 09 reuniões;
- ✓ GT conjuntos - 06 reuniões de dois ou mais grupos de trabalho.

Como resultados dos consensos nos Grupos, a CIT pactuou 47 minutas de resoluções e portarias, resultando em 02 resoluções e 26 portarias publicadas; além de 03 minutas de resolução e 19 minutas de portaria aguardando publicação até o dia 26/12/2012.

A Secretaria técnica buscando fortalecer a relação entre os gestores e a sociedade deu início em 2012 ao Boletim eletrônico INFORME CIT, sendo disponibilizado mensalmente, após cada reunião do plenário da CIT, com enfoque nas principais decisões e pactuações tripartite, visando dessa maneira ampliar o canal de comunicação com as Comissões Intergestores Bipartite - CIB, Comissões Intergestores Regionais - CIR e Conselhos de Secretarias Municipais – COSEMS, dando mais transparência às decisões da CIT. O boletim pode ser visualizado por meio do link: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=38886

Pontos críticos: O processo de encaminhamento dos documentos pactuados na tripartite, quando necessitam de ajustes por parte das áreas técnicas do Ministério e posterior adequação da Consultoria jurídica tem enfrentado dificuldades quanto à compreensão dos teores dos textos, diante da legalidade jurídica. Os envios dos documentos pelas áreas técnicas do Ministério, após serem consensuados nos Grupos de Trabalho, em sua maioria não atendem ao prazo acordado com a Secretaria técnica, Conass e Conasems.

As áreas técnicas do Ministério, por vezes, apresentam dificuldades quanto aos fluxos para encaminhamentos dos temas a serem apreciados pelos Grupos de trabalho. Inexistência de Sistema de Informação que permita o acompanhamento e monitoramento das comissões.

Recomendações: Estabelecer os fluxos dos documentos pactuados na CIT, quanto ao processo de publicação. Construir agenda tripartite 2013 para realização de reuniões nos Colegiados das Secretarias do Ministério da Saúde, nos Grupos de Trabalho e na Câmara técnica. Realizar o V Encontro Nacional das Comissões Intergestores. Qualificar o processo de alinhamento técnico com as áreas do MS sobre, agendas, prazos e fluxos envolvendo os GT da CIT. Desenvolver metodologia que permita construir sistema de acompanhamento e monitoramento das comissões informatizado. Intensificar as agendas com as Secretarias Técnicas das CIB's no sentido de qualificar os fluxos de informações sobre os desdobramentos dos processos de pactuação ocorridos na CIT.

Ação 01 - Qualificar espaços de negociação e pactuação (CIR, CIB, CIT)

Cenário: Realizado levantamento pela ST-CIT quanto às condições de funcionamento, da estrutura física e da força de trabalho existentes nas CIB e a partir das informações detectadas elaborou-se o Plano Digital das Comissões Intergestores organizado em três eixos: aquisição de equipamentos, conectividade e capacitação dos trabalhadores para operacionalização dos equipamentos. Tendo como objetivo dar transparência aos processos de articulação e pactuação, dotando as Comissões de infraestrutura e logística, para fortalecer a sua governança e funcionamento, possibilitando a integração e qualificação das relações interfederativas no âmbito do SUS.

A realização do IV Encontro Nacional das Comissões Intergestores nos dias 29, 30 e 31 de maio de 2012 em Brasília reuniu representantes das secretarias executivas de CIB e COSEMS, coordenadores das CIR das capitais e SES-DF, representantes de CONASS e CONASEMS, técnicos do Ministério da Saúde e órgãos vinculados, com o objetivo de debater os avanços e desafios da estruturação das instâncias intergestores, reafirmando o que determina o decreto nº 7.508/2011, a lei nº 12.466 e a LC Nº141/2012, quanto ao aprimoramento e fortalecimento dos processos de trabalho e das responsabilizações e competências dessas comissões.

Com a implantação dos dispositivos do Decreto 7.508/2011 e da Lei Complementar 141/2011, que introduzem mudanças na cultura organizacional do SUS, os Estados e os COSEMS se mobilizaram durante todo ano de 2012 em função da reconfiguração regional, culminando com a formalização de 435 regiões de saúde e suas respectivas CIR. Participação no VIII Congresso de Secretarias Municipais de Saúde do Nordeste – em Aracaju; no V Congresso Nacional de Gestão Pública – CONSAD – em Brasília; IV Jornada Nacional de Economia da Saúde; no XXVIII Congresso Estadual de Secretarias Municipais de Saúde do Paraná; 10º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva em Porto Alegre e no V Seminário de Avaliação das CIR/AL, reconhecendo nesses locus a importância de aprimorar as ações das Comissões em conformidade com os dispositivos do Decreto nº 7.508/2011, da Lei nº 12.466/2011 e da Portaria nº 2.686/2011, que redefine o Regimento da CIT.

Participação na Oficina do Planejamento Estratégico da SGEP, nas Oficinas de Construções da PGASS, no Curso de Aperfeiçoamento para a Gestão Estratégica e Participativa no SUS e na Oficina de Alinhamento Estratégico do DAI.

Pontos críticos: O processo de transição eleitoral ocorrido nos municípios no ano de 2012 foi considerado como um dificultador para a qualificação dos espaços de negociação, com especial destaque para as CIR e CIB na conformação da celebração dos contratos. A situação diferenciada de acesso das CIB e CIR a equipamentos de informática que permitam o processo de comunicação e

informação em tempo hábil e a qualificação das equipes técnicas das CIB e CIR no sentido da implantação das mudanças oriundas do novo ciclo normativo do SUS.

Recomendações: Reavaliar as condições operacionais e de infraestrutura das CIB e avaliar as CIR, quanto à implementação do Plano Digital, com apoio das equipes das SES e do DATSUS. Acompanhamento dos Termos de Referência para Aquisição de equipamentos de videoconferência para CIB, CIR e ST CIT; e de adequação do plenário da CIT. Iniciar o processo de informatização e qualificação das equipes técnicas pelas CIB, com ênfase nos Estados que assinaram o COAP em 2012. Aprimorar os processos de comunicação com as ST-CIB, apoiando-as na construção das agendas de fortalecimento das CIR.

Ação 02 - Mobilizar os atores políticos (MS, prefeitos, governadores, conselhos de saúde, secretários de saúde, Procuradores, movimentos sociais)

Cenário: a SGEPI intensificou, no segundo semestre, a participação em eventos envolvendo representantes do CONASS e CONASEMS, nos congressos estaduais, contando com destaque para os estados do Mato Grosso do Sul, Ceará e Sergipe, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí, Alagoas, Rio Grande do Sul, dentre outros. Agendas feitas com os Governadores do Ceará, Mato Grosso do Sul e Sergipe. Intensificada as atividades do Apoio Integrado nos estados da federação para o desenvolvimento de ações nesse sentido, com a definição da estratégia de constituição do Grupo de Condução para a implantação dos dispositivos do Decreto 7.508/211. Conclusão dos Seminários Regionais de Gestão Estratégica e Participativa, onde o DAI e o DAGEP executam agenda conjunta com foco na elaboração de planos de ação estaduais de Políticas de Promoção da Equidade e Decreto 7508/2011, um desafio para a gestão do SUS. Os referidos seminários contaram com a participação de técnicos e dirigentes de SES e COSEMS, assim como de Conselhos de Saúde e representantes de Movimentos Sociais. Participação efetiva no Congresso de Secretarias Municipais de Saúde, realizado no Estado de Alagoas, na ExpoEPI e no Congresso da Associação Brasileira de Economia da Saúde e no Congresso Brasileiro de saúde Coletiva – ABRASCO, além da concretização da assinatura de COAP do CE e do MS no mês de agosto de 2012.

Pontos críticos: A conjuntura eleitoral que pautou toda a primeira metade do segundo semestre foi balizadora da construção das agendas, em que pese ter-se conseguido assinar os primeiros COAP no CE e MS, houve recuo nas agendas do RJ, SP e SE. O processo de mobilização feito pelos apoiadores, mesmo com os avanços obtidos ainda precisa de aprimorado no sentido da conformação de um alinhamento interno no MS, em consonância com os processos de implantação das estratégias envolvendo o processo de planejamento regional, a implantação das RAS e a construção dos COAP.

Recomendações: Analisar estrategicamente as mudanças locais promovidas após o pleito eleitoral, tendo em vista a condução das SMS, a renovação dos COSEMS e a eleição do CONASEMS. Fortalecer o espaço do Comitê Gestor do Decreto, com a participação dos dirigentes das Secretarias do MS, no sentido de aprimorar os processos que envolve a construção e assinatura do COAP, como também os respectivos Grupo Executivos. Produzir material que oriente a construção dos COAP, em forma de guia a ser divulgado aos novos Gestores Municipais, Secretarias Estaduais e Conselhos de Saúde, assim como mobilizar CONASS e CONASEMS para acionar as respectivas SES e COSEMS no sentido do fechamento das agendas COAP para 2013. Construir, no âmbito do Comitê Gestor do Decreto, proposta de acolhimento dos novos dos gestores, a ser aprovada pelo Colegiado do Ministro e realizar o encontro com os Procuradores Municipais e Estaduais, agenda programada para 2012 e que não foi realizada.

Ação: Orientações a Estados e municípios sobre os relatórios de prestação de contas (SARGSUS - Sistema de Apoio aos Relatórios de Gestão do SUS).

Cenário: Com relação ao Relatório de Gestão, a principal atividade durante o ano foi a pactuação da proposta de estrutura do relatório detalhado do quadrimestre de que trata o artigo 36 da Lei Complementar nº 141/2012. Após essa pactuação, o documento foi apreciado pela Comissão de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde (Cofin/CNS). Posteriormente, foi apresentado na plenária do Conselho Nacional de Saúde. Atualmente aguarda-se a publicação da resolução do Conselho Nacional de Saúde, com a aprovação do modelo do relatório citado. A apresentação da estrutura conforme considerações da Lei nº 141/2012, foi realizada na Reunião da CIT de outubro de 2012.

Ficou acordado que o Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão (SARGSUS) será adaptado para permitir a construção do Relatório Quadrimestral via sistema. A expectativa é que seja viabilizada a utilização por estados, municípios, Distrito Federal e União até o final do mês de janeiro. Em junho de 2012, foi publicada a portaria nº 1.239, que definiu 31 de julho como prazo para alimentação do Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão (SARGSUS), em consonância à Portaria nº 575/12, que regulamenta o uso do SARGSUS, instituindo a obrigatoriedade deste como ferramenta eletrônica de elaboração do RAG, no âmbito do SUS. Como resultado do esforço tripartite conforme informe de dezembro de 2012, a) apenas uma Secretaria Municipal de Saúde não possui cadastro no sistema (pertencente ao estado do Rio Grande do Norte); b) 28 Conselhos Municipais de Saúde, não possuem acesso ao sistema, 1 do Pará, 2 de Pernambuco, 18 do Piauí, 5 do Rio de Janeiro e 2 do Rio Grande do Norte. Durante todo o ano foram realizadas capacitações aos Estados visando à garantia e a efetividade deste processo

Pontos críticos: Destaca-se a chegada de novos gestores com suas equipes em 2013 e a alimentação dos bancos de dados no final do último trimestre por parte dessas gestões municipais, o que poderá acarretar dificuldade na captação dos dados para a construção do último relatório quadrimestral. O conjunto de informações que precisaram ser compatibilizadas e integradas adaptando o sistema, conforme a pactuação feita na CIT e que precisarão ser implementadas na ferramenta, pelo DATASUS, em tempo relativamente curto.

Recomendações: Desenvolvimento de um amplo processo de mobilização por parte dos apoiadores do DAI, em parceria com as referências técnicas das SES e os COSEMS, para integralizar os cadastros, como também o envio dos RAG, via SARGSUS. Realização de agenda semanal com a equipe do DATASUS para que durante o mês de janeiro/2013 para realização dos primeiros testes no novo módulo do SARGSUS.

ESTRATÉGIA 2: AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA O FORTALECIMENTO DO SUS

Resultado 01 - Conhecimento em Gestão Participativa e Controle Social produzido.

Cenário Atual: Realizadas as Oficinas Compartilhadas com o Conselho Nacional de Saúde para discussão com os estados o Plano Nacional de Educação Permanente para o Controle Social. Criado o Fórum Nacional de Educação Permanente para o Controle Social. Realizadas duas reuniões com o Fórum Nacional de Educação Permanente. Criado o Grupo de Trabalho para acompanhamento do Curso Qualiconselhos, como representação do Fórum, com integrantes das cinco regiões do país. Realizada reunião desse Grupo de Trabalho em dezembro/2012.

Pontos críticos: Articulação com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde para participação na elaboração dos Planos de Educação Permanente para o Controle social nos estados. Financiamento do Plano Nacional.

Recomendações: Fortalecer o Fórum Nacional de Educação Permanente e a articulação com o Conselho de Secretários de Saúde (CONASS) e com o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) para a continuidade da construção do plano nos estados e municípios, incluindo o financiamento.

Produto 01 - Projeto de Educação Permanente para o Controle Social em Saúde implantado nos estados.

Cenário Atual: Iniciado o Projeto de Formação de Conselheiros - Qualiconselhos - em parceria com a Escolha Nacional de Saúde (ENSP/FIOCRUZ) e com a Rede de Escolas de Governo, com a meta de capacitar 24 mil conselheiros até 2014. Inscritos no curso 4.627 conselheiros (março\2013), sendo a meta inicial de 8.000 conselheiros para a primeira turma. Prazo de inscrição foi prorrogado para 05 de abril de 2013. Formado GT de acompanhamento do Plano de Educação Permanente com a participação de 1 representante dos Conselhos Estaduais de Saúde de cada região. Realizada a primeira reunião do GT em 06 de dezembro\2012, que reafirmou a necessidade dos momentos presenciais do curso e indicou calendário para fevereiro com reuniões com a FIOCRUZ e com o Fórum Nacional de Educação Permanente do Conselho Nacional de Saúde. Produzidos materiais didático e pedagógico. Retomada do Curso de Comunicação e Informação para Conselheiros em parceria com a FIOCRUZ, com início previsto para abril de 2013.

Pontos críticos: Mobilização junto aos Conselhos Estaduais e Escolas de Governo para ampliação das inscrições ao curso. Articulação com a gestão, escolas e conselhos estaduais para implementação do curso e a inserção da educação permanente para o controle social nos planos estaduais.

Recomendações: Construir agenda com o GT com a FIOCRUZ no início de 2013, seguida de reunião do Fórum Nacional de Educação Permanente do CNS para informes do curso e ampliação de outras agendas de educação permanente. Articulação com os conselhos estaduais, por meio do Fórum Nacional de Educação Permanente para o Controle Social e do GT de acompanhamento do QUALICONSELHOS para mobilização e ampliação das inscrições nos cursos e com CONASS e CONASEMS.

Capacitações de conselheiros: Vale registrar que as Portarias 3060/2007, 2588/2008, 2344/2009, 3251/2009, 2239/2010 e 2979/2011 destinaram o repasse Fundo a Fundo de recursos que foram utilizados para a participação de 1.544 Conselheiros Estaduais e Municipais de Saúde em atividades de capacitação nos estados de Ceará, Bahia, Piauí, Bahia, Rio Grande do Sul, Alagoas, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraíba.

Ação 01 - Estabelecer convênios regionais com Universidades Federais (GESCON) e instituições formadoras para pesquisas/produção do conhecimento

Cenário Atual: Realizadas as oficinas para definição de linhas de pesquisa sobre as Políticas de Saúde da População LGBT e Campo e Floresta.

Pontos críticos: Elaboração dos Projetos de Pesquisas e para estabelecimento de convênio no primeiro semestre de 2013.

Recomendações: Finalizar a elaboração dos projetos de pesquisa em parceria com o Departamento de Ciência e Tecnologia (DECIT/SCTIE/MS) e apresentar as propostas de pesquisa aos respectivos Comitês Técnicos das Políticas de Promoção da Equidade.

Ação 02 - Realizar Oficinas Regionais para pactuar o Projeto de Educação Permanente para o Controle Social em Saúde - PID e Conectividade.

Cenário Atual: Programadas quatro oficinas regionais - intituladas Oficina Regional Compartilhada de Educação Permanente para o Controle Social no SUS - em parceria com o Conselho Nacional de Saúde (CNS) com a participação de conselheiros nacionais, estaduais e municipais de saúde, escolas de saúde pública, universidades e gestores do SUS. Foram realizadas as quatro oficinas, cujo processo iniciou-se com a oficina da região Centro-Oeste (Brasília) no período de 29 a 31 de agosto de 2012; Região Sul e Sudeste (Vitória) de 24 a 26 de setembro de 2012; Região Norte (Belém), de 30 de outubro a 1º de novembro de 2012; finalizando com a Região Nordeste (Recife), no período de 12 a 14 de novembro de 2012. Ação concluída.

Ação 03 – Realizar Seminário Nacional de Inclusão Digital- este Seminário foi redefinido para 2013, pois se priorizou estrategicamente a realização das Oficinas Compartilhadas de Educação Permanente para Controle Social.

Cenário Atual: As oficinas foram realizadas, conforme pode ser visto na atividade anterior. Foram realizadas as quatro oficinas:

- Oficina Regional Compartilhada de Educação Permanente para o Controle Social da Região Centro Oeste/DF/ 110 participantes.
- Oficina Regional Compartilhada de Educação Permanente para o Controle Social da Região Sul- Sudeste/ES/160 participantes.
- Oficina Regional Compartilhada de Educação Permanente para o Controle Social da Região Norte/PA/outubro/110 participantes.
- Oficina Regional Compartilhada de Educação Permanente para o Controle Social da Região Nordeste/PE/110 participantes. Totalizando 490 participantes entre conselheiros de saúde, gestores, educadores.

Produto 02: Materiais sobre Gestão Participativa e Controle Social produzidos

Cenário Atual: Elaborados e publicados materiais conforme abaixo:

- **Publicação:** Cadernos dos Seminários Regionais de Gestão Estratégica e Participativa e Promoção da Equidade (200 de cada região exceto Região Centro Oeste),

Pontos críticos: Finalizar a elaboração das publicações no prazo definido pela Editora do Ministério da Saúde.

Recomendações : Articulação com Estados, Municípios (gestão, conselhos de saúde, entidades de ensino e movimentos sociais) para divulgação e distribuição das publicações.

Ação 01 - Elaborar, produzir e publicar cartilha para conselheiros de saúde.

Cenário Atual: *'Conselhos de Saúde: a responsabilidade do controle social democrático do SUS'* – 50 mil exemplares produzidos. Já iniciada a distribuição para os conselhos municipais de saúde, conselhos estaduais de saúde, escolas de governo, movimentos sociais.

Ação 02 - Revisar e publicar documento sobre Educação Permanente para o Controle Social com foco nas Políticas de Promoção da Equidade.

Cenário Atual:

Em face de priorização dos Seminários Regionais de Gestão Estratégica e Participativa- As Políticas de Promoção da Equidade e o Decreto nº 7.508/11: um desafio para a gestão do SUS foi redefinida a prioridade para publicação de material que subsidiasse os seminários:

- **Publicação:** Caderno de Apoio aos Seminários Regionais de Gestão Estratégica e Participativa- As Políticas de Promoção da Equidade e o Decreto nº 7.508/11: um desafio para a gestão do SUS (200 para cada região – 1000 exemplares no total).
- **Publicação:** Política de Promoção da Equidade - 10.000 exemplares.

Recomendações: Articulação com Estados, Municípios (gestão, conselhos de saúde, entidades de ensino e movimentos sociais) para divulgação das publicações. E redefinição de material sobre a Política de Educação Permanente para o Controle Social para 2013.

Resultado 02: Conselhos de Saúde informados do processo de implementação do Contrato de Organizativo de Ação Pública (COAP) por meio de Seminários Regionais

Cenário Atual: Deliberado no Colegiado da SGEP a realização de Plenárias Regionais de Conselhos nas regiões já contratualizadas para divulgação e acompanhamento dos contratos assinados, quais sejam: Mato Grosso do Sul e Ceará.

Pontos críticos: Articular com os conselhos nacional, estaduais e municipais e com CONASS e CONASEMS a organização das plenárias.

Recomendações: Discutir no CNS e reunir com o Departamento de Articulação Interfederativa (DAI/SGEP/MS), CONASS e CONASEMS para definição de agenda.

Produto 01: COAP discutido e acompanhado pelos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde da Região.

Cenário Atual: COAP discutido e contratualizados nos Estados do Ceará e Mato Grosso do Sul.

Pontos críticos: a pauta do COAP deve ser ponto de debate na gestão e nos conselhos de saúde.

Recomendações: Estruturar as agendas com CONASS, CONASEMS e DAI para definição de estratégias para realização das oficinas estaduais de 2013.

Ação 01: Realizar Curso de formação de conselheiros em parceria com FIOCRUZ e CNS.

Cenário Atual: Início do Projeto de Formação de Conselheiros - Qualiconselhos - em parceria com a ENSP/FIOCRUZ e a rede de Escolas de Governo, com a meta de capacitar 24 mil conselheiros. 4.627 conselheiros inscritos (março de 2013), sendo a meta inicial de 8.000 conselheiros, para a primeira turma. Prazo prorrogado de inscrição para 05 de abril de 2013. Formado GT de acompanhamento do Plano de Educação Permanente com a participação de um representante dos Conselhos Estaduais de Saúde de cada região. Realizada a primeira reunião do GT em 06 de dezembro, que reafirmou a necessidade dos momentos presenciais do curso e indicou calendário para fevereiro com reuniões com a FIOCRUZ e com o Fórum Nacional de Educação Permanente do CNS. Material didático e pedagógico produzido. Retomada do curso de comunicação e informação para conselheiros em parceria com a FIOCRUZ.

Pontos críticos: Mobilização junto aos Conselhos Estaduais e escolas de governo para maior ampliação da adesão ao curso. Articulação com a gestão, escolas e conselhos estaduais para implementação do curso e a inserção da educação permanente para o controle social nos planos estaduais, que demandaram outras atividades.

Recomendações: Organizar calendário de reuniões do GT com a FIOCRUZ em fevereiro de 2013, seguida de reunião do Fórum Nacional de Educação Permanente do CNS para informes do curso e ampliação de outras agendas de educação permanente. Articulação com os conselhos estaduais, por meio do Fórum Nacional de Educação Permanente para o Controle Social.

Ação 02 - Articular com o DAI para apropriação das estratégias de execução do COAP e o Controle Social para apoio na implementação do COAP nos estados e municípios.

Cenário Atual: Realizadas reuniões com DAI para discutir processo de acompanhamento dos COAP. Considerando que os COAP estão em processo de articulação e implementação, foi redefinido o resultado *Conselhos de Saúde informados do processo de implementação do Contrato de Organizativo de Ação Pública (COAP) para Conselhos de Saúde informados sobre o decreto 7508\2011 e o COAP por meio de Seminários Regionais de Gestão Participativa e Promoção das Políticas de Equidade.*

Pontos Críticos: Articulação com os gestores estaduais para discutir\apresentar aos conselhos de saúde o COAP considerando os Planos de Saúde Estaduais e Municipais.

Encaminhamentos: Realizar oficinas estaduais para discussão e implantação dos comitês de equidade e sensibilização dos gestores para inclusão das ações das Políticas de Equidade nos Planos Estaduais e Municipais de Saúde, em 2013.

Ação 03 - Articular com CNS - Espaço de diálogo permanente com conselhos estaduais e municipais de saúde.

Cenário Atual: Algumas iniciativas estão sendo implementadas: em setembro foram realizados, por meio de uma plataforma virtual, em parceria com a UFMG, diálogos on line com a participação de conselheiros municipais, estaduais e nacionais sobre o tema “*Democracia Participativa*”. A experiência será discutida e avaliada no Conselho Nacional de Saúde, com a perspectiva de ser permanente. Foi realizada reunião com a Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e apresentada proposta de continuidade do Diálogos *on line*.

Pontos críticos: mobilização dos conselheiros para aderirem às discussões através da plataforma virtual. Construção da agenda de discussão com as Secretarias Estaduais de Saúde e CNS/ CES para a pactuação dos processos compartilhados.

Recomendações : Apoiar a realização da reunião do Fórum de Educação Permanente para o Controle Social. Construir agenda de reuniões com o Conselho Nacional de Saúde em 2013 para articular processo integrado.

Ação 04 - Realizar cursos presenciais regionais para estados e municípios menores formando formadores.

Cenário Atual: Articulação com o Fórum Nacional do Plano de Educação Permanente para o Controle Social para consolidação de processo integrado da formação de conselheiros. Integrando as ações estaduais e municipais ao processo do Projeto do curso Qualiconselhos em parceria com a FIOCRUZ e Rede de Escolas. Levantamento de cursos\capacitações realizadas nos estados com recursos das Portarias do PARTICIPASUS (1544 conselheiros de saúde). Produção de material

didático e pedagógico: *'Conselhos de Saúde: a responsabilidade do controle social democrático do SUS'* – 50 mil exemplares.

ESTRATÉGIA 3 - CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE EM SAÚDE

Resultado 1 - 60 Comitês Técnicos de Políticas de Promoção da Equidade e Educação Popular em Saúde implantados e funcionando, com a participação de secretarias de saúde, movimentos sociais e de trabalhadores em saúde.

Cenário atual: Foram constituídos 10 Comitês Técnicos da População Negra nos seguintes estados: SP, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Acre, Paraíba, Rio Grande do Norte, Goiás, Bahia. Em processo de organização: Rondônia, Alagoas, Piauí, Distrito Federal. Estão constituídos 03 Comitês Técnicos da População LGBT em: Goiás, Pernambuco e Paraíba. Em processo de organização: Mato Grosso do Sul, Bahia, Rio Grande do Norte, Piauí. 01 Comitê de Educação Popular implantado em Santa Catarina junto ao Conselho Estadual de Saúde. Totalizando 13 Comitês no ano de 2012. Estados que já realizaram encontros estaduais sobre educação popular: BA, MT, SE, AL, RJ. Outros Estados que estão agendados para realizarem reuniões com a gestão e os movimentos sociais: CE, PB, PR, RS, PE, AM.

Pontos Críticos: Priorizar a articulação com os gestores estaduais e das capitais, responsáveis pela promoção das políticas de equidade, para consolidação e ampliação dos Comitês Técnicos de Equidade.

Recomendações: Redefinição do **Resultado 1 para: 30 Comitês Técnicos de Políticas de Promoção da Equidade e Educação Popular em Saúde implantados e funcionando, com a participação de secretarias de saúde, movimentos sociais e de trabalhadores em saúde.**

Realizar Oficinas Estaduais com os gestores responsáveis pelas Políticas de Promoção da Equidade para apoiar os processos em curso nos estados e no DF. Realizada a Oficina do DF nos dias 06 e 07 de março e agendadas as oficinas estaduais dos estados do RN (12 de abril); MG (15 e 16 de abril); SE (29 e 30 de abril); BA (13 e 14 de maio).

Produto 1 - Comitês Técnicos de Saúde da População Negra implantados e apoiados em 15 estados (MA, RS, PR, SC, MG, RJ, BA, SE, AP, MT, SP, AM, CE, PB e GO).

Situação Atual: Foram instituídos 10 comitês técnicos de saúde da população negra nos estados do Paraná; Rio Grande do Sul; Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Acre, São Paulo, Paraíba, Goiás, Rio Grande do Norte e Distrito Federal.

Pontos Críticos: Dificuldades no estabelecimento de interlocução com Secretarias Estaduais de Saúde para a implementação de Comitês Técnicos.

Recomendações: Articular junto as SES e ao CONASS, agendas de fortalecimento da implementação de comitês técnicos de promoção da equidade em saúde.

Ação 01 - Realizar 06 seminários regionais Gestão Participativa e Promoção da Equidade.

Cenário atual: Realizados os 06 Seminários Regionais de Gestão Estratégica e Participativa e Promoção das Políticas de Equidade: um desafio para a gestão do SUS no ano de 2012, no período

de março a agosto, com a participação de 1.266 pessoas, entre lideranças sociais, gestores, profissionais de saúde e conselheiros de saúde.

Pontos Críticos: Articulação com os gestores estaduais para dar continuidade das agendas de compromisso assumidas nos seminários regionais.

Encaminhamentos: Articular e apoiar a realização de oficinas estaduais para discussão e implantação dos comitês de equidade e inclusão de ações das Políticas de Equidade nos Planos Estaduais e Municipais de Saúde. Realizada a Oficina do DF nos dias 06 e 07 de março e agendadas as oficinas estaduais dos estados do RN (12 de abril); MG (15 e 16 de abril); SE (29 e 30 de abril); BA (13 e 14 de maio); CE (18 e 19 de julho). Em articulação para maio e junho, com os gestores estaduais, as oficinas de MS e AM.

Ação 02 - Apoiar estados para implementação dos Comitês e organização dos seminários estaduais.

Cenário atual: O Comitê Técnico está implantado em 10 estados e em 4 capitais e com processo de organização em outros 4 estados. Estados com Comitê de População Negra implantados: SP, RS, PR, RJ, MG, AC, PB, RN, GO e BA. Em processo de implantação: RO, AL, PI e DF. Capitais implantadas: Porto Alegre, Florianópolis, Rio Branco e Salvador.

Pontos Críticos: Articulação com os gestores estaduais.

Recomendações: Realizar oficinas estaduais para discussão e implantação dos comitês.

Ação 03 - Apoiar os movimentos sociais para implementação dos comitês e da política da população negra.

Cenário atual: Apoio e participação do DAGEP no IV Didará - Saúde Integral do Corpo - Evento realizado em Porto Alegre dezembro de 2012. Realizada reunião de pactuação de apoio à Rede Nacional de Religiões Afrobrasileiras e Saúde. Efetuado Termo de Referência de apoio à realização do IX- Encontro Nacional da Rede Nacional de Religiões Afrobrasileiras e Saúde a ser realizado em abril de 2013. Apoio à Publicação da Revista Laroíê - Rede Nacional de Religiões de Matriz Afro Brasileiras - revista em quadrinho sobre participação social para a construção da equidade em saúde, valorizando elementos culturais em sua linguagem e elaboração - Publicados 20.000 (vinte mil) exemplares. Realização da Campanha 'Igualdade Racial no SUS é Pra Valer' com mostra fotográfica, produção de materiais e peças publicitárias e realização de evento de lançamento no dia 20 de novembro de 2012 nas instalações do Ministério da Saúde. Apoio à realização do vídeo 'Arte de saúde nos Terreiros' realizados - Rede Nacional de Religiões de Matriz Afro Brasileiras - Lançamento Oficial no Terreiro 'Gantois' em março 2013. Apoio à realização do Seminário Estadual de Juventude e Tecnologias em saúde para a os povos e comunidade de matriz africana do estado de Rondônia. 20 a 22 de dezembro 2012.

Produto 02 - Comitês Técnicos de Saúde da População LGBT implantados e apoiados em 15 estados (DF, GO, RS, PR, AM, BA, PE, PB, Al, SE, CE, PI, SP, RJ e ES).

Cenário atual: Foram implementados Comitês de Saúde LGBT em 03 estados (PE, PB e GO) e publicadas suas Portarias. O estado do Paraná implantou o Comitê Técnico de Saúde LGBT por meio de Resolução em janeiro de 2013. Em articulação com os estados da BA, MS, PI, RJ e RN para implementação de Comitês de Equidade em Saúde ou Comitês de Saúde LGBT.

Ação 01 - Realizar 06 seminários regionais Gestão Participativa e Promoção da Equidade.

Cenário atual: Realizados os 06 Seminários Regionais de Gestão Estratégica e Participativa e Promoção das Políticas de Equidade: um desafio para a gestão do SUS no ano de 2012, no período de março a agosto, com a participação de 1266 pessoas, entre lideranças sociais, gestores, profissionais de saúde, e conselheiros de saúde.

Pontos Críticos: Articulação com os gestores estaduais para dar continuidade das agendas de compromisso assumidas nos seminários regionais.

Recomendações: Articular e apoiar a realização de oficinas estaduais para discussão e implantação dos comitês de equidade e inclusão de ações das Políticas de Equidade nos Planos Estaduais e Municipais de Saúde. Realizada a Oficina do DF nos dias 06 e 07 de março e agendadas as oficinas estaduais dos estados do RN (12 de abril); MG (15 e 16 de abril); SE (29 e 30 de abril); BA (13 e 14 de maio); CE (18 e 19 de julho). Em articulação para maio e junho, com os gestores estaduais, as oficinas de MS e AM.

Ação 02 - Apoiar estados para a implementação dos comitês e organização dos seminários estaduais.

Cenário Atual: 03 Comitês implantados, nos Estados: GO, PE e PB. Instituídos por meio de portaria da SES. Implantado o Comitê no estado do PR por meio de Resolução da SES-PR em janeiro de 2013.

Pontos Críticos: Articulação com gestores estaduais e fortalecimento das redes dos movimentos sociais LGBT nos estados.

Recomendações: Em processo de articulação para implantação nos seguintes Estados: RJ, BA, RN, PI e MS.

Ação 03 - Realizar reunião com Fórum de Gestores LGBT e CONASS.

Cenário Atual: Estruturado para realização em junho de 2013.

Recomendações: Em processo de articulação com Fórum de Gestores **LGBT**, Comitê Técnico de Saúde LGBT/Ministério da Saúde para Oficina em 20 e 21 de junho, e participação na elaboração do material para o Túnel do MS sobre a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT.

Ação 04 - Apoiar os movimentos sociais para implementação dos comitês e da Política Nacional de Saúde LGBT.

Cenário Atual: Foram implementados Comitês de Saúde LGBT em 03 estados (PE, PB e GO) e publicadas suas Portarias. O estado do Paraná implantou o Comitê por meio de Resolução da SES-PR em janeiro de 2013. Em relação a Política LGBT apoio aos movimentos sociais LGBT para discussão da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em seus espaços de participação social, elaboração de cartilha da Política e participação nas atividades e encontros nacionais e regionais dos movimentos sociais LGBT.

Produto 03 - Comitês Técnicos de Saúde da População Campo e Floresta implantados e apoiados em 14 estados (RS, SC, ES, SP, GO, MT, PE, BA, CE, MA, PI, RR, PA, AM).

Ação 01 - Realizar 06 seminários regionais Gestão Participativa e Promoção da Equidade

Cenário atual: Realizados os 06 Seminários Regionais de Gestão Estratégica e Participativa e Promoção das Políticas de Equidade: um desafio para a gestão do SUS no ano de 2012, no período de março a agosto, com a participação de 1.266 pessoas, entre lideranças sociais, gestores, profissionais de saúde, e conselheiros de saúde.

Pontos Críticos: Articulação com os gestores estaduais para dar continuidade das agendas de compromisso assumidas nos seminários regionais.

Recomendações: Articular e apoiar a realização de oficinas estaduais para discussão e implantação dos comitês de equidade e inclusão de ações das Políticas de Equidade nos Planos Estaduais e Municipais de Saúde. Realizada a Oficina do DF nos dias 06 e 07 de março e agendadas as oficinas estaduais dos estados do RN (12 de abril); MG (15 e 16 de abril); SE (29 e 30 de abril); BA (13 e 14 de maio); CE (18 e 19 de julho). Em articulação para maio e junho, com os gestores estaduais, as oficinas de MS e AM.

Ação 02 - Apoiar estados para a implementação dos comitês e organização dos seminários estaduais.

Situação Atual: Foi instituído Grupo de Trabalho para implementar a política no RJ. Em processo de organização e discussão no ES e MT.

Pontos Críticos: Dificuldade dos movimentos sociais do campo e da floresta para articular com os estados e entre si.

Recomendações.: Priorização dos estados para implementação dos Grupos da Terra nos estados a partir das oficinas estaduais com os gestores e as lideranças do movimento social mais atuante naquele estado. Definido cronograma na reunião do Grupo da Terra em dezembro de 2012 e agendada reunião do Grupo da Terra para março de 2013, quando serão definidas as estratégias dos movimentos sociais para dialogar com a gestão estadual. Destaca-se que em determinados estados o Grupo da Terra poderá ser regional e não estadual.

Ação 03 - Apoiar os movimentos sociais para implementação dos comitês e da política nacional do campo e da floresta.

Cenário Atual: Realizada reunião do Grupo de Trabalho do MS, envolvendo as secretarias, para a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Apoio financeiro e técnico a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Camponesas ocorrido em Brasília/DF no período de 18 a 21 de fevereiro de 2013. Foram realizadas articulações com os movimentos sociais durante os Seminários Regionais de Gestão Participativa e Promoção da Equidade e nas reuniões do Grupo da terra para a implementação dos Comitês de Equidade em Saúde.

Está sendo celebrado convênio com a Universidade de Brasília, com objetivo de estruturar observatório, para avaliar e contribuir para a implantação das políticas de Saúde para as populações do campo e da floresta por meio de uma rede de ecologia de saberes, envolvendo intelectuais engajados, pesquisadores populares dos movimentos sociais do campo e da floresta e os gestores do SUS.

Produto 04 - Comitês Técnicos de Saúde da População em Situação de Rua implantados e apoiados em 8 estados (SP, RS, PR, MG, RJ, DF, BA e PE).

Cenário atual: Movimento da População em situação de rua é recente em sua organização, os anos de 2011 e 2012 o DAGEP vem articulando esforços para potencializar a formação de lideranças e sua inserção nos espaços de participação e controle social no SUS. Destaca-se a inédita inserção de entidade do movimento da população de rua no Conselho Nacional de Saúde. Realizada Capacitação de Lideranças do Movimento da População em Situação de Rua em Dezembro de 2012. Realizada 1ª Reunião do Comitê Técnico de Saúde da População em Situação de Rua em fevereiro de 2013.

Pontos críticos: Baixa interlocução junto às SES para a implementação de comitês técnicos de promoção da equidade. **Recomendações:** Manter estratégias de apoio aos movimentos sociais e áreas técnicas estaduais envolvidas na instalação de Comitês Técnicos.

Ação 01 - Realizar 06 seminários regionais Gestão Participativa e Promoção da Equidade.

Cenário atual: Realizados os 06 Seminários Regionais de Gestão Estratégica e Participativa e Promoção das Políticas de Equidade: um desafio para a gestão do SUS no ano de 2012, no período de março a agosto, com a participação de 1.266 pessoas, entre lideranças sociais, gestores, profissionais de saúde, e conselheiros de saúde.

Pontos Críticos: Articulação com os gestores estaduais para dar continuidade das agendas de compromisso assumidas nos seminários regionais.

Recomendações: Articular e apoiar a realização de oficinas estaduais para discussão e implantação dos comitês de equidade e inclusão de ações das Políticas de Equidade nos Planos Estaduais e Municipais de Saúde. Realizada a Oficina do DF nos dias 06 e 07 de março e agendadas as oficinas estaduais dos estados do RN (12 de abril); MG (15 e 16 de abril); SE (29 e 30 de abril); BA (13 e 14 de maio); CE (18 e 19 de julho). Em articulação para maio e junho, com os gestores estaduais, as oficinas de MS e AM.

Ação 02 - Apoiar estados para a implementação dos comitês e organização dos seminários estaduais.

Cenário atual: em processo de organização instancias de discussão da Saúde da População em Situação de Rua nos seguintes estados: Paraná, Espírito Santo, Pernambuco, Santa Catarina e Distrito Federal. Já existem fóruns do movimento no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, que articulam com a gestão estadual a implementação das ações da política, entre elas a saúde, para a População em Situação de Rua.

Pontos críticos: Fragilidade na articulação intersetorial. Desconhecimento das especificidades das necessidades da pop. de rua.

Recomendações: Priorizar articulação com o CONASS e gestores estaduais responsáveis pelas Políticas de Equidade para a organização de Oficinas para dinamizar a implementação dos Comitês Técnicos. Na realização das oficinas, garantir que sejam convidadas as áreas de assistência social, trabalho, educação entre outras. Previsão de oficina para março de 2013.

Ação 03 - Apoiar os movimentos sociais para implementação dos comitês e da política de Saúde em Situação de Rua.

Cenário Atual: Movimento da População em situação de rua é recente em sua organização, os anos de 2011 e 2012 o DAGEP vem articulando esforços para potencializar a formação de lideranças e sua inserção nos espaços de participação e controle social no SUS.

Destaca-se a inédita inserção de entidade do movimento da população de rua no Conselho Nacional de Saúde. Realizada Capacitação de Lideranças do Movimento da População em Situação de Rua em Dezembro de 2012. Realizada 1ª Reunião do Comitê Técnico de Saúde da População em Situação de Rua em fevereiro de 2013.

Produto 05 - Comitês de Educação Popular em saúde implantados e apoiados em 9 estados (SC, RJ, GO, CE, BA, MG, MT, DF, RS).

Situação Atual: Implementado em Santa Catarina. Em fase de implantação nos estados de Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul, Piauí, Sergipe.

Ponto Crítico: Baixa implementação dos comitês. O processo de articulação institucional e diálogo com os movimentos sociais tiveram foco no processo de construção e pactuação da PNEPS.

Recomendações: Pactuar a PNEPS na CIT fortalecendo junto ao CONASS e CONASEMS a estratégia de implantação dos comitês técnicos de educação popular em saúde.

Ação 01 - Realizar 06 seminários Regionais Gestão Participativa e Promoção da Equidade.

Cenário atual: Realizados os 06 Seminários Regionais de Gestão Estratégica e Participativa e Promoção das Políticas de Equidade: um desafio para a gestão do SUS no ano de 2012, no período de março a agosto, com a participação de 1.266 pessoas, entre lideranças sociais, gestores, profissionais de saúde, e conselheiros de saúde.

Pontos Críticos: Articulação com os gestores estaduais para dar continuidade das agendas de compromisso assumidas nos seminários regionais.

Recomendações : Articular e apoiar a realização de oficinas estaduais para discussão e implantação dos comitês de equidade e inclusão de ações das Políticas de Equidade nos Planos Estaduais e Municipais de Saúde. Realizada a Oficina do DF nos dias 06 e 07 de março e agendadas as oficinas estaduais dos estados do RN (12 de abril); MG (15 e 16 de abril); SE (29 e 30 de abril); BA (13 e 14 de maio); CE (18 e 19 de julho). Em articulação para maio e junho, com os gestores estaduais, as oficinas de MS e AM.

Ação 02 - Apoiar estados para a implementação dos comitês e organização dos seminários estaduais.

Cenário Atual: Realizados os 06 Seminários Regionais de Gestão Estratégica e Participativa e Promoção das Políticas de Equidade: um desafio para a gestão do SUS no ano de 2012, no período de março a agosto, com a participação de 1.266 pessoas, entre lideranças sociais, gestores, profissionais de saúde, e conselheiros de saúde.

Ação 03 - Apoiar os movimentos sociais para implementação dos comitês e das políticas de promoção de equidade e EPS.

Cenário Atual: Foram apoiados os movimentos sociais por meio, de articulações com os gestores estaduais e municipais, profissionais de saúde, conselheiros para dar continuidade das agendas de

compromisso assumidas nos seminários regionais que contemplava a implementação dos comitês e a promoção da equidade e educação popular de saúde.

Resultado 02 - Planos Operativos das Políticas de Saúde da População Negra, LGBT e Campo e Floresta implementados.

Cenário Atual: Plano Operativo da População do Campo e da Floresta, pactuado na CIT por meio de resolução nº 03, de 06 de dezembro de 2011, que estabelece estratégias e ações que orientam o referido plano da Política Integral das Populações do Campo e da Floresta no âmbito do SUS. Plano Operativo da População LGBT pactuado na CIT e Portaria nº 2836, de 06 de dezembro de 2011. O 2º Plano Operativo da População Negra foi discutido com o Comitê de Política da Pop. Negra e deverá ser pactuado.

Pontos Críticos: sistematizar o conjunto de propostas para viabilizar apresentação e aprovação no CNS e CIT.

Recomendações: articular agenda com CNS e CIT para as primeiras reuniões de 2013

Produto 01 - Plano Operativo da PNSILGBT 2012-2014 implementado.

- Foram realizadas e estão previstas as seguintes ações constante dos Planos Operativo da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (2012-2014):
- Realizada reunião com o DECIT/SCTIE para elaboração de projeto de pesquisa com o objetivo de avaliar o acesso e a qualidade da atenção prestada à saúde da população LGBT no SUS.
- Realizada reunião no dia 04 de março para desenho da Oficina de pesquisadores que realizará o projeto. A Oficina será nos dias 10 e 11 de abril e o seu produto será o desenho da pesquisa.
- Realizadas duas reuniões do GT Atenção da CIT para apreciação da Minuta de Portaria do Processo Transexualizador no SUS (revisão da Portaria nº 457/08 para ampliação do Processo Transexualizador em mais 07 estados: BA, DF, CE, PE, PI, MS e PB). A Portaria será apreciada na CIT de 21 de março de 2013.
- Curso de Formação de Lideranças LGBT em parceria com CEPERJ para o controle social da Política Nacional de Saúde Integral LGBT em andamento e com realização para o período de maio a agosto de 2013.
- Realizada Oficina para elaboração do Módulo EAD LGBT com a instituição responsável pela elaboração do módulo (UERJ) nos dias 28 de fevereiro e 01 de março de 2013.

Ação 01 - Realizar três reuniões do Comitê Técnico Assessor LGBT.

Foram realizadas 03 reuniões do Comitê Técnico de Saúde Integral LGBT em 2012 (fevereiro, agosto e novembro).

Ação 02 - Realizar Seminário sobre Processo Transexualizador (visitas aos quatro serviços de referência do Processo Transexualizador SP, RJ, POA e GO, e Revisão da Portaria SAS 457 de 2008).

Realizado o Seminário sobre o Processo Transexualizador em junho de 2012, com 95 participantes entre lideranças do movimento social LGBT, representantes do Conselho Nacional de Saúde e Conselho Nacional de Combate à Discriminação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, gestores, profissionais de saúde dos serviços de referência e pesquisadores. O seminário definiu pela revisão da Portaria 457/2008 que normatiza o Processo Transexualizador no

SUS, com formação de Grupo de Trabalho ampliado com representantes dos serviços de referência, lideranças do Comitê Técnico Assessor de Saúde LGBT\MS e pesquisadores além de representantes das áreas técnicas do MS. Realizadas visitas aos quatro serviços de referência no país (SP, RJ, GO e RS), além de serviços de atenção a travestis no CRT\SP e Universidade de Uberlândia. A Portaria será apreciada na Comissão Intergestores Tripartite em 21 de março de 2013, depois de um ano de discussão ampla com os diferentes atores envolvidos, CONASS e CONASEMS.

Ação 03 - Realizar Oficina de elaboração de conteúdo para Módulo EaD LGBT para UNASUS.

Realizada reunião do Comitê Técnico Assessor de Saúde LGBT ampliada para discussão das diretrizes do conteúdo para Módulo EaD LGBT em agosto de 2012.

Ação 04 - Realizar Oficina de Pesquisas sobre Saúde LGBT.

Realizada Oficina de Pesquisas sobre a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT em setembro de 2012, com lideranças dos movimentos sociais, Conselho Nacional de Saúde e pesquisadores, em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde. Definido como eixo da pesquisa o acesso e acolhimento sem preconceito e discriminação e respeito ao nome social no SUS.

Ação 04 - Realizar Seminário Nacional LGBT (ações do Plano Operativo 2012 e planejamento 2013), com movimentos sociais, CONASEMS, CONASS e MS.

Não realizado e proposto para Planejamento de 2013.

Produto 02 - Plano Operativo da PNSIPCF 2012-2014 implementado.

Articulação com Departamento de Atenção Básica de Saúde \SAS para ampliação da atenção a saúde das populações do campo e da floresta, inclusão e redefinição na Portaria da Atenção Básica de Unidades Básicas Fluviais e Unidades Básicas Ribeirinhas, em 21 de outubro de 2012.

Realização de Oficina de Pesquisa sobre a Política de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta em setembro de 2012, com lideranças do movimento social, pesquisadores, representantes do Conselho Nacional de Saúde e gestores do Ministério da Saúde em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde. Definida as diretrizes para elaboração do Projeto de Pesquisa com eixo no acesso e prioridade para as regiões norte, nordeste e centro oeste.

Apoio ao I Encontro Nacional de Mulheres Camponesas, 18 a 21 de fevereiro de 2013, com a participação de 3.000 mulheres em Brasília/DF.

Realizada reunião do Grupo de Trabalho/MS para discussão do documento da II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário com a participação de 10 técnicos.

Participação no Seminário de Sensibilização, Informação e Mobilização para o Controle Social e Gestão Participativa no SUS/ Pesquisa e escuta itinerante em parceria com DOGES e CONTAG sobre o acesso das populações do campo e da floresta- 100 pessoas, no município de Viana/ES; 110 pessoas no município de Borba\AM; 80 pessoas no município de Curitiba\PR.

Reunião com Coordenador do Projeto do Observatório sobre a PNSIPCF parceria com UnB/ 20 pessoas para definição do cronograma de implementação do Projeto para o ano de 2013.

Reunião com Coordenação do Projeto em parceria com a Fiocruz para capacitação de lideranças sociais da CONTAG, MLT, MST e ANMC para definição de diretrizes e cronograma de implementação do Projeto no ano de 2013 - 10 pessoas.

Publicação: Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT - 20.000 exemplares.

Ação 01 - Realizar três reuniões do Grupo da Terra.

Realizadas as três reuniões do Grupo da Terra (março, agosto e dezembro). Agendada primeira reunião de 2013 para os dias 25 e 26 de março.

Ação 02 - Realizar Seminário sobre Impactos dos Agrotóxicos na Saúde e Ambiente, com movimentos sociais do campo e da floresta, gestores federais do MS, MDA, MMA, MTE, MPS, MJ, SDH, SPM, SEPPIR.

Realizado Seminário sobre Impactos dos Agrotóxicos na Saúde e Ambiente, em abril, contando com 150 participantes, entre lideranças sociais do campo e da floresta, técnicos e gestores do Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Pesca, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Políticas para as Mulheres e pesquisadores das Universidades de Brasília, do Ceará e FIOCRUZ.

Ação 03 - Realizar reuniões intra e intersetorial para implementação e monitoramento do Plano Operativo.

Realizadas 06 reuniões do Grupo de Trabalho do Ministério da Saúde no ano de 2012 para acompanhamento da Pauta dos Movimentos Sociais do Campo e da Floresta e ações do Plano Operativo da Política.

Ação 04 - Ampliar e fortalecer as parcerias com os movimentos sociais do campo e da floresta e o MS incluindo a formação de lideranças desses movimentos sociais.

I Encontro Nacional de Mulheres Camponesas- 3.000 mulheres de 23 estados brasileiros. Participação no Seminário de Sensibilização, Informação e Mobilização para o Controle Social e Gestão Participativa no SUS/ Pesquisa e escuta itinerante em Parceria com DOGES e CONTAG sobre o acesso das populações do campo e da floresta- 100 pessoas no município de Viana/ES; Borba\AM com 110 pessoas; em Curitiba\PR com 80 pessoas.

Reunião com a diretoria do Conselho Nacional de Populações Extrativistas, em 20 de março, com 25 pessoas para discutir o Planejamento e Parceria com o Ministério da Saúde.

Publicação: A Política Nacional Saúde Integral da População do Campo e da Floresta publicada, com uma tiragem de 50.000 exemplares.

Ação 5 - Realizar II Encontro Nacional dos Movimentos Sociais do Campo e da Floresta.

II Encontro Nacional dos Movimentos do Campo e da Floresta adiado para 2013. A primeira atividade realizada foi a formação de uma Comissão Interna ao Grupo da Terra para definição de metodologia a ser utilizada no Encontro.

Produto 03 - Plano Operativo da PNSIPN 2012-2014 implementado.

Cenário Atual: Plano Operativo construído com a colaboração das áreas técnicas do Ministério da Saúde já aprovado pelo Comitê Técnico Saúde Integral da População Negra. Em fase de revisão final e encaminhamento ao colegiado da SGEP.

Agendada a apreciação do referido plano em Câmara Técnica da Comissão Intergestores Tripartite.

Pontos Críticos: Dificuldades em sistematizar o conjunto de proposições do plano operativo.

Recomendações: Promover o diálogo acerca do Plano Operativo nas Comissões de Saúde da População Negra no Conselho Nacional de Saúde.

Ação 01 - Implantar Campanha de Enfrentamento ao Racismo Institucional.

- Dado início da campanha com exposição da temática no “Túnel” de acesso ao Ministério da Saúde em novembro de 2012, com a participação aproximadamente de 150 pessoas.

Ação 02 - Executar o plano de ação de enfrentamento da violência a jovens negros.

Cenário Atual: Plano de ação interministerial pactuado entre Governo Federal e Governo do Estado Alagoas gerou ações de mobilização governamental como a Realização de Seminário de Enfrentamento à Violência Contra a Juventude Negra, Quilombola e de Terreiro no estado de Alagoas em 05 a 07 de dezembro de 2012.

Lançamento do Plano 'Juventude Viva' em 27 de novembro de 2012 - lançado pela Secretaria Nacional de Juventude - Presidência da República - Plano contendo ações e metas relacionadas à saúde da juventude negra.

Apoio à realização do evento Encontro Pró- Mobilização Nacional pela Saúde da população negra com atenção a violência contra a juventude negra - Rio de Janeiro - agosto 2012.

Realizada reunião junto a UNFPA para construção de seminários de capacitação em controle social direcionados à juventude negra priorizando os 132 municípios de maior incidência de violência contra juventude negra.

Publicação: A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra a tiragem de 40.000 exemplares para distribuição nacional.

Publicação: Revista Lariôê: Promoção da Saúde - Cultura e Cidadania nos Terreiros - editada, 20.000 exemplares.

Recomendações: Articular a temática de Enfrentamento à Violência da Juventude Negra às demais ações de difusão das políticas de promoção da equidade e educação popular em saúde.

Ação 03 - Pactuar o Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Conselho Nacional de Saúde.

Cenário Atual: Plano Operativo construído com a colaboração das áreas técnicas do Ministério da Saúde já aprovado pelo Comitê Técnico Saúde Integral da População Negra. Em fase de revisão final e encaminhamento ao colegiado da SGEP.

Pontos Críticos: Dificuldades em sistematizar o conjunto de proposições do plano operativo.

Recomendações: Promover o diálogo acerca do Plano Operativo na Comissão de Saúde da População Negra do Conselho Nacional de Saúde.

Ação 4 - Pactuar o plano operativo (2012-2015) na CIT.

Plano apresentado ao colegiado da SGEP com retorno às áreas técnicas do Ministério da Saúde para a adequação de metas/propostas. Agendada apreciação do referido Plano em Câmara Técnica da CIT para abril de 2013.

Resultado 03 - Políticas de Saúde da População em Situação de Rua e Política Nacional de Educação Popular em Saúde aprovadas no CNS e pactuadas na CIT.

Cenário Atual: Aprovada por aclamação no Conselho Nacional de Saúde a Política Nacional de Educação Popular em Saúde - julho 2012. Esta ação segue tendo como objetivo a pactuação da PNEPS na Comissão Intergestores Tripartite, agendada para abril de 2013, após apreciação da mesma em câmara técnica da CIT.

A PNEPS foi apreciada nas Comissões Internas do Conselho Nacional de Saúde: Educação Permanente, Recursos Humanos e Práticas Integrativas e Complementares.

O Plano Operativo de Saúde da População em Situação de Rua encontra-se pactuado na Comissão Intergestores Tripartite e publicado em meio oficial.

Produto 01 - Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEP) Aprovada e Pactuada.

Situação Atual: Aprovada por aclamação no Conselho Nacional de Saúde da Política Nacional de Educação Popular em Saúde - julho 2012. Esta ação segue tendo como objetivo a pactuação da PNEPS na Comissão Intergestores Tripartite agendada para abril de 2013

Publicação: Educação Popular na Formação Universitária de edição, com tiragem de 3.000 exemplares.

Publicação: II Caderno de Educação Popular em Saúde

Publicação: “De Sonhação a Vida é Feita, com Crença e Luta o Ser se Faz” editada e em processo de impressão, 3.000 exemplares.

O Comitê Técnico está implantado em dez estados e em quatro capitais e com processo de organização em outros quatro estados. Estados com Comitê de População Negra implantados (SP, RS, PR, RJ, MG, AC, PB, RN, GO, BA). Em processo de implantação: RO, AL, PI e DF. Capitais implantadas: Porto Alegre, Florianópolis, Rio Branco e Salvador.

Ação 01 - Pactuar PNEPS na CIT e CNS.

Cenário Atual: Aprovada por aclamação no Conselho Nacional de Saúde da Política Nacional de Educação Popular em Saúde - julho 2012. Esta ação segue tendo como objetivo a pactuação da PNEPS na Comissão Intergestores Tripartite agendada para abril de 2013

Ação 02 - Elaborar Plano Operativo.

Cenário Atual: O plano operativo da PNEPS elaborado e em fase de apreciação e pactuação na CIT previsto para maio de 2013.

Ação 03 - Realizar Seminário Nacional de Educação Popular em Saúde do Ministério da Saúde e encontros regionais de sensibilização da PNEPS.

Cenário Atual: Agendada realização de Seminário Nacional de Educação Popular em Saúde conjuntamente com Cerimônia de premiação do I Prêmio Victor Valla de Educação Popular para junho de 2013.

Planejados apoio à realização do Congresso Nacional do MOPS e Encontro Nacional da ANEPS.

Produto 02 - Política Nacional de Saúde da População em Situação de Rua.

Plano operativo de Saúde da População em Situação de Rua elaborado, aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde e pactuado na CIT.

Ação 01 - Elaborar e Pactuar Plano Operativo da Saúde da População em Situação de Rua.

Cenário Atual: Plano operativo de Saúde da População em Situação de Rua elaborado, aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde e pactuado na CIT.

Ação 02 - Realizar II Oficina de Capacitação e Fortalecimento de Lideranças da População em Situação de Rua.

Agendada para outubro de 2013.

Ação 03 - Realizar 02 oficinas de capacitação de profissionais da Atenção Básica que atuam no atendimento a PSR.

Cenário Atual: Foram realizadas as duas oficinas de capacitação de profissionais em atenção básica em dois estados no Rio Grande do Sul e Pernambuco com participação total de 85 pessoas.

ESTRATÉGIA 4: UNIVERSALIZAÇÃO DO CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE NA PERSPECTIVA DA QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO INTERFEDERATIVA.

As informações referentes a essa estratégia, de responsabilidade do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), constarão serão do Relatório de Gestão Consolidado que o DATASUS apresentará, conforme determinado na Decisão Normativa TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012 - ANEXO I.

OBJETIVO ESTRATÉGICO 10 - QUALIFICAR INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO DIRETA, GERANDO GANHOS DE PRODUTIVIDADE E EFICIÊNCIA PARA O SUS.

ESTRATÉGIA 4 - IMPLEMENTAÇÃO INTERFEDERATIVA DA OUVIDORIA ATIVA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO, COM AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE OUVIDORIA.

Resultado 01 - Ouvidoria Ativa no âmbito do Sistema Nacional de Ouvidoria nas marcas de governo estruturada.

Cenário atual: No desenvolvimento da Ouvidoria ativa no âmbito do SNO estão sendo realizadas diversas ações como: Pesquisas de satisfação, envio da CartaSUS, além dos serviços prestados pelo Disque saúde 136, em 2012 foram realizadas pesquisas de satisfação em programas de marcas de governo como o Melhor em Casa, Rede Cegonha, Atenção básica e urgência/emergência. Com relação ao programa Melhor em Casa foram feitos 5.344 contatos com 2.120 questionários aplicados e o relatório foi finalizado em 20/11/2012. Sobre a Rede Cegonha, até o momento foram feitos 190.350 contatos com 66.588 questionários aplicados até o dia 17/12/2012. Quanto a Atenção Básica foram realizados mais de 18 mil pesquisas e o relatório foi divulgado ainda no primeiro semestre de 2012. Cabe ainda ressaltar outras ações de ouvidoria ativa como a emissão de CartaSUS que contabilizaram mais de 10 milhões de CartaSUS enviadas correspondendo a envios referentes às AIHs e, principalmente às APACs. Até o momento 1.881 manifestações advindas da CartaSUS com 1.184 denúncias, sendo enviadas ao DENASUS/SNA/estados e municípios para apuração e retorno ao cidadão. Além disso, foram também realizadas ações de ouvidoria itinerante contando com 3 tipos de atividades, resultando em encaminhamentos como por exemplo, a cessação de cobrança contra usuários do SUS de município inteiro (mais de 6 mil pessoas) que eram cobrados para serem atendidos pelo SUS apenas através da mediação da ouvidoria do Ministério da Saúde entre cidadãos e gestão municipal, *in loco* e presencialmente. Ainda como resultado a constatação de fraude em clínicas de Maceió/AL com descredenciamento das mesmas, além de constatação de cobranças contra usuários do SUS no norte do Rio Grande do Sul por consórcio intermunicipal de saúde, inclusive com valores a serem pagos por usuários escritos em documentos oficiais com timbre de prefeitura, entre outras apurações e constatações.

Pontos críticos: Algumas políticas tidas como marcas de governo não foram iniciadas, bem como, algumas áreas definiram utilizar outras formas de avaliação que não pesquisas de satisfação feitas pelo DOGES.

Recomendações: A recuperação do passivo de ligações para pesquisa da Rede Cegonha além da adoção de novas medidas junto a prestadores e gestores estaduais/municipais para que os dados telefônicos tenham maior percentual de números válidos. Ainda, avançar nas ações de auditoria para apuração dos casos de mulheres que relataram terem sido cobradas. Até o momento esse número chega a aproximadamente 700 mulheres. Sobre as CartaSUS, iniciar processo para formatação, confecção e envio de CartaSUS referentes ao Aqui Tem Farmácia Popular, conforme demandado pelo DAF/SCTIE/MS para primeiro trimestre de 2013.

Produto 01 - Totens Implantados em 123 UPAS.

Cenário Atual: Na Oficina de monitoramento, realizada em setembro, foi apresentada a situação de impossibilidade do termo de referência prosseguir para um processo de licitação, pois na fase de consulta de preços não foi encontrada nenhuma empresa em condições de atender a prestação de serviços desejada. Como encaminhamento da oficina foi indicada a mudança na proposta original e a possibilidade de parceria com o Banco do Brasil. O projeto foi encaminhado para o Banco do Brasil e estamos aguardando retorno.

Recomendação: Diante da situação, o projeto foi cancelado conforme definido na Oficina de Planejamento Estratégico da SGEPE.

Ação 01 - Contratar empresa para fornecimento do serviço

Cancelada por trata-se de assunto referente ao Produto 1 – Totens Implantado

Ação 02 - Firmar Termo de Cooperação com as Secretarias nos locais de implantação das UPAs

Cancelada por trata-se de assunto referente ao Produto 1 – Totens Implantado

Ação 03 - Fazer a manutenção dos conteúdos dos totens.

Cancelada por trata-se de assunto referente ao Produto 1 – Totens Implantado

Ação 04 - Analisar os dados dos conteúdos oriundos dos totens.

Cancelada por trata-se de assunto referente ao Produto 1 – Totens Implantado

Produto 02 - Pesquisas realizadas nas marcas de governo: Rede Cegonha, Mama, Colo de Útero, Crack, UBS, SOS Urgência e Emergência, Melhor em Casa e Viver Sem Limites.

Cenário Atual: Em 2012 foram realizadas pesquisas de satisfação em programas de marcas de Governo como o Melhor em Casa, Rede Cegonha, Atenção básica e urgência/emergência. Com relação ao programa Melhor em Casa foram feitos 5.344 contatos com 2.120 questionários aplicados e o relatório foi finalizado em 20/11/2012. Sobre a Rede Cegonha, foram efetuados 190.350 contatos com 66.588 questionários aplicados até o dia 17/12/2012. Quanto a Atenção Básica foram realizados mais de 18 mil pesquisas e o relatório foi divulgado ainda no primeiro semestre de 2012.

Pontos Críticos: Hoje trabalhamos com um teleatendimento ativo pequeno, o que dificulta na aplicação dos questionários. Com o Termo de Referência do Disque Saúde 136 vamos aumentar esse teleatendimento ativo. O referido TR já está na DIPLI/SAA, com as devidas cotações e será enviado para CONJUR analisar.

Recomendações: Acompanhar o processo de licitação junto a SAA.

Ação 01 - Realizar Termo de Cooperação Técnica com instituição de pesquisa

Termo de Cooperação firmado com a o Centro de Pesquisas Ageu Magalhães da unidade da Fiocruz em Recife/PE, o TC visa o estudos qualitativo e estatístico das pesquisas realizadas buscando aumento a qualidade e resultado desses serviços.

Ação 02 - Construir os instrumentos e a amostra junto às áreas afins.

Situação Atual: Foram criados instrumentos para a realização das pesquisas da Rede Cegonha e do Melhor em Casa, esses instrumentos foram avaliados e validados pelas áreas técnicas. A pesquisa Melhor em Casa foi finalizada e a foram realizados mais de 190 mil contatos relativos a Rede Cegonha

O instrumento da pesquisa da UBS ainda está em construção, passando por fases de testes, com previsão de finalização para o primeiro semestre de 2013.

Ponto Crítico: Ainda temos um déficit do sistema de pesquisa, o sistema de pesquisa está sendo desenvolvido em parceria com o DATASUS mas ainda não está finalizado.

Ação 03 - Sistematizar, analisar e divulgar os resultados oriundos das pesquisas.

Os relatórios foram produzidos, sistematizados e encaminhados às áreas técnicas a titulo de divulgação e para subsídios no desenvolvimento de suas ações.

Ação 04 - Contratar empresa para a operacionalização das pesquisas de grande porte relacionadas às marcas de governo.

Cenário atual: O Termo de Referência foi encaminhado para SAA em 26/11/2012, com o parecer do DATASUS. O mesmo encontra-se na DIPLI/SAA, já encaminhamos a proposta para cotação de preço. Contratação cancelada em razão de mudanças nas estratégias de realização das pesquisas e diante da previsão da expansão dos serviços da Central de Teleatendimento.

Produto 03 - 7.000.000 (sete milhões) de CARTASUS enviadas aos cidadãos

Cenário Atual: Em 2012 foram enviadas 10.081.233 de Cartas SUS apresentando-se como um valioso instrumento de controle e avaliação dos serviços prestados pelo SUS, permitindo o acompanhamento da gestão dos recursos disponibilizados às unidades de saúde e aos prestadores credenciados pelo SUS.

Ação 01 - Contratar empresa para tabulação dos dados oriundos dos cartões respostas.

A contratação foi realizada com êxito e os serviços de tabulação dos dados foram iniciados em julho de 2012.

Ação 02 - Produzir os relatórios com dados oriundos das cartas.

Cenário Atual: Os relatórios foram realizados contendo dados referente às manifestações protocoladas no Sistema OuvidorSUS e com os quantitativos de cartas enviadas, as informações relativas à pesquisa de satisfação constante nas cartas não foram inseridas nos relatórios uma vez que aguardam a adequação do sistema Carta SUS, por parte do Departamento de Informática do SUS, para início dos relatórios.

Pontos Críticos: Sistema carta SUS ainda sendo reformulado para receber o banco de dados contendo as pesquisas de satisfação oriundas dos cartões-resposta.

Recomendações: Aguardar o mês de janeiro/2013, uma vez que, o prazo estipulado pelo DataSUS para adequação do sistema foi dezembro/2012.

Ação 03 - Estruturar a área de tratamento de demandas para atender as necessidades da ação CartaSUS.

A estruturação da área foi concluída, com a criação do Núcleo da CartaSUS que conta com servidores que tratam especificamente de demandas relativas às cartas

Ação 04 - Definir os fluxos com as áreas afins.

Os fluxos foram definidos com participação das áreas seguindo uma ordem determinada onde o DOGES é responsável pelo envio, tratamento e acompanhamento do resultado obtidos por meio das cartas e repassa as demandas para os setores responsáveis pelo atendimento das demandas.

Produto 04 - Ações de Ouvidoria Itinerante realizadas juntamente com o Sistema Nacional de Ouvidoria do SUS.

Foram realizadas até o momento 17 atividades de ouvidoria itinerante em diferentes estados, em parceria com gestões municipais e movimentos sociais.

Ação 01 - Aprovar Projetos.

Foram aprovados 5 projetos por meio dos quais realizaram-se as ações de Ouvidoria Itinerante, todos com a participação de técnicos do DOGES e representantes dos movimentos sociais com a realização de palestras e o registro de manifestações da população.

Ação 02 - Estabelecer parcerias.

Foram estabelecidas parcerias com representantes da sociedade civil e componentes do Sistema Nacional de Ouvidoria para a realização das atividades contando com auxílios relativos à infraestrutura e a mobilização da população quanto a participação.

Ação 03 - Produzir e divulgar Relatórios sistematizados com a interpretação dos dados resultantes das ações:

Foi produzido um relatório geral das 17 atividades em novembro de 2012.

Produto 05 - 17.000.000 (dezesete milhões) de informações disseminadas

Cenário Atual: Até 19/12/2012 já foram disseminadas por meio da URA (Atendimentos Eletrônicos) 8.139.704, OuvidorSUS (Atendimento Humano) 287.905, FAQ (Perguntas Frequentes do Portal Saúde) 178.839, CartaSUS 10.081.233, sendo o total 18.687.681

Pontos Críticos: Os números referentes as disseminações de informações por meio da CartaSUS, não são exatos, pois não está pronta a ferramenta que contabilizará as cartas devolvidas.

Recomendações: Acompanhar a finalização do sistema Carta SUS para que os dados sejam tratados corretamente

Ação 01 - Atualizar e ampliar os bancos de Informação da Ouvidoria-Geral.

Para dar continuidade as ações de atualização e reformulação do Banco de Informações Técnicas em Saúde - BITS, a nova profissional que integrou a equipe já foi capacitada e novas modificações já foram realizadas, sendo: atualização do banco de informações sobre o Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica (PROVAB) bem como a reformulação dos bancos vinculados a imunização no Sistema Único de Saúde e ao Programa Farmácia Popular do Brasil (em suas duas vertentes). Apesar do trabalho ser contínuo a de se pontuar, como já foi feito em outros ciclos de monitoramento, que ainda existe uma demora muito grande na devolução dos bancos que o DOGES encaminha as áreas técnicas responsáveis no Ministério da Saúde. Com isso, há uma demora na obtenção de resultados mais rápidos e abrangentes.

Ação 02 - Dinamizar e atualizar árvore da Unidade de Resposta Audível – URA.

Para realizar a dinamização da árvore de voz da Unidade de Resposta Audível o Departamento de Ouvidoria está aguardando retorno da área de comunicação do Ministério da Saúde, para validar as novas informações que serão incluídas.

Ação 03 - Disseminar informações por meio de mala direta.

O processo de criação do sistema que enviará e-mail em grande quantidade foi iniciado e se encontra no DATASUS.

Ação 04 - Ampliar a disseminação de informação por meio das pesquisas.

Aguardando a adaptação do software de responsabilidade do DATASUS, após este novo instrumento é será iniciado o levantamento de informações por e-mail das pessoas pesquisadas.

Produto 06 - Ampliação e qualificação dos recursos humanos e processos de Trabalho.

Cenário atual: O DOGES teve aumento significativo de demandas como as ações de ouvidoria ativa (pesquisas de satisfação, CartaSUS e itinerante) sem que recebesse servidores necessários para realização das mesmas, além das ações do SIC da Lei de Acesso a Informação. Sobre o SIC recebemos 3 servidoras CTUs para as funções. Para as demais ações de ouvidoria ativa estamos contando com outros tipos de vínculo.

Pontos Críticos: Necessidade de regularizar a situação do quadro de pessoal do DOGES para melhor funcionamento do Departamento e maior compatibilidade do quadro e das ações a serem desempenhadas.

Recomendações: Estruturar o Departamento para atendimento do crescimento das demandas para 2013 com outros vínculos até a regularização do quantitativo do quadro de servidores a serem disponibilizados ao DOGES.

Ação 01 - Realizar Mestrado Profissionalizante.

Primeira turma de mestrado em andamento, com a participação do Departamento Nacional de Auditoria, sendo realizado em cooperação com a Fiocruz.

Ação 02 - Mapear os Processos de trabalho.

Está em andamento o mapeamento dos processos de trabalho com a Coordenação de Inovação de Processos e de Estruturas Organizacionais/SAA.

Ação 02 - Capacitar a equipe do DOGES.

Está em andamento o mapeamento dos processos de trabalho com a Coordenação de Inovação de Processos e de Estruturas Organizacionais/SAA.

Produto 07 - Inovação Tecnológica realizada.

Cenário Atual: SIOUVISUS: Em continuidade da fase de homologação da ferramenta SIOUVISUS, a aplicação continua sendo testada pela CGPEP/DOGES, porém foram constatados erros na ferramenta que são encaminhados em documento próprio ao DATASUS, para que em conjunto com o escritório de projetos ou fábrica de softwares, serão corrigidos para que prossigamos com o cronograma de testes e homologação da ferramenta. OUVIDORSUS Versão III - Envio do Documento de Oficialização de Demanda - DOD para o DATASUS, em 24/9/2012. DATAMART/BI: Em fase de teste no DOGES. BANCO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS EM SAÚDE - WEB: Em fase de homologação/teste e rastreamento dos erros para posterior produção. Ainda sem previsão, dado os problemas apresentados na atual versão do OUVIDORSUS. REESTRUTURAÇÃO DA PÁGINA: Está em reformulação, sem previsão de conclusão do layout.
Pontos Críticos: Atraso na conclusão do desenvolvimento dos sistemas.

Recomendações: Acompanhar junto aos responsáveis o andamento dos referidos processos.

Ação 01 - Implantar a ferramenta de Business Intelligence – DATAMART.

Ação 02 - Desenvolver o novo Sistema Ouvidor/SUS.

Cenário atual: Em Dezembro/2012 o DOGES entregou o 'Documento de Escopo (Consenso)' ao DATASUS, assinado pela Direção do DOGES. O DATASUS informou que o atraso do desenvolvimento do sistema está ocorrendo devido à sobrecarga de demanda. No entanto, iriam iniciar a 'engenharia reversa', onde será desenhado o que não será modificado no sistema, utilizando todo o documento definido pelo Grupo de Trabalho do Novo OuvidorSUS. Houve modificação na Gestão do projeto

Pontos Críticos: Tempo para o desenvolvimento do sistema por parte do DATASUS, que informou das questões burocráticas de documentações e complexidade que um sistema informatizado exige.

Ação 03 - Desenvolver e implantar Sistema de Pesquisa.

Cenário atual: Toda a documentação, do caso de uso, do sistema OuvidorSUS, funcionalidade pesquisa, foram entregues ao DATASUS, em novembro, para envio à fábrica de software, sendo finalizado em dezembro e está em fases de testes.

Ponto crítico: Curto prazo, pois no momento da contratação de uma nova empresa para o ativo da Ouvidoria que será no início de 2013, o sistema de pesquisa deverá estar disponível para a realização das pesquisas solicitadas pelas áreas do Ministério e Gabinete do Ministro.

Resultado 02 – Proposta do Sistema Nacional de Ouvidoria do SUS estruturada.

Cenário Atual: Contratada empresa para nova Central 136 que contará com 272 posto de atendimentos e nova tecnologia, com previsão para entrar em funcionamento até meados de abril/13. Pesquisas continuam sendo realizadas, em especial da Rede Cegonha que conta com mais de 84 mil questionários respondidos. Também foram realizados contatos do PROVAB e continuam do SIACS. CartaSUS já foram enviadas 11.297.749 cartas sendo 9.943.244 AIHs e 1.354.505 de APACs. Foram devolvidos 635.893 cartões resposta perfazendo 6,95% de cartas entregues. Continuam sendo apoiadas pelo DOGES as ouvidorias descentralizadas.

Pontos críticos: Possibilidade de não conseguir diminuir tempo de espera para apenas 30 segundos na Central 136, apesar de apontar para sensível melhora nesse tempo. A não disponibilidade do sistema de leitura e relatórios dos cartões reposta da CartaSUS pelo DATASUS. A priorização de outras pesquisas/contatos, como foi o caso do PROVAB, em detrimento da pesquisa da Rede Cegonha priorizada pelo Ministro.

Recomendações: Avaliação do trabalho da nova Central 136 quando ela passar a funcionar para verificação do tempo de espera alcançado. Priorizar exclusivamente a pesquisa da Rede Cegonha. DATASUS disponibilizar o sistema de leitura/relatórios dos cartões reposta da CartaSUS.

Produto 01 - Política Nacional de Ouvidoria do SUS - PNO pactuada na CIT até Julho de 2012.

Cenário Atual: Conforme cronograma deste produto, modificado em setembro, após reunião realizada com CONASS e CONASEMS, a etapa de discussão da minuta da Política Nacional de Ouvidoria foi apresentada e discutida na SGEF e aguarda oportunidade para a discussão no colegiado do Ministro.

Recomendações: As etapas de discussão no GT de Gestão da CIT e Pactuação, ficam para o primeiro semestre de 2013. Produto cancelado em razão do não cumprimento dos prazos para a revisão da lei

Ação 01 - Elaborar a minuta da Portaria da PNO.

Ação 02 - Submeter à apreciação da Consultoria Jurídica – CONJUR.

Ações canceladas em razão do não cumprimento dos prazos para a revisão da lei

Ação 03 - Submeter à apreciação do GT da CIT.

Cenário atual: Esta etapa não está prevista para 2013, conforme alteração do cronograma, discutido na última oficina de monitoramento deste planejamento, pois a discussão da minuta da PNO deverá ocorrer no colegiado do Ministro. Ação cancelada em razão do não cumprimento dos prazos para a revisão da lei

Produto 02 - Projeto de Lei de Criação do Sistema Nacional de Ouvidorias do SUS - SNO elaborado.

Produto cancelado em razão do não cumprimento dos prazos para a revisão da lei.

Ação 01 - Elaborar a minuta de PL para a criação do SNO.

Ação cancelada em razão do não cumprimento dos prazos para a revisão da lei.

Ação 02 - Encaminhar a minuta para a Consultoria Jurídica – CONJUR

Ação cancelada em razão do não cumprimento dos prazos para a revisão da lei.

Produto 03 - Critérios de Qualidade do Sistema Nacional de Ouvidorias do SUS definidos.

Cenário Atual: Todas as ações foram realizadas(Ação 01 - Rever os prazos estipulados na Portaria n 8/2007 e incorpora-los na Política Nacional de Ouvidorias do SUS. Ação 02 - Rever os processos de capacitação para o Sistema Nacional de Ouvidoria do SUS e Sensibilizar o Sistema Nacional de Ouvidorias do SUS para a adequada utilização do Sistema e Monitoramento. Ação 03 - Definir o fluxo da devolutiva do monitoramento para as descentralizadas. Ação 04 - Implantar o Índice de Qualidade. Ação 05 - Definir conceito e aumentar o grau de Resolutividade das manifestações.). Uma observação importante: a proposta do índice de qualidade do sistema nacional de ouvidoria está desenhada, na fase de discussão da matriz política com o CONASS e CONASEMS

Produto 04 - Prêmio Maria Cecília Ferro Donnangelo de Ouvidorias do SUS criado.

Cenário Atual: Para as etapas previstas em 2012, aguarda-se o empenho do recurso para o convênio com o CONASEMS, até 31 de dezembro de 2012.

Pontos Críticos: O convênio ainda não foi efetivado por uma pendência da entidade, cujas providências já estão sendo tomadas no sentido de regularizar a documentação.

Ação 01 - Elaborar o edital do prêmio e envia-lo para a CONJUR. Atividade realizada

Ação 02 - Firmar convênio com o CONASEMS.

Ação cancelada em razão da impossibilidade de realização do convênio por necessidade de atualização dos dados do CONASEMS junto ao MP

Ação 03 - Lançar e divulgar o Prêmio no Congresso do CONASEMS em Junho de 2012.

O prêmio foi lançado conforme previsto

Ação 04 - Publicar o edital do Prêmio.

Edital devidamente publicado

Ação 05 - Premiar os trabalhos na EXPOGEP.

Cenário Atual: Esta ação estava prevista para ser realizada durante a EXPOGEP de 2012, porém não haverá mais esse evento em 2012, somente em 2013, sendo assim a premiação será durante a EXPOGEP de 2013.

Produto 05 - Sistema Nacional de Ouvidorias ampliado e apoiado conforme PPA e PNS apoiado.

Cenário Atual: As ações previstas para 2012 foram realizadas e a distribuição dos Kits de Ouvidoria se iniciará em janeiro de 2013.

Ação 01 - Disponibilizar o Sistema Informatizado OuvidorSUS.

O sistema está sendo disponibilizado normalmente, sendo realizadas etapas de implantação e capacitação nos municípios que instalam Ouvidorias.

Ação 02 - Apoiar com ações de capacitação.

Cenário Atual: De 5 a 9 de novembro ocorreu o Encontro de ouvidores e membros do Doges para avaliação do conteúdo proposto pela equipe da FIOCRUZ para a 1ª Etapa - conteúdo integrado - do 'Cursos Livres em Auditoria e Ouvidoria' a ser ministrado para ouvidores dos estados e municípios, no ano vindouro, por meio das Escolas de Saúde Pública; encontro com ouvidores; 5 a 9 de novembro: capacitação do Sistema OuvidorSUS - Nível I para membros de equipes de ouvidorias das secretarias de saúde de 13 municípios do Estado do Mato Grosso do Sul e um do estado de Goiás; 12 e 13 de novembro: capacitação em Tipificação do Sistema OuvidorSUS para equipes de hospitais federais (DGH/RJ); 21 a 23 de novembro: Seminário Latino-Americano sobre Juventude, Saúde Pública e Participação Social com 200 convidados; 27 a 30 de novembro: Semana Nacional de Ouvidoria Ativa com a participação de 160 convidados entre ouvidores dos 26 estados

brasileiros e do DF (secretarias estaduais e municipais, hospitais estaduais, municipais, universitários e federais, regionais de saúde e outros órgãos de saúde).

Ação 03 - Fornecer o Kit de Ouvidoria.

Cenário Atual: O procedimento licitatório para compra do kit ouvidoria está em andamento. Os autos do processo de aquisição dos equipamentos de informática do kit ouvidoria, nº SIPAR 25000.143801/2011-72, retornaram a Dipli/Cgmap/SAA após adequação solicitadas pela CONJUR, para elaboração do edital e posterior realização do pregão eletrônico. No que diz respeito ao processo de aquisição dos mobiliários do kit ouvidoria, nº SIPAR 25000.143808/2011-72, o pregão eletrônico, de nº 35/2012, foi realizado no dia 03 de outubro de 2012, o resultado foi homologado, adjudicado e o valor devidamente empenhado.

Pontos Críticos: As adequações orientadas pela Codelici/Conjur/MS, foram concluídas pelo DATASUS e DOGES.

Recomendações: Fazer gestão junto a área responsável a fim de concluir o processo em 2012.

Resultado 03 - Iniciativas de cooperação técnica, tecnológica e científica internacional estabelecidas.

Cenário atual: Foram realizadas todas as ações previstas para 2012 quanto à cooperação técnica, tecnológica e científica internacional. Além das ações relatadas em meses anteriores, no mês de novembro ainda houve viagem de equipe do DOGES para Europa (Itália e Portugal) para reconhecimento de experiências de escuta e satisfação dos cidadãos e tratativas de cooperação com a Universidade de Coimbra. Além dessas ações foi realizado o I Seminário Latino-americano de Juventude, Saúde Pública e Participação Social em Brasília, contando com aproximadamente 200 jovens do Brasil e de 16 países, resultando em carta da juventude sobre os temas do Seminário.

Recomendações: Manter rede de relações resultante do Seminário Latino-americano e avançar nas tratativas de cooperação com Universidade de Coimbra.

Produto 01 - Funcionamento de mecanismos de satisfação e escuta/ouvidorias em saúde pública no exterior evidenciados.

Cenário atual: A pesquisa foi entregue enquanto Produto OPAS 'Levantamento de informações sobre equivalentes de Ouvidorias em Saúde Pública em países europeus, latino-americanos e pertencentes aos BRICS', constando de informações sobre similares de ouvidorias trinta países.

Pontos críticos: As informações são suficientes para reconhecer um panorama dos equivalentes de ouvidoria em saúde pública nos países, mas o detalhamento das estratégias e projetos de cada país em abordagem comparativa com a Ouvidoria do SUS exigiria maior tempo e dedicação exclusiva.

Recomendações: A partir dos países destacados por suas características inovadoras, realizar processos de aproximação (troca de e-mails, workshops, visitas exploratórias) quando for momento apropriado (por exemplo, quando da implementação de novas estratégias de sistemas, revisões contratuais da infraestrutura da prestação de serviços ou da contratação de pessoas).

Ação 01 - Realizar pesquisa sobre mecanismos de satisfação e escuta/ouvidorias em saúde pública em países: Latino americanos, Europeus e Pertencentes ao BRICS.

Produto 02 - Realizadas visitas exploratórias.

Cenário atual: Foram realizadas, com sucesso, as visitas exploratórias à Itália e Portugal, enquanto Ciclos de Debates do Laboratório de Inovação em Sistemas e Serviços de Saúde, Eixo Ouvidoria e Participação. Em Roma, foi realizado o II Seminário Brasil/Itália de Ouvidoria e Gestão Participativa em Saúde Pública, havendo oportunidade inclusive de encontrar representante do MS italiano, além da visita ao Escritório de Relação com o Público de Tívoli. Em Portugal, foi realizado na Universidade de Coimbra o Encontro Luso-Brasileiro de Escuta e Envolvimento dos Cidadãos em Saúde. Em Lisboa, fomos recebidos por nossos pares no Ministério da Saúde Português.

Pontos críticos: Não houve pontos críticos.

Recomendações: Seguir com a estratégia do Laboratório de Inovação: sistematizar as informações recolhidas, e disseminá-las entre os interessados pelo tema no Brasil. Recuperar a aproximação com o Ministério da Saúde de Portugal, quando em momento oportuno, sob a luz do Acordo de Cooperação em Saúde Brasil/Portugal de 2008.

Ação 01 - Fazer visita de intercâmbio de reconhecimento de estrutura e funcionamento de mecanismos de satisfação e escuta/ouvidorias em saúde pública no exterior conforme agenda da SGEP:

Foram realizadas, com sucesso, as visitas exploratórias à Itália e Portugal, enquanto Ciclos de Debates do Laboratório de Inovação em Sistemas e Serviços de Saúde, Eixo Ouvidoria e Participação.

Produto 03 - Subsidiada a divulgação das ações do Doges enquanto referência no Brasil e no exterior.

Cenário atual: O material construído em conjunto com a direção, as coordenações e pontos focais de projetos do Departamento foi utilizado para apoiar a participação de representantes em eventos no exterior, tendo ficado disponível para eventos nacionais.

Pontos Críticos: Não há pontos críticos nessa ação.

Recomendações: Publicação, em três idiomas (português, inglês e espanhol), de material contendo as Estratégias de Ouvidoria Ativa do SUS, com lançamento possível durante a Expogep 2013. Fica disponível para ser utilizado o material pronto, com dez páginas (a ser atualizado), em português e inglês.

Produto 04 - Realizado I Seminário Internacional sobre Juventude, Saúde Pública e Participação Social.

Cenário atual: O evento foi realizado de maneira bem sucedida. Foram mais de duzentos participantes, oriundos de dezesseis países, que estiveram presentes para discutir a interface entre participação, juventude e saúde pública na América Latina. Os eixos do evento, que foram os Determinantes Sociais da Saúde, o Direito Universal à Saúde e a Participação Juvenil, foram trabalhados em atividades estimulantes, lúdicas e informativas. Os mesmos eixos se refletiram no documento final do evento, a Carta de Intenções sobre Participação das Juventudes da América Latina na Saúde Pública, entregue a autoridades do Ministério da Saúde e da Organização Pan-Americana de Saúde, e construída pelos próprios jovens participantes.

Pontos Críticos: A participação foi menor do que a esperada, devido à impossibilidade de solicitação de passagens por parceiros de outras instituições - mesmo al comprometimento dos mesmos em reuniões.

Recomendações: O estímulo da divulgação do documento final do evento.

Ação 01 - Formalizar parceria com ONG internacional.

Produto cancelado em razão da impossibilidade de formalização de parceria.

Ação 02 - Enviar Termo de Referência para a OPAS e Fundo Nacional de Saúde.

Ação cancelada em razão da impossibilidade de formalização de parceria.

Ação 03 Realizar o seminário.

O evento foi realizado de maneira bem sucedida. Foram mais de duzentos participantes, oriundos de dezesseis países, que estiveram presentes para discutir a interface entre participação, juventude e saúde pública na América Latina. Os eixos do evento, que foram os Determinantes Sociais da Saúde, o Direito Universal à Saúde e a Participação Juvenil, foram trabalhados em atividades estimulantes, lúdicas e informativas. Os mesmos eixos se refletiram no documento final do evento, a Carta de Intenções sobre Participação das Juventudes da América Latina na Saúde Pública, entregue a autoridades do Ministério da Saúde e da Organização Pan-Americana de Saúde, e construída pelos próprios jovens participantes.

ESTRATÉGIA 05 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO NA GESTÃO DO SUS, COM FOCO EM RESULTADOS, TENDO COMO REFERÊNCIA O COAP E A GARANTIA DE ACESSO.

Resultado 01 - Ações de controle interno realizadas nas Marcas de Governo.

Cenário Atual: a) Saúde não tem preço: protocolo elaborado, roteiro eletrônico elaborado, equipes em campo com 263 ações programadas, das quais 243 encerradas; b) saúde mais perto de você: protocolo elaborado, roteiro eletrônico elaborado, equipes em campo com 496 ações programadas das quais 285 encerradas; c) doenças negligenciadas (hanseníase): protocolo elaborado, roteiro eletrônico elaborado, equipes em campo com 370 ações programadas e 184 encerradas; d1) saúde da mulher (câncer de mama): protocolo elaborado, roteiro eletrônico elaborado, equipes em campo com ações 20 programadas em unidade de tratamento de um total de 60; d2) saúde da mulher (rede cegonha): protocolo elaborado; d3) saúde da mulher (câncer de colo do útero): protocolo elaborado; e) saúde toda hora: protocolo elaborado; e, f) saúde conte com a gente: protocolo elaborado.

Vale destacar que, em 2012, foram realizadas 1.776 ações de controle interno, sendo 903 (novecentos e três) auditorias, 354 (trezentos e cinquenta e quatro) fiscalizações, 519 (quinhentos e dezenove) visitas técnicas, tomando como base a Portaria GM nº 1.044, de 24 de maio de 2012.

Auditorias, fiscalizações e verificação do TAS encerradas, por demandante. Brasil – 2012

Demandante	Auditorias	% Total
Advocacia Geral da União	12	0,9
Assembléia Legislativa	1	0,1
Câmara Federal	3	0,2
Câmara Municipal	15	1,1
Cidadão	21	1,6
Componente Estadual do SNA	2	0,1

Componente Federal do SNA	323	24,1
Componente Municipal do SNA	2	0,1
CONASS	2	0,1
Conselho de Saúde Federal	2	0,1
Conselho de Saúde Municipal	7	0,5
Controladoria Geral da União	28	2,1
Entidades de Classe	5	0,4
Gabinete do Secretário de Estado de Saúde	1	0,1
Governo do Estado	1	0,1
Judiciário Estadual	1	0,1
Judiciário Federal	4	0,3
Ministério Público Estadual	52	3,9
Ministério Público Federal	507	37,9
MS/AECI/GM-Controle Interno	6	0,4
MS/DICON	6	0,4
MS/GM	9	0,7
MS/SAS	44	3,3
MS/SCTIE	102	7,6
MS/SE	1	0,1
MS/SESAI	1	0,1
MS/SGEP	32	2,4
MS/SVS	2	0,1
Ouvidoria Geral do SUS	11	0,8
Poder Executivo Estadual	2	0,1
Poder Executivo Federal	1	0,1
Poder Executivo Municipal	3	0,2
Polícia Federal	8	0,6
Presidência da República	1	0,1
Prestador de Serviços de Saúde	1	0,1
Secretaria Estadual de Saúde	3	0,2
Secretaria Municipal de Saúde	2	0,1
Tribunal de Contas da União	31	2,3
Tribunal de Contas Municipal	1	0,1
Vigilância Sanitária Municipal	1	0,1
(vazio)	82	6,1
Total	1.339	100,0

Fonte: COSIN/CGIL/DENASUS/SGEP até 31/12/2012.

Auditorias, fiscalizações e verificação do TAS encerradas, por objeto. Brasil - 2012

Objeto	Auditorias	% Total
Fora de bloco de financiamento	151	11,3
Assistência Farmacêutica	313	23,4
Atenção Básica	264	19,7
Gestão	16	1,2
Investimentos	14	1,0
Média e Alta Complexidade	238	17,8
Vigilância Sanitária	343	25,6
Total	1.339	100,0

Fonte: COSIN/CGIL/DENASUS/SGEP até 31/12/2012.

Atividades diversas. Brasil - 2012

Tipo de Atividade	Quantidades	% Total
Auditorias	903	40,9
Cooperação Técnica	349	15,8
Fiscalização	354	16,0
Verificação de TAS	82	3,7
Visita Técnica	519	23,5
Total	2.207	100,0

Fonte: COSIN/CGIL/DENASUS/SGEP até 31/12/2012.

O Termo de Ajuste Sanitário (TAS) é uma ferramenta administrativa que visa recompor o valor dos recursos transferidos aos Estados e Municípios, que foram aplicados indevidamente e redirecioná-los para as finalidades a que se destinavam, evitando assim a restituição dos recursos para a União. O TAS foi instituído, pela Portaria nº 2.046/GM/MS, de 2009 e alterado pela Portaria nº 768/GM/MS em 2011.

Em 2012 foram aprovados e publicados 91 (noventa e um) TAS, o que gerou R\$ 72.108.623,20 (setenta e dois milhões, cento e oito mil, seiscentos e vinte e três reais e vinte centavos).

Foram emitidos 3.668 (três mil, seiscentos e sessenta e oito) Certificados de Direito à Assistência Médica (CDAM) ao cidadão, com exceção dos estados de PE, MG, RJ e SP que são emitidos pelas DICON/PE, DICON/MG e Serviços de Administração dos Núcleos Estaduais do Rio de Janeiro e São Paulo, conforme números abaixo:

UF/PAÍS	CABO VERDE	CHILE	GRÉCIA	ITÁLIA	PORTUGAL	TOTAL
AC	0	0	0	3	3	6
AL	2	1	0	28	32	65
AM	0	0	0	14	47	61
AP	0	0	0	7	4	11
BA	1	12	8	169	167	357
CE	1	4		119	112	236
DF	2	4	1	105	129	241
ES	1	10	5	85	72	173
GO	0	2	0	24	88	114
MA	0	0	1	25	62	88
MS	0	0	0	20	21	41
*MG	0	21	2	668	754	1.445
MT	0	0	0	10	36	46
PA	1	1	0	40	94	136
PB	1	3	13	45	87	149
*PE	50	53	167	350	359	979
PI	0	0	0	7	18	25
PR	0	10	2	221	253	486
*RJ	1	67	94	484	1.755	2.401
RN	2	3	0	30	46	81
RO	0	0	0	2	1	3
RR	0	0	1	3	3	7
RS	0	13		341	458	812
SC	0	12	24	194	249	479
SE	0	4	1	13	14	32
*SP	0	21	2	1.040	1.424	2.487
TO	0	0	0	4	15	19
TOTAL	62	241	321	4.051	6.303	10.980

Fonte: SISAUD/SUS, em 31/12/2012.

Cabe salientar que foi oficialmente operacionalizada a transição das atribuições do Certificado de Direito à Assistência Médica / CDAM, para o Departamento de Informática do SUS (DATASUS) em 12/11/2012, conforme Memorando Circular nº 12/DENASUS/SGEP/MS.

Pontos críticos: d2) - rede cegonha: os recursos foram repassados em 12 parcelas (dez/2011 e nov/2012), requerendo tempo para que as ações da política sejam maturadas; d3) - câncer do colo do útero: poucos médicos para compor as equipes de auditoria como exigência da peculiaridade desta ação; e) - saúde toda hora: as ações de auditoria somente poderão ser iniciadas após 6 meses do recebimento dos recursos e implementação das ações previstas, conforme previsão em portaria que regulamenta a política; e, f) saúde conte com a gente: os convênios ainda não foram celebrados com as comunidades terapêuticas.

Recomendações: d2) - rede cegonha: aguardar a finalização dos processos de contratualização dos municípios a serem auditados; d3) - ca colo de útero: aguardar a finalização das ações do ca de mama, devido à quantidade pequena de médicos; e) - saúde toda hora: aguardar o prazo da portaria para dar início às ações de controle; e, f) - conte com a gente: aguardar a celebração dos convênios.

Produto 01 - Sete (7) Protocolos de ação de controle interno elaborados, sendo um para cada marca de Governo.

Ação 01 - Definir os programas prioritários das marcas

Ação 02 - Definir a forma de controle a ser utilizada (auditoria, fiscalização ou visita técnica) em cada marca.

Ação 03 - Analisar o marco normativo da marca

Ação 04 - Elaborar o roteiro da ação

Considerando a necessidade de readequação do foco da ação de auditoria nas marcas de governo: CONTE COM A GENTE - Saúde Mental, MAIS PERTO DE VOCÊ - PMAQ, TODA HORA - Urgência e Emergência, os protocolos estão sendo revisados em conjunto com as áreas técnicas das respectivas políticas.

Os protocolos das marcas: DA MULHER - Câncer de Mama e de Colo de Útero e Rede Cegonha, NÃO TEM PREÇO - Farmácia Popular já foram finalizados e as ações de auditoria estão em andamento.

Produto 02 - Sete (7) Módulos informatizados no SISAUD-SUS, um para cada ação de controle interno nas marcas de governo.

Ações concluídas: Farmácia Popular; Hanseníase; PMAQ; CA-mama.

Aguardando roteiro das seguintes ações: U/E; CA-colo útero; Saúde Mental; Rede Cegonha

Ação 01 - Levantar requisitos da ação

Ações concluídas: Farmácia Popular; Hanseníase; PMAQ; CA-mama.

Aguardando roteiro das seguintes ações: U/E; CA-colo útero; Saúde Mental; Rede Cegonha.

Ação 02 - Programar o módulo

Ações concluídas: Farmácia Popular; Hanseníase; PMAQ; CA-mama.

Aguardando roteiro das seguintes ações: U/E; CA-colo útero; Saúde Mental; Rede Cegonha.

Ação 03 - Realizar testes

Ações concluídas: Farmácia Popular; Hanseníase; PMAQ; CA-mama.
Aguardando roteiro das seguintes ações: U/E; CA-colo útero; Saúde Mental; Rede Cegonha.

Ação 04 - Disponibilizar módulos para as equipes

Ações concluídas: Farmácia Popular; Hanseníase; PMAQ; CA-mama.
Aguardando roteiro das seguintes ações: U/E; CA-colo útero; Saúde Mental; Rede Cegonha.

Produto 03 - Sete (7) Relatórios Consolidados, sendo um para cada marca de Governo. Situação Atual: Saúde não tem preço.

Temos a perspectiva de elaborar o Relatório Consolidado conforme definido. As ações de controle estão em andamento. Desenvolvemos juntamente com o DAF uma nova metodologia que permitirá maior agilidade nas ações. Esta é uma ação muito bem sucedida em 2012. O DAF monitorando e sinalizando para o DENASUS os prestadores que deverão ser auditados. É a interação que se espera entre monitoramento e auditoria.

Saúde da mulher: a) Prevenção de colo de útero - Não será elaborado relatório consolidado, pois não iniciamos as ações conforme esperado. b) Câncer de Mama - Protocolo finalizado. Realizada videoconferência para discussão com equipes técnicas sobre a finalidade da ação. Ações em campo de visitas técnicas aos gestores e auditorias em prestadores de serviços, iniciadas em outubro de 2012. Temos a perspectiva de consolidar os relatórios das ações feitas em todos os estados conforme previsto. Não operacionalizaremos em 2012 todas as ações previstas, mas elaboraremos um gerencial à partir das ações realizadas.

Saúde toda hora - Área técnica não sinalizou para o início das ações. Em decorrência dessas questões as ações de controle do DENASUS não foram iniciadas, conseqüentemente não temos a previsão de elaboração de Relatório Consolidado.

Saúde da Mulher - Rede cegonha - Houve retardo na sinalização da Área Técnica para início das ações em função da contratualização. O DENASUS somente pode atuar após essa fase. Com previsão para início das ações de controle no 1º semestre de 2013. Portanto sem condições de elaboração de Relatório Gerencial em 2012.

Hanseníase - Ações em andamento.

Saúde conte com a gente - Comunidades Terapêuticas: Protocolo e roteiro prontos para subsidiar a operacionalização da ação de controle. Edital concluído selecionou apenas 10 (dez) Comunidades Terapêuticas. Conforme registrado em avaliações anteriores a previsão de atuação do DENASUS é de realizar ação de controle no mínimo dois meses após a celebração do convênio, portanto não podemos precisar neste momento a realização dessas ações. Podemos afirmar a total impossibilidade de elaborar Relatório Consolidado visto que não operacionalizamos as ações.

Saúde mais perto de você – PMAQ - Protocolo e roteiros finalizados. Realizadas duas videoconferências para orientar as equipes do DENASUS na ope

Ponto crítico: carência de pessoal para planejamento e desenvolvimento de uma ação que necessita de profissional médico em função da especialidade Oncologia. A demora na informação da área técnica referente às equipes que seriam visitadas visto que, foi acordado que o DENASUS faria a verificação somente após a visita da Universidade. Foi retardado o início da atuação do DENASUS. As ações em campo tiveram início na 2ª quinzena de agosto. Não foram disponibilizados os *tablets* que agilizariam o trabalho das equipes do DENASUS. Conseqüentemente temos a perspectiva de elaborar, no prazo previsto, o Relatório Consolidado referente às verificações feitas pelo DENASUS a cerca de 500 equipes de ESF.

Ação 01 - Treinar equipes nas vinte e seis unidades desconcentradas.

- 1) Saúde não tem preço - equipes treinadas. Ações de controle em andamento.
- 2) Saúde da Mulher: a) Colo de útero - Equipes ainda não treinadas. Protocolo finalizado.
Ponto crítico: Videoconferência não realizada por impedimentos técnicos no DATASUS.
b) Câncer de Mama - Realizada duas videoconferências. Uma para discussão e orientações gerais em relação ao protocolo que norteia a ação e outra específica para o esclarecimento de todas as dúvidas com as equipes que efetivamente participariam da operacionalização da ação.
- 3) Saúde conte com a gente - Comunidades Terapêuticas - Realizada videoconferência para orientação sobre o protocolo que deverá nortear a ação.
- 4) Saúde mais perto de você – PMAQ - Realizadas duas videoconferências com esclarecimento das equipes sobre a operacionalização das ações. Ações de controle iniciadas na 2ª quinzena de agosto.
- 5) Saúde toda hora - Equipes ainda não foram treinadas. Protocolo elaborado. Sem previsão de realização da ação.
- 6) Saúde da Mulher - Rede Cegonha - Protocolo disponível. Com perspectiva para iniciar a ação no 1º, semestre de 2012.
- 7) Hanseníase - Equipes treinadas mediante realização de videoconferência.

Ação 02 - Articular com componentes estaduais do SNA para composição de equipes integradas.

- 1) Saúde não tem preço - Essa ação é realizada de forma direta, somente com auditores do Componente Federal do SNA. As ações estão sendo realizadas pelos técnicos do DENASUS.
- 2) Saúde da Mulher: a) Prevenção de câncer de colo de útero. Ainda não houve articulação com os Componentes do SNA em função de não termos definido a programação das ações.
b) Prevenção de câncer de mama - SEAUDs e DIAUDs foram orientados para que articular e verificar a possibilidade de integração com os Componentes do SNA para a operacionalização da ação que iniciou em outubro de 2012.
- 3) Saúde conte com a gente - Comunidades Terapêuticas. Sem previsão de início da ação de controle. Possivelmente em decorrência da característica da relação das unidades com o Ministério da Saúde, convênio com governo federal, as ações serão realizadas de forma direta, ou seja, somente com auditores do Componente Federal do SNA.
- 4) Saúde mais perto de você – PMAQ. Por se tratar de uma avaliação externa de um serviço contratado pelo Ministério da Saúde, esta ação está sendo feita de forma direta, ou seja, somente com auditores do Componente Federal do SNA. As ações tiveram início na 2ª quinzena de agosto, sendo realizadas somente por técnicos do DENASUS.
- 5) Saúde toda hora. As chefias dos SEAUDs e DIAUDs serão orientadas a proceder aos contatos para realizar as auditorias integradas com os Componentes do SNA assim que definirmos o início das ações em 2013.
- 6) Rede Cegonha. As ações terão início no 1º semestre de 2013. As chefias dos SEAUDs e DIAUDs serão orientadas a proceder aos contatos para realizar as auditorias integradas com o Componente do SNA.
- 7) Hanseníase. SEAUDs e DIAUDs foram orientados para que articular e verificar a possibilidade de integração com os Componentes do SNA para a operacionalização da ação

Ação 03 - Executar as fases analítica e *in loco* de cada ação de controle.

Saúde não tem preço - As fases da auditoria estão sendo operacionalizadas na medida em que as ações são programadas. Ação acontecendo com execução de todas as fases.

Saúde da Mulher:

- a) Prevenção de câncer de colo de útero: Em relação a Colo de útero as equipes serão orientadas a selecionar a amostra a ser verificada, a partir de percentuais pré-estabelecidos pela equipe que coordena a ação, no Nível Central do DENASUS. O universo já foi identificado mediante o levantamento analítico realizado. Não foi executada Fase Analítica pelas equipes, pois as ações não serão realizadas em 2012.

Ponto crítico: Pequena quantidade de profissional médico, essencial na operacionalização dessa ação. Em algumas Unidades Desconcentradas eles sequer existem. Serão realizadas as ações cruzadas. Previsão para realização em 2013 após encerramento da ação de Câncer de mama.

- b) Prevenção de câncer de mama: Foi realizado, pelo nível central do DENASUS um levantamento analítico nacional que permitiu as equipes operacionalizarem objetivamente as ações. As ações de auditoria foram iniciadas, portanto cada equipe realiza também sua análise no material enviado pelo Nível Central do DENASUS para operacionalizar a ação.

Ponto crítico: Pequena quantidade de profissional médico, essencial na operacionalização dessa ação. Em alguns estados realizamos ações cruzadas.

Saúde conte com a gente - Comunidades Terapêuticas: Sem previsão de início da ação de controle. As informações decorrentes da celebração dos convênios subsidiarão as ações analíticas.

Saúde mais perto de você – PMAQ: Não houve necessidade de ação analítica para esta ação. Está sendo utilizado para a fase 'in loco', um questionário que foi elaborado em conjunto pelo DENASUS e DAB. Foram realizadas duas videoconferências para orientar o preenchimento do questionário. As equipes estão em campo operacionalizando as visitas técnicas.

Saúde toda hora: Área técnica do Ministério da Saúde não acenou positivamente para o início da ação. Portanto, não aconteceu o comando do Nível Central do DENASUS para que as Unidades Desconcentradas operacionalizassem as ações. Sem previsão para início das ações em 2013.

Rede Cegonha: Área técnica do Ministério da Saúde não acenou positivamente para o início da ação. Portanto, não aconteceu o comando do Nível Central do DENASUS para que as Unidades Desconcentradas operacionalizassem as ações. Com previsão para início no 1º semestre de 2013.

Hanseníase: Fase analítica realizada em todas as ações de fiscalização que estão sendo operacionalizadas

Ação 04 - Elaborar relatório de cada ação de fiscalização e auditoria.

Ação 05 - Consolidar os relatórios por marca de Governo.

- 1) Saúde não tem preço: Ao término da fase "in loco" de cada auditoria as equipes elaboram os relatórios. Cada ação possui o seu relatório individualizado referente ao estabelecimento (farmácia) fiscalizado. No final de dezembro será elaborado o relatório gerencial que permitirá visualizar de forma macro a situação encontrada em relação aos estabelecimentos auditados
- 2) Saúde da Mulher: a) Prevenção de câncer de colo de útero: As ações de controle não tiveram início, portanto não teremos relatórios referentes a essa ação em 2012; b) Prevenção de câncer de mama: As ações de auditoria estão sendo realizadas e os relatórios elaborados na medida em que a fase "in loco" da ação é concluída.
- 3) Saúde conte com a gente - Comunidades Terapêuticas: As ações de controle não tiveram início, portanto não teremos relatórios referentes a essa ação em 2012.
- 4) Saúde mais perto de você – PMAQ: As informações colhidas nas Visitas Técnicas estão sendo registradas no questionário que foi elaborado e serão acessadas para análise do DAB. Portanto não existirão relatórios individuais por ação e sim questionários preenchidos. As equipes estão em campo e preenchendo os questionários no FormSUS que se constitui no instrumento definido pelas equipes do DAB e DENASUS para registro dos resultados dessa ação.

- 5) Saúde toda hora: As ações de controle não tiveram início, portanto não teremos relatórios referentes a essa ação em 2012.
- 6) Rede Cegonha: As ações de controle não tiveram início, portanto não teremos relatórios referentes a essa ação em 2012.
- 7) Hanseníase: As ações de fiscalização estão sendo realizadas e os relatórios elaborados na medida em que a fase "in loco" da ação é concluída.

Resultado 02 - Componente federal do SNA articulado com os componentes estaduais e municipais das capitais.

Situação atual: Todas as ações programadas foram realizadas, culminando com a realização do II Fórum Nacional de Auditoria do SUS, ocorrido nos dias 26 a 28/11/ que contou com 271 participantes, sendo 14 representantes de COSEMS, 123 auditores federais, 52 auditores estaduais e 82 auditores municipais. O produto final do Fórum foi uma carta política abaixo descrita:

Nós, participantes do II Fórum Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde, realizado em Brasília-DF, no período de 26 a 28 de novembro de 2012, apresentamos o resultado das discussões ocorridas entre os 300 auditores presentes, representantes dos componentes municipais, estaduais e federal do Sistema Nacional de Auditoria - SNA.

Nesse sentido, o Sistema Nacional de Auditoria - SNA tem como atribuição precípua auditar as três esferas de gestão do SUS e suas ações e serviços de saúde, bem como a aplicação dos recursos financeiros destinados ao SUS, tendo como referência seus princípios e diretrizes.

Para que o Sistema Nacional de Auditoria seja efetivo, é necessário que seus componentes atuem de maneira integrada e sejam estruturados, considerando critérios como: população, recursos financeiros e complexidade das ações e serviços ofertados.

Essa estruturação pressupõe a garantia do financiamento tripartite permanente para custeio e investimento, inserido no orçamento dos três entes federativos.

Pressupõe, igualmente, que o componente de auditoria conste da estrutura formal do Ministério da Saúde, das secretarias estaduais e municipais de saúde, vinculados diretamente ao gestor do SUS, e que possua equipe multiprofissional, infraestrutura e logística que atendam as necessidades da demanda de trabalho.

É imperativa a valorização da força de trabalho a partir da estruturação de uma carreira típica de Estado e um plano de cargos e salários, bem como o ingresso por meio de concurso público, respeitando e assegurando os direitos atuais dos servidores garantindo a formação e atualização dos auditores em consonância com a Política de Educação Permanente do SUS.

Por fim, sendo essas as propostas basilares, resultantes das discussões, validamos esta carta como instrumento legítimo para subsidiar as articulações interfederativas, o fortalecimento e o aprimoramento do SNA.

Produto 01 - Minuta elaborada para adequação do Decreto nº 1.651/95, que regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria – SNA, à luz da LC 141/2012.

Ação 01 - Pesquisar a legislação correlata à matéria.

Ação 02 - Estudar a legislação obtida.

Ação 03 - Redigir a proposta da minuta.

Ação 04 - Articular reuniões com representantes de CONASS e CONASEMS.

A proposta de minuta do Decreto concluída pelo DENASUS será reavaliada, tendo em vista contribuições oferecidas pela Controladoria-Geral da União, conforme Nota Técnica, por meio da qual a CGU recomenda alterações.

Produto 02 - 160 multiplicadores qualificados em controle interno do SUS.

Ação 01 - Atualizar o diagnóstico situacional do SNA.

Ação 02 - Capacitar 40 multiplicadores em auditoria nos serviços de média e alta complexidade.

Ação 03 - Capacitar 40 multiplicadores em auditoria nos serviços de média e alta complexidade.

Ação 04 - Capacitar 80 multiplicadores em auditoria.

Ação 04 - Realizar o III Fórum Nacional de Auditoria do SUS para alinhamento político-institucional.

Situação atual: O produto foi alcançado com a realização dos seis encontros regionais do SNA, totalizando o envolvimento de 291 participantes.

Ações de Educação Permanente

Curso de Auditoria em Média e Alta Complexidade – realizadas seis turmas num total de 162 participantes, dos quais 101 pertencem ao componente federal, 25 ao estadual e 36 auditores municipais. O curso de MAC teve o objetivo de ampliar o conhecimento dos auditores do SNA e uniformizar as práticas de auditoria, especialmente quanto à realização da fase analítica nos serviços de média e alta complexidade do SUS, qualificando os processos de trabalho.

Oferta de Curso de Mestrado Profissional junto à Fiocruz – foi firmado um Termo de Cooperação Técnica entre DENASUS, Doges e Fiocruz para oferta do Curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Políticas Públicas aos servidores de ambos os departamentos. Todos os trâmites burocráticos e a adequação da grade curricular às exigências estabelecidas ocorreram em 2012. Foram disponibilizadas quinze vagas para a auditoria, das quais foram preenchidas nove, com os aprovados, cuja aula inaugural ocorreu no dia 19 de dezembro de 2012. O curso tem duração de dois anos.

Elaboração do material didático para Cursos livres junto à Fiocruz – foi firmado um Termo de Cooperação Técnica entre DENASUS, Doges e Fiocruz para a formatação de cursos livres na área de auditoria e ouvidoria, a serem ministrados posteriormente nas escolas de governo de todo país. Para 2012 estava prevista a elaboração do material didático do módulo básico sobre saúde pública (de responsabilidade da Fiocruz), comum aos públicos dos dois departamentos, e do conteúdo do módulo específico (cada departamento com sua temática peculiar). Além da produção do material, inclui-se a validação dos conteúdos dos dois módulos por meio de turmas piloto, cuja indicação de participantes coube a cada departamento (20 vagas para cada um). Nesse processo, a responsabilidade da Fiocruz estava intimamente relacionada com a condução dos trabalhos sob o aspecto metodológico, priorizando a problematização como estratégia de aprendizado.

Mudança dos critérios de avaliação de desempenho – ao fim do 2º ciclo de avaliação de 2012, foi proposta uma oficina com os chefes dos serviços e divisões de auditoria a fim de discutir os critérios de avaliação funcional dos servidores do DENASUS para fins de recebimento dos 20% da gratificação GDASUS. A partir desse encontro, houve reformulação dos quesitos avaliativos, de modo a neutralizar a subjetividade à qual estava passível o instrumento anterior.

Acolhimento aos novos servidores do DENASUS – a partir de 2011 foram publicados editais de seleção para ingresso de novos servidores no quadro funcional do DENASUS. A primeira turma que ingressou nessa modalidade, cerca de 30 funcionários, foi acolhida em Brasília, nos dias 22 a 24 de maio de 2012. Nesse momento foram apresentadas as instalações do nível central, além das atribuições e competências de cada coordenação geral.

Resultado 03 - Sistema de informações em auditoria (SISAUD/SUS) adequado às necessidades do Ministério da Saúde e do SNA.

Foi concluída, pela 'fábrica de software', a fase de desenvolvimento do subsistema de cadastramento de pessoal (RH). Está em andamento o desenvolvimento do Sistema de Auditoria - SISAUD/SUS.

Produto 01 - 3 subsistemas interligados ao SISAUD/SUS desenvolvidos.

Foi concluída, pelo DATASUS a fase de desenvolvimento do subsistema de cadastramento de pessoal (RH). O subsistema de cadastro de usuários foi incorporado ao SCPA. Está em andamento o desenvolvimento do Sistema de Auditoria - SISAUD/SUS.

Ação 01 - Desenvolver subsistema de pessoal.

Foi concluída, pelo DATASUS a fase de desenvolvimento do subsistema de cadastramento de pessoal (RH). Terá início a fase de testes.

Ação 02 - Desenvolver subsistema de acesso de usuários.

O subsistema de cadastro de usuários foi incorporado ao SCPA, e as especificidades foram agregadas ao subsistema de pessoal (RH). Terá início a fase de testes.

Ação 03 - Desenvolver SISAUD/SUS.

Está em andamento o desenvolvimento do Sistema de Auditoria - SISAUD/SUS.

Produto 02 - 11 sistemas utilizados pelo DENASUS aprimorados.

Ação 01 - Aprimorar Consulta Auditoria.

Ação 02 - Aprimorar Consulta AIH.

Ação 03 - Aprimorar Audita Cartas usuários do SUS.

Ação 04 - Aprimorar Audita SUS.

Ação 05 - Aprimorar Índice do Passivo.

Ação 06 - Aprimorar site SNA.

Ação 07 - Aprimorar Perguntas frequentes.

Ação 08 - Aprimorar Legis/SUS.

Ação 09 - Aprimorar Publicador de notícias.

Ação 10 - Aprimorar CDAM.

Ação 11 - Aprimorar GDASUS.

Cenário: Estes produtos fazem parte da sequência de migração de plataforma dos sistemas do DENASUS para JAVA, e que estão sendo desenvolvidos pelo DATASUS. Está em fase de liberação.

Resultado 3 (da Estratégia 3 – de responsabilidade da Secretaria Executiva) Cargo específico de Analista Técnico do SUS estabelecido em Lei e articulado para o controle interno do SUS.

Situação Atual: Encontra-se na Coordenação Geral de Gestão de Pessoas proposta de criação no Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde, exclusivamente para exercício no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - DENASUS, 1.200 (um mil e duzentos) cargos de provimento efetivo de Analista de Controle Interno do SUS de nível superior.

Pontos Críticos: Definição sobre quanto a realização do concurso.

Recomendação: O DENASUS recomenda o envio do expediente para a Secretaria Executiva (SE/MS), com a proposta de criação do Cargo de Analista de Controle Interno do SUS, de nível superior, com salário equivalente ao de hoje + GDASUS, conforme acordo com a UNASUS e o MPOG 2010, para tomada de decisão.

Produto 01 - Proposta de criação do cargo elaborada**Ação 01 - Estabelecer junto à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas o cronograma para criação do cargo****Ação 02 - Realizar levantamento histórico do processo de criação do cargo****Ação 03 - Apresentar estudo das necessidades atuais de recursos humanos para o departamento****Ação 04 - Elaborar justificativa para proposta de criação do cargo****Ação 05 - Definir as atribuições e especificidade do cargo****Ação 06 - Elaborar a minuta para criação do cargo.**

Proposta já elaborada pelo DENASUS.

Por decisão do Comitê de Avaliação de Desempenho (CAD), do colegiado ampliado da Direção do Departamento foi sugerido e aprovado pela gestão da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) e enviado a Consultoria Jurídica (CONJUR) do Ministério da Saúde a revogação da Portaria 1.405/2009, que fixa as regras e os critérios para a realização da avaliação de desempenho individual e institucional para fins de percepção da Gratificação de Desempenho de Atividades de Execução e Apoio Técnico à Auditoria (GDASUS). Essa medida visa objetivar a Avaliação de Desempenho Individual dos servidores.

Relação entre as Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da Unidade e sua relação com os Objetivos/Estratégias/Resultados do Planejamento Estratégico do Ministério da Saúde.

Iniciativa	Ação Título Ação	Objetivos/Estratégias/Resultados
Ampliação da participação social para o fortalecimento do SUS	2016 - Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde	Objetivo Estratégico 9: Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável. Estratégia 2: Ampliação da Participação Social para o fortalecimento do SUS Resultado 01 - Conhecimento em Gestão Participativa e Controle Social produzido. Resultado 02: Conselhos de Saúde informados do processo de implementação do Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP) por meio de Seminários Regionais Estratégia 3 - Consolidação das Políticas de Promoção da Equidade em Saúde
	8705 - Ampliação das práticas de gestão participativa, de controle social e de educação em saúde.	
	8707 - Ampliação e fortalecimento da participação e mobilização social em defesa do SUS.	
Consolidação das Políticas de Promoção de Equidade em Saúde	8215 - Atenção à Saúde das Populações Quilombolas	Resultado 1 - 60 Comitês Técnicos de Políticas de Promoção da Equidade e Educação Popular em Saúde implantados e funcionando, com a participação de secretarias de saúde, movimentos sociais e de trabalhadores em saúde. Resultado 02 - Planos Operativos das Políticas de Saúde da População Negra, LGBT e Campo e Floresta implementados. Resultado 03 - Políticas de Saúde da População em Situação de Rua e Política Nacional de Educação Popular em Saúde aprovadas no CNS e pactuadas na CIT.
	8709 - Promoção da Equidade em Saúde de Populações em Condições de Vulnerabilidade	
Aprimoramento do Pacto Federativo, com desenvolvimento do processo de contratualização, cooperação interfederativa e gestão compartilhada do SUS.	8287 - Aprimoramento da Articulação e Cooperação Interfederativa e da Gestão Compartilhada do SUS	Objetivo Estratégico 9: Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável Estratégia 1 - Aprimoramento das Relações Interfederativas, Mediante Cooperação, Gestão Compartilhada e Contratualização. Resultado 1: Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP) assinado em 50 regiões de saúde no território nacional
Implementação da política de informação e informática em	4380 - Sistema Nacional de Informações em Saúde	Objetivo Estratégico 9: Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do

saúde para tomada de decisão na perspectiva interfederativa.	4388 - Serviço de Processamento de Dados do Sistema Único de Saúde	acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável Estratégia 4: Universalização do Cartão Nacional de Saúde na perspectiva da qualificação da gestão interfederativa. Resultado 01 – Cartão nacional de Saúde implantado para 102 milhões de pessoas, em 1.313 municípios com cadastro e acesso ao Cartão.
Universalização do Cartão Nacional de Saúde na perspectiva da qualificação da gestão interfederativa	6152 - Cartão Nacional de Saúde	
Acompanhamento, avaliação e controle interno da gestão no SUS, com foco em resultados, tendo como referência o contrato Organizativo de Ação Pública - COAP e a Garantia de Acesso.	8708 - Auditoria do Sistema Único de Saúde.	Objetivo Estratégico 10: Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS. Estratégia 05: Realização de ações de controle na gestão do SUS, com foco em resultados, tendo como referência as marcas de governo e as redes prioritárias, de acordo com o pactuado no SUS. Resultado 1: Ações de controle interno realizadas nas Marcas de Governo. Resultado 2: Componente Federal do SNA articulado com os Componentes Estaduais e Componentes municipais das capitais. Resultado 3: Sistema de informações em auditoria (SISAUD/SUS) adequado às necessidades do Ministério da Saúde e do SNA: Resultado 1: Cargo específico de Analista Técnico do SUS estabelecido em Lei e articulado para o controle interno do SUS.
Ampliação e fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidoria com adequação dos sistemas de informação.	6182 - Ouvidoria Nacional de Saúde.	Objetivo Estratégico 10: Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS. Estratégia 4 - Implementação interfederativa da Ouvidoria Ativa como instrumento de gestão, com ampliação e fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidoria. Resultado 01 - Ouvidoria Ativa no âmbito do Sistema Nacional de Ouvidoria nas marcas de governo estruturada. Resultado 02 – Proposta do Sistema Nacional de Ouvidoria do SUS estruturada. Resultado 03 - Iniciativas de cooperação técnica, tecnológica e científica internacionais estabelecidas.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

3.1. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.2. Sistema de Correição

As atividades de correição estão a cargo da CGR-PR por meio de sua unidade técnica Corregedoria Geral da União, que no Ministério da Saúde atua por meio da Corregedoria Setorial do Ministério da Saúde.

3.3. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

No exercício de 2012 não foram realizadas inspeções da corregedoria nesta secretaria.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1. Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2015			
Título	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)			
Órgão Responsável	Ministério da Saúde			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012*		a) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	476.774.000	454.574.000	0,00	
b) Outras Fontes	0,00	0,00		
c) Subtotais (a + b)	476.774.000	454.574.000		
d) Valor Global Previsto no PPA				476.774.000
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
272.058.861,64	192.0007.399,51	36.701.561,20	109.245.290,93	191.356.493,00
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0724	Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.	Ministério da Saúde – Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa		
0725	Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.	Ministério da Saúde – Secretaria Executiva compartilhado com a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa		

* Observação: Os valores aqui colocados se referem aos objetivos/iniciativas/ações sob a responsabilidade da Secretaria de Estratégica e participativa – SGEF/MS.

4.1.2. Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.2 (A) – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0724					
Descrição	Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.					
Programa	2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)					
Órgão Responsável	Ministério da Saúde – Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
407.074.000,00	423.004.000,00	243.734.574,77	172.731.605,60	36.232.602,3	87.816.141,35	172.094.379,09
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Capacitar 200 mil pessoas para o controle social e gestão participativa no SUS (conselheiros, lideranças de movimentos sociais, ACS, ACE, educadores populares e gestores) até 2015.	Unidade	50.000	4.398*	-	-
2	Disponibilizar o sistema Cartão Nacional de Saúde para 100% das redes assistenciais até 2015.	Unidade	1	**	-	-
3	Elaborar até 2015 a 2ª versão do Mapa da Saúde de Metas visando estabelecer parâmetros para investimento em saúde.	Unidade	1	***	-	-
4	Elaborar manuais sobre saúde da população negra ao racismo institucional para as secretarias estaduais de saúde dos 26 estados e do Distrito Federal.	Unidade	1	****	-	-
5	Promover a assinatura de contrato de ação pública, com definição de responsabilidades na rede interfederativa em relação à população, em 80% dos colegiados de gestão regional (CGR) até 2015.	Unidade	88	24	-	-
6	Realizar 10 seminários envolvendo as 700 comunidades quilombolas até 2015, com participação de gestores, profissionais de saúde e lideranças das comunidades.	Unidade	10	6	-	-
7	Realizar 6 encontros nacionais envolvendo lideranças do campo e da floresta, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, da população em situação de rua, dos ciganos e dos gestores do SUS até 2015.	Unidade	6	6	-	-
8	Realizar a 15ª Conferência Nacional de Saúde.	Unidade	1	****	-	-

* As diretrizes para a Educação Permanente no Ministério da Saúde baseiam-se nos fundamentos teóricos preconizados por Paulo Freire em que o indivíduo é protagonista de seu desenvolvimento e aprendizagem. Sendo assim, sobretudo para as ações de participação social, a dinâmica de aprendizagem para os participantes dos movimentos sociais deve ser

condizente às práticas da cidadania voltadas para “o fazer”, na realidade de cada indivíduo, e respeitando sobremaneira sua identidade comunitária.

Capacitação tem um significado amplo e ao mesmo tempo focado quando se trata de educação popular. Capacitar para atuar envolvem ações de articulação, convívio e discernimento para ativar as prerrogativas que lhe darão maiores possibilidades de agrupar para representar. Neste sentido, as maiores aprendizagens estão em situações em que a mobilização social induza a promoção do pertencimento para a ação da saúde e bem estar daqueles cidadãos específicos. Por isso, a participação em eventos de mobilização social foi considerada capacitação, uma vez que dista dos conceitos acadêmicos por vezes utilizados.

Desta forma foram consideradas 4.464 pessoas capacitadas e efetuadas 23.539 mobilizações sociais em eventos (seminários, oficinas etc..) com foco no controle social e na gestão participativa no SUS.

** “O Cadastro Único de Usuários do SUS (CadSUSWeb) foi contemplado com uma nova versão do sistema do Cadastro Único de Usuários do SUS, acessível no endereço www.cartaonet.datasus.gov.br, construído com base na modelagem da Arquitetura Orientada a Serviço (SOA) que pode ser acessado, em todo o território nacional, por profissionais da saúde devidamente cadastrados a operar a base de dados do Cartão Nacional de Saúde. Esse acesso pode ser feito nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e nas secretarias estaduais e municipais de saúde, por meio da identificação do estabelecimento de saúde, definido pelo Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES). O objetivo é dar mais escala e fluidez ao processo de cadastramento, atualização e distribuição do Cartão Nacional de Saúde no País, sendo o primeiro passo para a integração dos dados dos sistemas de informação do Ministério da Saúde em uma base nacional. Importante destacar também a instituição do Marco Regulatório do Cartão Nacional de Saúde. No momento, está sendo distribuída a mídia plástica para cerca de 1.300 municípios que foram selecionados para a 1ª fase de distribuição, por terem algum processo de Regulação já implantada e em funcionamento.”

*** O manual está em fase de revisão para ser encaminhado para a gráfica. A intenção é que no próximo exercício esta meta seja excluída por ser o meio de alcance de outras metas.

****O Decreto 7.508/11 estabelece em seu art. 17 o Mapa da Saúde como instrumento a ser utilizado na identificação das necessidades de saúde e como orientador do planejamento integrado dos entes federativos, contribuindo para o estabelecimento de metas de saúde. O mesmo Decreto estabelece o Contrato Organizativo de Ação Pública-COAP a ser firmado entre entes federativos com a finalidade de organizar e integrar as ações e serviços de saúde. Compõe a estrutura do COAP o Mapa de Metas.

A Resolução CIT nº 3, de 30 de janeiro de 2012, dispõe sobre normas gerais e fluxos do COAP no âmbito do SUS, estabelecendo em seu art. 8º § 5 o Mapa de Metas como um dos anexos da Parte II do COAP. Esse anexo deverá explicitar os investimentos para a conformação da Rede de Atenção à Saúde na Região de Saúde. A elaboração do Mapa de Metas é obrigatória para as regiões que firmam o COAP.

Em 2012, vinte (20) regiões do estado do Ceará e quatro (4) regiões do estado do Mato Grosso do Sul contratualizaram e elaboraram seus correspondentes mapas de Metas que deverão ser revisados a ajustados, portanto em 2º versão, em 2013.

Quantidade alcançada: As 24 regiões de saúde que contratualizaram em 2012 elaboraram seus Mapas de Metas, tendo sido alcançada 100% da meta para o exercício 2012, ou 50% da meta para o período de vigência do PPA.

***** De acordo com a Lei 8.142/1990, a periodicidade de realização das conferências de saúde é quadrienal, desse modo a realização e o alcance acontecerão somente em 2015.

QUADRO A.4.2 (B) – OBJETIVOS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0725					
Descrição	Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.					
Programa	2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)					
Órgão Responsável	Ministério da Saúde – Secretaria Executiva compartilhado com a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
47.500.000,00	53.859.500,00	28.324.286,87	19.275.793,91	468.958,90	21.429.149,58	19.262.113,91
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Apoiar a implantação de 125 ouvidorias/ano com sistema informatizado	Ouvidoria implantada	125	85	-	-
2	Realizar 4 mil ações de controle	Ações de	1.000	1.858	-	-

	interno e auditorias com foco nos contratos de ação pública até 2015.	controle interno e auditoria				
--	---	------------------------------	--	--	--	--

4.1.3. Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.3 (A) – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	02S3					
Descrição	Ampliação da participação social para o fortalecimento do SUS.					
Objetivo	0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Saúde – Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
46.200.000,00	46.200.000,00	22.242.132,40	13.091.818,45	112.935,08	14.562.023,25	13.086.818,45
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

QUADRO A.4.3 (B) – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	02S5					
Descrição	Aprimoramento do Pacto Federativo, com desenvolvimento do processo de contratualização, cooperação interfederativa e gestão compartilhada do SUS.					
Objetivo	0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Saúde – Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
33.400.000,00	33.866.667,00	9.969.624,49	2.757.643,64	1.650.617,66	16.332.187,00	2.757.643,64
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

QUADRO A.4.3 (C) – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	02S6					
Descrição	Consolidação das Políticas de Promoção da Equidade em Saúde.					
Objetivo	0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Saúde – Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.460.000,00	7.460.000,00	2.803.687,50	1.555.537,35	0,00	6.169.529,51	1.555.537,35
Metas do Exercício Para a Iniciativa						

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

QUADRO A.4.3 (D) – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	02S7					
Descrição	Implementação da política de informação e informática em saúde para tomada de decisão na perspectiva interfederativa.					
Objetivo	0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Saúde – Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
169.014.000,00	187.614.000,00	178.052.911,64	146.958.164,37	9.296.615,17	34.648.286,35	146.330.937,86
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

QUADRO A.4.3 (E) – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	02S8					
Descrição	Universalização do Cartão Nacional de Saúde na perspectiva da qualificação da gestão interfederativa.					
Objetivo	0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Saúde – Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
151.000.000,00	147.863.333,00	30.939.218,74	8.368.441,79	25.172.434,39	150582.104,35	8.363.441,79
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

QUADRO A.4.3 (F) – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	02S9					
Descrição	Acompanhamento, avaliação e controle interno da gestão do SUS, com foco em resultados, tendo como referência o Contrato Organizativo de Ação Pública – COAP – e a garantia de acesso.					
Objetivo	0725 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Saúde – Secretaria Executiva compartilhado com a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.500.000,00	9.959.500,00	4.268.107,36	3.483.151,85	0,00	3.613.565,85	3.483.151,85
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

QUADRO A.4.3 (G) – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	02SA					
Descrição	Ampliação e fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidoria com adequação dos sistemas de informação.					
Objetivo	0725 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Saúde – Secretaria Executiva compartilhado com a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
39.000.000,00	43.900.000,00	24.056.179,51	15.792.642,06	468.958,90	17.815.583,73	15.778.962,06
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	-	-	-	-	-	-

4.1.4. Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.4 (A) – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	2016					
Descrição	Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde					
Iniciativa	02S3 - Ampliação da participação social para o fortalecimento do SUS.					
Unidade Responsável	Ministério da Saúde/Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa – Conselho Nacional da Saúde.					
Unidade Orçamentária	Fundo Nacional de Saúde					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.000.000,00	10.000.000,00	4.751.679,79	4.434.231,52	0,00	522.010,89	4.434.231,52
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Conselho mantido	Unidade	1	1	10.000.000,00	4.434.231,52

QUADRO A.4.4 (B) – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	8705					
Descrição	Ampliação das práticas de gestão participativa, de controle social e de educação em saúde.					
Iniciativa	02S3 - Ampliação da participação social para o fortalecimento do SUS.					
Unidade Responsável	Ministério da Saúde/Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa/Departamento de Apoio à Gestão Participativa.					
Unidade Orçamentária	Fundo Nacional de Saúde					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
28.200.000,00	28.200.000,00	12.717.428,35	5.332.527,00	112.935,08	12.409.811,43	5.327.517,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa capacitada	Unidade	50.000	4.398	28.200.000,00	5.332.527,00

QUADRO A.4.4 (C) – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	8707					
Descrição	Ampliação e fortalecimento da participação e mobilização social em defesa do SUS.					
Iniciativa	02S3 - Ampliação da participação social para o fortalecimento do SUS.					
Unidade Responsável	Ministério da Saúde/Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa/Departamento de Apoio à Gestão Participativa.					
Unidade Orçamentária	Fundo Nacional de Saúde					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.000.000,00	8.000.000,00	4.773.024,26	3.325.069,93	0,00	2.152.211,82	3.325.069,93
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Evento realizado	Unidade	8	7	8.000.000,00	3.325.069,93

QUADRO A.4.4 (D) – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	8287					
Descrição	Aprimoramento da Articulação e Cooperação Interfederativa e da Gestão Compartilhada do SUS					
Iniciativa	02S5 - Aprimoramento do Pacto Federativo, com desenvolvimento do processo de contratualização, cooperação interfederativa e gestão compartilhada do SUS.					
Unidade Responsável	Ministério da Saúde/Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa/Departamento de Articulação Interfederativa.					
Unidade Orçamentária	Fundo Nacional de Saúde					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
33.400.000,00	33.866.667,00	9.696.624,49	2.757.643,64	1.650.617,66	16.332.187,00	2.757.643,64
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Contrato Firmado	Unidade	88	24	33.866.667,00	2.757.643,64

QUADRO A.4.4 (E) – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	8215					
Descrição	Atenção à Saúde das Populações Quilombolas.					
Iniciativa	02S6 – Consolidação das Políticas de Promoção de Equidade em Saúde.					
Unidade Responsável	Ministério da Saúde/Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa/Departamento de Apoio à Gestão Participativa.					
Unidade Orçamentária	Fundo Nacional de Saúde					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.260.000,00	1.260.000,00	179.451,76	0,00	0,00	1.199.990,70	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Seminário realizado	Unidade	2	2	1.260.000,00	0,00

QUADRO A.4.4 (F) – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação	
Código	8709

Descrição	Promoção da Equidade em Saúde de Populações em Condições de Vulnerabilidade.					
Iniciativa	02S6 – Consolidação das Políticas de Promoção de Equidade em Saúde.					
Unidade Responsável	Ministério da Saúde/Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa/Departamento de Apoio à Gestão Participativa.					
Unidade Orçamentária	Fundo Nacional de Saúde					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.200.000,00	6.200.000,00	2.624.235,74	1.555.537,35	0,00	4.969.538,81	1.555.537,35
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Encontro realizado	Unidade	2	1	6.200.000,00	1.555.537,35

QUADRO A.4.4 (G) – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	8708					
Descrição	Auditoria do Sistema Único de Saúde.					
Iniciativa	02S9 – Acompanhamento, avaliação e controle interno da gestão no SUS, com foco em resultados, tendo como referência o Contrato Organizativo de Ação Pública - COAP e a Garantia de Acesso.					
Unidade Responsável	Ministério da Saúde/Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa/Departamento Nacional de Auditoria do SUS.					
Unidade Orçamentária	Fundo Nacional de Saúde					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.500.000,00	9.959.500,00	4.268.107,36	3.483.151,85	0,00	3.613.565,85	3.483.151,85
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Ação de auditoria realizada	Unidade	1.000	1.858	9.959.500,00	3.483.151,85

QUADRO A.4.4 (H) – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	6182					
Descrição	Ouvidoria Nacional de Saúde.					
Iniciativa	02SA – Ampliação e fortalecimento do Sistema Nacional de Ouvidoria com adequação dos sistemas de informação.					
Unidade Responsável	Ministério da Saúde/Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa/Departamento de Ouvidoria Geral do SUS.					
Unidade Orçamentária	Fundo Nacional de Saúde					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
39.000.000,00	43.900.000,00	24.056.179,51	15.792.642,06	468.958,90	17.815.583,73	15.778.962,06
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Ouvidoria apoiada	Unidade	125	85	43.900.000,00	15.792.642,06

4.2. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

QUADRO A.4.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundo Nacional de Saúde	36901	257001

4.2.2. Programação de Despesas

4.2.2.1. Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

(A) – AÇÃO 2016 – FUNCIONAMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	-	-	-	-	9.800.000	5.765.000	
	PLOA	-	-	-	-	9.800.000	9.222.000	
	LOA	-	-	-	-	9.800.000	9.222.000	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	300.000	1.800.000		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	9.500.000	7.422.000	

Fonte: SIOP e SIAFI

(B) AÇÃO 6182 – OUVIDORIA NACIONAL DE SAÚDE

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	-	-	-	-	36.000.000	33.495.000	
	PLOA	-	-	-	-	36.000.000	33.629.000	
	LOA	-	-	-	-	36.000.000	33.629.000	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	6.050.000	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	5.126.000		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	42.050.000	28.503.000	

Fonte: SIOP e SIAFI

(C) AÇÃO 8215 – ATENÇÃO À SAÚDE DAS POPULAÇÕES QUILOMBOLAS

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011

LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	1.260.000	1.099.371
	PLOA		-	-	-	-	1.260.000	1.200.000
LOA		-	-	-	-	-	1.260.000	1.200.000
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	-
Total		-	-	-	-	-	1.260.000	1.200.000

Fonte: SIOP e SIAFI

(D) AÇÃO 8287 – APRIMORAMENTO DA ARTICULAÇÃO E COOPERAÇÃO INTERFEDERATIVA E DA GESTÃO COMPARTILHADA DO SUS

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	30.627.000	29.911.872
	PLOA		-	-	-	-	30.627.000	29.911.872
	LOA		-	-	-	-	30.627.000	29.911.872
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	4.000.000
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	-
Total		-	-	-	-	-	30.627.000	33.911.872

Fonte: SIOP e SIAFI

(E) AÇÃO 8705 – AMPLIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE GESTÃO PARTICIPATIVA, DE CONTROLE SOCIAL E DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE.

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	27.000.000	14.722.500
	PLOA		-	-	-	-	27.000.000	18.252.500
	LOA		-	-	-	-	27.200.000	18.252.500
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-	-	1.000.000	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	-
Total		-	-	-	-	-	27.200.000	17.252.500

Fonte: SIOP e SIAFI

(F) AÇÃO 8707 – AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM DEFESA DO SUS

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes		
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes

		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	-	-	-	-	8.000.000	8.047.500	
	PLOA	-	-	-	-	8.000.000	7.630.000	
	LOA	-	-	-	-	8.000.000	7.630.000	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	1.126.000	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	8.000.000	8.756.000	

Fonte: SIOP e SIAFI

(G) – AÇÃO 8708 – AUDITORIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	-	-	-	-	4.830.000	8.555.000	
	PLOA	-	-	-	-	4.830.000	7.537.500	
	LOA	-	-	-	-	4.830.000	7.537.500	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	4.830.000	7.537.500	

Fonte: SIOP e SIAFI

(H) – AÇÃO 8709 – PROMOÇÃO DA EQUIDADE EM SAÚDE DE POPULAÇÕES EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	-	-	-	-	5.500.000	5.130.000	
	PLOA	-	-	-	-	5.500.000	5.093.283	
	LOA	-	-	-	-	5.950.000	5.093.283	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		-	-	-	-	5.950.000	5.093.283	

Fonte: SIOP e SIAFI

4.2.2.2. Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.4.9 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

(A) – AÇÃO 2016 – FUNCIONAMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	200.000	3.600.000	-	-	-	-	
	PLoa	200.000	100.000	-	-	-	-	
	LOA	200.000	64.000	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	300.000	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		500.000	64.000	-	-	-	-	

Fonte: SIOP e SIAFI

(B) – AÇÃO 6182 – OUVIDORIA NACIONAL DE SAÚDE

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	4.000.000	4.000.000	-	-	-	-	
	PLoa	4.000.000	4.000.000	-	-	-	-	
	LOA	3.000.000	2.560.000	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	1.000.000	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	2.150.000	1.230.000	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		1.850.000	1.330.000	-	-	-	-	

Fonte: SIOP e SIAFI

(C) AÇÃO 8287 – APRIMORAMENTO DA ARTICULAÇÃO E COOPERAÇÃO INTERFEDERATIVA E DA GESTÃO COMPARTILHADA DO SUS

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	3.373.000	2.212.000	-	-	-	-	
	PLoa	3.373.000	2.212.000	-	-	-	-	
	LOA	2.773.000	1.415.680	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-

	Extraordinários	Abertos	466.667	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
		Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-
		Outras Operações	-	-	-	-	-	-
		Total	3.239.667	1.415.000	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI

(D) – AÇÃO 8705 – AMPLIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE GESTÃO PARTICIPATIVA, DE CONTROLE SOCIAL E DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE.

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	1.000.000	28.000.000	-	-	-	-
	PLOA	1.000.000	8.347.500	-	-	-	-
	LOA	1.000.000	5.342.480	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total		1.000.000	5.342.400	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI

(E) – AÇÃO 8708 – AUDITORIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	4.170.000	885.500	-	-	-	-
	PLOA	4.170.000	885.500	-	-	-	-
	LOA	3.670.000	566.720	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	1.459.500	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total		5.129.500	566.720	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI

(F) – AÇÃO 8709 – AUDITORIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
0	Dotação proposta pela UO	-	-	-	-	-	-

	PLOA	-	-	-	-	-	-
	LOA	250.000	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total		250.000	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI

4.2.2.3. Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

QUADRO A.4.10 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R\$ 1,00

(A) AÇÃO 2016 – FUNCIONAMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	9.800.000	5.765.000	200.000	3.600.000	-	-	
	PLOA	9.800.000	9.222.000	200.000	100.000	-	-	
	LOA	9.800.000	9.222.000	200.000	64.000	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	300.000	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	300.000	1.800.000	-	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		9.500.000	7.422.000	500.000	64.000	-	-	

Fonte: SIOP e SIAFI

(B) AÇÃO 6182 – OUVIDORIA NACIONAL DE SAÚDE

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	36.000.000	33.495.000	4.000.000	4.000.000	-	-	
	PLOA	36.000.000	33.629.000	4.000.000	4.000.000	-	-	
	LOA	36.000.000	33.629.000	3.000.000	2.560.000	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	6.050.000	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	1.000.000	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	5.126.000	2.150.000	1.230.000	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		42.050.000	28.503.000	1.850.000	1.330.000	-	-	

Fonte: SIOP e SIAFI

(C) AÇÃO 8215 – ATENÇÃO À SAÚDE DAS POPULAÇÕES QUILOMBOLAS

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	1.260.000	1.099.371	-	-	-	-	
	PLOA	1.260.000	1.200.000	-	-	-	-	
	LOA	1.260.000	1.200.000	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		1.260.000	1.200.000	-	-	-	-	

Fonte: SIOP e SIAFI

(D) AÇÃO 8287 – APRIMORAMENTO DA ARTICULAÇÃO E COOPERAÇÃO INTERFEDERATIVA E DA GESTÃO COMPARTILHADA DO SUS

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	30.627.000	29.911.872	3.373.000	2.212.000	-	-	
	PLOA	30.627.000	29.911.872	3.373.000	2.212.000	-	-	
	LOA	30.627.000	29.911.872	2.773.000	1.415.680	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	466.667	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		30.627.000	33.911.872	3.239.667	1.415.000	-	-	

Fonte: SIOP e SIAFI

(E) AÇÃO 8705 – AMPLIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE GESTÃO PARTICIPATIVA, DE CONTROLE SOCIAL E DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE.

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	27.000.000	14.722.500	1.000.000	28.000.000	-	-	
	PLOA	27.000.000	18.252.500	1.000.000	8.347.500	-	-	
	LOA	27.000.000	18.252.500	1.000.000	5.342.480	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	1.000.000	-	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		27.200.000	17.252.500	1.000.000	5.342.000	-	-	

Fonte: SIOP e SIAFI

(F) AÇÃO 8707 – AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM DEFESA DO SUS.

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	8.000.000	8.047.500	-	-	-	-	
	PLOA	8.000.000	7.630.000	-	-	-	-	
	LOA	8.000.000	7.630.000	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	1.126.000	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		8.000.000	8.756.000	-	-	-	-	

Fonte: SIOP e SIAFI

(G) AÇÃO 8708 – AUDITORIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	4.830.000	8.555.000	4.170.000	885.500	-	-	
	PLOA	4.830.000	7.537.500	4.170.000	885.500	-	-	
	LOA	4.830.000	7.537.500	3.670.000	566.720	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	1.459.500	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		4.830.000	7.537.500	5.129.500	566.720	-	-	

Fonte: SIOP e SIAFI

(H) AÇÃO 8709 – PROMOÇÃO DA EQUIDADE EM SAÚDE DE POPULAÇÕES EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE.

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	5.500.000	5.130.000	-	-	-	-	
	PLOA	5.500.000	5.093.283	-	-	-	-	
	LOA	5.950.000	5.093.283	250.000	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		5.950.000	5.093.283	250.000	-	-	-	

4.2.2.4. Análise Crítica

No que se refere à meta financeira, a execução orçamentária das ações sob a responsabilidade desta Secretaria: 2016, 6182, 8215, 8287, 8705, 8707, 8705 e 8709 (a exceção das ações 4380, 4388 e 6152 de responsabilidade direta do DATASUS que, de acordo com constarão do Relatório de Gestão Consolidado que o DATASUS apresentará, conforme determinado na Decisão Normativa TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012 - ANEXO I), foi na ordem de R\$ 36.680.793,35, considerando a despesa liquidada, o que corresponde a um percentual de 26% sobre a dotação inicial de R\$ 138.460.000,00. No entanto, se considerarmos os valores empenhados de R\$ 63.066.731,26, obteremos um percentual de 46%.

Quanto ao alcance das metas físicas, destaca-se o seguinte:

Ação 8215 – Atenção à Saúde das Populações Quilombolas: Foram realizados 2 seminários, saber: I Seminário de Capacitação de Lideranças Negras, Quilombolas e Povos Tradicionais de Terreiro e as Tecnologias em Saúde e o Seminário Enfrentamento a Violência Contra a Juventude Quilombola e Povos Tradicionais de Matrizes Africanas.

Ação 8705 - Ampliação das práticas de gestão participativa, de controle social e de educação em saúde: As diretrizes para a Educação Permanente no Ministério da Saúde baseiam-se nos fundamentos teóricos preconizados por Paulo Freire em que o indivíduo é protagonista de seu desenvolvimento e aprendizagem. Sendo assim, sobretudo para as ações de participação social, a dinâmica de aprendizagem para os participantes dos movimentos sociais deve ser condizente às práticas da cidadania voltadas para “o fazer”, na realidade de cada indivíduo, e respeitando sobremaneira sua identidade comunitária.

Capacitação tem um significado amplo e ao mesmo tempo focado quando se trata de educação popular. Capacitar para atuar envolvem ações de articulação, convívio e discernimento para ativar as prerrogativas que lhe darão maiores possibilidades de agrupar para representar. Neste sentido, as maiores aprendizagens estão em situações em que a mobilização social induza a promoção do pertencimento para a ação da saúde e bem estar daqueles cidadãos específicos. Por isso, a participação em eventos de mobilização social foi considerada capacitação, uma vez que dista dos conceitos acadêmicos por vezes utilizados.

Desta forma foram consideradas 4.464 pessoas capacitadas e efetuadas 23.539 mobilizações sociais em eventos (seminários, oficinas etc..) com foco no controle social e na gestão participativa no SUS.

Ação 8707 - Ampliação e fortalecimento da participação e mobilização social em defesa do SUS: Nesta ação foram realizados 07 eventos, a saber: Seminário Regional de Gestão Participativa, Políticas de Promoção da Equidade e Controle Social: Centro Oeste, Oficinas Regionais Compartilhadas de Educação Permanente Para o Controle Social no SUS: Centro Oeste, Sul/Sudeste, Norte, Nordeste, Seminário Nacional de Educação Popular em Saúde e o Seminário Transexualizador no SUS.

Ação 8709 - Promoção da Equidade em Saúde de Populações em Condições de Vulnerabilidade: Nesta ação estava prevista a realização de 2 encontros nacionais envolvendo lideranças do campo e da floresta, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, da população em situação de rua, dos ciganos e dos gestores do SUS 2012. Foi cumprida 50% da meta, uma vez que o II Encontro Nacional dos Movimentos do Campo e da Floresta foi reprogramado para setembro de 2013.

Ação 8287 - Aprimoramento da Articulação e Cooperação Interfederativa e da Gestão Compartilhada do SUS: O COAP foi assinado, no exercício de 2012, com 24 CIR, o que representa 27% da meta prevista. As mudanças induzidas pelo Decreto 7.508/2011 e a Lei Complementar 141/2011, bem como o período de transição eleitoral nos municípios foram aspectos centrais para as dificuldades em concretizar o resultado esperado. No entanto, a avaliação por parte dos 3 entes da federação envolvidos no processo de contratualização interfederativa foi positiva no sentido de potencializar a discussão efetiva da organização do sistema de saúde e a consequente co-responsabilização tripartite, rumo à ampliação e qualificação do acesso da população às ações e serviços de saúde.

4.2.3. Execução Orçamentária da Despesa

4.2.3.1. Execução da Despesa Com Créditos Originários

4.2.3.1.1. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R\$ 1,00

(A) AÇÃO 2016 – FUNCIONAMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	4.751.679,79	6.986.910,86	4.434.231,52	6.986.910,86	522.010,89	3.189.042,12	4.434.231,52	6.464.899,97
14 - Diárias Civil	165.210,98	138.433,57	165.210,98	138.433,57	-	-	165.210,98	138.433,57
30 - Material de consumo	1.585,35	-	1.58,35	-	-	-	1.585,33	-
33 - Pass. e despesas de locomoção	1.453.304,13	1.042.397,84	1.421.363,98	1.042.397,84	15.429,82	214.850,12	1.421.363,98	1.222.432,16
36 - Outros serviços de terceiro PF	1.320.148,23	1.023.599,98	1.320.148,23	1.023.599,98	-	-	1.320.148,23	1.023.599,98
39 - Outros serviços de terceiros PJ	1.811.431,10	2.202.979,60	1.525.923,00	2.202.979,60	506.581,07	349.192,00	1.525.923,00	1.696.398,53
41 - Contribuições	-	2.574.100,00	-	2.574.100,00	-	2.625.000,00	-	2.574.000,00
92 - Desp. de exercícios anteriores	-	5.398,87	-	5.399,87	-	-	-	5.399,87
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI

(B) AÇÃO 6182 – OUVIDORIA NACIONAL DE SAÚDE

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
7. Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
8. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
9. Outras Despesas Correntes	23.950.439,51	28.244.738,51	15.792.642,06	28.244.738,51	17.636.291,81	7.375.290,23	15.778.962,06	10.430.446,70
14 - Diárias Civil	59.860,95	55.711,87	59.860,95	55.711,87	-	-	59.860,95	55.711,87
30 - Outros serviços de terceiro PJ	-	-	-	-	-	1.459,80	-	-
33 - Pass. e desp. de locomoção	199.000,00	699.997,00	63.148,99	699.997,00	197.141,42	25.518,35	63.148,99	502.855,58
36 - Outros serviços de terceiro PF	131.924,10	81.597,70	41.924,10	81.597,70	-	81.550,49	29.924,10	81.597,70
39 - Outros serv. de terceiros PJ	23.439.254,46	13.638.248,20	15.526.028,02	13.638.248,20	7.631.630,39	9.550,00	15.526.028,02	6.006.617,81
41 - Contribuições Fundo a Fundo	100.000,00	13.735.520,00	100.000,00	13.735.520,00	9.985.620,00	7.257.211,59	100.000,00	3.750.000,00
47 - Obrigações tributárias	20.400,00	-	1.680,00	-	-	-	0,00	-
92 - Desp. de exercícios anteriores	33.666,74	-	-	33.666,74	-	-	-	33.666,74
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
10. Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
52 - Equipamento e material permanente	105.740,00	3.391,82	-	3.391,82	1.291,92	-	-	2.099,90
11. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
12. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI

(C) AÇÃO 8215 – ATENÇÃO À SAÚDE DAS POPULAÇÕES QUILOMBOLAS

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
13. Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
14. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
15. Outras Despesas Correntes	179.451,76	1.199.990,70	-	1.199.990,70	1.199.990,70	400.000,00	-	1.099.371,00
39 - Outros serviços de terceiros PJ	179.451,76	109.500,70	-	109.500,70	109.500,70	-	-	-
41 - Contribuições - Fundo a Fundo	-	1.090.490,00	-	1.090.490,00	1.090.490,00	400.000,00	-	1.099.371,00
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
16. Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
17. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
18. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI

(D) AÇÃO 8287 – APRIMORAMENTO DA ARTICULAÇÃO E COOPERAÇÃO INTERFEDERATIVA E DA GESTÃO COMPARTILHADA DO SUS

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
19. Despesas de Pessoal								
20. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
21. Outras Despesas Correntes	9.969.624,49	34.172.265,37	2.757.643,64	34.172.265,37	16.332.187,00	390.106,50	2.757.643,64	28.273.723,06
14 - Diárias Civil	167.997,82	30.706,28	167.997,82	30.706,28	-	-	167.997,82	30.706,28
30 – Material de consumo	3.791,00	-	3.791,00	-	-	-	3.791,00	-
33 – Pass. e despesas de locomoção	745.589,88	-	671.058,74	-	-	-	671.058,74	-
36 – Outros serviços de terceiro PF	160.352,10	107.296,30	160.352,10	107.296,30	-	-	160.352,10	107.296,30
39 – Outros serviços de terceiros PJ	5.404.759,14	8.194.187,79	65.544,98	8.194.187,79	3.492.112,00	10.106,50	65.544,98	3.202.665,79
41 – Contribuições Fundo a Fundo	3.050.000,00	25.840.075,00	1.525.000,00	25.840.075,00	12.840.075,00	380.000,00	1.525.000,00	13.000.000,00
92 – Desp. de exercícios anteriores	163.899,00	-	163.899,00	-	-	-	163.899,00	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
22. Investimentos								
23. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
24. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI

(E) AÇÃO 8705 – AMPLIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE GESTÃO PARTICIPATIVA, DE CONTROLE SOCIAL E DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE.

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
25. Despesas de Pessoal								
26. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
27. Outras Despesas Correntes	12.717.428,35	16.689.972,62	5.332.517,00	16.689.972,62	12.409.822,43	2.697.776,00	5.327.517,00	4.280.161,19
14 - Diárias Civil	-	584,55	-	584,55	-	-	-	584,55
20 – Aux. Financ. a pesquisadores	270.660,00	-	14.266,00	-	-	-	14.266,00	-
30 – Material de consumo	16.880,00	-	8.900,00	-	-	-	8.900,00	-
33 – Pass. e despesas de locomoção	-	5.039,91	-	5.039,91	-	-	-	5.039,91
36 – Outros serviços de terceiros PF	-	13.600,00	-	13.600,00	13.600,00	54.703,20	-	-
39 – Outros serviços de terceiros PJ	9.619.888,35	4.932.886,07	3.549.351,00	4.932.886,07	4.431.501,43	10.800,35	3.549.351,00	501.384,64
41 – Contribuições Fundo a Fundo	2.810.000,00	7.251.990,00	1.760.000,00	1.940.000,00	5.311.990,00	2.632.272,45	1.760.000,00	1.940.000,00
43 – Subvenções sociais	-	2.650.000,00	-	2.650.000,00	2.650.000,00	-	-	-
47 – Obrigações tributárias	-	2.720,00	-	2.720,00	2.720,00	-	-	-
92 – Desp. de exercícios anteriores	-	1.833.152,09	-	1.833.152,09	-	-	-	1.833.152,09
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
28. Investimentos								
52 – Equip. e material permanente	-	-	-	-	-	1.848.555,92	-	-
29. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
30. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI

(F) AÇÃO 8707 – AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM DEFESA DO SUS

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
31. Despesas de Pessoal								
32. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
33. Outras Despesas Correntes	9.969.624,49	8.548.983,35	2.757.643,64	8.548.983,35	2.152.211,82	1.304.250,10	2.757.643,64	6.396.771,53
14 - Diárias Civil	115.914,24	133.229,05	115.914,24	133.229,05	-	-	115.914,24	133.229,05
33 – Pass. e despesas de locomoção	721.689,96	990.000,00	671.058,74	990.000,00	263.427,91	257.648,47	671.058,74	726.572,09
36 – Outros serviços de terceiro PF	381.293,90	199.835,30	160.352,10	199.835,30	-	-	160.352,10	199.835,30
39 – Outros serviços de terceiros PJ	1.034.126,16	4.357.075,80	52.243,32	4.357.075,80	40.000,00	70.000,00	52.243,32	4.317.075,80
41 – Contribuições Fundo a Fundo	2.520.000,00	-	2.120.000,00	-	-	976.601,63	2.120.000,00	-
92 – Desp. de exercícios anteriores	-	2.868.843,20	-	2.868.843,20	1.848.783,91	-	-	1.020.059,29

DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
34. Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
35. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
36. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI

(G) AÇÃO 8708 – AUDITORIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
37. Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
38. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
39. Outras Despesas Correntes	3.914.183,75	7.137.576,86	3.242.365,32	7.137.576,86	3.248.608,57	472.848,77	3.242.365,32	3.776.177,50	
14 - Diárias Civil	1.430.784,23	1.954.781,16	1.430.784,23	1.954.781,16	-	-	1.430.784,23	1.954.781,16	
30 – Material de consumo	4.346,64	1.450,15	4.346,64	1.450,15	-	-	4.346,64	1.450,15	
33 – Pass. e despesas de locomoção	342.020,41	242.697,59	281.574,84	242.697,59	48.608,57	5.728,38	281.574,84	81.298,23	
36 – Outros serviços de terceiro PF	19.004,90	29.638,10	19.004,90	29.638,10	-	-	19.004,90	29.638,10	
39 – Outros serviços de terceiros PJ	611.372,86	656.763,15	-	656.763,15	650.000,00	-	-	6.763,15	
41 – Contribuições Fundo a Fundo	1.500.000,00	3.300.000,00	1.500.000,00	3.300.000,00	2.550.000,00	367.120,39	1.500.000,00	750.000,00	
92 – Desp. de exercícios anteriores	6.654,71	951.161,16	6.654,71	951.161,16	-	-	6.654,71	951.161,16	
93 – Indenizações e restituições	-	1.085,55	-	1.085,55	-	-	-	1.085,55	

DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
40. Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
52 – Equip. e mat. permanente	353.923,61	465.319,46	240.786,53	465.319,46	364.957,28	29.704,58	240.786,53	134.342,18	
41. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
42. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI

(H) AÇÃO 8709 – PROMOÇÃO DA EQUIDADE EM SAÚDE DE POPULAÇÕES EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
43. Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
44. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
45. Outras Despesas Correntes	2.424.235,74	5.093.249,81	1.555.537,35	5.093.249,81	4.696.538,81	-	1.555.537,35	123.700,00	
39 – Outros serviços de terceiros PJ	1.924.208,69	1.094.876,86	1.555.510,30	1.094.876,86	971.165,86	-	1.555.510,30	123.711,00	
41 – Contribuições Fundo a Fundo	500.000,00	3.998.372,95	-	3.998.372,95	3.998.372,95	-	-	-	
92 – Desp. de exercícios anteriores	27,05	-	27,05	-	-	-	27,05	-	

DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
46. Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
42 – Auxílios - Fundo a Fundo	200.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-
47. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
48. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIOP e SIAFI

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.1.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.5.2 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	1.607.959,60	-	1.607.959,60	-
2010	20.193,14	-	7.429,06	12.764,08
2009	23.124.383,35	23.000.000,00	0,00	124.383,35
2008	-	-	0,00	-
2007	8.533.251,00	-	0,00	8.533.251,00
2006	673.137,50	-	0,00	673.137,50
2005	1.265.136,61	-	0,00	1.265.136,61
2004	1.477.500,00	-	0,00	1.477.500,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	109.245.290,93	2.335.533,39	99.983.991,73	6.925.765,81
2010	16.544.989,58	1.035.917,27	1.666.185,25	13.842.887,06
2009	3.836.976,27	350.836,45	328.699,88	3.157.439,94
2008	679.312,00	190.304,75	489.007,25	-
2007	-	-	-	-
2006	-	-	-	-
2005	-	-	-	-
2004	-	-	-	-

Fonte: Fonte: SIOP e SIAFI

5.2. Transferências de Recursos

5.2.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Fundo Nacional de Saúde									
CNPJ: 00.530.493/0001-71					UG/GESTÃO: 257001				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	774337/2012	Fundo Estadual de Saúde Do Estado Da Bahia	210.530,00	10.530,00	0,00	0,00	11/12/12	11/12/13	1
1	778697/2012	Fundo Municipal De Saúde - João Pessoa	208.333,33	8.333,33	0,00	0,00	21/12/12	21/12/13	1
1	775897/2012	Fundo Estadual de Saúde do Ceara	210.527,50	10.527,50	0,00	0,00	26/12/12	26/12/13	1
1	774339/2012	Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro	621.111,00	71.111,00	0,00	0,00	28/12/12	21/12/14	1
1	774865/2012	Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas E Formação De Servidores Publico do Rio De Janeiro - CEPERJ	444.444,44	44.444,44	0,00	0,00	31/12/12	21/12/13	1
1	775893/2012	Prefeitura Da Estância Turística De Embu Das Artes	220.000,00	20.000,00	0,00	0,00	31/12/12	17/12/13	1
1	778685/2012	Caraguatatuba Prefeitura	217.391,30	17.391,30	0,00	0,00	31/12/12	31/12/13	1
1	774336/2012	Prefeitura Municipal De Guarulhos	110.000,00	10.000,00	0,00	0,00	28/12/12	26/12/13	1
3	92/2012	Fundação Universidade de Brasília	1.000.000,00	0,00	307.540,00	307.540,00	21/12/12	11/12/14	1
3	79/2012	Fundação Universidade de Brasília	168.353,60	0,00	122.400,00	122.400,00	30/11/12	25/11/13	1
3	22/2012	Fundação Universidade de Brasília	2.508.000,00	0,00	1.672.000,00	1.672.000,00	09/08/12	01/01/14	1
3	227/2012	Fundação Oswaldo Cruz	9.960.000,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00	06/12/12	26/11/14	1
3	307/2012	Fundação Oswaldo Cruz	730.000,00	0,00	730.000,00	730.000,00	31/12/12	21/12/14	1
3	57/2012	Fundação Oswaldo Cruz	16.039.586,86	0,00	1.232.686,86	1.232.686,86	09/10/12	24/09/15	1
3	226/2012	Fundação Oswaldo Cruz	4.823.480,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	06/12/12	26/11/14	1
3	78/2012	Fundação Oswaldo Cruz	497.200,00	0,00	0,00	0,00	22/11/12	22/12/14	1
3	274/2012	Fundação Oswaldo Cruz	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00	31/12/12	21/12/14	1
3	308/2012	Fundação Oswaldo Cruz	300.000,00	0,00	300.000,00	300.000,00	31/12/12	26/12/13	1
3	39º	Organização Pan-americana de Saúde -	26.200.000,00	0,00	7.300.000,00	16.150.000,00	31/01/06	30/01/16	1
3	44º	Organização Pan-americana de Saúde -	23.800.000,00	0,00	11.920.000,00	18.360.000,00	22/12/04	21/12/14	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Siconv / Gescon – Siafi

5.2.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.5.4 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Fundo Nacional de Saúde					
CNPJ:	00.530.493/0001-71					
UG/GESTÃO:	257001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	8	4	2	3.379.499,80	242.850,00	0,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	12	12	3	32.844.331,36	20.796.156,00	13.396.000,00
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	20	16	5	36.223.831,16	21.039.006,00	13.396.000,00

Fonte: Siconv / Gescon / Siafi

5.2.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

As informações solicitadas constarão do Relatório de Gestão do Fundo Nacional de Saúde.

5.2.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

As informações solicitadas constarão do Relatório de Gestão do Fundo Nacional de Saúde.

5.2.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

As informações solicitadas constarão do Relatório de Gestão do Fundo Nacional de Saúde.

5.2.6. Análise Crítica

Conforme os Quadros A.5.3. e A.5.4. acima, no exercício de 2012 foram firmados 8 (oito) convênios, que totalizaram R\$ 2.242.337,57 e 10 (dez) Termos de Cooperação Técnica no valor total de R\$ 38.726.620,46 , os quais têm os seguintes objetos:

Nº INSTRUMENTO	OBJETO
774337/2012	Realização de ações educativas e organizativas para o fortalecimento da participação popular no SUS e da educação popular em saúde no Estado e produção de material pedagógico e de comunicação social, através do MOBILIZASUS.
778697/2012	Capacitar e mobilizar lideranças dos movimentos negros na perspectiva da promoção da equidade no SUS.
775897/2012	Capacitação de conselheiros de saúde do estado do Ceará
774339/2012	Desenvolvimento de atividades de formação e de comunicação da Política Nacional de Educação Popular e Saúde
774865/2012	O presente Projeto formará 100 lideranças LGBT com foco na Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Serão realizados 03 cursos envolvendo as 27 unidades da federação que terão projetos estaduais. Haverá ambiente virtual de acompanhamento. O convênio financiará material educativo, realização dos momentos presenciais (03), apoio ao acompanhamento virtual dos projetos estaduais e formação dos facilitadores/tutores.
775893/2012	Saúde da população negra de Embu Das Artes
778685/2012	Capacitação de profissionais que atuam no tratamento de doenças infectocontagiosas e aquisição de

	material educativo.
774336/2012	Realizar formação de Servidores e Servidoras Públicas da Secretaria de Saúde da Prefeitura de Guarulhos nas temáticas Etnicorracial e Gênero para a percepção das desigualdades etnicorraciais nos processos de saúde e doença, bem como qualificar para o preenchimento adequado do “Quesito Raça/Cor” nos sistemas de cadastro do Serviço Público.
92/2012	Estudo E Pesquisa Das Políticas Públicas Destinadas Às Populações Do Campo E Da Floresta (PSPCF)
79/2012	Evento Sobre Oficinas Sobre O Sus, Ouvidoria E Participação Social
22/2012	Customização De Ferramenta À Gestão Pública E Ao Sistema Do Cartão Nacional De Saúde
227/2012	Estudo E Pesquisa Para Análise Da Implantação Do Contrato De Ação Pública
307/2012	Estudo E Pesquisa Sobre O Acesso À Saúde Pela Via Judicial E Seu Impacto Na Política De Saúde E Curso De Mediação Sanitária
57/2012	Curso Livre De Educação Popular Para Agentes Comunitários De Saúde E Agentes De Vigilância Em Saúde.
226/2012	Estudo E Pesquisa - Saúde Integral Das Populações Do Campo E Da Floresta
78/2012	Sistematização E Análise Científica De Dados Para Aferição Da Qualidade Do Atendimento Na Perspectiva Dos Usuários Do SUS.
274/2012	Estudo E Pesquisa - Fortalecimento Da Agenda Estratégica Da Saúde No Âmbito Da Unasul: Consolidação E Institucionalização do ISAGS
308/2012	Estudo E Pesquisa Para Desenvolver Atividades Sobre Determinantes Sociais Da Saúde
39° OPAS	Qualificação da gestão descentralizada do SUS.
44° OPAS	Apoio à implementação da política de gestão estratégica e participativa do SUS.

Foram firmados, também, 2 (dois) Termos de Ajustes aos Termos de Cooperação Técnica com a Organização Pan Americana da Saúde existentes na Secretaria. Estes ajustes totalizaram o valor de R\$ 50.000.000,00 e serão utilizados ao longo dos quatro anos de vigência do 39° TC – Projeto Qualificação da Gestão Descentralizada do SUS – com a finalidade de implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação interfederativa com foco na contratualização e na gestão da informação; e ao longo dos seis anos de vigência do 44° TC – Projeto Apoio à implementação da política de gestão estratégica e participativa do SUS - com o fim de qualificar as práticas de gestão participativa com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados e financiamento estável.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	110	9	8
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	110	9	8
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		109	5	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas			4	3
2. Servidores com Contratos Temporários		17	8	1
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública			8	6
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	127	25	15

Fonte: CGESP/SAA/SE/MS

6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12/2012

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	5
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
4.3. Licença Premio por Assiduidade	4
4.4. Lic. Gest. 120d 8112/90,A.207	1
4.5. Lic. P/trat. Saude 8112,A.202	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	5

Fonte: CGESP/SAA/SE/MS

6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	71	12	7
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	71	12	7
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		24		1
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		11	4	1
1.2.4. Sem Vínculo		36	8	5
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	0	28	1	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		27	1	
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		1		1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	99	13	8

Fonte: CGESP/SAA/SE/MS

6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	14	26	27	48	11
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	10	16	25	47	11
1.3. Servidores com Contratos Temporários	4	10	2	1	
2. Provimento de Cargo em Comissão	19	20	26	29	5
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	14	18	23	14	2
2.3. Funções Gratificadas	5	2	3	15	3
3. Totais (1+2)	33	46	53	77	16

Fonte: CGESP/SAA/SE/MS

6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	4	32	90	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira				4	32	73			
1.3. Servidores com Contratos Temporários						17			
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	3	48	48	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					30	41			
2.3. Funções Gratificadas				3	18	7			
3. Totais (1+2)	0	0	0	7	80	138	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: CGESP/SAA/SE/MS

6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012										-
	2011										-
	2010										-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provedimento em Comissão											
Exercícios	2012	9.304.885,38	27.075,30	783.605,23	297.052,57	84.625,20	637.510,82	410.553,73	35.685,78	1.486,48	11.582.480,49
	2011	8.969.943,45	16.193,60	790.933,86	270.555,21	100.685,10	512.017,24	404.489,51	-	5.140,96	11.069.958,93
	2010	7.890.874,12	31.569,64	677.591,91	257.399,61	133.564,31	319.843,86	411.486,82	1.234,63	4.597,45	9.728.162,35
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	968.369,32		84.511,67	21.699,96	369,60		74.335,40			1.149.285,95
	2011	671.100,99		45.350,83	17.704,97	369,60		46.613,29			781.139,68
	2010	581.600,00		52.553,33	10.706,64	369,64		34.248,35			679.477,96
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012										-
	2011										-
	2010										-
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012										-
	2011										-
	2010										-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	1.469.906,59	2.568.987,78	357.277,72	102.188,62	36.720,50	90.606,00	239.060,92	3.652,86	45,27	4.868.446,26
	2011	1.194.061,83	2.500.127,93	294.514,03	101.946,35	33.691,54	85.887,15	228.582,21	-	45,27	4.438.856,31
	2010	1.010.890,39	2.596.253,59	297.534,35	104.547,02	32.081,19	53.379,19	203.934,43	5.170,61	3.468,24	4.307.259,01
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	1.366.599,43	122.724,30	135.216,42	54.932,43	33.659,01	133.177,73	98.553,00	7.941,51	207,19	1.953.011,02
	2011	1.184.879,68	121.919,33	111.061,05	36.314,41	36.328,87	109.706,74	98.581,53	-	205,09	1.698.996,70
	2010	1.072.786,49	119.986,28	99.234,99	37.182,62	44.612,24	72.291,51	92.283,00			1.538.377,13

Fonte: CGESP/SAA/SE/MS

6.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.14 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA.

Conselho Nacional de Saúde

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2012	2011	2010		
Apoio Técnico Administrativo - Assistir e apoiar a execução especializada de atividades de: Desenvolvimento e manutenção de sistemas Administrativos; Controle, acompanhamento e processos de trabalho; Análise organizacional e normatização de procedimentos; execução de outras tarefas complexas, de acordo com as necessidades de cada setor.	0	0	3	0	0
Apoio Administrativo - Desenvolver e dar suporte às atividades operacionais nas áreas de: Operação dos sistemas administrativos; extração de indicadores e organização de informações; recebimento, classificação, catalogação, distribuição e arquivamento de documentos e processos; execução de outras tarefas de natureza técnico-administrativas, de acordo com as necessidades de cada setor.	0	0	0	0	0
Auxiliar Administrativo - Executar e Auxiliar nas atividades operacionais de suporte nas áreas de: Expedição, reprografia, recepção e distribuição de documentos, processos e malotes; Execução de outras tarefas de acordo com as necessidades de cada setor.	0	0	0	0	0
Operador de Teleatendimento - Desenvolver atividades específicas na área de saúde para as quais seja exigida jornada de trabalho especial, tais como executar, dar suporte e auxiliar nas atividades operacionais de comunicação administrativa e atendimento ao público, e operacionalizar e executar atendimento em unidades de call-center e/ou similares na área de saúde.	0	0	1	0	0
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
No exercício de 2012, não ocorreram contratações cujas atividades sejam inerentes aos cargos do Plano de Carreira.					

Fonte: CGESP/SAA/SE/MS

QUADRO A.6.14 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2012	2011	2010		
Apoio Técnico Administrativo - Assistir e apoiar a execução especializada de atividades de: Desenvolvimento e manutenção de sistemas Administrativos; Controle, acompanhamento e processos de trabalho; Análise organizacional e normatização de procedimentos; execução de outras tarefas complexas, de acordo com as necessidades de cada setor.	0	0	14	0	0

Apoio Administrativo - Desenvolver e dar suporte às atividades operacionais nas áreas de: Operação dos sistemas administrativos; extração de indicadores e organização de informações; recebimento, classificação, catalogação, distribuição e arquivamento de documentos e processos; execução de outras tarefas de natureza técnico-administrativas, de acordo com as necessidades de cada setor.	0	0	7	0	0
Auxiliar Administrativo - Executar e Auxiliar nas atividades operacionais de suporte nas áreas de: Expedição, reprografia, recepção e distribuição de documentos, processos e malotes; Execução de outras tarefas de acordo com as necessidades de cada setor.	0	0	0	0	0
Operador de Teleatendimento - Desenvolver atividades específicas na área de saúde para as quais seja exigida jornada de trabalho especial, tais como executar, dar suporte e auxiliar nas atividades operacionais de comunicação administrativa e atendimento ao público, e operacionalizar e executar atendimento em unidades de call-center e/ou similares na área de saúde.	0	0	111	0	0
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
No exercício de 2012, não ocorreram contratações cujas atividades sejam inerentes aos cargos do Plano de Carreira.					

Fonte: CGESP/SAA/SE/MS

6.2.2. Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

QUADRO A.6.15 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADO

Conselho Nacional de Saúde

Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	D.O.U. de Publicação da Dispensa		
		Nº	Data	Seção
NÃO OCORRERAM NO PERÍODO.				

Fonte: CGESP/SAA/SE/MS

Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa

Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	D.O.U. de Publicação da Dispensa		
		Nº	Data	Seção
NÃO OCORRERAM NO PERÍODO.				

Fonte: CGESP/SAA/SE/MS

6.2.3. Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	-	-	-	-	-
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	-	-	-	-	-
2. Nível Médio	12	12	18	21	54.924,96
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	12	12	18	21	54.924,96
3. Total (1+2)	12	12	18	21	54.924,96

Fonte: CGESP/SAA/SE/MS

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input checked="" type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? _____
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
<input type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes	

processos corporativos:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos os quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input type="checkbox"/>	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
- O Planejamento Estratégico Institucional mencionado no tópico 1, refere ao planejamento estratégico do Ministério da Saúde.	

7.2. Análise Crítica.

A temática da tecnologia da informação está sob a responsabilidade do DATASUS, vinculado à estrutura da Secretaria, o qual se utiliza do Planejamento Estratégico Institucional do Ministério da Saúde para nortear a elaboração dos seus objetivos estratégicos.

Com base nessa premissa o DATASUS vem conduzindo o processo de elaboração do novo PDTI, triênio 2013-2015, com o intuito de posicionar o seu planejamento mais aderente com os objetivos estabelecidos pelo Ministério da Saúde através do Plano Estratégico| 2012-2015.

No processo de elaboração do novo PDTI, que se encontra em fase de finalização, foi abordado alguns itens do tópico 3 do quadro XXII – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada, tais como: Elaboração do PDTI com a participação das áreas de negócio e a vinculação das ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio. Além do mais, o PDTI será disponibilizado na internet do DATASUS.

No que tange ao processo de contratação de serviços de TI, informamos que as contratações são realizadas através da Subsecretaria de Assuntos Administrativos/SE/MS, contudo, O DATASUS juntamente com a área responsável seguem as orientações da IN 04/2008 e o processo AI 5 do Cobit 4.1, para nortear o processo de contratação de serviços de TI .

8. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

8.1. Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

8.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério da Saúde					000304
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	011.326/2006-0	10057/2011	9.4 – 9.5	DE - RE	Ofício 2598/2011
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					74932
Descrição da Deliberação					
Prestação de Contas do Departamento de Informática do SUS - DATASUS					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	000.171/2012-3	2600/2008	1.2	DE	Ofício 83/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					74932
Descrição da Deliberação					
Encaminhe documentação ao TCU					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-------	----------	---------	------	------	----------------------

03	027.225/2007-7	2656/2008	5.1	DE	Ofício 30/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					74932
Descrição da Deliberação					
Solicita informações atualizadas					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	016.139/2008-7	661/2010	9.14	RE	Ofício 731/2010
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					74932
Descrição da Deliberação					
Recomendação ao DENASUS, para que verificação in loco.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento Nacional de Auditoria do SUS					46666
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado Despacho nº 219/2012 ao DENASUS, para conhecimento e providências.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	036.480/2011-8	190/2012	1.9	DE	Ofício 127/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					74932
Descrição da Deliberação					
Denúncia acerca de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 16/2011, conduzido pelo Ministério da Saúde.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Informática do SUS					2393
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado Despacho nº 288/2012 ao DATASUS, para conhecimento e providências.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

--

Deliberações do TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	000.171/2012-3	2600/2008	1.2	DE	Ofício 204/2012 – TCU/SECEX/MA
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					74932
Descrição da Deliberação					
Solicita cópia do Relatório de Auditoria n° 10718.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento Nacional de Auditoria do SUS					46666
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado Despacho n° 461/2012 ao DENASUS, para conhecimento e providências.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	007.059/2011-6	1027/2011	1.5	DE	Ofício 525/2012-TCU/SECEX-MG
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					74932
Descrição da Deliberação					
Informar ao TCU acerca das providências adotadas em relação ao processo de tomadas de contas especial.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento Nacional de Auditoria do SUS					46666
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhado Parecer Administrativo n° 688, onde consta que o processo administrativo de auditoria em questão se encontra na Junta de Recursos para exame em 2° instância do recurso apresentado pelo auditado.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	032.238/2011-8	1613/2012	9.1	DE	Ofício 789/2012 – TCU/SECEX-4
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					74932
Descrição da Deliberação					
Identificar elementos de risco no âmbito do projeto Cartão Nacional de Saúde, para subsidiar futuras ações de fiscalização.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DATASUS					
Síntese da Providência Adotada					

Realizado Despacho Nº 815/2012 – SGEP/MS, datado em 20 de abril de 2012, ao Diretor do DATASUS, para análise e providências cabíveis.

Síntese dos Resultados Obtidos

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
09	010.720/2010-3	2513/2012		DE	Ofício 372/2012-TCU/SECEX-RO
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					74932
Descrição da Deliberação					
Recomendação, nos termos dos artigos 237, parágrafo único, e 250, inciso III, do Regimento Interno, do TCU, ao Ministério da Saúde que, doravante, adote melhores controles, no sentido de realizar uma fiscalização mais ampla, eficaz e efetiva, acompanhando a aplicação dos recursos repassados por meio do SUS, evitando desta forma o desperdício de recursos públicos.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DENASUS					
Síntese da Providência Adotada					
Despacho Nº 1152-12/SGEP, encaminhado em 18 de maio de 2012, para conhecimento e providências cabíveis.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	032.238/2011-8	16130/2012	9.1.1 a 9.1.3; 9.2.1 e 9.2.2	DE e RE	Ofício 1448/2012-TCU/SECEX-4
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					74932
Descrição da Deliberação					
Acórdão 1613/2012, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, com a finalidade de identificar elementos de risco no âmbito do projeto do Cartão Nacional de Saúde, para subsidiar futuras ações de fiscalização.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DATASUS					
Síntese da Providência Adotada					
Despacho Nº 1314/12-SGEP/MS, de junho de 2012, encaminhado ao DATASUS, para conhecimento e providências.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	017.250/2008-4	3412/2012		DE	Ofício 1710/2012-TCU/SECEX-4

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação		Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa		74932
Descrição da Deliberação		
Trata-se de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Marco Antônio machado Macêdo, então Coordenador Geral de Recursos Logísticos substituto contra as deliberações do Acórdão 2.723/2011 – TCU – 1ª Câmara que julgou irregulares suas contas e aplicou-lhe a multa do art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992.		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
DATASUS		
Síntese da Providência Adotada		
Despacho Nº 1528/12 – SGEP/MS, datado de 16 de julho de 2012, ao DATASUS, para análise e providências cabíveis.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	009.924/2012-4				Ofício 1452/2012 – TCU/SECEX-SP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					74932
Descrição da Deliberação					
A Secretaria de Controle Externo – SECEX/SP, do TCU, solicita cópias dos documentos ou informações de sua inexistência sobre possível trabalho de fiscalização, por parte do DENASUS, em face das denúncias que envolvem a aplicação de recursos do SUS, na Secretaria Municipal de Saúde e na Santa Casa de Misericórdia de Suzano, no período de 2010 a 2012.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DENASUS					
Síntese da Providência Adotada					
Despacho Nº 1694/2012 – SGEP/MS, datado em 02 de agosto de 2012, encaminhado ao DENASUS, para exame e providências.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	011.290/2010-2	1459/2011-TCU-Plenário		DE	Ofício Nº 130/2012-TCU/SEPROG
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					74932
Descrição da Deliberação					
TCU realiza o primeiro monitoramento do Acórdão 1459/2011-TCU-Plenário, que trata da auditoria operacional destinada a realizar a implantação e operacionalização da assistência farmacêutica básica pelos três níveis da federação.					
Providências Adotadas					

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Departamento de Articulação Interfederativa – DAI/MS	
Síntese da Providência Adotada	
Despacho Nº 1724/12-SGEP/MS, datado em 07 de agosto de 2012, encaminhado ao DAI/MS, para conhecimento e providências.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14				DE	Ofício 571/2012 - Sefti
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					74932
Descrição da Deliberação					
Trabalho de fiscalização do TCU, com o objetivo de avaliar a base de dados do sistema informatizado que apoia as atividades do Sistema Nacional de Transplantes, quanto à consistência das informações e ao cumprimento da legislação aplicável.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DATASUS					
Síntese da Providência Adotada					
Despacho Nº 1777/2012- SGEP/MS, datado em 13 de agosto de 2012, encaminhado ao DATASUS, para conhecimento e atendimento ao disposto no Ofício Nº 571/2012-Sefti do TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15				DE	Ofício 571/2012-Sefti
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					74932
Descrição da Deliberação					
A Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação – SEFTI, do Tribunal de Contas da União, comunica o início dos trabalhos de fiscalização, cujo objetivo é avaliar a base de dados do sistema informatizado que apoia as atividades do Sistema Nacional de Transplantes, quanto à consistência das informações e ao cumprimento da legislação aplicável.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DATASUS					
Síntese da Providência Adotada					
Despacho Nº 1802/2012-SGEP/MS, datado em 15 de agosto de 2012, para conhecimento e providências cabíveis.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

--

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	003.150/2012-7			DE	Ofício 1707/2012-TCU/SECEX-4
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					74932
Descrição da Deliberação					
Solicitação de esclarecimentos apresentada pelo TCU, encaminhada ao DATSUS/MS, acerca da contratação das empresas TOTVS S/A e cujo objeto é a aquisição de software de gestão hospitalar, com cessão de seu código fonte, transferência de tecnologia e contratação de implantação nos hospitais federais situados no Rio de Janeiro.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DATASUS/MS					
Síntese da Providência Adotada					
O DATASUS explica sobre o solicitado, restringindo aos aspectos técnicos relacionados aos questionamentos constantes no Ofício N° 1707/2012-TCU/SECEX-4.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	011.807/2012-1	1953/2012		DE	Ofício 2219/2012-TCU/SECEX-4
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					74932
Descrição da Deliberação					
Acórdão 1953/2012, itens 1.7 e 1.8: determinar que o DENASUS adote providências para o ressarcimento dos valores de exames de mamografia registrados em duplicata, e não comprovados, no Centro de Referência da Saúde da Mulher/SP; cientifique a Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo para que avalie e altere o formato do convênio firmado com a Fundação Pio XII/SP, e de outras unidades de saúde que apresentem o mesmo tipo de contratação; recomendar ao DENASUS que avalie a conveniência de realizar nova auditoria nas unidades em que foram constatadas não conformidades nas auditorias realizadas para atender ao Acórdão 247/2010 – TCU – Plenário e que continuaram apresentando produção elevada de exames de mamografia no levantamento realizado pelo órgão no período de maio/2009 a fevereiro/2010.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DENASUS					
Síntese da Providência Adotada					
Despacho N° 1848/SGEP, datado em 21 de agosto de 2012, encaminhado ao DENASUS, para exame e providências que julgar cabíveis.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	006.977/2012-0	1742/2012			Ofício 124/2012-SEPROG
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					74932

Descrição da Deliberação	
A Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo encaminhou cópia do Acórdão N° 1742/2012, adotado pelo TCU em Sessão Ordinária do Plenário, de 11/07/2012, Ata N° 26/2012, que trata de monitoramento destinado a avaliar a implementação das recomendações proferidas no Acórdão 562/2006-Plenário, referente à auditoria operacional realizada no Programa Doação, Captação e Transplante de Órgãos e Tecidos.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Departamento Nacional de Auditoria do SUS	
Síntese da Providência Adotada	
Despacho N° 1625/2012-SGEP/MS, datado em 24 de julho de 2012, encaminhado ao DENASUS, para conhecimento do Ofício N° 124/2012- SEPROG, oriundo do TCU, o qual apresenta a cópia do Acórdão N° 1742/2012-TCU-Plenário, que trata do monitoramento destinado a avaliar a implementação das recomendações proferidas no Acórdão N° 562/2006-TCU-Plenário.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	032.411/2011-1	1472/2012-TCU-Plenário	9.4	DE	Ofício819/2012-TCU/SECEX-PI
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa					74932
Descrição da Deliberação					
A Secretaria de Controle Externo/PI encaminha para ciência e observância do item 9.4, cópia do Acórdão n° 1472/2012-TCU-Plenário, acompanhado de Relatório e Voto que o fundamentam, e do Relatório de Fiscalização (peças 88, 91-93), adotados por aquela Corte, em Sessão da 2ª Câmara, de 16/6/2012, ao apreciar o processo de Relatório de Auditoria (TC 032.411/2011-1).					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas.					
Síntese da Providência Adotada					
Despacho N° 1690/2012-SGEP/MS, datado em 01 de agosto de 2012, encaminhado ao Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas, conforme sugestão do Diretor do DENASUS/SGEP, para conhecimento e demais providências cabíveis.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
20	019.189/2011-7	2934/2012 – Plenário	1.7.2	DE	Ofício
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SGEP e DATASUS					74932 e 2393
Descrição da Deliberação					
1.7.2. à Secretaria de Gestão Estratégica do Ministério da Saúde – SGEP/MS e ao Departamento de Informática do SUS que informem acerca do quadro de pessoal do Datasus e do estágio de implementação do SISRCA e do CNES 3.0 em item específico do próximo relatório de gestão.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Informática do SUS (Datusus)					2393
Síntese da Providência Adotada					

Síntese dos Resultados Obtidos
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
21	021.606/2010-2	3373/2012 – Plenário	9.7 (9.7.1 e 9.7.2) e 9.8	RE	Aviso
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério da Saúde e DENASUS					304 e 46666
Descrição da Deliberação					
9.7. recomendar ao Ministério da Saúde que:					
9.7.1. adote medidas para normatizar o uso de recursos federais do SUS pelas organizações sociais, de forma a eliminar brechas que possibilitem fuga ao procedimento licitatório nas contratações de obras e aquisições de equipamentos para unidades hospitalares públicas, as quais não possuem correlação com as atividades precípua a serem desenvolvidas pelas organizações sociais e conflitam com os princípios estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei nº 8.666, de 1993;					
9.7.2. exija dos estados e municípios a constituição das Comissões de Avaliação e Fiscalização e dos Conselhos de Saúde e seu efetivo funcionamento, visto que, devido à capilaridade dos recursos do SUS, essas comissões e esses conselhos são essenciais para o controle em nível estadual e municipal desses valores transferidos.					
9.8. recomendar ao Departamento Nacional da Auditoria do SUS (Denasus) que aperfeiçoe seus controles quanto aos recursos federais do SUS transferidos a estados e municípios de maneira a garantir a sua aplicação exclusiva na área da saúde e sua utilização de um modo mais efetivo.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Articulação Interfederativa (DAI) e Departamento Nacional da Auditoria do SUS (Denasus)					116421 e 46666
Síntese da Providência Adotada					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

8.1.2. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério da Saúde			304
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	RDE 00190.02344/2008-19	2.2.1.1	Ofício nº 7932-DSSAU/DS/SFC/CGU-RR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa			74932
Descrição da Recomendação			

Cotação com apenas uma montadora.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Departamento Nacional de Auditoria do SUS	46666
Síntese da Providência Adotada	
Análise técnica do Departamento quanto à competência para atender a demanda.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
O documento foi devolvido ao Fundo Nacional de Saúde pelo fato da constatação aludida no Relatório não se tratar de competência desta Secretaria.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há como analisar por não se tratar de competência desta Secretaria.	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201203769	1.2.1.1	Ofício nº 23593/DSSAU/DS/SFC/CGU-RR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa			74932
Descrição da Recomendação			
Estruturar processo de gestão de riscos na SGEP, bem como definir critérios e metodologia para o estabelecimento de um sistema de controles internos na Unidade, com vistas a aumentar a probabilidade de consecução dos objetivos estratégicos do Ministério da Saúde relacionados à Secretaria.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa			74932
Síntese da Providência Adotada			
No ano de 2012 a SGEP concluiu pela não viabilidade na (re)utilização o SISGEP (Sistema de Informação da SGEP) sistema desenvolvido na plataforma <i>access</i> , banco de dados do pacote office da <i>Microsoft</i> , limitado em sua robustez, frágil em termos de segurança e incapaz tecnicamente de se interoperar com o SIAFI e com o SIOP. No entanto, no intuito de estabelecer mecanismos para qualificar os processos de gestão de riscos, a SGEP, através do DATASUS, adquiriu licença para utilizar o software corporativo <i>Channel</i> , plataforma customizável, capaz de possibilitar o alinhamento das operações e dos projetos de uma instituição ao seu planejamento estratégico, proporcionando um ambiente completo e unificado de apoio à gestão. Hoje, essa ferramenta vem sendo utilizada para efetuar a gestão de contratos administrativos, porém em caráter experimental, mas como expectativa de utilizá-lo em sua plenitude. Em paralelo, a SGEP, através de sua Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento, estuda a viabilidade técnica de levar à Secretaria Executiva uma proposta de integrar a base de dados da SAGE (Sala de Apoio à Gestão Estratégica do MS), com a base de dados do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira) e a do SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento), ambos do Governo Federal, possibilitando à SAGE, após a devida customização, cumprir o papel que o SISGEP desempenhava, com a vantagem de poder beneficiar não só a SGEP, mas a todas as Secretarias do Ministério da Saúde.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201203769	2.1.1.1	Ofício nº 23593/DSSAU/DS/SFC/CGU-RR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa			74932
Descrição da Recomendação			
Realizar o acompanhamento da inscrição e manutenção em restos a pagar dos empenhos não liquidados durante cada			

exercício, por meio da instituição de procedimentos de controle interno e do aprimoramento da comunicação com o Fundo Nacional de Saúde.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa	74932

Síntese da Providência Adotada

Foi realizado, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), o levantamento dos valores inscritos em restos a pagar, no período de 2009 a 2011, de todas as ações da LOA 2011 sob a responsabilidade da SGEP. Em 13 de agosto de 2012, foi enviado o Memorando Circular nº 70/2012 aos Departamentos solicitando análise da situação de cada uma das despesas inscritas em restos a pagar referentes às ações programáticas sob a responsabilidade desses (Departamentos). Como etapa seguinte, foi encaminhada ao Fundo Nacional de Saúde/SE a autorização do pagamento ou cancelamento de alguns desses empenhos. Todavia, esse processo ainda deve continuar no ano de 2013.

Com isso esta Secretaria passa a adotar uma sistemática de acompanhamento dos valores inscritos em restos a pagar, exigindo dos Departamentos responsabilidade nesse acompanhamento.

Síntese dos Resultados Obtidos

Foi emitida Nota Técnica nº 03/2012/SPO/SE/MS, de 13/07/2012, da SPO/SE, com esclarecimentos a cerca da questão do conflito entre os Decretos nº 7.418/2010 e 7.468/2012, objeto da Constatação 2.1.1.1/Recomendação 3 - Oficiar a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento para que dirima ou encaminhe a questão do conflito existente entre os Decretos nº 7.418/2010 e 7.468/2012, constante do Relatório Preliminar de Auditoria nº 201203769 - oficiada à SPO por meio do Memorando nº 393/2012-SGEP/MS, de 28/06/2012.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201203769	3.1.1.1	Ofício nº 23593/DSSAU/DS/SFC/CGU-RR

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa	74932

Descrição da Recomendação

Acompanhar as providências adotadas pela Secretaria Executiva para atender o disposto no Memorando nº 394/2012-SGEP/MS, de 28/06/2012, a fim de viabilizar a exclusão dos consultores de organismo internacional das atividades de rotina da Unidade.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa	74932

Síntese da Providência Adotada

De acordo com o Memorando nº 649/2012/CGESP/SAA/SE/MS, de 06 de setembro de 2012, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGESP/SAA/SE/MS informa que estão previstas as contratações de 500 novos servidores de nível superior que atuarão principalmente nas Secretarias do Ministério da Saúde. Nessa perspectiva foi lançado, pela ESAF/MF, o Edital ESAF nº 35, de 23/08/2012, do concurso público para provimento de cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais, cuja realização foi autorizada por meio da Portaria MPOG nº 230, de 24/05/2012.

Síntese dos Resultados Obtidos

Concurso em andamento.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	201203769	4.1.2.2	Ofício nº 23593/DSSAU/DS/SFC/CGU-RR

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa	74932

Descrição da Recomendação	
Implementar indicadores para o programa "Gestão da Política de Saúde" – 0016, que possibilitem a identificação de melhorias dos serviços de saúde decorrentes de incrementos na gestão interfederativa do SUS.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa	74932
Síntese da Providência Adotada	
O programa "Gestão da Política de Saúde - 0016" refere-se ao Plano Plurianual 2008/2011, cuja vigência se encerrou em 31/12/2011.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	201203769	4.1.4.1	Ofício nº 23593/DSSAU/DS/SFC/CGU-RR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa			74932
Descrição da Recomendação			
Fazer cumprir a exigência legal de realização de chamamento público previamente à formação de parceria para execução descentralizada de atividades, por meio de convênio ou termo de parceria, com entidades privadas sem fins lucrativos. Publicar, no SICONV, os critérios de seleção e priorização das propostas de convênios endereçadas à SGEF. Se possível, divulgá-los também no site do Ministério da Saúde na Internet.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa			74932
Síntese da Providência Adotada			
i) cumprimento da exigência legal de realização de chamamento público para a formação de parcerias com entidades privadas sem fins lucrativos, por meio de convênios ou termos de parcerias, quando houver; ii) divulgação no sítio do Ministério da Saúde sobre os critérios de elegibilidade e seleção de convênios, quando houver.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	201203769	4.1.4.2	Ofício nº 23593/DSSAU/DS/SFC/CGU-RR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa			74932
Descrição da Recomendação			
Garantir a exclusividade do exercício de atividades administrativas de supervisão e controle, como é o caso da emissão de pareceres de aprovação de propostas de convênios, aos servidores efetivos, valendo-se, para tal, da capacitação técnica e gerencial dos mesmos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa			74932
Síntese da Providência Adotada			

Medidas adotadas: i) em reunião do Colegiado de Gestão da Secretaria (Secretário, Diretores e Chefe de Gabinete) ficou estabelecido que as áreas técnicas vão se abster de utilizar consultores de Organismos Internacionais em atividades administrativas e que suas atribuições se atenham, de fato, à finalidade da sua contratação; ii) disseminado às áreas o Memorando-Circular nº 9/GM, de 22/05/2012, que trata de assunto análogo.

Síntese dos Resultados Obtidos

A determinação permanece sendo observada.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

8.2. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

8.2.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA (SGEP) E SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função.	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função.	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	40	39	108
	Entregaram a DBR	40	39	108
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Fonte: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/SAA/SE-MS

Obs.: Os quantitativos incluem DAS, FCT e FG.

8.3. Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

8.3.1. Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, André Luis Bonifácio de Carvalho, CPF nº 277.186.624/20, Secretário substituto, exercido na Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 28 de março de 2013.

André Luis Bonifácio de Carvalho
277.186.624/20

Secretário substituto - Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa

9. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

9.1. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

9.1.1. Declaração Plena

QUADRO A.11.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SECRETARIA. DE GESTAO ESTRATEGICA E PARTICIPATIVA			250009
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília – DF,	Data	18 de Janeiro de 2013
Contador Responsável	João Teófilo da Silva	CRC n.º	DF-007448/O-7



João Teófilo da Silva
Coordenador de Contabilidade
CCONTIENSISMS
CRC 7448/DF

10. CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”

QUADRO B.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização Pan-Americana da Saúde	OPAS/OMS
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Qualificação da Gestão Descentralizada do SUS	TC 39
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	

Código do Contrato: BR/CNT/1200095.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar o processo de gestão estratégica e participativa, com vistas, especialmente, à realização de conferências estadual e nacional de saúde					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
29/02/2012	03/05/2012	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo informações sobre o processo de organização das ações da ParticipaSUS no biênio 2010/2011, na Secretaria de Estado de Saúde de Pernambuco.			15/03/2012	6.400,00	
Documento técnico contendo informações sobre o processo de organização das Conferências de Saúde no Estado de Pernambuco.			03/05/2012	9.600,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Abigail Batista de Lucena Reis			CPF: 052.178.224-49		
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200745.001					
Objetivo da Consultoria: Realizar estudos descritivos e analíticos sobre temas afetos ao Planejamento do SUS, por meio da elaboração de documentos descritivos e analíticos sobre ações e instrumentos adotados no âmbito do sistema.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
13/06/2012	30/04/2013	74.208,00	42.782,00	42.782,00	74.208,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Relatório analítico descritivo dos formulários do Sistema de Apoio ao Relatório à Gestão - SARGSUS, à luz do disposto na Lei nº 141/2012, explicitando as lacunas, as convergências e possibilidades de interoperabilidade com outros sistemas nacionais de informação.			28/06/2012	13.842,00	
Relatório analítico da revisão das portarias GM/MS Nº 3.083/06 que regulamenta o sistema de planejamento do SUS; GM/MS nº 3.332, que aprova orientações gerais relativas aos instrumentos de planejamento do SUS; e GM/MS Nº 3.176/08 que aprova orientações acerca da elaboração, da aplicação e do fluxo do Relatório Anual de Gestão, à luz da Resolução CIT que versa sobre o planejamento do SUS e da Lei Complementar nº 141/12, explicitando recomendações quanto à revogação do conteúdo das			09/08/2012	9.647,00	

referidas portarias e ajustes no conteúdo da Resolução CIT.		
Relatório descritivo da proposta de estrutura e arquitetura do Relatório Detalhado do Quadrimestre, de que trata o Art. 36 da Lei Complementar nº 141/2012, da Programação Anual de Saúde, e do aprimoramento do Relatório Anual de Gestão na ferramenta do Sargsus.	16/10/2012	11.873,00
Relatório analítico descritivo das reuniões do GE Mapa & Planejamento e do Grupo Tripartite de Aprimoramento do Sargsus, explicitando temas abordados e as principais decisões e encaminhamento.	07/12/2012	7.420,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Adriana Flávia Braga Marques	CPF: 441.943.313-20	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1201472.001					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para apoiar o processo de implementação do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde, e com este, a Regionalização dos Serviços de Saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
22/10/2012	21/02/2013	20.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico, sob o aspecto da legalidade, relatando a experiência da Secretaria Estadual da Saúde do Ceará na seleção de apoiadores institucionais para o processo de implementação dos dispositivos do Decreto nº 7.508/2011				06/11/2012	8.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Adriano Cândido de Castro				CPF: 441.943313-20	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100527.001					
Objetivo da Consultoria: Realizar estudos descritivos e analíticos sobre temas afetos ao fortalecimento das relações interfederativas e da gestão estratégica e participativa nos três níveis de governo.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/05/2011	29/03/2012	56.210,00	30.920,00	30.920,00	30.920,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento descritivo e analítico sobre as experiências exitosas dos estados no funcionamento dos Colegiados de Gestão Regional, com vistas a promover o compartilhamento de experiências				05/01/2012	8.430,00
Documento descritivo e analítico da cooperação técnica prestada `gestão estadual, em conformidade com a estratégia do apoio integrado.				29/03/2012	22.490,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Ana Cristina Carvalho Curvina				CPF: 386.473.541-68	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200751.001					
Objetivo da Consultoria: prestação de serviços técnicos que visam apoiar a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP/MS) no desenvolvimento das iniciativas de interesse dessa Secretaria, que apresentam caráter internacional e que estão relacionadas à necessidade de contar com informações sistematizadas e periodicamente atualizadas sobre as políticas de saúde, com especial foco na avaliação de desempenho dos serviços de saúde					

disponibilizados pelo SUS, levando-se em consideração também as experiências e as tendências observadas nesse campo.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
29/06/2012	14/12/2012	44.400,00	44.400,00	17.760,00	17.760,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo uma proposta detalhada de projeto de parceria entre o governo brasileiro, por meio da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde (SGEP/MS) e a Conferência Luso-Francófona (COLUFRAS) do Quebec, Canadá, incluindo proposta técnico e financeira, com apoio da OPAS e da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP - École Nationale d'Administration Publique do Quebec), na área de avaliação de desempenho de sistemas de saúde.				16/07/2012	17.760,00
Documento técnico contendo proposta detalhada para a realização de um Seminário sobre Governança e Regionalização, a ser realizado em Junho de 2012, em Montreal, Canadá, bem como a proposta para realização de um Simpósio Internacional a ser realizado em Praia, Cabe Verde, de 7 a 10 de novembro de 2012 (RH para cuidados de saúde primários)				14/12/2012	26.640,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Antônio Marinho de Souza				CPF: BR/CNT/1200745.001	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101606.001

Objetivo da Consultoria: Elaborar documentos, relatórios descritivos e analíticos sobre ações, modalidades e instrumentos adotados pelo Departamento de Articulação Interfederativa com vistas à subsidiar o processo de qualificação da gestão compartilhada do SUS.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
25/11/2011	28/09/2012	55.000,00	41.250,00	41.250,00	55.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico analítico da execução física e financeira da ação aprimoramento, implementação e acompanhamento da gestão descentralizada do Sistema Único de Saúde, no exercício de 2011.				06/03/2012	8.250,00
Documento técnico contendo análise comparada entre os resultados do Departamento de Articulação Interfederativa - DAI, inseridos no Sistema de Informação da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde - SISGEP e o Sistema de Planejamento, Orçamento e Monitoramento do SUS - PlamSUS, com foco na elaboração do relatório de gestão exercício de 2011.				17/05/2012	11.000,00
Documento técnico analítico contendo a proposta de planejamento para o exercício de 2012 das ações de apoio à articulação interfederativa.				28/09/2012	22.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Dora Tomé de Oliveira				CPF: 033.116.191-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200980.001

Objetivo da Consultoria: Realização de estudos voltados a alavancar o nível de maturidade em Gerenciamento de

Projetos do DATASUS e do Escritório de Projetos.					
Implementar as melhores práticas em gerenciamento de projetos em suas ações.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
27/07/2012	26/06/2013	88.800,00	41.624,00	41.624,00	88.800,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Revisão da Metodologia de Gerenciamento de Projetos do DATASUS, incluindo seus artefatos.				13/08/2012	17.760,00
Acompanhamento de projetos sob demanda: geração de relatório de status dos projetos (grupo 1)				31/10/2012	10.656,00
Maturidade do EP (Escritório de Projetos): mensuração da maturidade do EP e seu respectivo plano de ação				20/12/2012	13.208,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Elizabeth D'Arrochella Teixeira				CPF: 498.143.117-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1201482.001					
Objetivo da Consultoria:					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
23/10/2012	20/09/2013	60.000,00	13.200,00	13.200,00	13.200,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico analítico das ações realizadas no exercício de 2011, no âmbito do projeto qualificação da gestão, na perspectiva do fortalecimento da gestão compartilhada do SUS				07/11/2012	13.200,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Erika Morimoto				CPF: 163.079.208-07	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT1100889.001					
Objetivo da Consultoria: Apoiar o Comitê Técnico para Acompanhamento do Programa de Avaliação para a Qualificação do SUS, nos assuntos relativos à organização e estrutura da Política de Monitoramento e Avaliação do SUS. Participar do processo de planejamento das ações estratégicas de cooperação técnica que visem o fortalecimento do Programa de Avaliação e Qualificação do SUS. Realizar estudos, visando à obtenção de subsídios para a elaboração de diretrizes de desenvolvimento e implementação de práticas e indicadores de monitoramento e avaliação de programas de qualificação do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/08/2011	09/05/2012	28.600,00	12.584,00	12.584,00	28.600,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório analítico do balanço geral dos planos de ação, referente ao último trimestre de 2011.				28/02/2012	4.004,00

Relatório analítico do balanço geral dos planos de ação, referente ao primeiro trimestre de 2011.	09/05/2012	8.580,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Evellyne Porfíria Dourado Santos	CPF: 005.073.281-16	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1201122.001					
Objetivo da Consultoria: implementação e desenvolvimento de Melhores Práticas em Gestão de Projetos poderá proporcionar um melhor apoio institucional e metodológico ao desenvolvimento dos projetos no âmbito do DATASUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
24/09/2012	23/08/2012	63.360,00	16.840,00	16.840,00	16.840,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo uma proposta de metodologia de gerenciamento de portfólio de projetos na área de informação e informática em saúde no âmbito do DATASUS/MS				13/12/2012	16.840,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Gustavo Roberto Silva Tavares				CPF: 825.990.411-04	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/					
Objetivo da Consultoria: analisar e identificar necessidades de informatização, desenvolver e implementar sistemas corporativos de apoio ao processo de fortalecimento da articulação interfederativa. Assim irá:					
1. Desenvolver sistemas corporativos e fazer a manutenção do Portal da Articulação Interfederativa.					
2. Organizar eletronicamente o roteiro de acompanhamento da gestão estadual.					
3. Desenvolver as fases e interações do portal série pactos pela saúde.					
4. Desenvolver as fases e interações do portal da articulação interfederativa em foco.					
5. Aprimorar a gestão do acervo e publicações referentes à articulação interfederativa.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
17/05/2011	27/02/2012	49.841,00	19.930,00	19.930,00	49.841,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo levantamento e análise sobre o Portal Articulação Interfederativa em Foco no 2º semestre de 2011.				27/02/2012	19.930,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Ires Lane da Silva Alves				CPF: 875.849.301-82	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					
Identificação da Organização Internacional Cooperante					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Código do Contrato: BR/CNT/1200459.001					
Objetivo da Consultoria: Analisar e identificar necessidades de informatização, desenvolver, manter e implementar os sistemas corporativos para o Departamento de Articulação Interfederativa/Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
30/04/2012	30/01/2013	63.408,00	38.045,00	38.045,00	38.045,00

Insumos Externos		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Relatório técnico sobre a Análise do Portal do Departamento de Articulação Interfederativa/Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (1º semestre de 2012)	15/05/2012	15.852,00
Documento contendo levantamento e análise sobre o Portal do Pacto pela Saúde com aprimoramento no Decreto 7.508 (1º semestre de 2012).	23/07/2012	9.512,00
Documento contendo a gestão do acervo de publicações do Departamento de Articulação Interfederativa, com descrição dos estoques, atendimento aos usuários e a distribuição de produtos editoriais, no 2º semestre de 2012.	05/11/2012	12.681,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Ires Lane da Silva Alves		CPF: 875.849.301-82
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		
Identificação da Organização Internacional Cooperante		

Código do Contrato: BR/CNT/1200307.001					
Objetivo da Consultoria: atendimento das demandas relacionadas aos produtos da RIPSA, na perspectiva do fortalecimento dos processos de disponibilização de informações e de indicadores e da análise de situações de saúde, potencializando e orientando a tomada de decisão dos gestores do SUS					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
29/03/2012	01/02/2013	86.400,00	49.100,00	49.100,00	49.100,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Documento técnico contendo o processo de produção dos Indicadores e Dados Básicos 2011 – IDB-2011 e do respectivo folheto.	07/05/2013	17.280,00			
Documento técnico contendo o processo de preparação de tabelas para a 3ª edição do livro Indicadores Básicos para a Saúde no Brasil – Conceitos e Aplicações.	02/07/2012	15/100,00			
Documento técnico contendo a situação de atualização das bases nacionais de informações de saúde	27/09/2012	16.300,00			
Documento técnico contendo o processo de elaboração do Relatório da Pactuação Unificada dos Indicadores – Pacto pela Saúde 2010/2011.	16/11/2012	15.520,00			
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Jacques Levin				CPF: 166.696.490-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1201053.001					
Objetivo da Consultoria: Executar atividade referente à ampliação e implantação de modelos de dados clínicos relacionados à implantação de projeto de Registro Eletrônico em Saúde SUS Nacional e padrões de informação e informática em saúde para compor o catálogo de padrões determinados pela portaria MS 2073/2012					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
13/08/2012	10/07/2013	88.800,00	43.512,00	43.512,00	43.512,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documentos técnicos contendo descrição do processo colaborativo de construção de padrões de informação clínica baseada na metodologia openEHR com objetivo de disseminação para o GET	28/08/2012	17.760,00
Documentos técnicos descrevendo o uso da metodologia openEHR no sentido de solucionar deficiências de interoperabilidade entre os sistemas de informação do DATASUS, inclusive com os sistemas de informação desenvolvidos externamente	04/10/2012	11.544,00
Documentos técnicos contendo descrição geral do conteúdo e formato de arquétipos clínicos para utilização nos sistemas de informação em saúde do MS	19/12/2012	14.208,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: JUSSARA MACEDO PINHO ROTZSCH		CPF: 387.757.607-97
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1200406.001					
Objetivo da Consultoria: realização de estudos jurídicos, com apresentação de produtos, sobre atos administrativos capazes de manter o SUS o mais conforme possível ao seu modelo organizativo-constitucional, trazendo para dentro da sua organização modelos mais condizentes à essa organização de sistema em rede, como é o contrato de ação pública que terá a finalidade de organizar conjuntamente as ações e serviços de saúde que devem ser compartilhados na rede SUS, o padrão de integralidade da assistência à saúde, o acesso ordenado dos serviços e outros elementos essenciais à sua organização constitucional.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
28/04/2011	15/03/2012	110.000,00	45.100,00	45.100,00	110.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento que organize o processo de funcionamento da Comissão Corregedora Tripartite do DENASUS e defina as suas atribuições.			20/01/2012	13.200,00	
Documento técnico sobre os novos marcos de atuação do Sistema de Nacional de Auditoria tendo em vista a celebração do contrato de ação pública entre os entes federativos.			12/03/2012	31.900,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Lenir dos Santos				CPF: 404.097.248-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200406.001					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar o processo de tomada de decisão da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa por meio da realização de estudos jurídicos e elaboração de documentos sobre atos, modalidades e instrumentos adotados na gestão interfederativa e participativa do SUS					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
03/05/2012	28/02/2013	120.000,00	84.000,00	84.000,00	84.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento técnico contendo análise simplificada da Lei Complementar 141/2012, sob o aspecto jurídico, destacando-se o que é essencial para a sua aplicabilidade no âmbito da gestão do SUS.			22/05/2012	26.400,00	
Documento para orientar a implementação do Contrato Organizativo de			13/07/2012	18.000,00	

Ação Pública nas regiões de saúde.			
Documento Técnico contendo os encaminhamentos referentes à Oficina de Trabalho com operadores do Direito, tendo como objeto o Decreto 7.508 e o Contrato Organizativo de Ação Pública.	19/09/2012		22.800,00
Relatório das atividades e dos documentos produzidos nos grupos de trabalho do DENASUS (Departamento Nacional de Auditoria do SUS) com a finalidade de elaborar proposta de sua atuação à luz do Decreto 7.508/2011 e da Lei 141/2012.	10/12/2012		16.800,00
Consultor Contratado			
Nome do Consultor: Lenir dos Santos		CPF: 404.097.248-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:			

Código do Contrato: BR/CNT/1101312.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico para subsidiar o processo de qualificação da gestão da informação relativa à implementação dos projetos vinculados à Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do SUS.					
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar proposta para aperfeiçoar a gestão da informação no âmbito do planejamento. • Analisar o uso dos instrumentos de apoio à elaboração dos relatórios anuais de gestão por parte de municípios e estados. • Analisar os Termos de Compromisso de Gestão das Secretarias Estaduais de Saúde da Amazônia Legal. • Analisar atas da Comissão Intergestores Tripartite dos anos 2009 e 2010. 					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
09/11/2011	06/08/2012	72.800,00	54.600,00	54.600,00	72.800,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo análise do processo de adesão ao Sistema de Apoio à Construção do Relatório de Gestão do SUS – SARGSUS e aprovação do Relatório Anual de Gestão				09/02/2012	10.920,00
Documento técnico contendo análise do processo de revisão dos Termos de Compromisso de Gestão das Secretarias Estaduais de Saúde – SES da Região da Amazônia Legal.				15/05/2012	14.560,00
Documento técnico contendo análise dos temas e resultados das reuniões da CIT nos anos de 2009 e 2010				06/08/2012	29.120,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Lívio Oliveira de Lima				CPF: 450.646.444-34	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1201881.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico para subsidiar o processo de qualificação da gestão da informação relativa à implementação dos projetos vinculados à Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
09/11/2011	06/08/2012	72.800,00	54.600,00	54.600,00	72.800,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento contendo proposta de aperfeiçoamento e adequação do instrumento de consolidação e monitoramento dos projetos vinculados à Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa – SISGEP para o exercício de 2011.				29/11/2011	18.200,00

Documento técnico contendo análise do processo de adesão ao Sistema de Apoio à Construção do Relatório de Gestão do SUS - SARGUS e aprovação do Relatório Anual de Gestão.	09/02/2012	10.920,00
Documento técnico contendo análise do processo de revisão dos Termos de Compromisso de Gestão das Secretarias Estaduais de Saúde - SES da região da Amazônia Legal.	15/05/2012	14.560,00
Documento técnico contendo análise dos temas e resultados das reuniões da Comissão Intergestores - CIT nos anos 2009 e 2010.	06/08/2012	29.120,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Lívio Oliveira de Lima	CPF: 450.646.444-34	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1200933.001					
Objetivo da Consultoria: Realizar o mapeamento do fluxo de processo das atividades administrativas realizadas no DATASUS, analisar possíveis inconsistências e propor melhorias.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/11/2012	30/09/2013	88.800,00	19.536,00	19.536,00	19.536,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo análise do gerenciamento do processo de trabalho do DATASUS				16/11/2012	19.536,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: LUIZ ANTÔNIO LIMA				CPF: 284.819.500-25	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101139.001					
Objetivo da Consultoria: Prestar serviços que contribuam para o desenvolvimento, aprimoramento e aplicação de novas formas de financiamento e alocação dos recursos financeiros do Ministério da Saúde para estados, municípios e regiões de saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
03/10/2011	27/04/2012	65.000,00	26.000,00	26.000,00	65.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento Técnico com proposta de estudo acerca do financiamento global das ações e serviços no âmbito das regiões de saúde, em consonância com o Decreto 7.508/11, no âmbito do Contrato Organizativo de Ação Pública.				27/04/2012	26.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Marcel Guedes Leite				CPF: 040.824.428-39	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200952.001					
Objetivo da Consultoria: Executar atividades relacionadas a área de informática em saúde e modelagem multinível openEHR para a concepção de arquitetura do sistema de Registro Eletrônico em Saúde SUS Nacional, em conformidade com o catálogo de padrões estabelecido pela portaria MS 2073/2012.					
Período de Vigência		Remuneração			

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/07/2012	14/07/2013	88.800,00	43.512,00	43.512,00	43.512,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documentos técnicos contendo descrição da abordagem de modelagem multinível openEHR e seus benefícios para o desenvolvimento de sistemas de Registro Eletrônico de Saúde				06/08/2012	17.760,00
Documentos técnicos descrevendo a linguagem Archetype Definition Language (ADL) da Fundação openEHR, suas principais assertivas e exemplos de códigos ADL em utilização na comunidade internacional				10/10/2012	11.544,00
Documentos técnicos descrevendo o modelo arquétipos (AOM) da Fundação openEHR, suas principais classes e exemplos de arquétipos em utilização na comunidade internacional				20/12/2012	14.208,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: MARCELO RODRIGUES DOS SANTOS				CPF: BR/CNT/1200952.001	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1201049.001					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos em Direito Sanitário para fortalecimento da gestão estratégica no âmbito do Ministério da Saúde auxiliando no processo de contratualização interfederativa, com produção de material informativo e na divulgação do Contrato Organizativo de Ação Pública e regionalização dos serviços de saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
03/08/2012	14/09/2012	61.600,00	22.792,00	22.792,00	61.600,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Estudo referente à legislação essencial aplicável aos repasses pela União mediante convênio com as entidades privadas sem fins lucrativos - terceiro setor				20/08/2012	13.552,00
Nota técnica de análise sobre os questionamentos de constitucionalidade dos dispositivos do Decreto 7.508/2011				08/11/2012	9.240,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Márcia Bueno Scatolin				CPF: 229.049.216-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101605.001					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultoria para subsidiar a produção do conhecimento na área de Gestão Estratégica e Participativa no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, na conformidade do Plano Nacional de Saúde (PNS) 2012-2015, que com foco na promoção do acesso com qualidade às ações e serviços de saúde e no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), orientará a gestão no setor.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
29/11/2011	14/09/2012	62.480,00	48.735,00	48.735,00	62.480,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor

Documento técnico contendo a sistematização dos temas discutidos no evento "Café com Ideias" no ano de 2009.	23/02/2012	9.373,00
Documento técnico contendo a sistematização dos temas discutidos no evento "Café com Ideias" no ano de 2010.	07/05/2012	11.871,00
Traduzir para o português: Toward a Framework for the Analysis of Governance in Health Care Organizations and Systems (Caminhando para uma estrutura para a análise da governança em organizações e sistemas de atenção à saúde) Denis, Jean-Louis; Champagne, François; Pomey, Marie Pascal; Preval, Johanne.)	31/07/2012	8.747,00
Documento técnico contendo a sistematização dos temas discutidos no evento "Café com Ideias" no ano 2011.	14/09/2012	18.744,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Maria do Carmo Gomes Kell	CPF: 229.049.216-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1100082.001					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar o processo de tomada de decisão do Departamento de Apoio à Gestão Descentralizada por meio da elaboração de documentos descritivos e analíticos sobre ações, modalidades e instrumentos adotados pelo Departamento no processo de apoio à gestão descentralizada/regionalizada do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/02/2011	05/01/2012	67.430,00	19.580,00	19.580,00	67.430,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento de avaliação dos resultados alcançados dos Objetivos de Contribuição e Ações, sob-responsabilidade do Departamento de Apoio à Gestão Descentralizada, no Eixo Qualificação da Gestão do Programa Mais Saúde, no período 2008/2011.				05/01/2012	19.580,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: MARIA EDMILZA DA SILVA				CPF: 450.756.704-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato:					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar o processo de tomada de decisão da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa por meio da elaboração de documentos descritivos e analíticos sobre ações, modalidades e instrumentos adotados no processo de apoio à gestão interfederativa e participativa do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
28/02/2012	30/11/2012	78.000,00	78.000,00	78.000,00	78.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório técnico sobre o processo de organização da 14ª Conferência Nacional de Saúde, com recomendações para a 15ª Conferência Nacional de Saúde				15/03/2012	17.160,00
Relatório técnico com a situação do processo de implantação das Comissões Intergestores Regionais – CIR sob a ótica do financiamento				22/05/2012	11.700,00
Relatório técnico com a situação do processo de implantação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do SUS – ParticipaSUS sob a ótica do financiamento				11/07/2012	14.820,00
Relatório técnico com a situação do processo de implantação do Sistema				18/09/2012	10.920,00

de Planejamento do SUS – PlanejaSUS sob a ótica do financiamento		
Documento técnico de avaliação da implantação dos Objetivos Estratégicos relativos à articulação interfederativa no ano de 2011	29/11/2012	23.400,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: MARIA EDMILZA DA SILVA	CPF: 450.756.704-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1100885.001					
Objetivo da Consultoria: 1. Apoiar o Comitê Técnico para Acompanhamento do Programa de Avaliação para a Qualificação do SUS, no que se refere à organização e estruturação da Política de Monitoramento e Avaliação do SUS. 2. Participar do processo de planejamento das ações estratégicas de cooperação técnica que visem o fortalecimento do Programa de Avaliação e Qualificação do SUS. 3. Realizar estudos para subsidiar a elaboração de diretrizes de desenvolvimento e implementação de práticas e indicadores de monitoramento e avaliação de programas de qualificação do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
28/07/2011	07/05/2012	44.000,00	19.360,00	19.360,00	44.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento contendo proposta de sistematização e qualificação dos indicadores de Qualificação da Atenção Básica para o Programa de Avaliação para a do Sistema Único de Saúde (SUS).				28/02/2012	6.160,00
Relatório analítico consolidado contendo os indicadores validados pela Consulta Pública nº 02/GM/MS, de 7 de abril de 2011, para o Programa de Avaliação para a Qualificação do Sistema Único de Saúde (SUS).				07/05/2012	13.200,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Nádia Maria Silva Machado				CPF: 379.106.552-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1201093.001					
Objetivo da Consultoria: melhor estruturação das equipes envolvidas; e, empreender processos permanentes de interação com as instituições que atuam no campo da informação em saúde a fim de direcionar esforços conjuntos para o aprimoramento da informação em saúde a ser disponibilizada para os gestores					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
13/08/2013	01/03/2013	30.000,00	13.200,00	13.200,00	13.200,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo a consolidação da experiência de implementação da Metodologia RIPSAs nos Estados do 1º ciclo (SC, TO, MS, MG, BA).				14/09/2012	7.500,00
Documento técnico contendo o resultado do levantamento da oferta de capacitação/formação em Informação e Tecnologia da Informação em Saúde existente nos Estados do 1º ciclo (SC, TO, MS, MG, BA).				09/11/2012	5.700,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: NIDILAINE XAVIER DIAS				CPF: 732.137.051-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Código do Contrato: BR/CNT/1201107.001					
Objetivo da Consultoria: levantamento e organização de conteúdo técnico, condensação de dados estatísticos e produção de textos para a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) do Ministério da Saúde (MS), no que se refere às ações de seus cinco subsistemas: Articulação Interfederativa, Gestão Participativa, Ouvidoria do SUS, Auditoria do SUS e Tecnologia de Informação para o SUS					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/08/2012	10/07/2013	66.000,00	24.420,00	24.420,00	42.420,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo material redigido, adequado e revisado sobre Articulação Interfederativa, como proposta de conteúdo online a ser publicado no site do Ministério da Saúde				29/08/2012	14.520,00
Documento técnico contendo material redigido, adequado e revisado sobre Gestão Participativa, como proposta de conteúdo online a ser publicado no site do Ministério da Saúde				21/11/2012	9.900,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: PALOMA ABDALLA JARDIM				CPF: 011.111.655-48	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100882.001					
Objetivo da Consultoria: 1. Apoiar o Comitê Técnico para Acompanhamento do Programa de Avaliação para a Qualificação do SUS, nos assuntos relativos à organização e estruturação da Política de Monitoramento e Avaliação do SUS. 2. Participar do processo de planejamento das ações estratégicas de cooperação técnica que visem o fortalecimento do Programa de Avaliação e Qualificação do SUS. 3. Realizar estudos, visando à obtenção de subsídios para a elaboração de diretrizes de desenvolvimento e implementação de práticas e indicadores de monitoramento e avaliação de programas de qualificação do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
28/07/2011	07/05/2012	28.600,00	12.584,00	12.584,00	28.600,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo o planejamento das ações estratégicas para sistematização dos indicadores de Acesso da Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade Hospitalar para o Programa de Avaliação para a Qualificação do Sistema Único de Saúde (SUS).				28/08/2012	4.004,00
Documento técnico contendo o planejamento das ações estratégicas para sistematização dos indicadores de Qualidade da Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade Hospitalar para o Programa de Avaliação para a Qualificação do Sistema Único de Saúde (SUS).				07/05/2012	8.580,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Priscilla Cristina Ramos Lima				CPF: 010.768.041-60	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200204.002					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para implantar o processo de implementação do Contrato de Ação Pública e a regionalização dos serviços de saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
19/03/2012	30/01/2013	55.200,00	38.640,00	38.640,00	55.200,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contando revisão de literatura das experiências internacionais de contratualização em saúde.				03/04/2012	12.144,00
Instrutivo para Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores do Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde – COAP				31/07/2012	8.280,00
Plano de comunicação e informação para implementação do Contrato Organizativo de Ação Pública - COAP.				18/09/2012	10.488,00
Cartilha para o controle social para divulgação do Contrato Organizativo de Ação Pública - COAP.				08/11/2012	7.728,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Roberta Marinho da Silva				CPF: 024.539.663-24	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100638.001					
Objetivo da Consultoria: Realizar estudos descritivos e analíticos sobre temas afetos à consolidação das instâncias de pactuação intergestores do SUS e de seus instrumentos de pactuação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
06/06/2011	28/02/2012	49.830,00	19.949,00	19.949,00	49.830,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento descritivo analítico acerca das decisões pactuadas em Plenário da Comissão Intergestores Tripartite - CIT no 1º semestre de 2011.				28/02/2012	14.949,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Rochelle Patrícia Ferraz de Souza				CPF: 039.330.854-54	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200723.001					
Objetivo da Consultoria: Prestar serviços técnicos para subsidiar a gestão de conhecimentos na Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, com vistas, especialmente, ao fortalecimento da regionalização/gestão compartilhada da saúde, bem como elaborar documentos com vistas à consolidação das instâncias de pactuação intergestores do SUS e de seus instrumentos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
06/06/2012	02/05/2013	49.584,00	19.833,00	19.833,00	49.584,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo relato descritivo e analítico da agenda estratégica de trabalho da Comissão Intergestores Tripartite - CIT para o fortalecimento da gestão estratégica do SUS, no 1º quadrimestre de 2012				21/06/2012	12.396,00
Documento técnico contendo relato descritivo e analítico da agenda				11/09/2012	7.437,00

estratégica de trabalho da Comissão Intergestores Tripartite- CIT para fortalecimento da gestão estratégica do SUS, no 2º quadrimestre de 2012		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Sandra de Jesus Dutra	CPF: 490.570.061-20	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/12009013.001					
Objetivo da Consultoria: apoiar a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP/MS) no desenvolvimento das iniciativas de interesse dessa Secretaria, que apresentam caráter internacional e que estão relacionadas à necessidade de contar com informações sistematizadas e periodicamente atualizadas sobre as políticas e sistemas de saúde, com especial foco no acompanhamento da situação e das tendências dos serviços de saúde ofertados pelos sistemas públicos de saúde, visando o intercâmbio dessas informações entre os países parceiros					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
29/07/2012	30/04/2013	46.200,00 (dólares)	25.872,00	25.872,00	25.872,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico conteniendo la propuesta de un Plan de Acción del Observatorio Iberoamericano de políticas y Sistemas de Salud (OIPSS) así como des monitoreo de su proceso de implementación, elaborada de manera consensuada com la Coordinación y la Secretaria ejecutiva del OIPSS				26/07/2012	10.164,00
Documento técnico conteniendo una propuesta de la arquitectura de la plataforma eletrónica del Observatorio Iberoamericano de Políticas y Sistemas de Salud (OIPSS), elaborada de manera consensuada com la Coordinación y la Secretaria Ejecutiva del OIPSS				12/10/2012	6.930,00
Documento técnico en formato de las actividades estratégicas para el fortalecimiento de los Núcleos que componen el Observatorio (OIPSS)				18/12/2012	8.778,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: SILVANA FORTI				CPF: estrangeira	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200905.001					
Objetivo da Consultoria: Prestar serviços técnicos para subsidiar os atos normativos da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, com vistas, especialmente, para a implantação do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
06/07/2012	05/06/2013	63.000,00	23.310,00	23.310,00	63.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo relato descritivo de atos normativos da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa - SGEP junto a Consultoria Jurídica - CONJUR, durante o 2º quadrimestre do ano de 2012				23/07/2012	13.860,00
Documento técnico contendo relato descritivo da tramitação de atos normativos da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa - SGEP junto à CONJUR, durante o 3º quadrimestre do ano de 2012				17/10/2012	9.450,00
Consultor Contratado					

Nome do Consultor: Ticiana dos Santos Fonseca	CPF: 850.606.583-68
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Código do Contrato: BR/CNT/1200655.001

Objetivo da Consultoria: Elaboração estudo/proposta das regras de negócio para subsidiar o desenvolvimento do sistema "Prontuário Eletrônico do Idoso", para usuários do SUS com registro das ações e serviços ligados à saúde da Pessoa Idosa em consonância com os dados da "Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa" do Ministério da Saúde possibilitando a construção de um histórico eletrônico e de fácil acesso aos atendimentos realizados pelo SUS para com a Pessoa Idosa, de modo que seja possível colher dados para a construção de indicadores da saúde do idoso a nível Municipal, Estadual e Nacional.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
31/05/2012	01/10/2012	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00

Insumos Externos

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo Estudo/Proposta de documentação dos fluxos operacionais para desenvolvimento do Prontuário Eletrônico da Pessoa Idosa	15/06/2012	14.000,00
Documento técnico contendo o Estudo/Proposta de documentação das regras de negócio aplicadas no Prontuário Eletrônico da Pessoa Idosa	21/08/2012	10.000,00
Documento técnico contendo o Estudo/Proposta da documentação dos casos de uso para o desenvolvimento do Prontuário Eletrônico da Pessoa Idosa	01/10/2012	16.000,00
Documento técnico contendo o Estudo/Proposta de protótipo do sistema para o desenvolvimento do Prontuário Eletrônico da Pessoa Idosa		

Consultor Contratado

Nome do Consultor: VIRNA MARIA AGUIAR FROTA	CPF: 457.661.263-87
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Código do Contrato: BR/CNT/1201277.001

Objetivo da Consultoria: Modelagem do sistema de informações em saúde do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP), compreendendo etapas de: cadastramento, planejamento, monitoramento e avaliação, em consonância com o Decreto n.º 7.508, de 28 de junho de 2011; e proposta para o processo de planejamento estratégico das ações da articulação interfederativa do SUS para o triênio 2013-2015.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
19/09/2012	15/08/2013	67.100,00	22.143,00	22.143,00	67.100,00

Insumos Externos

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Relatório descritivo contendo os requisitos para o desenvolvimento do sistema de informações em saúde do COAP (Contrato Organizativo de Ação Pública), doravante, denominado SIS-COAP	04/10/2012	13.420,00
Relatório descritivo do processo de implementação do SIS-COAP em 2012	20/12/2012	8.723,00

Consultor Contratado

Nome do Consultor: Wilma Miranda Tome Machado	CPF: 490.625.651-15
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

QUADRO B.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE "PRODUTO" NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização Pan-Americana da Saúde	OPAS
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Apoio à implementação da política de gestão estratégica e participativa do Sistema Único de Saúde	TC 44
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	

Código do Contrato: BR/CNT/1201468.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos especializados para subsidiar ações de fortalecimento da gestão participativa e controle social em saúde, considerando principalmente a Região Nordeste.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
22/10/2012	20/09/2013	58.200,00	12.742,00	12.742,00	12.742,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01 – Documento técnico contendo o relatório do 1º Seminário de Comunicação, Tecnologia e Informação em Saúde, em Recife – Pernambuco;			06/11/2012	12.742,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Abigail Batista de Lucena Reis			CPF: 052.178.224-49		
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200695.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar estratégias de Promoção da Equidade em Saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
06/06/2012	05/04/2013	67.200,00	27.130,00	27.130,00	27.130,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01 - Documento técnico contendo publicação sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População do Campo e da Floresta;			18/09/2012	16.130,00	
Produto 02 - Documento técnico contendo proposta de atualização da página do Departamento de Apoio à Gestão Participativa (DAGEP) do Ministério da Saúde;			06/12/2012	11.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Álvaro Bezerra Pinheiro Neto			CPF: 242.209.223-34		
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1201032.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar ações e estratégias de comunicação visando a promoção da equidade em saúde, considerando a participação social e as políticas de promoção de equidade, bem como o fortalecimento da gestão participativa e do controle social em saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício

22/10/2012	20/09/2013	73.320,00	27.130,00	27.130,00	27.130,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento técnico contendo proposta de atualização da página do Departamento de Apoio à Gestão Participativa (DAGEP) do Ministério da Saúde				18/09/2012	16.130,00
Produto 02 - Documento técnico contendo análise da Política e o Plano Nacional de Saúde Integral da População do Campo e da Floresta				06/12/2012	11.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Antonio Sérgio de Freitas Ferreira				CPF: 485.206.320-68	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100584.003					
Objetivo da Consultoria: Elaboração e desenvolvimento de ferramentas de apoio à implementação de políticas de promoção de equidade em Saúde.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
30/05/2011	29/02/2012	45.990,75	18.396,30	18.396,30	45.990,75
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 03 - Documento contendo a análise comparativa sobre as deliberações 2ª Conferência Nacional LGBT referentes à saúde da população LGBT e documento base da conferência em relação às ações de saúde para a população LGBT.				29/02/2012	18.396,30
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Ana Gabriela Nascimento Sena				CPF: 835.597.441-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200218.001					
Objetivo da Consultoria: Elaboração e desenvolvimento de ferramentas de apoio à implementação de políticas de promoção de equidade em Saúde.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
23/03/2012	31/01/2013	74.880,00	44.930,00	44.930,00	44.930,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento contendo análise das deliberações da II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT e do Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral LGBT para elaboração de planejamento de ações prioritárias para a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT para o ano de 2012.				11/04/2012	18.720,00
Produto 02 Documento contendo consolidado de ações em saúde para compor o novo Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, considerando o 1º Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT e as deliberações da II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de				30/07/2012	11.240,00

LGBT, referentes à saúde;		
Produto 03 - Documento contendo proposta de conteúdo, no tema da saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT, para Módulo de Educação à Distância – EAD direcionado para profissionais de saúde;	25/10/2012	14.970,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Ana Gabriela Nascimento Sena	CPF: 835.597.441-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1200218.001					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para consolidar o processo e desenvolver relatórios analisando as informações disseminadas junto aos profissionais da Área Técnica de Tratamento de Demanda da Ouvidoria Geral do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
02/10/2012	30/08/2013	48.384,00	10.644,00	10.644,00	10.644,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento contendo análise da produtividade em encaminhamento e acompanhamento das demanda tratadas pela Área de Análise e Tratamento de Demanda – AATD/CGPEP/DOGES/SGEP/MS apresentando proposta de como melhorar o tempo de resposta ao cidadão;				17/10/2012	10.644,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Aparecida Evangelista da Silva				CPF: 706.340.841-00	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1201003.001					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de Gestão da Informação no que diz respeito à análise de dados, atualização de conteúdos para o Banco de Informações Técnicas em Saúde e capacitação para os teleatendentes do Departamento de Ouvidoria Geral do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
02/10/2012	30/08/2013	48.384,00	27.093,00	27.093,00	27.093,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento contendo proposta de tutorial para inclusão de informações no Banco de Informações Técnicas em Saúde, para subsidiar as Ouvidorias do SUS na atualização dos conteúdos.				16/08/2012	10.644,00
Produto 02 - Documento contendo proposta de atualização do conteúdo do Banco de Informações Técnicas em Saúde sobre o tema Programa Farmácia Popular do Brasil, para qualificar o atendimento ao cidadão.				29/10/2012	7.257,00
Produto 03 - Documento contendo proposta de roteiro para desenvolvimento de capacitação introdutória de novos teleatendentes da Central de Pesquisa e Acolhimento Humanizado de Manifestações da Ouvidoria Geral do SUS.				07/12/2012	9.192,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Cárita Gabriella de Carvalho Paulino				CPF: 022.242.231-96	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101136.001
--

Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de Gestão da Informação no que diz respeito à elaboração de relatórios, gerenciamento de projetos/sistemas e análise de dados do Departamento de Ouvidoria Geral do SUS.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
30/09/2011	29/08/2012	49.080,00			
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 02 - Documento contendo diagnóstico da produção de relatórios gerenciais nas Ouvidorias das Secretarias Estaduais de Saúde;				02/01/2012	8.835,00
Produto 03 - Documento contendo proposta para implementação de novas funcionalidades no sistema OuvidorSUS no ano de 2011;				07/05/2012	7.853,00
Produto 04 - Documento contendo a análise quantitativa e qualitativa das Ouvidorias do SUS implantadas, conforme os critérios estabelecidos no SISPACTO.				29/08/2012	19.632,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Carlos Eduardo Cordeiro da Cunha				CPF: 836.233.021-04	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1201024.001

Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços profissionais para realização de revisão textual em manuais, cartilhas e relatórios, bem como no desenvolvimento de metodologias a serem utilizadas em capacitações, encontros e eventos, com vistas ao fortalecimento do Sistema Nacional de Auditoria.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/08/2012	12/04/2013	41.600,00	16.640,00	16.640,00	16.640,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento contendo revisão do compêndio "Auditoria em Saúde Pública – dos Primórdios ao SUS do Século XXI".				31/08/2012	10.400,00
Produto 02 - Documento contendo proposta de metodologia de atuação do Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS para o fortalecimento do Sistema Nacional de Auditoria – SNA.				06/11/2012	6.240,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Cintia Vanessa Ferreira Sobrinho				CPF: 844.577.321-68	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100602.002

Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar estratégias de promoção da equidade em saúde

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
31/05/2011	01/02/2012	46.000,00	18.402,00	18.402,00	46.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 04 - Documento técnico contendo a análise das contribuições por				01/02/2012	18.402,00

meio eletrônico, dos Delegados Estaduais de Saúde ao Regulamento da 14ª Conferência Nacional de Saúde.			
Consultor Contratado			
Nome do Consultor: Cláudia Spinola Leal Costa		CPF: 286.118.611-91	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:			

Código do Contrato: BR/CNT/1200219.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar estratégias de promoção da equidade em saúde					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
23/03/2012	31/01/2013	73.320,00	43.990,00	43.990,00	43.990,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento Técnico contendo a análise das contribuições, por meio eletrônico, dos Conselheiros de Saúde, referente ao temário da 14ª Conferência Nacional de Saúde.				11/04/2012	18.340,00
Produto 02 - Documento Técnico contendo levantamento da representação do Ministério da Saúde nos Conselhos Nacionais do Governo Federal, analisando tema de saúde relacionado a estes Conselhos.				10/07/2012	10.990,00
Produto 03 - Documento Técnico contendo levantamento e análise de Auditorias, no ano de 2011, realizadas nas Secretarias Municipais de Saúde em descumprimento a Lei nº 8.142 e a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 333.				25/10/2012	14.660,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Cláudia Spinola Leal Costa		CPF: 286.118.611-91			
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101867.001					
Objetivo da Consultoria: Elaboração e desenvolvimento de ferramentas de apoio à implementação de políticas de promoção de equidade em Saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
17/12/2011	03/02/2012	9.210,00	9.210,00	9.210,00	9.210,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento contendo sistematização das ações e atividades de enfrentamento ao racismo institucional no Sistema Único de Saúde/SUS, no ano de 2011, de acordo o I Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.				03/02/2012	9.210,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Daniela Marques		CPF: 841.939.211-15			
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200213.001					
Objetivo da Consultoria: Elaboração e desenvolvimento de ferramentas de apoio à implementação de políticas de promoção de equidade em Saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no	Total Previsto no	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício

		Contrato	Exercício		
22/03/2012	31/01/2013	50.112,00	35.010,00	35.010,00	35.010,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento contendo proposta de oficina de formação, junto às áreas do Ministério da Saúde, para o enfrentamento do racismo institucional, estabelecendo ações estratégicas, atividades, recursos e resultados esperados.				09/04/2012	11.000,00
Produto 02 - Documento com levantamento e análise da produção bibliográfica do Ministério da Saúde, referente à população negra, que tenham sido publicados a partir do período de aprovação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.				20/06/2012	7.500,00
Produto 03 - Documento contendo proposta de publicação sobre promoção de equidade em saúde da juventude negra, de acordo com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.				13/09/2012	9.510,00
Produto 04 - Documento para sistematização de um guia de formação de profissionais de saúde do SUS, referente à saúde da população negra, de acordo com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.				20/11/2012	7.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Daniela Marques				CPF: 841.939.211-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200208.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos subsidiar práticas participativas nos processos de planejamento e gestão do Departamento de Apoio a Gestão participativa.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
12/04/2012	31/01/2013	66.360,00	39.816,00	39.816,00	39.816,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Elaboração de documento técnico contendo levantamento situacional do Planejamento para 2012, contemplando das Coordenações de Apoio à Educação Popular e Mobilização Social e de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social do DAGEP/SGEP/MS em sintonia com as diretrizes propostas pelo PPA (2012-2015);				30/04/2012	16.590,00
Produto 02 - Documento técnico contendo análise crítica das ações planejadas e executadas contidas no Relatório de Gestão do 2º Semestre do ano de 2011 do Departamento de Apoio Gestão Participativa - DAGEP/SGEP/MS;				11/07/2012	9.954,00
Produto 03 - Documento técnico contendo acompanhamento e monitoramento da Implantação da Política de Promoção da Equidade na Região Nordeste, no período de 2012;				06/11/2012	13.272,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Denize Alencar Candido Lentini				CPF: 161.886.402-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100603.002					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos subsidiar práticas participativas nos processos de planejamento e gestão do Departamento de Apoio a Gestão participativa.					
Período de Vigência			Remuneração		

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
13.06.2011	10.02.2012	43.498,80	18.275,60	18.275,60	43.498,80
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 03 - Documento técnico contendo a análise do Relatório de Gestão do 1º semestre do ano de 2011 do Departamento de Apoio à Gestão Participativa – DAGEP.				10/02/2012	18.275,60
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Denize Alencar Candido Lentini				CPF: 161.886.402-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101866.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos subsidiar práticas participativas nos processos de planejamento e gestão do Departamento de Apoio a Gestão participativa.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/12/2011	03/02/2012	12.862,00	12.862,00	12.862,00	12.862,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento técnico contendo a análise política e estratégica das deliberações realizadas pelo Comitê Técnico de Saúde da População Negra – CTSPN/MS, no ano de 2011, de acordo com as ações estratégicas programadas no I Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.				03/02/2012	12.862,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Eliane Almeida da Silva				CPF: 164.139.894-91	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200211.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos subsidiar práticas participativas nos processos de planejamento e gestão do Departamento de Apoio a Gestão participativa.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
22/03/2012	31/01/2013	65.808,00	29.488,00	29.488,00	29.488,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Prestação de serviços técnicos para subsidiar estratégias de Promoção da Equidade em Saúde.				09/04/2012	16.453,00
Produto 02 - Documento técnico contendo a análise das propostas relacionadas à saúde da população negra constantes do Relatório da 14ª Conferência Nacional de Saúde.				25/07/2012	9.870,00
Produto 03 - Documento técnico contendo o levantamento de mecanismos de monitoramento e avaliação direcionados para os Planos Operativos da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.				06/11/2012	13.165,00
Consultor Contratado					

Nome do Consultor: Eliane Almeida da Silva	CPF: 164.139.894-91
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Código do Contrato: BR/CNT/1200130.001

Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para consolidar o processo da ouvidoria como espaço de cidadania, participação social e instrumento de gestão e desenvolver relatórios contendo análises das ações e metodologias desenvolvidas pelo Sistema Nacional de Ouvidoria.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/03/2012	31/01/2013	53.568,00	37.498,00	37.498,00	37.498,00

Insumos Externos

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Relatório contendo análise sobre as deliberações das Conferências Nacionais de Saúde, da 8ª à 14ª, sobre Ouvidoria e as ações empreendidas pelo Departamento de Ouvidoria Geral do SUS.	22/03/2012	11.787,00
Produto 02 - Relatório contendo análise do resultado das ações desenvolvidas pela Ouvidoria Geral do SUS para consolidar a relação entre Ouvidoria e Controle Social.	01/06/2012	8.035,00
Produto 03 - Relatório contendo análise das ações de Ouvidoria Ativa desenvolvidas pelo Sistema Nacional de Ouvidoria no período de 2011.	24/08/2012	10.177,00
Produto 04 - Relatório contendo análise da utilização das informações contidas nos relatórios gerenciais da Ouvidoria Geral do SUS pelo Conselho Nacional de Saúde no período de 2012.	13/11/2012	7.499,00

Consultor Contratado

Nome do Consultor: Elson de Oliveira Felice	CPF: 395.124.796-72
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Código do Contrato: BR/CNT/1100604.002

Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar estratégias para o fortalecimento da gestão participativa, do controle social e de promoção da equidade em saúde.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
31/05/2011	29/02/2012	49.066,00	20.406,00	20.406,00	49.066,00

Insumos Externos

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 03 - Documento contendo levantamento dos temas necessários a serem abordados na educação à distância referente à saúde das populações do campo e da floresta.	29/02/2012	20.406,00

Consultor Contratado

Nome do Consultor: Fatima Cristina Cunha Maia Silva	CPF: 245.804.731-91
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Código do Contrato: BR/CNT/1200305.001

Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar estratégias para o fortalecimento da gestão participativa, do controle social e de promoção da equidade em saúde.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
29/03/2012	31/01/2013	73.320,00	43.992,00	43.992,00	43.992,00

Insumos Externos		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento técnico da oficina sobre a saúde das populações do campo e da floresta, na modalidade de Ensino a Distância (EaD).	16/04/2012	18.330,00
Produto 02 - Documento técnico sobre o processo de formação das lideranças dos movimentos sociais do campo e da floresta sobre o SUS e o controle social, considerando a Política Nacional de Saúde Integral do Campo e da Floresta.	10/07/2012	10.998,00
Produto 03 - Documento síntese sobre as ações de saúde a partir de 2011/2012 referente a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta.	22/10/2012	14.664,00
Produto 04 - Relatório sobre a agenda de compromisso com foco nas políticas de promoção de equidade em saúde na região Norte.	31/01/2013	29.328,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Fatima Cristina Cunha Maia Silva		CPF: 245.804.731-91
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1200096.001					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para consolidar o processo de cooperação internacional visando intercâmbio de experiências, transferências de tecnologias no processo de escuta e satisfação do cidadão no campo da saúde para o Sistema Nacional de Ouvidoria do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/03/2012	31/01/2013	48.384,00	29.030,40	29.030,40	29.030,40
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Produto 01 - Relatório contendo projeto de Cooperação Internacional entre a Ouvidoria Geral do SUS do Brasil e países da Europa.	20/03/2012	12.096,00			
Produto 02 - Relatório contendo projeto de laboratório de inovação em experiências de escuta, satisfação do cidadão e participação social, no âmbito da saúde do Brasil e países participantes da cooperação internacional.	16/07/2012	7.257,60			
Produto 03 - Relatório contendo análise do resultado das ações desenvolvidas pela Ouvidoria Geral do SUS no âmbito da Cooperação Internacional entre a Ouvidoria Geral do SUS e países da Europa.	25/10/2012	9.676,80			
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Fernanda Natasha Bravo Cruz				CPF: 337.029.448-69	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100401.001					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de Gestão da Informação no que diz respeito à elaboração de relatórios, projetos e análise de dados de pesquisas realizadas pelo Departamento de Ouvidoria Geral do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
20/04/2011	19/03/2012	58.200,00	23.280,00	23.280,00	58.200,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento contendo proposta de instrumento das Ouvidorias do SUS para mensurar a satisfação do cidadão quanto aos serviços prestados pelo SUS;	20/05/2011	15.132,00
Produto 02 - Documento contendo análise dos dados das demandas acolhidas nas Ouvidorias do SUS que podem subsidiar a gestão nas ações de combate à dengue;	08/08/2011	10.476,00
Produto 03 - Documento contendo panorama da implantação das ouvidorias conforme critérios estabelecidos pelo SISPACTO nas regiões Sul e Sudeste;	21/11/2011	9.312,00
Produto 04 - Documento contendo as experiências das Ouvidorias do SUS das regiões Norte e Centro-Oeste que atuam como instrumento de gestão.	19/03/2012	23.280,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Flávia Silverio de Souza Sobrinho		CPF: 889.795.201-15
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1200407.001					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de Gestão da Informação no que diz respeito à elaboração de relatórios, projetos e análise de dados de pesquisas realizadas pelo Departamento de Ouvidoria Geral do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/04/2012	14/03/2013	70.200,00	39.312,00	39.312,00	39.312,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01 - Documento contendo relatório com os resultados da pesquisa de satisfação com os usuários do Sistema Único de Saúde – SUS residentes em 18 municípios brasileiros com 500 mil habitantes ou mais.			21/05/2012	15.444,00	
Produto 02 - Documento contendo relatório com resultados do inquérito com estabelecimentos de cuidados às pessoas com transtornos decorrentes do uso e abuso de substâncias psicoativas – Comunidades terapêuticas, pela internet.			09/07/2012	10.530,00	
Produto 03 - Documento contendo projeto de pesquisa de satisfação com mulheres puérperas atendidas no Sistema Único de Saúde para aplicação a nível nacional, baseado nos resultados do Projeto Piloto da Rede Cegonha.			16/10/2012	13.338,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Flávia Silverio de Souza Sobrinho				CPF: 889.795.201-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101067.002					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de Gestão da Informação no que diz respeito à elaboração de relatórios, gerenciamento de projetos/sistemas e análise de dados do Departamento de Ouvidoria Geral do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21.09.2011	20.08.2012	50.600,00	38.141,00	38.141,00	50.600,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 03 - Documento contendo avaliação das manifestações recebidas			01/02/2012	6.873,00	

na Ouvidoria Geral do SUS, por meio do sistema informatizado OuvidorSUS, nos meses de janeiro a junho do ano de 2011, referentes às regiões centro-oeste, sul e sudeste;		
Produto 04 - Documento contendo análise das manifestações recebidas na Ouvidoria Geral do SUS nos meses de janeiro a dezembro do ano de 2011 e encaminhadas para os órgãos que possuem nível II no sistema OuvidorSUS;	09/04/2012	5.156,00
Produto 05 - Documento contendo análise das informações disseminadas pela Ouvidoria Geral do SUS por meio do atendimento eletrônico, nos meses de janeiro a dezembro do ano de 2011, para fortalecimento da cidadania e da acessibilidade de informações em saúde dos usuários do SUS;	04/06/2012	7.303,00
Produto 06 - Documento contendo análise das informações disseminadas e manifestações protocoladas no sistema OuvidorSUS, recebidas pelas Ouvidorias do Sistema Nacional de Ouvidorias do SUS, nos meses de janeiro a dezembro de 2011.	20/08/2012	11.169,00
Produto 07 - Documento contendo análise sobre a implementação da ferramenta de Business Intelligence da MicroStrategy na Ouvidoria Geral do SUS e proposta para implantação no SNO	20/08/2012	7.640,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Guilherme Otavio Figueiredo Grili	CPF: 895.657.461-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1201631.001					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de Gestão da Informação no que diz respeito à elaboração de relatórios, gerenciamento de projetos/sistemas e análise de dados do Departamento de Ouvidoria Geral do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
22/11/2012	20/09/2013	60.000,00	13.200,00	13.200,00	13.200,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento contendo análise da gestão da informação realizada na Ouvidoria Geral do SUS, para a consolidação do DOGES como instrumento de melhoria do Sistema Único de Saúde.				07/12/2012	13.200,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Guilherme Otavio Figueiredo Grili				CPF: 895.657.461-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200159.001					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para apoiar o processo de ampliação e normatização do Sistema Nacional de Ouvidoria, ampliação do Sistema Informatizado OuvidorSUS, e desenvolver relatórios analisando a atuação das ouvidorias como instrumento de gestão, com vistas à melhoria da qualidade da resposta aos cidadãos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
08/03/2012	28/12/2012	57.600,00	57.600,00	57.600,00	57.600,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento contendo consolidado da resolubilidade das				26/03/2012	14.400,00

demandas das ouvidorias das secretarias municipais de saúde que possuem acesso ao sistema OuvidorSUS nível 1.		
Produto 02 - Documento contendo proposta da política nacional de ouvidoria do sistema único de saúde.	12/06/2012	8.640,00
Produto 03 - Documento contendo proposta de métodos de avaliação com intuito de melhorar a qualidade da resposta ao cidadão pelas ouvidorias do SUS.	05/09/2012	11.520,00
Produto 04 - Documento contendo manual do sistema nacional de ouvidoria do sistema único de saúde.	28/12/2012	23.040,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Gustavus Magni Tabosa Sales	CPF: 635.310.623-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1201541.001					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de Gestão da Informação no que diz respeito à elaboração de relatórios, gerenciamento de projetos/sistemas e análise de dados do Departamento de Ouvidoria Geral do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/11/2012	04/10/2013	53.568,00	11.784,00	11.784,00	11.784,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento técnico contendo análise dos investimentos realizados para implementação da Política Integral de Saúde da População Negra, no 1º semestre de 2011.				20/11/2012	11.784,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Jose Wellington Abreu Lima Filho				CPF: 773.004.163-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100679.003					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar práticas participativas no processo de elaboração e análise sobre os impactos na saúde e no ambiente pelo uso dos agrotóxicos e acompanhamento à formação de lideranças dos movimentos sociais, na perspectiva do fortalecimento da participação e do controle social no SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
13/06/2011	10/02/2012	32.220,00	12.888,00	12.888,00	32.220,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 03 - Documento técnico contendo análise comparativa das deliberações das Conferências Estaduais de Saúde com as deliberações da 14ª Conferência Nacional de Saúde				10/02/2012	12.888,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Iraquitana Oliveira da Silva				CPF: 400.751.504-25	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200460.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar práticas participativas no processo de elaboração e análise sobre os impactos na saúde e no ambiente pelo uso dos agrotóxicos e acompanhamento à formação de lideranças dos movimentos sociais, na perspectiva do fortalecimento da participação e do controle social					

no SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
30/04/2012	15/03/2013	62.208,00	37.325,00	37.325,00	37.325,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento técnico contendo relatório descritivo da Oficina Nacional sobre os Impactos do Uso dos Agrotóxicos na Saúde e no Ambiente.				17/05/2012	15.552,00
Produto 02 - Documento contendo análise sobre o Plano Integrado de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, com foco na participação e controle social.				01/08/2012	9.332,00
Produto 03 - Documento técnico contendo relatório de levantamento dos movimentos sociais que atuam no campo e na floresta das regiões Sudeste, Cento Oeste e Nordeste, com perfil de atuação.				27/12/2012	12.441,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Iraquitã Oliveira da Silva				CPF: 400.751.504-25	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200102.001					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para consolidar o processo e desenvolver relatórios analisando as informações disseminadas junto aos profissionais da Gestão da Informação da Ouvidoria Geral do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/03/2012	31/12/2012	63.408,00	63.408,00	63.408,00	63.408,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 – Contratação de serviços técnicos para consolidar o processo e desenvolver relatórios analisando as informações disseminadas junto aos profissionais da Gestão da Informação da Ouvidoria Geral do SUS				22/03/2012	13.949,00
Produto 02 – Relatório contendo análise das informações disseminadas pela Ouvidoria Geral do SUS, por meio do atendimento eletrônico e da ferramenta de perguntas frequentes do Portal Saúde, relacionados ao tema Tabagismo no período de janeiro a dezembro de 2011.				15/05/2012	9.513,00
Produto 03 – Relatório contendo análise das informações disseminadas e manifestações protocoladas por meio do sistema OuvidorSUS, recebidos na Ouvidoria Geral do SUS, relacionados ao Programa Farmácia Popular do Brasil no período de janeiro a dezembro de 2011.				05/07/2012	12.047,00
Produto 04 – Relatório contendo análise das manifestações recebidas na Ouvidoria Geral do SUS provenientes das regiões sudeste e norte, por meio do sistema OuvidorSUS, no período de janeiro a junho de 2012.				20/09/2012	8.877,00
Produto 05 – Relatório contendo análise das manifestações recebidas na Ouvidoria Geral do SUS provenientes das regiões nordeste, centro-oeste e sul, por meio do sistema OuvidorSUS no período de janeiro a junho de 2012..				31/12/2012	19.022,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Patrícia Vieira Lucas				CPF: 048.370.136-00	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200409.001
--

Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para apoiar o processo de ampliação do Sistema Nacional de Ouvidoria, implantação do Sistema Informatizado OuvidorSUS e desenvolver relatórios analisando a atuação das ouvidorias como instrumento de gestão.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
20/04/2012	14/03/2013	60.000,00	33.600,00	33.600,00	33.600,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento contendo proposta de apoio a implantação e implementação de ouvidorias do SUS nas regiões de saúde de acordo com o Contrato de Ação Pública.				18/05/2012	13.200,00
Produto 02 - Documento contendo proposta para qualificação das Ouvidorias das Secretarias Estaduais de Saúde visando o processo de descentralização das Ouvidorias do SUS.				27/07/2012	9.000,00
Produto 03 - Documento contendo consolidado da resolubilidade das demandas das ouvidorias das secretarias estaduais de saúde que possuem acesso ao Sistema OuvidorSUS nível 1.				12/11/2012	11.400,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Renata Carvalho Lustosa				CPF: 802.987.961-04	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100829.002

Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar estratégias de Promoção da Equidade em Saúde.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/07/2011	13/02/2012	47.160,75	15.720,25	15.720,25	47.160,75
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 04 - Relatório da Oficina de Saúde Quilombola realizado em novembro 2011.				13/02/2012	15.720,25
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Rui Leandro Da Silva Santos				CPF: 289.986.180-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200304.001

Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar estratégias de Promoção da Equidade em Saúde.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
2/03/2012	31/01/2013	79.680,00	55.776,00	55.776,00	
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento técnico contendo análise da relevância das religiões de matrizes africanas para a Política Nacional de Saúde Integral				13/04/2012	17.529,00

da População Negra.		
Produto 02 - Documento técnico contendo a análise das ações do DAGEP (Departamento de Apoio à Gestão Participativa) que compõem o plano de enfrentamento a mortalidade da juventude negra incluídos no programa “Fórum Direitos e Cidadania”.	21/06/2012	11.953,00
Produto 03 - Documento contendo o Relatório do Seminário Regional de Políticas de Promoção da Equidade: um desafio para a Gestão realizado pelo DAGEP na região sul do país.	02/08/2012	14.139,00
Produto 04 - Documento técnico contendo a análise das ações desenvolvidas pelo DAGEP para a implementação da Política nacional de Saúde Integral da População Negra em 2011.	16/11/2012	12.155,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Rui Leandro Da Silva Santos	CPF: 289.986.180-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1200056.001					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para fortalecer a gestão planejada e estratégica dos recursos disponibilizados a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa – SGEP/MS, no âmbito dos seus departamentos por meio de cooperações técnicas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
24/02/2012	30/11/2012	74.400,00	16.368,00	16.368,00	16.368,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Relatório contendo o 1º, 2º e 3º Ciclos de Monitoramento do Planejamento Estratégico de 2011 da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) no Sistema de Monitoramento do Ministério da Saúde – e-CAR.				12/03/2012	16.368,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Simone Aparecida Da Silva				CPF: 280.141.621-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato Cancelado em 16/04/2012					

Código do Contrato: BR/CNT/1200111.002					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de análise e tratamento de manifestações da Coordenação-geral de Pesquisa e Processamento de Demandas do Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS bem como a análise do processo de envio e tratamento da CARTASUS que será enviada aos usuários do Sistema Único de Saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/03/2012	31/01/2013	63.408,00	35.079,00	35.079,00	35.079,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento contendo proposta de implementação da ação CARTASUS.				20/03/2012	11.024,00
Produto 02 Documento contendo proposta de implantação do Núcleo de Denúncias Da Área de Análise e Tratamento de Demandas da Coordenação Geral de Pesquisa e Processamento de Demandas (AATD/CGPEP/DOGES/SGEP/MS).				10/05/2012	7.516,00
Produto 03 - Documento contendo relatório de análise das demandas oriundas da CARTASUS registradas no OUVIDORSUS através dos canais				27/08/2012	9.524,00

de entrada do Departamento de Ouvidoria Geral do SUS (DOGES/SGEP/MS) do primeiro semestre de 2012.		
Produto 04 - Documento contendo relatório da pesquisa de avaliação da CARTASUS do primeiro semestre de 2012.	5/11/2012	7.015,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Sílvia Vasconcelos Do Prado Arruda	CPF: 008.474.261-57	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1200410.001					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para consolidar o processo e desenvolver relatórios analisando as ações de Educação Permanente para o Sistema Nacional de Ouvidoria.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/04/2012	14/03/2013	60.000,00	33.600,00	33.600,00	33.600,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento contendo proposta para o processo de Educação Permanente para o Sistema Nacional de Ouvidoria do SUS para o período de 2012.				21/05/2012	13.200,00
Produto 02 - Documento contendo proposta de metodologia do processo de qualificação das Ouvidorias Estaduais de Saúde e DF para ampliação do Sistema Nacional de Ouvidorias do SUS em 2012.				09/07/2012	9.000,00
Produto 03 - Documento contendo a revisão do roteiro de capacitação em Ouvidoria para o período de 2012..				17/10/2012	11.400,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Tainah Dumont Teixeira				CPF: 871.456.341-04	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200279.001					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de análise e tratamento de manifestações da Coordenação-geral de Pesquisa e Processamento de Demandas do Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
27/03/2012	31/12/2012	50.112,00	50.112,00	50.112,00	50.112,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento contendo proposta de Manual para o monitoramento das manifestações cadastradas e tratadas no Departamento de Ouvidoria –Geral do SUS/SGEP/MS;				11/04/2012	10.027,00
Produto 02 - Documento contendo proposta de reestruturação da Área de Análise e Tratamento de Demandas da Coordenação Geral de Pesquisa e Processamento de Demandas (AATD/CGPEP/DOGES/SGEP/MS).				05/06/2012	7.516,00
Produto 03 - Documento contendo a análise da resolutividade da rede interna do Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS das demandas cadastradas no ano de 2011.				22/08/2012	9.521,00
Produto 04 - Documento contendo o consolidado das condutas utilizadas na Área de Análise e Tratamento de Demandas no que toca o tratamento das manifestações acolhidas pelo Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS/SGEP/MS e que são encaminhadas às áreas internas do Ministério da				10/10/2012	8.015,00

Saúde.			
Produto 5 – Documento contendo o consolidado das condutas utilizadas na Área de Análise e Tratamento de Demandas no que toca o tratamento das manifestações acolhidas pelo Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS/SGEP/MS e que são encaminhadas à rede externa do Departamento.		31/12/2012	15.033,00
Consultor Contratado			
Nome do Consultor: Talita Ribeiro Cunha		CPF: 006.630.921-24	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:			

Código do Contrato: BR/CNT/1200210.0002					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar o processo de implementação Política Nacional de Educação Popular e Saúde no Sistema Único de Saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
22/03/2012	31/01/2013	74.208,00	44.523,00	44.523,00	44.523,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento Técnico contendo a memória da I Oficina de Consenso sobre a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS realizada no ano de 2011;				09/04/2012	18.552,00
Produto 02 - Documento técnico contendo proposta para a realização de Seminário Nacional sobre a Política Nacional de Educação Popular em Saúde.				17/07/2012	11.131,00
Produto 03 - Documento técnico contendo a sistematização das reuniões do Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde, realizadas no ano de 2012.				25/10/2012	14.840,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Theresa Cristina De Albuquerque Siqueira				CPF: 926.782.464-34	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Código do Contrato: BR/CNT/ 1200180.001					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de Gestão da Informação no que diz respeito à elaboração de relatórios, projetos e análise de dados de pesquisas realizadas pelo Departamento de Ouvidoria Geral do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
13/03/2012	31/12/2012	62.208,00	62.208,00	62.208,00	62.208,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento contendo relatório periódico com os resultados das pesquisas realizadas pelo Departamento de Ouvidoria Geral do SUS no primeiro semestre de 2011.				28/03/2012	13.685,00
Produto 02 - Documento contendo relatório com os resultados da pesquisa de satisfação com os usuários do Sistema Único de Saúde – SUS residentes nas capitais brasileiras, quanto aos aspectos de acesso e qualidade percebida na atenção à saúde, mediante inquérito amostral.				09/05/2012	9.333,00
Produto 03 - Documento contendo projeto de pesquisa de satisfação com homens e mulheres agricultores, para avaliação do acesso aos serviços de saúde ofertados pelo Sistema Único de Saúde – SUS, bem como da exposição a fatores de risco para agravos não transmissíveis.				18/07/2012	11.819,00

Produto 04 - Documento contendo relatório com os resultados da pesquisa situacional sobre o acesso à internet com os municípios brasileiros, para subsidiar a consolidação do Cartão Nacional de Saúde.	05/09/2012	8.709,000
Produto 05 - Documento contendo proposta de manual operacional de pesquisa, para basear o Departamento de Ouvidoria do SUS quanto à padronização de procedimentos	31/12/2012	18.662,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Vaneuza Nascimento Santos Andrade	CPF: 006.792.346-16	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1201061.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos especializados de tecnologia da informação para desenvolvimento, testes, implantação e acompanhamento de instrumento de coleta de dados (questionário) eletrônico na ação de auditoria de "Saúde não tem preço".					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
08/08/2012	05/07/2013	48.384,00	16.934,00	16.934,00	48.384,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento técnico analítico sobre os programas desenvolvidos para aplicação de questionário eletrônico referente à ação de auditoria no Programa "Saúde não tem preço".				23/08/2012	16.934,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Vinícius Oliveira Da Silva				CPF: 017.481.626-08	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1201257.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar ações e estratégias de apoio à implementação de políticas de promoção de equidade em Saúde, bem como o fortalecimento da gestão participativa e do controle social em saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/09/2012	12/08/2013	70.800,00	17.700,00	17.700,00	17.700,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento técnico contendo o relatório da Oficina de Saúde da Mulher Lésbica				10/10/2012	17.700,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Joseane Prestes de Souza				CPF: 922.337.320-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101134.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar estratégias de promoção da equidade em saúde, visando o fortalecimento da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa e o controle social no SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
30/09/2011	27/01/2012	12.576,00	12.576,00	12.576,00	12.576,00
Insumos Externos					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 02 - Relatório das atividades de mobilização para a 14ª Conferência Nacional de Saúde, promovidas pela Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa/MS, visando à ampliação da representação social.	27/01/2012	12.576,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Leticia Toledo do Amaral		CPF: 573.578.461-72
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1200215.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar estratégias de promoção da equidade em saúde, visando o fortalecimento da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa e o controle social no SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
22/03/2012	31/01/2013	74.880,00	44.930,00	44.930,00	44.930,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Produto 01 - Relatório sobre o Seminário Juventude, as Políticas de Promoção da Equidade e Controle Social, promovido pelo DAGEP/SGEP/MS, em 2011.	09/04/2012	18.720,00			
Produto 02 - Documento contendo análise das propostas referentes à promoção da saúde de adolescentes e jovens aprovadas pela II Conferência Livre da Juventude, promovida pelo Ministério da Saúde.	18/07/2012	11.230,00			
Produto 03 - Documento contendo análise política do Seminário Regional Sul de Gestão Participativa e as Políticas de Promoção da Equidade: um desafio para a gestão do SUS.	20/11/2012	14.980,00			
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Leticia Toledo do Amaral				CPF: 573.578.461-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200426.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar estratégias de Promoção da Equidade em Saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/04/2012	01/03/2013	69.408,00	41.645,00	41.645,00	41.645,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Produto 01 - Relatório técnico contendo análise das ações da "Agenda de Enfrentamento à Violência Contra Juventude Negra" do Ministério da Saúde que consta do Fórum Direitos e Cidadania - FDC da Presidência da República/PR.	03/05/2012	17.352,00			
Produto 02 - Documento técnico contendo a análise das políticas públicas para a juventude negra, instituídas pelas Secretarias Estaduais de Saúde no período de 2008/2011.	15/08/2012	10.412,00			
Produto 03 - Documento técnico contendo proposta de intercâmbio entre Ministério da Saúde do Brasil e países da América latina, referente às políticas públicas de saúde da população negra, orientada pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.	26/12/2012	13.881,00			

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: Lia Maria dos Santos	CPF: 886.613.341-87
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Código do Contrato: BR/CNT/1201002.001
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de Gestão da Informação no que diz respeito à elaboração de relatórios, projetos e análise de dados de pesquisas realizadas pelo Departamento de Ouvidoria Geral do SUS.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/08/2012	28/06/2013	48.384,00	27.093,00	27.093,00	27.093,00

Insumos Externos

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento contendo relatório com os resultados da pesquisa com beneficiários da Bolsa de Prestação Continuada – BPC das regiões Norte e Nordeste, para avaliação do acesso a medicamentos, órteses e próteses.	16/08/2012	10.644,00
Produto 02 - Documento contendo relatório com os resultados da pesquisa com beneficiários da Bolsa de Prestação Continuada – BPC das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, para avaliação do acesso a medicamentos, órteses e próteses.	29/10/2012	7.257,00
Produto 03 - Documento contendo relatório com resultados do inquérito com as Secretarias Municipais de Saúde que aderiram ao Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica – PROVAB, para monitoramento do processo de contratação dos profissionais.	06/12/2012	9.192,00

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: Luciana Camila dos Santos Brandão	CPF: 661.509.063-53
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Código do Contrato: BR/CNT/1101893.001
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos especializados na organização das ações de auditoria voltadas para a instrumentalização da gestão do SUS nas Regiões de Saúde e seus municípios, do Estado do Ceará, que assinaram o Contrato Organizativo de Ação Pública - COAP.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/12/2012	14/11/2013	60.000,00	20.062,00	20.062,00	20.062,00

Insumos Externos

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento contendo a análise da sub rede da Ouvidoria Geral do SUS . Diagnóstico dos pontos ativos e inativos e pendências de cada sub-rede. Tem como objetivo o aumento e melhoria da resolutividade das demandas do Departamento de Ouvidoria Geral do SUS.	08/02/2012	20.062,00

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: Luis Carlos Brasiliense Canuto	CPF: 153.611.013-20
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Código do Contrato: BR/CNT/1101010.001
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de Gestão planejada e estratégica dos recursos disponibilizados aos departamentos da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.

Período de Vigência		Remuneração			
---------------------	--	-------------	--	--	--

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/09/2011	05/07/2012	53.350,00	33.611,00	33.611,00	53.350,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 03 - Documento descritivo analítico sobre os instrumentos de cooperação financeira para a implementação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do SUS, na região Nordeste.				13/02/2012	9.603,00
Produto 04 - Documento contendo avaliação da cooperação financeira para a implementação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa nas três esferas de gestão do SUS, referente aos componentes: Auditoria e Ouvidoria, no ano de 2010;				02/05/2012	7.470,00
Produto 05 - Documento contendo avaliação da cooperação financeira para a implementação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa nas três esferas da gestão do SUS, referente aos componentes: Monitoramento & Avaliação da Gestão do SUS, Gestão Participativa e Controle Social, no ano de 2010.				05/07/2012	16.538,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Marco André Pimentel Jacobina				CPF: 621.765.011-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1201034.001					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de Gestão da Informação no que diz respeito à elaboração de relatórios, projetos e análise de dados de pesquisas realizadas pelo Departamento de Ouvidoria Geral do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
02/08/2012	01/07/2013	70.200,00	39.312,00	39.312,00	39.312,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento analítico da aplicação, no exercício de 2011, dos recursos financeiros para a execução das ações desenvolvidas na perspectiva do fortalecimento da Ouvidoria do SUS				17/08/2012	15.444,00
Produto 02 - Documento analítico da aplicação, no exercício de 2011, dos recursos financeiros para a execução das ações desenvolvidas na perspectiva do fortalecimento do Sistema Nacional de Auditoria.				08/11/2012	10.530,00
Produto 03 - Documento analítico da aplicação, no exercício de 2011, dos recursos financeiros para a execução das ações desenvolvidas na perspectiva do fortalecimento das Práticas de Gestão Participativa e do Controle Social				13/02/2012	13.338,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Marco André Pimentel Jacobina				CPF: 621.765.011-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101008.001					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de Gestão planejada e estratégica dos recursos disponibilizados aos departamentos da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/09/2011	31/07/2012	61.320,00	39.244,80	39.244,80	39.244,80

Insumos Externos		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 03 - Documento contendo Relatório com o histórico de pesquisas realizadas pela Ouvidoria-Geral do SUS, para compor o arquivo institucional da Coordenação de Pesquisa e Processamento de Demandas;	02/03/2012	8.584,80
Produto 04 - Documento contendo Relatório Analítico dos resultados da Pesquisa sobre a Rede Cegonha, para identificação de dificuldades de acesso e satisfação com o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde;	14/05/2012	6.132,00
Produto 05 - Documento contendo Relatório Analítico dos resultados da Pesquisa sobre Saúde Mental, para avaliação do atendimento prestado aos usuários do Sistema Único de Saúde.	31/07/2012	24.528,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Marco Fernando Ottoline de Oliveira		CPF: 144.748.591-20
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1200214.001					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de Gestão planejada e estratégica dos recursos disponibilizados aos departamentos da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
22/03/2012	30/04/2012	15.552,00	15.552,00	15.552,00	15.552,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Produto 01 - Documento técnico contendo a análise política e estratégica das propostas de saúde relacionadas a população cigana, decorrentes do I Encontro Nacional de Saúde da População Cigana	30/04/2012	15.552,00			
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Maria da Paz Cintra				CPF: 052.967.221-91	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100605.002					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de Gestão planejada e estratégica dos recursos disponibilizados aos departamentos da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
31/05/2011	29/02/2012	43.660,00	17.466,00	17.466,00	17.466,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Produto 04 - Documento técnico contendo a análise crítica das propostas oriundas das Reuniões do Comitê Técnico da População de Rua.	29/02/2012	17.466,00			
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Maria de Fátima Marques				CPF: 601.400.117-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200209.001					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de Gestão planejada e estratégica dos recursos disponibilizados aos departamentos da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.					

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
22/03/2012	31/01/2013	73.320,00	51.324,00	51.324,00	51.324,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento técnico contendo a análise crítica da Oficina sobre a temática Consultórios na Rua, voltada à População em Situação de Rua, realizada no Fórum Social Mundial;				09/04/2012	16.130,00
Produto 02 - Documento técnico contendo a sistematização do Plano de Enfrentamento ao crack, em parceria com a Central Única de Favelas/CUFA;				19/06/2012	10.998,00
Produto 03 - Documento técnico contendo a avaliação e monitoramento do Plano Operativo da Política Nacional de Saúde da População em Situação de Rua;				09/08/2012	13.930,00
Produto 04 - Documento técnico contendo a análise crítica do relatório de Gestão Participativa e Políticas de Promoção da Equidade: Um Desafio para a Gestão do SUS, da região Nordeste 2;				05/11/2012	10.266,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Maria de Fátima Marques				CPF: 601.400.117-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101131.001					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de Gestão planejada e estratégica dos recursos disponibilizados aos departamentos da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
30/09/2011	29/08/2012	54.360,00	40.770,00	40.770,00	40.770,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 02 - Documento contendo diagnóstico sobre a existência de Ouvidoria nas 5.563 Secretarias Municipais de Saúde com base nos dados da pesquisa do Sistema Nacional de Ouvidoria disponível no SiouviSUS;				02/01/2012	9.785,00
Produto 03 - Documento contendo a avaliação da utilização dos relatórios gerenciais produzidos pela Ouvidoria Geral do SUS e o impacto no Programa Saúde da Mulher;				07/05/2012	10.872,00
Produto 04 - Documento contendo avaliação das modalidades de capacitações ministradas pelo Departamento de Ouvidoria Geral do SUS para implantação do Sistema OuvidorSUS nas ouvidorias descentralizadas.				29/08/2012	20.113,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Marilena Cunha				CPF: 405.673.227-20	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101145.001					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de Gestão planejada e estratégica dos recursos disponibilizados aos departamentos da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/10/2011	04/04/2012	34.860,00	23.354,00	23.354,00	23.354,00

Insumos Externos		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 02 - Documento técnico contendo sistematização das ações de saúde envolvendo as Comunidades Quilombolas com foco na 14ª Conferência Nacional de Saúde	30/01/2012	9.412,00
Produto 03 - Documento técnico contendo sistematização das ações de saúde envolvendo as Comunidades de Terreiros e Religião de Matriz Africana com foco na 14ª Conferência Nacional de Saúde	05/04/2012	13.942,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Martha de Almeida Prado Montenegro	CPF: 099.931.988-46	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1201470.001					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de Gestão planejada e estratégica dos recursos disponibilizados aos departamentos da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
22/10/2012	20/06/2013	36.000,00	9.000,00	9.000,00	9.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Produto 01 – Documento contendo relatório da oficina de pesquisa sobre Política de Saúde Integral LGBT.	05/11/2012	9.000,00			
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Marcela Rolim Siqueira			CPF: 002.403.271-95		
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101868.002					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de Gestão planejada e estratégica dos recursos disponibilizados aos departamentos da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/12/2011	28/09/2012	54.826,00	54.826,00	54.826,00	54.826,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição	Data prevista de entrega	Valor			
Produto 01 - Documento contendo metodologia a ser executada em 2012, no processo de formação, qualificação e capacitação dos profissionais das Ouvidorias do SUS em Gestão da Informação para consolidação destas enquanto instrumento de Gestão.	03/02/2012	14.826,00			
Produto 02 - Relatório Analítico sobre as Ligações e os Atendimentos Eletrônicos contabilizados na central de teleatendimento da Ouvidoria Geral do SUS em 2011, para avaliação do serviço prestado	08/05/2012	13.000,00			
Produto 03 - Relatório Analítico dos protocolos gerados pela Ouvidoria Geral do SUS no ano de 2011	18/07/2012	11.000,00			
Produto 04 - Documento contendo o monitoramento dos canais de entrada (Disque Saúde, Internet, Correios e Atendimento Presencial) da Ouvidoria Geral do SUS em 2011	28/09/2012	16.000,00			
Consultor Contratado					

Nome do Consultor: Márcio André Paysan de Jesus	CPF: 832.867.301-06
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Código do Contrato: BR/CNT/1200214.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar a implementação de políticas de equidade em saúde para as populações em situação de risco, notadamente os povos ciganos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
22/03/2012	30/04/2013	15.552,00	15.552,00	15.552,00	15.552,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento técnico contendo a análise política e estratégica das propostas de saúde relacionadas a população cigana, decorrentes do I Encontro Nacional de Saúde da População Cigana				30/04/2012	14.515,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Maria da Paz Cintra				CPF: 052.967.221-91	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1201048.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar a implementação de políticas de equidade em saúde para as populações em situação de risco, notadamente os povos ciganos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
03/08/2012	01/02/2013	41.472,00	24.884,00	24.884,00	24.884,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento técnico contendo o levantamento de encontros, seminários e oficinas de promoção da equidade realizados em 2012 pelo Departamento de Apoio à Gestão Participativa – DAGEP.				20/08/2012	14.515,00
Produto 02 - Documento técnico contendo o levantamento de organizações, ONGs e associações brasileiras que tratam das questões dos povos ciganos.				12/11/2012	10.369,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Maria da Paz Cintra				CPF: 052.967.221-91	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1100605.002					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar ações de educação em saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
31.05.2011	29.02.2012	43.660,00	17.466,00	17.466,00	17.466,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento técnico contendo a análise crítica das propostas oriundas das Reuniões do Comitê Técnico da População de Rua.				29/02/2012	17.466,00

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: Maria de Fátima Marques	CPF: 601.400.117-49
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Código do Contrato: BR/CNT/1200209.001
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços técnicos para subsidiar o processo de Gestão planejada e estratégica dos recursos disponibilizados aos departamentos da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
22/03/2012	31/01/2013	73.320,00			

Insumos Externos

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento técnico contendo a análise crítica da Oficina sobre a temática: Consultórios na Rua, voltada à População em Situação de Rua, realizada no Fórum Social Mundial;	09/04/2012	16.130,00
Produto 02 - Documento técnico contendo a sistematização do Plano de Enfrentamento ao crack, em parceria com a Central Única de Favelas/CUFA;	19/06/2012	10.998,00
Produto 03 - Documento técnico contendo a avaliação e monitoramento do Plano Operativo da Política Nacional de Saúde da População em Situação de Rua;	09/08/2012	13.930,00
Produto 04 - Documento técnico contendo a análise crítica do relatório de Gestão Participativa e Políticas de Promoção da Equidade: Um Desafio para a Gestão do SUS, dos estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, na região Nordeste;	05/11/2012	10.266,00

Consultor Contratado

Nome do Consultor: Maria de Fátima Marques	CPF: 601.400.117-49
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Código do Contrato: BR/CNT/1200578.001
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar o processo de implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/05/2012	03/12/2012	35.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00

Insumos Externos

Produtos Contratados

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento contendo proposta de elaboração do II Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra;	01/06/2012	14.000,00
Documento contendo mapeamento e análise das relações entre as instituições públicas, acadêmicas e da sociedade civil organizada, do Brasil, que contribuem significativamente para o estabelecimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.	03/12/2012	21.000,00

Consultor Contratado

Nome do Consultor: Maria Inês da Silva Barbosa	CPF: 921.471.008-20
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Código do Contrato: BR/CNT/1200303.001
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos para subsidiar ações e estratégias de promoção da equidade em saúde, visando a implementação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta,

considerando os parâmetros definidos pelo Decreto no. 7508/2011 e o fortalecimento da gestão participativa e do controle social em saúde.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
29/03/2012	31/01/2013	83.808,00	58.666,00	58.666,00	58.666,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento técnico contendo análise acerca da interface entre a PNSIPCF (Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta) e a Política Nacional de Atenção Básica;				13/04/2012	18.439,00
Produto 02 - Documento técnico contendo análise sobre a interface entre a PNSIPCF e a Política Nacional de Saúde do Trabalhador.				21/06/2012	12.571,00
Produto 03 - Documento técnico contendo levantamento dos determinantes e condicionantes sociais da saúde das populações do campo e da floresta, para subsidiar a elaboração do mapa da saúde, conforme estabelece o Decreto no. 7508/2011;				02/08/2012	15.923,00
Produto 04 - Documento técnico contendo análise sobre a incorporação das pautas de reivindicações dos movimentos sociais e sindicais de luta pela terra, no período 2011-2012;				16/11/2012	11.733,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Maria Rodrigues Nagy				CPF: 045.517.638-88	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

QUADRO B.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização Pan-Americana da Saúde				OPAS	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Fortalecimento Institucional do Conselho Nacional de Saúde				TC 23	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: BR/CNT/1101519.001 parcela final					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico para elaboração de proposta de oficina de comunicação dirigida a jornalistas sobre o Controle Social e Sistema CEP/Conep, bem com uma análise da visibilidade do controle social e do Conselho Nacional de Saúde nos anos de 2009, 2010 e 2011 na mídia com apresentação de ações para melhor inserção do CNS nos meios de comunicação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
28/11/2011	24/02/2012	16.360,00	9.816,00	9.816,00	16.360,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 2 – Documento técnico contendo análise de visibilidade do Controle Social e do Conselho Nacional de Saúde nos anos 2009, 2010 e 2011 na mídia com apresentação de ações para melhor inserção do CNS nos meios de comunicação.				24/12/2012	9.816,00
Consultor Contratado					

Nome do Consultor: Karla Patrícias Vieira de Lucena	CPF: 005.795.981-10
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Código do Contrato: BR/CNT/04.096.431-001-54- Parcela Final					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviços técnicos para elaboração de Manual de Procedimentos Arquivísticos a ser aplicado no Conselho Nacional de Saúde – CNS e levantamento dos assuntos produzidos e recebidos pelo Arquivo do CNS a serem transferidos ao Arquivo Central do Ministério da Saúde					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
22/11/2012	20/03/2012	16.360,00	9.816,00	9.816,00	9.816,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 02 - Relatório avaliativo contendo "Levantamento dos assuntos produzidos e recebidos pelo Arquivo do CNS a serem transferidos ao Arquivo Central do Ministério da Saúde".				20/03/2012	9.816,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Agda Cristina Santos Bernardes				CPF: 839.698.371-20	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101518.001- Parcela Final					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico para auxiliar o Controle Social no acompanhamento e monitoramento das proposições legislativas da área da saúde em tramitação no Congresso Nacional.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
28/11/2011	24/02/2012	20.440,00	12.264,00	12.264,00	20.440,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 02 - Documento técnico contendo o levantamento e avaliação de proposições legislativas na área da saúde, em tramitação no Congresso Nacional, que tratam sobre enfrentamento da dependência de crack e outras drogas.				24/02/2012	12.264,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Alessandra Giseli Matias				CPF: 485.206.320-68	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/11.01.602.001 – Parcela Final					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico para elaboração e revisão de documentos do Plenário do Conselho Nacional de Saúde, da Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde e da Comissão Organizadora da 14ª Conferência Nacional de Saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
28/11/2011	24/02/2012	16.360,00	9.816,00	9.816,00	16.360,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 02 Documento Técnico contendo o registro e a análise do debate				24/02/2012	9.816,00

sobre “Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde”, tema apresentado na 225ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, em setembro de 2011, que servirá de base para os debates da 14ª Conferência Nacional de Saúde. .		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Denise de Paula Cardoso	CPF: 828.651.241-34	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1200218.001 Parcela Final					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico para elaboração de proposta de manuais de planejamento e comunicação para Conselheiros Nacionais de Saúde e Secretarias Executivas dos Conselhos de Saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
24/11/2011	24/02/2012	20.440,00	12.264,00	12.264,00	20.440,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 02 Documento técnico contendo a <i>Proposta de Manual para as Secretarias Executivas dos Conselhos de Saúde</i>				24/02/2012	12.264,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Denise Regina de Oliveira Miranda				CPF: 490.574.641-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101.599.001-Parcela Final					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico para analisar as denúncias de irregularidades no SUS encaminhadas ao Conselho Nacional de Saúde no ano de 2011					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
28/11/2011	24/02/2012	19.440,00	11.640,00	11.640,00	19.440,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 02 - Documento Técnico contendo Relatório Quantitativo e Qualitativo das Denúncias de Irregularidades no SUS encaminhadas ao Conselho Nacional de Saúde no período de julho a dezembro de 2011.				24/02/2012	11.640,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Kássia Fernandes de Carvalho				CPF: 871.125.311-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101.991.001- Parcela Final					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico para elaboração de documentos técnicos que subsidiem os trabalhos da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos – CIRH.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
09/12/2011	10/04/2012	23.240,00	13.944,00	13.944,00	23.240,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor

Produto 02 - Relatório quantitativo, qualitativo e conclusivo dos Pareceres sobre Abertura de Novos Cursos na Área da Saúde, especialidades Psicologia, Medicina e Odontologia, emitidos pelo Conselho Nacional de Saúde, nos meses de dezembro de 2011, janeiro e fevereiro de 2012.	10/04/2012	13.944,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Maria Carolina Pereira Rodrigues	CPF: 180.676.988-30	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1101524-001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico para subsidiar as ações da Comissão Intersetorial de Saúde Mulher do Conselho Nacional de Saúde					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
24/11/2011	24/02/2012	20.440,00	20.440,00	20.440,00	20.440,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento técnico sobre o impacto da violência na saúde da mulher.				24.02.2012	20.440,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Maria das Vitórias Albuquerque de Oliveira				CPF: 450.897.524-00	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101.521.001-Parcela Final					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico para analisar as contribuições junto ao CNS da Comissão Intersetorial de Atenção à Saúde da Criança, Adolescente e Jovem no Controle Social, bem como um estudo de caso sobre a dengue.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
23/11/2011	24/02//2012	18.120,00	10.872,00	10.872,00	18.120,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 02 - Documento técnico sobre a construção de políticas públicas e participação do CNS – estudo de caso sobre a dengue.				24//02/2012	10.872,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Monique Maia Batista				CPF: 011.824.411-65	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1101.526.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico para elaboração de documentos técnicos que permitam uma análise da situação da saúde no Brasil.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
28/11/2011	24.12.2012	18.120,00	18.120,00	18.120,00	18.120,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento técnico contendo a análise situacional da saúde no Brasil, tema apresentado na 221ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde realizada em junho de 2011, que servirá de base para os debates da 14ª conferência nacional de saúde.	24.12.2012	18.120,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Vivian Diniz Gondim	CPF: 723.533.901-34	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

QUADRO B.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Valores em R\$ 1,00

Nome da Organização		Sigla			
Organização Pan-Americana da Saúde		OPAS			
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Fortalecimento Institucional do Conselho Nacional de Saúde - CNS					TC 68
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: BR/CNT/1200216.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico para subsidiar os trabalhos da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, que tem por finalidade subsidiar o Conselho Nacional de Saúde nas atividades específicas de promotor e apoiador do processo de Controle Social, em especial, na realização de estudos sobre ética em pesquisa de interesse para o sistema Plataforma Brasil, uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/CONEP.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
22/03/2012	26/06/2012	16.128,00	16.128,00	16.128,00	16.128,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 – Documento técnico contendo Relatório Quantitativo e Qualitativo dos principais questionamentos do sistema Plataforma Brasil envolvendo ética em pesquisa no período de janeiro a março de 2012.				11/04/2012	6.451,00
Produto 02 - Documento técnico contendo Relatório Quantitativo e Qualitativo dos principais questionamentos do sistema Plataforma Brasil envolvendo ética em pesquisa no período de abril a junho 2012.				26/06/2012	9.677,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Lizia Fabiola Almeida Silva				CPF: 620.507.101-00	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200461.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico para subsidiar os trabalhos da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos – CIRH, que tem por finalidade subsidiar o Conselho Nacional de Saúde nas atividades específicas de promotor e apoiador do processo de Controle Social, em especial, de articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), integradas pelos Ministérios e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil, com o objetivo de definir nos aspectos conceitual e de articulações intersetoriais, as obrigações legais de ordenação da formação de recursos humanos de saúde, de criação de comissões permanentes de integração serviço-ensino, participação na formulação e na execução da política de formação e desenvolvimento de recursos humanos para a saúde, e aplicação dos objetivos da formalização e execução da política de recursos humanos, critérios de preenchimento dos cargos objetivos da formalização e execução da política de regulamentação das especializações na forma de treinamento em serviço, assim como elaborar proposta de plano de trabalho a ser apreciada e aprovada pela plenária do Conselho Nacional de Saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
30/04/2012	28/02/2013	63.910,00	38.346,00	38.346,00	38.346,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento técnico contendo Relatório quantitativo, qualitativo e conclusivo dos Pareceres sobre Abertura, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de cursos na área da Saúde, especialidades Psicologia, Medicina e Odontologia, emitidos pelo Conselho Nacional de Saúde, nos meses de março, abril e maio de 2012.				15/05/2012	15.978,00
Produto 02 - Documento técnico contendo Relatório quantitativo, qualitativo e conclusivo dos Pareceres sobre Abertura, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de cursos na área da Saúde, especialidades Psicologia, Medicina e Odontologia, emitidos pelo Conselho Nacional de Saúde, nos meses de junho, julho e agosto de 2012.				02/08/2012	9.586,00
Produto 3 – Documento técnico contendo Relatório quantitativo, qualitativo e conclusivo dos Pareceres sobre Abertura, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de cursos na área da Saúde, especialidades Psicologia, Medicina e Odontologia, emitidos pelo Conselho Nacional de Saúde, nos meses de setembro, outubro e novembro de 2012.				19/12/2012	12.782,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Maria Carolina Pereira Rodrigues				CPF: 180.676.988-30	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200176.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico para subsidiar os trabalhos da Comunicação do CNS, que tem por finalidade assessorar o Conselho Nacional de Saúde nas atividades específicas de divulgador do processo de Controle Social, em especial, no sentido de: garantir aos conselhos de saúde das três esferas de governo o acesso amplo a informações em geral, para que possam desempenhar de forma completa suas funções previstas nas leis e normas do SUS; e subsidiar e divulgar as ações das Comissões Intersetoriais do CNS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/03/2012	16/01/2013	58.124,00	34.875,00	34.875,00	34.875,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 - Documento técnico contendo nova Redação e Atualização de Textos Institucionais publicados no Site do Conselho Nacional de Saúde para atender a reestruturação do Portal Online.				30/03/2012	14.531,00
Produto 02 - Documento técnico contendo nova Redação e Atualização de Textos Descritivos referentes às 13 Comissões Intersetoriais do Conselho Nacional de Saúde.				03/07/2012	8.720,00
Produto 3 – Documento técnico contendo nova Redação e Atualização de Textos Descritivos referentes às demais 13 Comissões Intersetoriais do Conselho Nacional de Saúde.				24/10/2012	11.624,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Monique Maia Batista				CPF: 011.824.411-65	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200263.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico para subsidiar os trabalhos da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher – CISMU/CNS e da Comissão Intersetorial de Pessoas com Patologias – CIPP/CNS, que tem por finalidade subsidiar o Conselho Nacional de Saúde nas atividades específicas de promotor e apoiador do processo de Controle Social					

pelos Conselhos de Saúde das demais esferas do poder, em especial, na disseminação das atividades relativas à questão da saúde da mulher e de pessoas com patologias.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
25/03/2012	10/01/2013	58.124,00	34.875,00	34.875,00	34.875,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Documento técnico contendo o relatório qualitativo das discussões e encaminhamentos do Conselho Nacional de Saúde sobre a Medida Provisória Nº 557/2011.				17/04/2012	14.530,00
Produto 2 – Documento técnico contendo o relatório qualitativo das discussões e encaminhamentos da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher – CISMU/CNS, Plano de Trabalho e documentos aprovados pelo Conselho Nacional de Saúde relacionado à Comissão, no período de 2008 e 2011.				04/07/2012	8.720,00
Produto 3 – Documento técnico contendo o relatório qualitativo das discussões e encaminhamentos da Comissão Intersetorial de Pessoas com Patologia – CIPP/CNS, Plano de Trabalho e documentos aprovados pelo Conselho Nacional de Saúde relacionado à Comissão, no período de 2008 e 2011.				18/10/2012	11.624,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Maria das Vitórias Albuquerque de Oliveira				CPF: 450.897.524-00	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200342.001

Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico para auxiliar o Controle Social no monitoramento, avaliação e controle da execução orçamentária e financeira das ações e serviços públicos de saúde em âmbito Federal no exercício de 2012, no contexto das alterações promovidas pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/04/2012	31/12/2012	92,000.00	92,000.00	92,000.00	92,000.00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 - Documento técnico contendo a análise crítica sobre as inovações da Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012 em relação aos aspectos da gestão orçamentária e financeira do SUS e da participação da comunidade, em especial às atribuições dos Conselhos de Saúde, para subsidiar o processo de avaliação do Conselho Nacional de Saúde.				26/04/2012	20.240,00
Produto 2 - Documento técnico contendo: a) análise da execução orçamentária do Ministério da Saúde relativa ao exercício de 2011 e dos Restos a Pagar inscritos, cancelados e pagos no exercício, à luz do cumprimento da aplicação mínima em saúde nos termos da Emenda Constitucional 29; e b) análise do Relatório Anual de Gestão (RAG) de 2011 do Ministério da Saúde.				19/06/2012	13.800,00
Produto 3 - Documento técnico contendo análise da planilha de execução orçamentária do 1º Quadrimestre de 2012 e do respectivo relatório de prestação de contas apresentado pelo Ministério da Saúde.				16/08/2012	17.480,00
Produto 4 - Documento técnico contendo análise do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2013, referente às ações e serviços públicos de saúde em âmbito federal, à luz da execução orçamentária recente do Ministério da Saúde e dos respectivos objetivos, programas, iniciativas e				09/10/2012	12.880,00

ações no Plano Plurianual 2012-2015, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 e das proposições do Conselho Nacional de Saúde.			
Produto 5 - Documento técnico contendo: a) análise da planilha de execução orçamentária do 2º Quadrimestre de 2012 e do respectivo relatório de prestação de contas apresentado pelo Ministério da Saúde; e b) modelo de Relatório Anual de Gestão para a União, Estados e Municípios, inclusive do modelo simplificado para os municípios com população inferior a 50.000 habitantes, consolidando as reflexões realizadas no âmbito da Comissão de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde (COFIN/CNS).		31/12/2012	27.600,00
Consultor Contratado			
Nome do Consultor: Francisco Rozsa Funcia		CPF: 007.727.298-67	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:			

Código do Contrato: BR/CNT/1200342.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico para subsidiar os trabalhos das Plenárias Nacionais de Conselhos de Saúde, responsáveis por discutir e superar as dificuldades enfrentadas pelo controle social no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o Brasil, e pelo fortalecimento da participação popular em defesa da saúde a nível nacional; bem como subsidiar os trabalhos da Comissão Intersetorial de Comunicação e Informação em Saúde – CICIS, que tem por objetivo assessorar o Conselho Nacional de Saúde em temas que buscam a democratização da comunicação e informação, em todos os aspectos, bem como a interlocução permanente entre os conselhos municipais e estaduais de saúde para o fortalecimento do controle social e do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
25/04/2012	07/02/2013	58.124,00	37.124,00	37.124,00	37.124,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 - Documento técnico contendo Relatório Qualitativo e Quantitativo do Programa de Inclusão Digital - PID, nos anos de 2009 a 2011.				15/05/2012	15.000,00
Produto 2 - Documento técnico contendo Relatório Qualitativo dos eixos temáticos do Curso de Informação e Comunicação em Saúde para o Controle Social.				10/08/2012	10.124,00
Produto 3 - Documento técnico contendo análise da planilha de execução orçamentária do 1º Quadrimestre de 2012 e do respectivo relatório de prestação de contas ap Produto 3 - Documento técnico contendo o Relatório Final da XVII Plenária Nacional de Conselhos de Saúde em 2012.				19/11/2012	12.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Eveni Meireles Costa Dos Santos				CPF: 720.391.671-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200175.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico para subsidiar os trabalhos do Conselho Nacional de Saúde referentes aos resultados da 14ª Conferência Nacional de Saúde (2011), buscando a efetividade dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e o fortalecimento do Controle Social no SUS; bem como para subsidiar os trabalhos da Comissão Intersetorial de Saneamento e Meio Ambiente – CISAMA e da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena – CISI, que tem por finalidade subsidiar o CNS nas atividades específicas de promotor e apoiador do processo de Controle Social pelos Conselhos de Saúde das demais esferas do poder, em especial, na disseminação das atividades relativas à questão saneamento, meio ambiente e saúde indígena.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/03/2012	16/01/2013	58.124,00	34.875,00	34.875,00	34.875,00
Insumos Externos					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 01 – Documento técnico contendo o relatório qualitativo das discussões e encaminhamentos da Comissão Intersetorial de Saneamento e Meio Ambiente – CISAMA, Plano de Trabalho e documentos aprovados pelo Conselho Nacional de Saúde, relacionados à Comissão entre 2008 e 2011.	30/03/2012	14.531,00
Produto 02 - Documento técnico contendo o relatório qualitativo das discussões e encaminhamentos da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena – CISI, Plano de Trabalho e documentos aprovados pelo Conselho Nacional de Saúde, relacionados à Comissão entre 2008 e 2011.	07/07/2012	8.720,00
Produto 3 – Documento técnico contendo o relatório dos encaminhamentos do Grupo de Trabalho de monitoramento das deliberações da 14ª Conferência Nacional de Saúde e a proposta de metodologia para esse trabalho.	24/10/2012	11.624,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Vivian Diniz Gondim		CPF: 727.533.901-34
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1200280.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico para subsidiar os trabalhos da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, que tem por finalidade subsidiar o Conselho Nacional de Saúde nas atividades específicas de promotor e apoiador do processo de Controle Social, em especial, na realização de estudos sobre ética em pesquisa de interesse para o sistema Plataforma Brasil, uma base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/CONEP.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
29/03/2012	18/06/2012	16.128,00	16.128,00	16.128,00	16.128,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01 - Documento Técnico contendo Relatório Quantitativo e Qualitativo dos principais questionamentos técnicos quanto à operacionalidade do sistema Plataforma Brasil, no período de janeiro a março de 2012.			20/04/2012	6.450,00	
Produto 02 - Documento Técnico contendo Relatório Quantitativo e Qualitativo dos principais questionamentos técnicos quanto à operacionalidade do sistema Plataforma Brasil, no período de abril a junho 2012.			18/06/2012	9.678,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Sergio Lettieri Fonseca				CPF: 840.409.201-04	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1201225.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico para subsidiar os trabalhos da Comissão Intersetorial de Saúde Mental – CISM, que tem por finalidade subsidiar o Conselho Nacional de Saúde nas atividades específicas de promotor e apoiador do processo de Controle Social, em especial, de articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), especificamente a política de saúde mental em âmbito nacional, fornecendo subsídios efetivos ao Conselho Nacional de Saúde na temática de saúde mental. As ações da CISM buscam garantir a continuidade da reorientação do Modelo de Atenção em Saúde Mental (desinstitucionalização) e da reforma psiquiátrica. Incluem, entre outras, o acompanhamento da implementação da <u>Lei nº 10.216/2001</u> , que dispõe sobre a proteção e o direito das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.					
Período de Vigência		Remuneração			

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
17/09/2012	09/07/2013	58.124,00	13.531,00	13.531,00	13.531,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo levantamento e avaliação das principais diretrizes vinculadas à Saúde Mental no âmbito da 11ª a 14ª Conferência Nacional de Saúde				02/10/2012	13.531,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Cíntia Gomes de Sá				CPF: 960.967.051-20	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1201507.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico para subsidiar os trabalhos da Comissão Intersetorial Comunicação e Informação em Saúde/CNS, que tem por finalidade subsidiar o Conselho Nacional de Saúde em temas que buscam a democratização da comunicação e informação, em todos os aspectos, bem como a interlocução permanente entre os conselhos municipais e estaduais de saúde para o fortalecimento do controle social e do SUS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/11/2012	18/10/2013	58.124,00	14.531,00	14.531,00	14.531,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo informações sobre a atuação da Comissão Intersetorial de Comunicação e Informação em Saúde na 14ª Conferência Nacional de Saúde				06/12/2012	14.531,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Maria Cleide Eufrauzinho				CPF: 400.083.041-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1201253.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico para subsidiar e apoiar os trabalhos da Assessoria de Comunicação Social do Conselho Nacional de Saúde no processo específico de promoção, disseminação e fortalecimento do Controle Social					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
13/09/2012	12/08/2013	58.124,00	14.531,00	14.531,00	14.531,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Documento técnico contendo relatório qualitativo das estruturas de comunicação nos conselhos de saúde				28/09/2012	14.531,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Raquel Teixeira Maranhão Sá				CPF: 251.749.018-06	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/12.001.73.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico para subsidiar o Conselho Nacional de Saúde com estudos visando					

identificar instâncias de controle social em saúde, ou semelhantes, relativas a outros países, e promover ações de intercâmbio e cooperação técnica sobre participação social na saúde junto a países previamente identificados, com ênfase na UNASUL.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15.03.2012	16.01.2013	68.024,00	48.047,00	48.047,00	48.047,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Documento técnico contendo levantamento de importantes entidades da sociedade civil e movimentos sociais da saúde dos Estados Membros da UNASUL (União das Nações Sul Americanas - Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.				30.03.2012	14.965,00
Produto 2 – Documento técnico contendo levantamento de importantes entidades da sociedade civil e movimentos sociais da saúde do Brasil.				12.06.2012	10.205,00
Produto 3 – Documento técnico contendo análise dos sistemas de saúde dos seguintes Estados Membros da UNASUL: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Guiana.				01.08.2012	12.924,00
Produto 4 – Documento técnico contendo análise dos sistemas de saúde dos seguintes Estados Membros da UNASUL: Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.				27.11.2012	9.523,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Kássia Fernandes de Carvalho				CPF: 871.125.311-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200.281.001					
Objetivo da Consultoria:.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
29.03.2012	18.06.2012	16.188,00	16.188,00	16.188,00	16.188,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Documento técnico contendo Relatório Quanti-Qualitativo dos Protocolos de Pesquisa sobre Hemofilia analisados pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP nos anos de 2000 a 2010.				20.04.2012	6.450,00
Produto 2 – Documento técnico contendo Relatório Quanti-Qualitativo dos Protocolos de Pesquisa sobre Artrite Reumatoide analisados pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP nos anos de 2009 a 2010.				18.06.2012	9.678,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Juliana de Ávila Panisse				CPF:985.370.081-68	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200.189.001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico para subsidiar os trabalhos da Comissão Permanente de Orçamento e Financiamento – COFIN, que tem por finalidade subsidiar o Conselho Nacional de Saúde nas atividades específicas de promotor e apoiador do processo de Controle Social pelos Conselhos de Saúde das demais esferas do poder, em especial, na disseminação das atividades relativas à questão orçamentária e financeira.					
Período de Vigência		Remuneração			

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15.03.2012	26.12.2012	56.124,00	56.124,00	56.124,00	56.124,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Documento técnico contendo estudo sobre o Relatório Anual de Gestão do Ministério da Saúde de 2010.				30.03.2012	14.531,00
Produto 2 – Documento técnico contendo Relatório Qualitativo das discussões da Comissão Permanente de Orçamento e Financiamento – COFIN do Conselho Nacional de Saúde sobre o processo de elaboração do Plano Nacional de Saúde 2012-2015.				12.06.2012	8.720,00
Produto 3 – Documento técnico contendo Relatório Qualitativo das discussões da Comissão Permanente de Orçamento e Financiamento – COFIN do Conselho Nacional de Saúde sobre a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 29/00.				03.09.2012	11.624,00
Produto 4 – Documento técnico contendo Relatório Qualitativo das discussões da Comissão Permanente de Orçamento e Financiamento – COFIN do Conselho Nacional de Saúde sobre o Plano Plurianual – PPA do Ministério da Saúde 2012/2015.				26.12.2012	23.249,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Helen Ribeiro Dorneles Nack Melzer				CPF: 721.983.461.68	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200177.001					
Objetivo da Consultoria:					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15.03.2012	16.01.2013	58.124,00	34.875,00	38.875,00	34.875,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Documento técnico contendo o Plano de Comunicação para divulgação do SIACS - Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde.				30.03.2012	14.531,00
Produto 2 – Documento técnico contendo a avaliação das ações de comunicação social elaboradas e executadas pela Equipe de Comunicação do Conselho Nacional de Saúde durante a 14ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 2011.				13.07.2012	8.720,00
Produto 3 – Documento técnico contendo a proposta de elaboração de materiais educativos para fortalecimento e divulgação nacional do Programa de Inclusão Digital (PID).				24.10.2012	11.624,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Denise Regina de Oliveira Miranda,				CPF:490.,574.641-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200190001					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico de acordo o marco lógico e plano de trabalho do Conselho Nacional de Saúde que preveem promoção, aperfeiçoamento e difusão das atividades do CNS, especificamente para apoiar o desenvolvimento de estudos com foco no Planejamento e nos temas sendo atualmente debatidos pelo Plenário do CNS.					
Período de Vigência		Remuneração			

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15.03.2012	10.01.2013	58.124,00	34.875,00	38.875,00	34.875,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Documento técnico contendo o registro e a análise do Planejamento do Conselho Nacional de Saúde 2012.				30.03.2012	14.531,00
Produto 2 – Documento técnico contendo o registro e a análise do processo de debate do Conselho Nacional de Saúde sobre o Decreto Presidencial nº. 7.508, de 29 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº. 8.080/90.				12.06.2012	8.720,00
Produto 3 – Documento técnico contendo o registro e a análise do processo de revisão da Resolução nº. 333, pelo Conselho Nacional de Saúde.				25.09.2012	11.624,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Denise de Paula Cardoso				CPF: 828.651.241-34	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/					
Objetivo da Consultoria: Prestação de serviço técnico de acordo o marco lógico e plano de trabalho do Conselho Nacional de Saúde que preveem promoção, aperfeiçoamento e difusão das atividades do CNS, especificamente para apoiar o desenvolvimento de estudos com foco no Planejamento e nos temas sendo atualmente debatidos pelo Plenário do CNS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15.04.2012	09.01.2013	68.024,00	40.815,00	40.815,00	40.815,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Documento técnico contendo relatório qualitativo do tratamento dado pela imprensa às conferências de saúde nas 27 capitais.				03.05.2012	17.006,00
Produto 2 – Documento técnico contendo relatório contextualizando o papel dos conselhos na democratização da informação.				12.07.2012	10.205,00
Produto 3 – Documento técnico contendo relatório focado no fortalecimento da democracia participativa.				30.10..2012	13.604,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Débora Freitas de Oliveira Pinheiro				CPF: 001.337.626-88	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Código do Contrato: BR/CNT/1200174-001					
Objetivo da Consultoria Prestação de serviço técnico de acordo o marco lógico e plano de trabalho do Conselho Nacional de Saúde que preveem promoção, aperfeiçoamento e difusão das atividades do CNS, especificamente, para apoiar o desenvolvimento de estudos e análise com foco nos temas que compõem a agenda política.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15.03.2012	16.01.2013	60.324,00	36.195,00	36.195,00	36.195,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Documento técnico contendo o levantamento e avaliação de				30.03.2012	15.081,00

proposições legislativas na área da saúde, em tramitação no Congresso Nacional, que tratam da saúde do idoso, para subsidiar a Comissão Intersectorial Permanente da Saúde do Idoso do Conselho Nacional de Saúde.		
Produto 2 – Documento técnico contendo o levantamento e avaliação de proposições legislativas na área da saúde, em tramitação no Congresso Nacional, que tratam de saúde suplementar, para subsidiar a Comissão Permanente de Saúde Suplementar do Conselho Nacional de Saúde	03.07.2012	9.050,00
Produto 3 – Documento técnico contendo o levantamento e avaliação de proposições legislativas na área da saúde, em tramitação no Congresso Nacional, que tratam de saúde do trabalhador, para subsidiar a Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador do Conselho Nacional de Saúde.	24.10.2012	12.064,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Alessandra Giseli Matias	CPF:635.392.501=82	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Código do Contrato: BR/CNT/1200368-001					
Objetivo da Consultoria Prestação de serviços técnicos para elaboração de procedimentos arquivísticos aplicados ao CNS- Conselho Nacional de Saúde a serem transferidos para o arquivo central do Ministério da Saúde.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
13.04.2012	07.02.2013	49.104,00	29.464,00	29.464,00	29.464,00
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01- Documento técnico contendo análise do ambiente físico do Arquivo CNS(Conselho Nacional de Saúde) e sugestão de adequação do ambiente visando à conservação de seu acervo arquivístico.				10.05.2012	12.276,00
Produto 02- Documento técnico contendo proposta para implementação da gestão de documentos nas áreas da Secretaria Executiva do CNS (Conselho Nacional de Saúde				16.08.2012	7.368,0
Produto 03- Documento técnico contendo o Plano de Trabalho para tratamento e a organização do acervo documental acumulado no CNS (Conselho Nacional de Saúde) e				20.11.2012	9.820,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Agda Cristina Santos Bernardes				CPF: 839.698.371-20	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					